

KATIUSCIA CRISTINA SANTANA
ANA PAULA ALBARELLI
(ORGS.)

A ANÁLISE **PRAGMÁTICA** EM DIFERENTES PERSPECTIVAS



KATIUSCIA CRISTINA SANTANA
ANA PAULA ALBARELLI
(ORGS.)

A ANÁLISE PRAGMÁTICA EM DIFERENTES PERSPECTIVAS



Diálogos

TUTÓIA-MA, 2022

EDITOR-CHEFE

Geison Araujo Silva

CONSELHO EDITORIAL

Ana Carla Barros Sobreira (Unicamp)

Bárbara Olímpia Ramos de Melo (UESPI)

Diógenes Cândido de Lima (UESB)

Jailson Almeida Conceição (UESPI)

José Roberto Alves Barbosa (UFERSA)

Joseane dos Santos do Espirito Santo (UFAL)

Julio Neves Pereira (UFBA)

Juscelino Nascimento (UFPI)

Lauro Gomes (UPF)

Letícia Carolina Pereira do Nascimento (UFPI)

Lucélia de Sousa Almeida (UFMA)

Maria Luisa Ortiz Alvarez (UnB)

Marcel Álvaro de Amorim (UFRJ)

Meire Oliveira Silva (UNIOESTE)

Rita de Cássia Souto Maior (UFAL)

Rosangela Nunes de Lima (IFAL)

Rosivaldo Gomes (UNIFAP/UFMS)

Silvio Nunes da Silva Júnior (UFAL)

Socorro Cláudia Tavares de Sousa (UFPB)

Copyright © Editora Diálogos - Alguns direitos reservados
Copyrights do texto © 2022 Autores e Autoras



Esta obra está sob [Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/). Este livro pode ser baixado, compartilhado e reproduzido desde que sejam atribuídos os devidos créditos de autoria. É proibida qualquer modificação ou distribuição com fins comerciais. O conteúdo do livro é de total responsabilidade de seus autores e autoras.

Capa: Freepik / Geison Araujo
Diagramação: Beatriz Maciel
Revisão: Autores e autoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) **(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

A111

A Análise Pragmática em diferentes perspectivas / Organizadoras
Katiúscia Cristina Santana, Ana Paula Albarelli – Tutóia, MA:
Diálogos, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-89932-53-6

1. Pragmática - pesquisa. 2. Linguagem e línguas I. Santana, Katiúscia Cristina. II. Albarelli, Ana Paula.

CDD 410

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



<https://doi.org/10.52788/9786589932536>



Diálogos

Editora Diálogos

contato@editoradialogos.com

www.editoradialogos.com

Sumário

Apresentação..... 8

CAPÍTULO 1 - (Des)cortesia: conceitos básicos 14

Luiz Antônio da Silva

**CAPÍTULO 2 - A descortesia nas redes sociais no contexto político
-ideológico: Brasil e Argentina 29**

Fábio Barbosa de Lima

**CAPÍTULO 3 - A descortesia por fustigação: análise de excertos do
romance *Meu destino é pecar*, de Nelson Rodrigues 48**

Fabiana Meireles de Oliveira

**CAPÍTULO 4 - A preservação/ameaça de faces: uma análise de cartas
de reclamação extraídas do site “ReclameAQUI” 64**

Lara Luiza de Oliveira Santos

Marcus Antonio de Sousa Filho

Raíssa Martins Brito

Ivete de Abreu Lopes

**CAPÍTULO 5 - Casos de família: as provas retóricas em um processo
de divórcio litigioso..... 93**

Patrícia Rodrigues Tomaz

Max Silva da Rocha

João Benvindo de Moura

CAPÍTULO 6 - Atos de fala de compra e venda em duas feiras livres de Parintins- AM: Pragmática e Interação.....121

Sanny Kellen Anjos Cavalcante Canuto

Franklin Roosevelt Martins de Castro

CAPÍTULO 7 - Pragmática e Teatro: um diálogo possível148

Kamunjin Tanguete

CAPÍTULO 8 - A Leitura Inferencial da Ironia no Discurso Jornalístico em Perspectiva Pragmático-Discursiva163

Claudia Maria Chiarion

CAPÍTULO 9 - Uma análise pragmática do discurso do presidente Jair Bolsonaro no contexto da crise sanitária no Brasil.....189

Ana Paula Albarelli

Katiuscia Cristina Santana

CAPÍTULO 10 - Análise pragmática das conjunções causais e explicativas segundo a perspectiva de Oswald Ducrot e Carlos Vogt...222

Ânderson Rodrigues Marins

CAPÍTULO 11 - Caminhos para uma Análise de Discurso Crítica Etnográfica262

Francisco Djefrey Simplicio Pereira

CAPÍTULO 12 - A necessidade da Pragmática no ensino das formas de tratamento nas aulas de PLE face ao espanhol276

Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco

Yedda Alves de Oliveira Caggiano Blanco

CAPÍTULO 13 - Língua autêntica e língua de materiais didáticos de italiano LE: uma análise das aberturas telefônicas.....306

Adriana Mendes Porcellato

CAPÍTULO 14 - Aquisição de línguas adicionais e teoria da relevância: um estudo possível338

Marina Xavier Ferreira

Elena Godoy

CAPÍTULO 15 - Em defesa de uma abordagem sócio-pragmática de aquisição de linguagem.....367

Renato Caruso Vieira

CAPÍTULO 16 - Pragmática na avaliação clínica da linguagem384

Ana Carolina Gomes da Silva

Felipe Venâncio Barbosa

Sobre as organizadoras.....401

Sobre as autoras e autores.....402

Índice remissivo.....411

Apresentação

Pragmático é o usual, o prático, o costumeiro, é aquilo que habitualmente se pratica. É um adjetivo que se refere àquilo que se realiza conforme a pragmática, que é o conjunto de regras, formalidades ou etiquetas da boa sociedade.

A Pragmática é um campo da Linguística, voltado para o estudo da língua em ação, como indica a própria etimologia da palavra, que vem do grego *pragma*, isto é ação. Em geral, utiliza-se o termo *pragmático* para se referir ao que é prático, costumeiro, usual. Tais sentidos são encontrados no conceito de Pragmática, que, em linhas gerais, trabalha com a língua em ação ou em uso. Segundo Escandell Vidal (1999), entende-se por Pragmática o estudo dos princípios que regulam o uso da linguagem na interação, isto é, as condições que determinam o emprego de um enunciado em uma situação determinada e sua interpretação. Essa disciplina linguística interessa-se pela língua do ponto de vista dos usuários, incluindo as escolhas que fazem quando usam a língua e a importância do contexto de comunicação e do contexto cultural e social.

A Pragmática nasce no âmbito da Filosofia da linguagem como campo interdisciplinar e, a partir daí, busca analisar os efeitos que o uso da linguagem tem sobre os outros participantes no ato da comunicação. Sendo assim, o significado linguístico não depende, apenas, dos aspectos semânticos e sintáticos, mas dos elementos que envolvem a interação entre os interlocutores, além dos elementos socioculturais envolvidos no ato da comunicação. Neste livro dedicado à Pragmática, examinaremos diversos *corpora* sob diferentes perspectivas. Nosso livro começa pelo capítulo *(Des)cortesia: Conceitos Básicos*, de Luiz Antônio da Silva

(FFLCH/USP), em que se observam considerações proeminentes acerca de questões de ordem terminológica teórico-metodológica e, sobretudo, uma apurada definição dos conceitos e formas de uso dos fenômenos linguístico-discursivos denominados cortesia e descortesia verbal. Para isso, apresentar-se-ão diversos teóricos cujas pesquisas dão respaldo à (Des)cortesia e seus desdobramentos nas diferentes situações de interlocução uma discussão da questão.

Dando sequência à discussão, o capítulo *A descortesia nas Redes Sociais no Contexto Político-Ideológico: Brasil e Argentina*, de Fábio Barbosa de Lima, versa sobre as polêmicas e atos descortesias proferidos nas redes sociais e os modos pelos quais o uso de tais recursos tecnológicos têm colaborado para dar azo a uma nova forma de polarização político-ideológica: a cyberdescortesia. Para isso, o autor atém-se à questão apresentando noções inovadoras para o campo da Pragmática, ao apresentar a concepção de cyberpragmática.

Partindo também dos estudos de descortesia linguística, o capítulo intitulado *A Descortesia por Fustigação: Análise de Excertos do Romance Meu destino é Pecar*, de Nelson Rodrigues, de Fabiana Meireles de Oliveira, discute-se a descortesia e seus desdobramentos, no que tange à análise do texto literário, a saber, um gênero da dramaturgia, no qual o comportamento verbal agressivo é investigado com vistas a promover os efeitos discursivos promovidos pela discórdia que permeia os diálogos de ficção. A autora promove, ademais, uma interface entre a (Des)cortesia verbal e mais um aparato teórico-metodológico da Filosofia da Linguagem, mais precisamente, a Teoria dos atos de Fala.

Considerando os estudos de cortesia e de descortesia, destacamos também o eixo teórico que trabalha com a preservação das faces, teoria presente também neste livro. No que concerne ao capítulo denominado

A preservação/Ameaça de Faces: Uma Análise de Cartas de Reclamação Extraídos do Site “Reclame Aqui”, de Lara Luiza de Oliveira Santos, Marcus Antonio de Sousa Filho, Raíssa Martins Brito e Iveuta de Abreu Lopes, procede-se à análise dos modos pelos quais a autoimagem é ora construída e validada pelo interactante, ora rechaçada pelos demais participantes da comunicação, sob uma vertente teórico-metodológica pragmática, calcada nas teorias da face e da Polidez.

Já no capítulo intitulado *Casos de Família, As Provas Retóricas em um Processo de Divórcio Litigioso*, de Patrícia Rodrigues Tomaz, Max Silva da Rocha e João Benvindo de Moura, observar-se-á um discussão da questão da argumentativa que, imbricada no *corpus* sob análise pelos autores, é apresentada de forma minuciosa, com vistas ao estabelecimento de uma abordagem do *ethos* e de seus desdobramentos em diferentes contextos ou situações comunicativas, considerando-se, desse modo, seu papel premente dentro do âmbito dos estudos do discurso relativos, também, ao campo da Pragmática.

Por sua vez, considerando o eixo Atos de fala e interação, o capítulo *Atos de fala de compra e venda em duas feiras livres de Parintins-AM: Pragmática e Interação*, de Sanny Kellen Anjos Cavalcante Canuto e Franklin Roosevelt Martins de Castro, tem como objetivo compreender a construção dos atos de fala no processo de compra e venda em dois dos mercados mais populares do Município de Parintins, Amazonas. Partindo também de um estudo das interações, o capítulo *Pragmática e teatro: um diálogo possível*, de Kamunjin Tanguele, por meio de uma intersecção entre Pragmática e Teatro, demonstra de que maneira essas duas áreas convergem para um mesmo espaço comum: as estruturas conversacionais que estão presentes nas interações, de forma a verificar de que modo este entrecruzar pode ser importante na composição dos sentidos do texto,

bem como podem sê-lo, da mesma maneira, para aqueles que se valerão deles para suas interpretações/representações cênicas.

Dando sequência à discussão, no eixo Discurso e Pragmática, o capítulo *A Leitura Inferencial da Ironia no Discurso Jornalístico em Perspectiva Pragmático-Discursiva*, de Claudia Maria Chiarion, busca identificar os traços característicos da ironia, compreendida como um fenômeno universal e singular, explicar em termos cognitivamente realistas a que essas expectativas equivalem e como elas podem contribuir para uma abordagem empiricamente plausível de compreensão nos gêneros discursivos em uma perspectiva pragmático-discursiva, com ênfase na Teoria de Relevância e nos conceitos bakhtinianos relativos aos elementos constitutivos do discurso. Finalmente, no capítulo das organizadoras deste livro, Ana Paula Albarelli (FFLCH/USP) e Katiuscia Cristina Santana (FFLCH/USP), intitulado *Uma análise pragmática do discurso do presidente Jair Bolsonaro no contexto da crise sanitária no Brasil*, trechos de entrevistas e falas distintas de Jair Bolsonaro serão investigados a fim de considerar o papel de suas intenções de fala e as formas de interpretação dos enunciados sob o crivo de motivações decorrentes do contexto de interação, em que os sentidos e a produção de significados são analisados não só à luz de aspectos linguísticos, mas também em função de contingências extralinguísticas. Partindo dos estudos gramaticais e argumentativos, o capítulo *Análise pragmática das conjunções causais e explicativas segundo a perspectiva de Oswald Ducrot e Carlos Vogt*, de Ânderson Rodrigues Marins, além de uma ampla revisão da bibliografia disponível acerca da descrição e funcionamento das conjunções causais e explicativas no Português Brasileiro, busca-se uma síntese teórica à luz de Oswald Ducrot e Carlos Vogt, cujos princípios norteiam na e para uma vasta análise das conjunções, submetendo-as a testes, como o da pergunta

e o da negação, da quantificação, do encadeamento e da extraposição, avaliando tanto seu aspecto gramatical quanto argumentativo. Para encerrar o eixo Discurso e Pragmática, o capítulo *Caminhos para uma Análise de Discurso Crítica Etnográfica*, de Francisco Djefrey Simplicio Pereira, objetiva recorrer à Pragmática como fio condutor para a pesquisa etnográfica em Análise do Discurso Crítica.

O livro também conta com importantes reflexões na área educacional. O capítulo intitulado *A Necessidade da Pragmática no Ensino das Formas de Tratamento nas Aulas de PLE Face ao Espanhol*, de Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco (USP) e Yedda Alves de Oliveira Caggiano Blanco (USP), tem como objetivo proceder à abordagem crítica de livros didáticos de Língua Espanhola passando pelo crivo de uma visão baseada no contexto e nos usos da língua, quais sejam, na relevância dos aspectos concernentes ao contexto e suas implicações para a compreensão efetiva do idioma pelos alunos de LE, como língua estrangeira. Nesse sentido, no capítulo *Língua autêntica e língua de materiais didáticos de italiano LE: Uma análise das aberturas telefônicas*, de Adriana Mendes Porcellato, a autora lança mão da Análise da Conversação para comparar as aberturas telefônicas de conversas autênticas extraídas do *Lessico dell'Italiano Parlato* (LIP) com as aberturas de conversas telefônicas de alguns livros didáticos de italiano como língua estrangeira (doravante ILE) em nível básico.

Além de estudos que abordam materias de língua estrangeira, há também espaço para discussões acerca da aquisição da linguagem. No capítulo *A aquisição de línguas adicionais e teoria da relevância: um estudo possível*, de Marina Xavier Ferreira e Elena Godoy, parte-se da hipótese de pesquisa de que a relevância é uma propriedade cognitiva que desempenha um papel fundamental na aquisição de línguas adicionais,

por ser um elemento que seleciona a entrada de dados e que se coaduna aos aspectos pragmáticos, principalmente a propriedade cognitiva da relevância, que as pesquisadoras acreditam ser indispensável para que a aquisição ocorra. Por sua vez, no capítulo *Em defesa de uma abordagem sócio-pragmática de aquisição de linguagem*, de Renato Caruso Vieira, o autor apresenta argumentos que evidenciam a importância central desempenhada pela pragmática, em seu aspecto sócio-comunicativo de inferência de intenções, na aquisição de linguagem.

Por fim, no capítulo *Pragmática na avaliação clínica da linguagem*, de Ana Carolina Gomes da Silva e Felipe Venâncio Barbosa, a função pragmática da linguagem se insere num contexto clínico, refletindo a respeito da pragmática da língua a partir de uma experiência pessoal ou a partir da imagem de um falante hipotético que, por diversos motivos, não conseguem utilizar e/ou compreender o papel do contexto na língua, afetando de forma significativa a comunicação com outros falantes e a expressão ante o mundo.

Isso posto, essa obra abrange discussões teóricas, metodológicas, revisões de literatura e análise de dados em diferentes perspectivas, de modo que esperamos que o leitor possa conhecer um pouco mais sobre os estudos pragmáticos.

Desejamos a todos e a todas uma boa leitura!

Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva

Docente na área de Letras da Universidade de São Paulo

Profa Dra. Katiuscia Cristina Santana

Pesquisadora FFLCH/USP

Profa. Dra. Ana Paula Albarelli

FFLCH/USP

(Des)cortesia: conceitos básicos

Luiz Antônio da Silva

Introdução

Discorrer sobre cortesia e descortesia significa falar sobre comunicação, isto é, pensar em cortesia e descortesia é pensar que os participantes de uma dada comunicação compartilham a mesma perspectiva e sabem que estão envolvidos em um sistema de comportamentos sociais estabelecidos.

O interesse dos pesquisadores pelo estudo de cortesia/descortesia se explica pelo fato de se tratar de um dos princípios que rege a dinâmica interacional. Ou como explica Briz (2007):

Sem dúvida, o êxito na comunicação, a felicidade ou infelicidade dos atos de fala a que se referia Austin é fruto de uma atividade conjunta dos interlocutores participantes de uma interação. Daí que a atividade linguística seja também atividade social. E a cortesia, uma destas principais atividades sociais que colabora para o êxito conversacional (BRIZ, 2007, p. 6).

De acordo com Briz (2007), reiteremos que a língua não é um sistema autônomo que se esgota no código linguístico. Para além de um sistema linguístico, trata-se de uma atividade social, histórica e cognitiva, que varia de acordo com suas condições de uso. Trata-se de um fenômeno “interativo e dinâmico, voltado para atividades dialógicas, que marcam as características mais salientes da fala, tais como as estratégias de formulação

em tempo real” (MARCUSCHI, 2001, p. 33). Também, trata-se de um fenômeno “interacional, isto é, produzido por sujeitos integrados numa dada sociedade que se transforma a todo instante” (CUNHA, 2012, p. 46). Sendo assim, engloba os interactantes que se envolvem em atividades sociais dos mais variados tipos.

O objetivo deste trabalho é fazer algumas considerações a respeito de conceitos fundamentais para aqueles que se debruçam a estudar este assunto tão instigante, cortesia e descortesia.

Problemas Terminológicos

No meio acadêmico brasileiro, dependendo da formação do pesquisador ou do grupo a que ele pertence, costuma-se usar *cortesia* ou *polidez*. Ainda que haja aqueles que buscam sentidos diferentes para esses termos, como considerar *descortesia* como um ato involuntário e *impolidez*, como sinônimo de rudeza, em geral, são usados como sinônimos. Sei, também, que terminologia é uma questão de gosto e de convicções e tomada de decisão.

No grupo do Projeto NURC, não se faz distinção entre tais termos e optou-se por *cortesia*. Quando comparávamos os contrastes *cortesia/descortesia* e *polidez/impolidez*, parecia-nos que *impolidez* não soava tão bem e, acrescente-se que, ainda, não constava nos dicionários. Também, é importante dizer que sempre tivemos um diálogo muito produtivo com pesquisadores espanhóis, que sempre usaram *cortesia/descortesia*. Sendo assim, a publicação de 2008 do Projeto NURC/SP recebeu o título *Cortesia Verbal*.

Ressalte-se, ainda, que a terminologia não impede uma boa interlocução com grupos que utilizam *polidez/impolidez*, como é o caso da equipe liderada pela Profa. Dra. Kazuê Saito Monteiro de Barros, da Universidade Federal de Pernambuco. Observe-se, nas Referências, os diversos títulos que utilizam as formas *polidez/impolidez*.

Além do mais, a etimologia nos leva a caminhos comuns e convergentes. É preciso buscar a origem do termo *cortesia* na corte. Esse termo nos remete ao período da corte nas sociedades europeias, em que havia um sistema de modos e uma etiqueta de comportamentos mais educados e adequados à vida social. O que era típico da corte era refinado e educado, enquanto o que estava no círculo da província era rude, grosseiro e mal-educado. Dessa forma, a educação refinada da corte passou a ser sinônimo de cortesia, em oposição ao que era provinciano e grosseiro. A gente da corte criou um sistema de modos, uma etiqueta de comportamentos mais educados e adequados à vida social: normas para casamentos, normas para funeral, normas para a relação com homens e mulheres, etc. Em contraste com o que acontecia na província, a vida na corte era mais polida, mais refinada, enfim mais educada.

O termo *polidez* segue a mesma lógica, pois se refere àquilo que foi polido, isto é, as arestas foram aparadas; o material está liso, lustrado e refinado e os excessos grosseiros foram retirados. Em outras palavras, aquilo que não estava bem ou adequado foi resolvido. Dessa forma, o termo *polidez* nos leva àquela pessoa que foi polida e lustrada e, assim, sem as arestas, tornou-se um brilho em termos de educação, ao contrário daquelas que estão repletas de pontas e excessos.

Sendo assim, tanto *cortesia* quanto *polidez* nos conduzem à ideia de afabilidade, brandura, deferência, suavidade e civilidade. Com isso,

percebe-se que, etimologicamente falando, *cortesia* e *polidez* têm o mesmo sentido, por isso não vemos nenhum motivo para estabelecer diferenças entre os termos. Trata-se de uma tomada de posição.

É importante salientar que, no português europeu, ainda encontramos o termo *delicadeza* em contraste com *rudeza*, como ocorre no título do artigo “A delicadeza e as formas de tratamento em português língua não materna: um estudo de caso numa sociedade bilíngue em Espanha”, constante em Antão e Almeida (2021).

Essas considerações têm a intenção de esclarecer a problemática da terminologia e deixar evidente que consideramos *cortesia/descortesia* como sinônimos de *polidez/impolidez*, porém, neste trabalho, utilizar-se-á *cortesia/descortesia*.

Cortesia e Descortesia

Os estudos da cortesia começaram a aparecer no meio acadêmico brasileiro a partir da década de 1980, ainda que os primeiros estudos já tenham surgido na década de 1970. Cunha e Oliveira (2020) estabelecem duas fases para os estudos da cortesia. Na primeira fase, situam-se os trabalhos pioneiros de Lakoff (1973), Brown e Levinson (1978 e 1987) e Leech (1983). A segunda fase refere-se a novas abordagens, buscando solucionar lacunas e equívocos dos trabalhos pioneiros. Segundo Cunha e Oliveira (2020):

Inseridas inicialmente na vertente pragmática dos estudos da linguagem e articulando de modo original as contribuições de estudiosos da Antropologia (Malinowski, Radcliffe-Brown), da Sociologia (Durkheim, Goffman) e da Filosofia (Grice, Austin, Searle), as pesquisas sobre polidez linguística revelaram o papel da gramática da língua na manutenção e preservação

das relações sociais. Passados mais de quarenta anos desde a divulgação das abordagens pioneiras, hoje o tema da polidez não pertence exclusivamente ao domínio da Pragmática, sendo amplamente abordado por outras áreas, como a Linguística Textual, a Sociolinguística Interacional e a Análise do Discurso. Por isso mesmo, se, de um lado, os estudos sobre a polidez, ao analisarem o fenômeno de perspectivas distintas, têm contribuído para revelar sua complexidade inerente, de outro a multiplicidade de abordagens teóricas, de métodos e de debates tem dificultado uma apreensão global dos instrumentos conceituais desenvolvidos para o estudo da polidez (CUNHA e OLIVEIRA, 2020, p. 137).

Briz (2007) se refere a dois tipos de cortesia: *normativa* e *estratégica*. Sendo uma atividade social, a cortesia é um fenômeno de aproximação ou distanciamento do outro. É possível buscar aproximação do outro com finalidade cortês, porque existe uma norma de conduta social ou uma lógica cultural que compele a isso. Trata-se da *cortesia normativa*, que segue as chamadas etiquetas sociais de bem conviver em sociedade.

Também considerando a atividade social, a aproximação ou distanciamento do outro pode seguir uma intenção estratégica para conseguir algo. Trata-se da *cortesia estratégica* que busca alcançar algo, diferente de ser, simplesmente, cortês.

Bravo (2005) esclarece que cortesia se refere a uma atividade comunicativa, cuja finalidade é estar em harmonia com o interlocutor, adequando-se às normas e códigos sociais que tanto locutor como interlocutor conhecem. Isso significa dizer que a cortesia é um fenômeno pragmático que surge na interação para assegurar a harmonia entre os interactantes.

Para Kerbrat-Orecchioni (2006), a cortesia tem como função geral possibilitar uma gestão harmoniosa da relação interpessoal. A cortesia se manifesta por atos linguísticos e atos não-linguísticos, sendo inerente às relações humanas nas mais variadas instâncias em que o ser humano vive.

Em geral, a noção de cortesia se concebe como “um conjunto de normas sociais, estabelecidas por uma determinada sociedade, que regulam o comportamento adequado de seus membros, proibindo algumas formas de conduta e favorecendo outras” (ESCANDELL VIDAL, 1993, p. 136).

Haverkate (1994) deixa claro que as normas de cortesia funcionam como regras que regulam o comportamento humano:

Elaborando este ponto, podemos afirmar que as normas de cortesia funcionam como regras *regulativas*, ou seja, como regras que regulam formas de comportamento humano que existiam antes de tais regras serem criadas. Por esse motivo, a comunicação verbal poderia dar-se perfeitamente sem aplicar as normas de cortesia. Uma pessoa que tenha atuado como se as normas não existissem, violaria profundamente as convenções inerentes aos bons modos, mas conseguiria fazer-se entender sem a menor dificuldade. Nesse aspecto, as normas de cortesia diferem fundamentalmente das regras gramaticais, que são regras tipicamente *constitutivas*. Isso quer dizer que a comunicação verbal seria impossível se não se baseasse em um sistema de regras formais que determinam a estrutura da mensagem linguística. Uma pessoa que atuasse como se as regras gramaticais não existissem, não conseguiria fazer-se entender (HAVERKATE, 1994, p. 15).

Em síntese, cortesia se refere à eficácia das relações interpessoais por meio da linguagem. Dizer a verdade pode ser mais eficaz em termos comunicativos, no entanto, pode provocar rompimento de relações sociais. Então, é possível dizer a verdade sem, todavia, quebrar os vínculos sociais, isto é, usar mecanismos linguísticos que mitiguem os efeitos negativos da comunicação. Lakoff (1973) afirma que cortesia se refere a um sistema de relações interpessoais designado para facilitar a interação por meio da minimização do potencial para o conflito e confrontação inerente a toda troca humana.

Ressalte-se, também, que, em geral, todas as culturas têm a noção de *cortesia/descortesia*, contudo não se pode generalizar, afirmando que determinados comportamentos sejam universais. Silva (2008) esclarece:

Não temos dúvida de que o tema da cortesia está relacionado à identidade individual e social, pois serve para construirmos nossa imagem pessoal e social diante do(s) grupo(s) do(s) qual(ais) participamos. Segundo Álvares Muro (2002), trata-se de atos simbólicos, gestuais e verbais que expressam sentimentos de apreço e/ou respeito codificados e que, de alguma forma, são conscientes. Esses atos servem para regular uma ação relacionada à construção da identidade pessoal e social, tendo em vista o grupo a que se refere, com vistas a minimizar os conflitos decorrentes da interação. Dessa forma, há um discurso da cortesia que apresenta aspectos valorativos em bons e maus, bonitos ou feios, adequados e inadequados (SILVA, 2008, p. 166).

Já o comportamento descortês está associado à ausência de cortesia, como o próprio prefixo *-des* sugere. Os dicionários definem descortesia como a falta de cortesia, no entanto não é tão simples assim.

Brown e Levinson (1987, p. 62) esclarecem que atos que coloquem em risco o equilíbrio da interação são atos descorteses. De acordo com Culpeper (2011, p. 37), descortesia envolve violação de normas sociais de comportamento. Então, qualquer ato que implique confronto intencional ou não pressupõe descortesia. Da mesma forma que foi abordada a noção de cortesia, também em relação à descortesia é possível dizer que alguns indivíduos, em determinadas situações, têm a intenção de serem ou parecerem descorteses, seja para criar uma determinada imagem, seja para conseguirem algum intento.

Da mesma forma que Marcuschi (2001) coloca oralidade e escrita entre dois polos e, dependendo do gênero ou tipo de texto, ora se aproxima da oralidade, ora se aproxima da escrita, da mesma forma é possível estabelecer um *continuum* entre cortesia e descortesia. Não se pode estabelecer absolutos em determinadas situações, isto é, não se pode dizer de antemão se um determinado tipo de interação seja cortês ou descortês. Antes, é necessário considerar alguns aspectos importantes, como grau de imposição do ato de fala, grau de envolvimento entre os interactantes,

hierarquia, contexto geral e contexto específico da interação. É comum considerar determinadas fórmulas como cortesias, por exemplo um *muito obrigado(a)*, contudo há necessidade de se analisar a interação como um todo, pois a possível fórmula cortês *muito obrigado(a)* pode vir carregada de ironia, sendo, portanto, uma fórmula descortês. Da mesma forma, uma gafe ou uma ausência involuntária de cortesia não devem ser analisadas da mesma forma que um caso típico de descortesia. Kaul de Marlangeon (2017) assim se manifesta a respeito desse *continuum*:

Em consonância com as formulações de Fraser e Nolen (1981) e Lavandera (1988) sobre cortesia, postulamos a existência do *continuum* cortesia-descortesia (KAUL DE MARLANGEON, 1995) e o desenvolvemos focalizando o campo da descortesia, em um *corpus* da poesia do tango da década de 1920. Posteriormente, Kienpointner (1997) e Mills (2003), entre outros, também convergiram na ideia de considerar um *continuum* para tratar tais comportamentos.

Refletir a respeito do *continuum* da ‘cortesia-descortesia’ tem a vantagem metodológica de abranger naturalmente o conceito dos fenômenos da cortesia e da descortesia, considerando-os mais do que simples polos opostos, como setores próprios do *continuum* e constitutivos de sua gradação. Além disso, o *continuum* permite evidenciar com maior precisão conceitual tanto os aspectos convergentes quanto os divergentes entre cortesia e descortesia. (KAUL DE MARLANGEON, 2017, p. 93-94).

Koike (2017) também corrobora a noção de *continuum* no estudo da cortesia e da descortesia:

O que elaboro aqui é a noção de que, em primeiro lugar, uma interpretação de cortesia em um enunciado vai variar de acordo com os participantes individuais. Segundo, a cortesia é melhor representada como um contínuo de comportamentos cortesias, que pode ser representado como se mostra na Figura 1.

Figura 1

|-----Cortês-----] [----Descortês-----]

Por outro lado, a descortesia, um comportamento muito mais marcado, também é representada no contínuo, mas de forma muito menor, como se vê na Figura 1. Está no outro extremo dos comportamentos corteses, e o ponto em um comportamento ou um enunciado pode ser considerado descortês também varia de indivíduo para indivíduo. Esta ideia se vê na teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1996) assim como se aplica à cortesia (HAUGH, 2015). Cada pessoa tem um nível diferente de tolerância para o comportamento cortês e sobretudo o descortês (KOKE, 2017: 70).

Sendo assim, é preciso ponderar e analisar com mais precisão antes de afirmar que determinada interação seja cortês ou descortês.

Face e Preservação da Face

O sociólogo Erving Goffman é considerado um dos principais teóricos da interação. Na década de 1960, propôs que a comunicação humana não só trata da troca de informações como também deixa claro que as pessoas estabelecem relações entre si. Quando se entra em contato com outra pessoa, existe a preocupação de preservar a autoimagem pública. Goffman utiliza o termo *face*. Esse termo provém de expressões em inglês, como *to save face* (salvar a honra, preservar as aparências) e *to lose face* (perder a face, perder a reputação). Face ou imagem pública é o valor social positivo que uma pessoa deseja para si, por meio de procedimentos que os outros supõem que segue. É a imagem pública do indivíduo, delineada em termos de atributos sociais. Consiste na imagem

positiva que vem a ser a construção da identidade ou “máscara”, isto é, o desejo de ser amado, apreciado pelos demais, em absoluto cumprimento das normas da sociedade.

Goffman (1970) cunhou o termo *trabalho de face* (*face work*) para designar o gerenciamento da imagem durante a interação. Trata-se de ações efetuadas por uma pessoa para conseguir que o que faça seja coerente com sua imagem. O trabalho de face serve para neutralizar incidentes, isto é, fatos que coloquem em risco a face do locutor ou do interlocutor. Há uma orientação defensiva, no sentido de preservar a própria face e uma orientação protetora, visando a preservar a face do outro. O simples contato com um interlocutor já representa o rompimento de um equilíbrio, ameaçando a imagem tanto do locutor quanto do interlocutor. Isso leva a um acordo tácito entre as partes: um não ameaça a face do outro até o momento em que a própria face não é ameaçada. Todavia é preciso tomar cuidado, pois, no ímpeto de preservar a própria face, corre-se o risco de ameaçar a face do interlocutor. Ou ainda, no intuito de preservar a face do outro, é possível ameaçar a própria face.

Goffman define três tipos de responsabilidade diante da ameaça à face:

1. Ao ameaçar, o indivíduo age com certa ingenuidade/inocência, isto é, a ameaça é involuntária e não-intencional. Se soubesse, teria evitado a situação. Exemplos: gafe social, atitude desastrada, como, por exemplo, perguntar sobre a gravidez e a pessoa dizer que perdeu a criança. Ou perguntar se está grávida e a pessoa dizer que não; está gorda. Ou, ainda, perguntar pelo parente e este ter morrido.

2. A ameaça é resultado de malícia ou rancor ou vingança, com a clara intenção de promover conflito ou insulto. A sua desafeta foi ao cabeleireiro e ele estragou o cabelo dela. Então, para provocá-la e irritá-la,

pergunta-se como está e se faz um longo elogio ao cabelo. Ou sabe-se que está no trabalho alguém de quem seu colega não gosta e pergunta-se se está feliz por ter visto tal pessoa.

3. A ameaça é provocada por ofensas acidentais; a pessoa que ameaça sabe da possibilidade de colocar em risco a face, mas não o faz por rancor. Por exemplo, o comunicado do falecimento ou a notícia da reprovação no colégio ou, ainda, o comunicado aos pais das más notas do filho.

Esses três tipos podem ser provocados por situações diferentes:

- pelo indivíduo contra a própria face;
- pelo indivíduo contra a face dos demais;
- pelos demais contra a própria face;
- pelos demais contra a face do indivíduo.

Em uma interação, é possível que a imagem que o interlocutor deseja ver manifesta não se concretize, provocando, por isso, uma situação de conflito. Goffman utiliza o termo *face work* (trabalho de face) para designar as ações efetuadas por um indivíduo para conseguir que o que faça seja coerente com sua imagem.

Goffman considera três tipos de procedimentos ou práticas para manter a face:

1. Evitar a situação de ameaça: evitar contatos “perigosos”; temas e situações constrangedores; evitar ou apresentar de forma dissimulada ou indireta.

2. Processo corretivo: tentativa de corrigir os efeitos ameaçadores da face. Comportamentos ritualísticos (perdão, desculpas) para compensar o dano causado à face. Há 4 movimentos clássicos:

a) Desafio: chamada de atenção para a ameaça e o desafio de reequilibrar a situação.

b) Oferecimento: o indivíduo que ofende tem a possibilidade de corrigir a ameaça e reestabelecer a ordem.

c) Aceitação: o ofendido aceita o reparo e se satisfaz em reestabelecer a ordem e o equilíbrio.

d) Agradecimento: a pessoa perdoada (que ameaçou a face) transmite um sinal de gratidão ao que perdoou.

3. Pontualização: refere-se ao emprego agressivo do trabalho de face. Neste caso, a ameaça é voluntária, como costuma ocorrer em debates políticos.

Brown e Levinson (1987) tomaram como ponto de partida a noção de face de Goffman e ampliaram o conceito, criando a noção de *atos ameaçadores de face* e *face positiva* e *face negativa*.

Os *atos ameaçadores de face* referem-se a atos contrários aos desejos do outro e que ameaçam a face. Referem-se a atos verbais que ameaçam as faces, tanto do locutor quanto do interlocutor.

Para Brown e Levinson (1987), todo indivíduo possui duas faces, *positiva* e *negativa*. Ressalte-se tais termos não apresentam nenhum sentido valorativo.

Face positiva refere-se ao desejo de que a autoimagem seja aprovada e valorizada. É o desejo de aprovação social; refere-se à necessidade que todo indivíduo tem de ser aceito, de ser tratado como membro de um grupo, de saber que seus próprios desejos são compartilhados pelos interlocutores. Representa o desejo de ser apreciado e admirado e que seus desejos sejam aceitáveis pelo interlocutor. Tudo aquilo que coloca em risco essa imagem representa ameaça à face positiva.

Face negativa refere-se à necessidade que todo indivíduo tem de ser independente, de ter liberdade de ação e de não sofrer imposição. Envolve a contestação básica aos territórios, reservas pessoais e direitos; em outras

palavras, a liberdade de ação e liberdade de não sofrer imposição; enfim, o desejo que as pessoas têm de não serem controladas. Tudo o que cerceia a liberdade de ação ameaça a face negativa.

Marcuschi (1989, p. 284) apresenta um resumo de atos que ameaçam as faces:

1. *Atos que ameaçam a face positiva do interlocutor*: são atos que desgastam a imagem do interlocutor, como desaprovação, insultos, acusações, sarcasmo, refutações.
2. *Atos que ameaçam a face negativa do interlocutor*: são atos que invadem a território pessoal e tiram a liberdade de ação, como pedidos, ordens, perguntas indiscretas, proibições.
3. *Atos que ameaçam a face positiva do locutor*: são atos autodesgastantes, como autocrítica, auto-humilhação e autoconfissões.
4. *Atos que ameaçam a face negativa do locutor*: são atos potencialmente abertos ao fracasso ou a um dano ao expor bens próprios ou limitar a liberdade de ação, como comprometer-se, fazer promessas.

Considerações finais

Conforme foi dito no início, este trabalho tem por objetivo fazer algumas considerações sobre conceitos fundamentais para quem trabalha com o tema da (des)cortesia. Sendo assim, procuramos levar a cabo esse intento, buscando motivar aqueles que já vêm desenvolvendo trabalhos nessa linha teórica e estimular aqueles que, ainda, estão lendo trabalhos nessa área.

Não foi nosso objetivo fazer uma exaustiva explanação teórica nem resenhar as correntes mais utilizadas por pesquisadores brasileiros. Tivemos, somente, a intenção de revisitar os conceitos teóricos mais utilizados pelos pesquisadores desse tema.

Referências

ANTÃO, Marta A. C. Lopes e ALMEIDA, Carla Aurélia de. A delicadeza e as formas de tratamento em português língua não materna: um estudo de caso numa sociedade bilíngue em Espanha. *Diacrítica*, 35/1, p. 189-206, 2021.

BRAVO, Diana. Categorías, tipologías y aplicaciones. Hacia una redefinición de la “cortesía comunicativa”. In: BRAVO, Diana (Ed.). *Estudios de la (des)cortesía en español. Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos*. Buenos Aires: Programa Edice-Dunken, 2005, p. 21-52.

BRIZ, Antonio. Para un análisis semántico, pragmático y sociopragmático de la cortesía atenuadora en España y América. *Lingüística Española Actual(LEA)*: XXIX/1, p. 5-44, 2007.

BROWN, Penelope e LEVINSON, Stephen. Universals in language usage: Politeness phenomena. In: GOOD, E. (Ed.) *Questions and politeness: strategies in social interaction*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 56-290, 1978.

BROWN, Penelope e LEVINSON, Stephen. *Politeness. Some Universals in language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CULPEPER, Jonathan. *Impoliteness: using language to cause offense*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

CUNHA, Eva C. *Estratégias de polidez na interação em aulas chat*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2012.

CUNHA, Gustavo Ximenes e OLIVEIRA, Ana Larissa A. M. Teorias de im/polidez linguística: revisitando o estado da arte para uma contribuição teórica sobre o tema. *Estudos da Linguagem*, 18/2, p. 135-162, 2020.

ESCANDELL VIDAL, M. Victoria. *Introducción a la Pragmática*. Barcelona: Anthropos-UNED, 1993.

GOFFMAN, Irving. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1970.

HAVERKATE, Henk. *La cortesía verbal*. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

KAUL DE MARLANGEON, Silvia. Contribuições para o estudo da descortesía verbal. In: CABRAL, Ana L. T.; SEARA, Isabel R. e GUARANHA, Manoel F.(Orgs.). *Descortesía e cortesía: expressão de culturas*. São Paulo: Cortez, p. 93-108, 2017.

KERBRAT-ORECCHINI, Catherine. *Análise da Conversação*: princípios e métodos. Tradução para o português de Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola, 2006.

KOIKE, Dale A. Os frames culturais na fala: expectativas para a(des)cortesia. In: CABRAL, Ana L. T.; SEARA, Isabel R. e GUARANHA, Manoel F. (Orgs.) *Descortesia e cortesia*: expressão de culturas. São Paulo: Cortez, p. 57-92, 2017.

LAKOFF, Robin. The logic of politeness: or minding your p's and q's. *Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, IX, p. 292-305, 1973.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Marcadores conversacionais do português brasileiro: formas, posições e funções. In: CASTILHO, Ataliba T. de. *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Da fala para a escrita*: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez.

SILVA, Luiz Antônio da. Cortesia e formas de tratamento. In: PRETI, Dino (Org.). *Cortesia Verbal*. São Paulo: Humanitas, p. 157-192, 2008.

A descortesia nas redes sociais no contexto político-ideológico: Brasil e Argentina

Fábio Barbosa de Lima

*Eu quero entrar na rede
Promover um debate
Juntar via Internet
Um grupo de tietes de Connecticut*

Pela Internet¹ – Gilberto Gil

Considerações iniciais

É inegável que a ascensão das redes sociais e o uso de recursos tecnológicos têm dado novos contornos na polarização político-ideológica, fazendo com que boa parte desse processo ocorra no âmbito da virtualidade, contribuindo para a amplificação dos embates entre grupos ideologicamente opostos.

Em nosso estudo de doutorado² (LIMA, 2019), delimitamos o período compreendido entre 2014 e 2017 para esta análise, pois abarcam

1 Disco *Quanta*, 1997 – Warner Music.

2 Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. María Zulma Moriondo Kulikowski.

eventos que marcam a referida polarização no Brasil e na Argentina: a eleição de 2014, momento a partir do qual se dá o processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff e o governo Michel Temer no Brasil; já, no que se refere à Argentina, o final do governo Cristina Kirchner e a eleição de 2015, vencida por Mauricio Macri, seu opositor.

Tais acontecimentos políticos foram marcados por mobilizações retroalimentadas nas redes sociais; desde a concepção dos movimentos, passando pela convocação dos atos, até a participação física e/ou virtual, com a reverberação na mídia e nas próprias redes. Para corroborar o fato, destacamos movimentos de greve geral nos dois países, além de manifestações contrárias e favoráveis ao processo de *impeachment* da presidenta brasileira e, posteriormente, contrárias ao governo Michel Temer, no Brasil, e o movimento *Ni Una Menos* na Argentina.

Escolhemos, então, para a formação dos nossos *corpora*, as páginas dos veículos de comunicação brasileiros UOL, Carta Capital e dos argentinos Clarín e Página 12 no Facebook. Tal opção se deu por se tratar da rede social em que mais acontecem confrontos de cunho político-ideológico e, ainda, pela busca de considerável parcela do público por páginas jornalísticas da grande imprensa, devido à sensação de ter informação mais neutra; o que faz desse espaço um ponto de encontro de pessoas com diferentes posicionamentos.

As manifestações de descortesia nas redes sociais

Considerando as transformações que a virtualidade trouxe para a comunicação entre os indivíduos, Yus (2001) propõe o termo

ciberpragmática para categorizar o estudo das interações humanas em ambientes virtuais, buscando explicitar o seu papel pragmático.

No que diz respeito à polarização político-ideológica dos últimos anos, que tem sido retroalimentada pelas redes sociais, podemos observar que as manifestações de descortesia têm um papel crucial nos embates.

Lima (2020), destaca que a importância das redes sociais para os estudos pragmáticos, considerando que:

Isso se deve ao seu impacto nas interações humanas e nas novas formas de se comunicar. Ainda que haja a falta de marcas de contexto e a ausência da interação face a face pode levar os interagentes direcionarem a um uso exagerado da cortesia; por outro lado, esses mesmos aspectos podem levá-los a comportamentos mais próximos da descortesia (LIMA, 2020, p. 65).

Culpeper (2011, p. 23) conceitua descortesia como “uma atitude negativa em relação a comportamentos específicos que ocorrem em contextos específicos” (tradução nossa)³, que pode impactar um indivíduo ou um grupo, quer seja em seus desejos, expectativas e crenças. O autor, ainda assevera que:

Tais comportamentos sempre têm ou presumem que tenham consequências emocionais para pelo menos um participante, ou seja, causam ou devem causar ofensa. Vários fatores podem exacerbar o quão ofensivo um comportamento indelicado é considerado, incluindo, por exemplo, se alguém entende um comportamento fortemente intencional ou não. (CULPEPER, 2011, p. 23, tradução nossa)⁴.

3 citação original: “is a negative attitude towards specific behaviours occurring in specific contexts” (CULPEPER, 2011, p. 23).

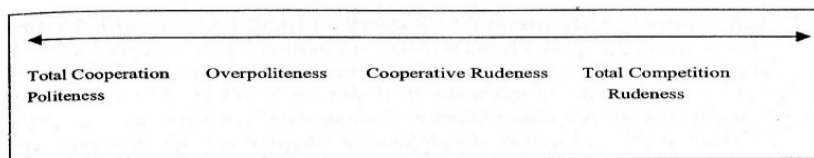
4 citação original: Such behaviours always have or are presumed to have emotional consequences for at least one participant, that is, they cause or are presumed to cause offence. Various factors can exacerbate how offensive an impolite behaviour is taken to be, including for example whether one understands a behaviour to be strongly intentional or not (CULPEPER, 2011, p. 23).

Ao considerarmos a descortesia como uma estratégia comunicativa, assim como a cortesia, é possível afirmar que ambas constituem um *continuum*, estando em lados opostos. Dessa forma, um ato de fala pode variar para mais cortês ou mais descortês; ideia corroborada por Kaul de Marlangeon, ao afirmar que cortesia e descortesia são:

partes do mesmo *continuum*, isto é, duas valorações opostas da mesma função, conceito que nos permite abarcar naturalmente ambos os fenômenos, sem considerá-los como simples opostos polares (...) mas como extremos de uma gradação (KAUL DE MARLANGEON, 2008, p. 256, tradução nossa).⁵

Para ilustrar a questão, temos, também, o *continuum* cortesia – descortesia proposto por Brenes Peña (2011, p. 33):

Figura 1 – Quadro *Continuum* cortesia-descortesia



Fonte: Brenes Peña, 2011.

Importante contribuição de Kaul de Marlangeon (2005) para os estudos da descortesia é a categorização das estratégias de afiliação exacerbada e de refratariedade, paralelos traçados para as categorias de autonomia e afiliação propostas por Bravo (1999) no âmbito da cortesia.

⁵ citação original: “del mismo continuo, o sea, dos valuaciones opuestas de la misma función, concepto que permite abarcar naturalmente ambos fenómenos, sin plantearlos como simples opuestos polares (...) sino como extremos de una gradación” (KAUL DE MARLANGEON, 2008, p. 256).

Temos assim, neste *continuum*, a afiliação exacerbada como estratégia de descortesia, correspondendo ao conceito de afiliação, como estratégia de cortesia; ambas constituindo o desejo de ser parte integrante do grupo. Do outro lado, temos a refratariedade como estratégia de descortesia, que corresponde ao conceito de autonomia, como estratégia de cortesia; como expressão do desejo de ser visto como alguém independente do grupo.

Podemos ver mais bem explicitada a relação entre a afiliação (cortesia) e refratariedade (descortesia) em Cordisco e Kaul de Marlangeon:

Na primeira (**afiliação exacerbada**), o indivíduo produz atividades nas quais se percebe e é percebido pelos outros como um membro do grupo. O adepto assume sua filiação com plena consciência e orgulho: é partidário dos membros e das ideias de seu grupo, a ponto de escolher a descortesia em sua defesa. Na segunda (**refratariedade**), o indivíduo se percebe e é percebido pelos outros como opositor do grupo. Ele critica, reprova, ataca, combate, agride, quer expressar que está em uma atitude refratária em relação ao que lhe suscita oposição (CORDISCO; KAUL DE MARLANGEON, 2014, p. 147, grifos nossos, tradução nossa).⁶

Podemos observar que nas interações nas redes sociais, sobretudo em temas de cunho político-ideológico, em que a polarização se apresenta de forma mais contundente na atualidade, que a descortesia não é um sinal de rompimento da interação, mas sim, uma estratégia comunicativa, que impulsiona e incita a discussão. A este respeito, para Cordisco e Kaul

6 citação original: En la primera (**afiliación exacerbada**), el individuo produce actividades en las que se percibe a sí mismo y es percibido por los demás como adepto a un grupo. El adepto asume su calidad de miembro con plena conciencia y orgullo: es partidario de los miembros y de las ideas de su grupo, al punto de escoger la descortesía en su defensa. En la segunda (**refratariedad**), el individuo se percibe a sí mismo y es percibido por los demás como opositor al grupo. Critica, vitupera, arremete, combate, agrede, quiere expresar que está en una actitud refractaria respecto de aquello que suscita su oposición (CORDISCO; KAUL DE MARLANGEON, 2014, p. 147).

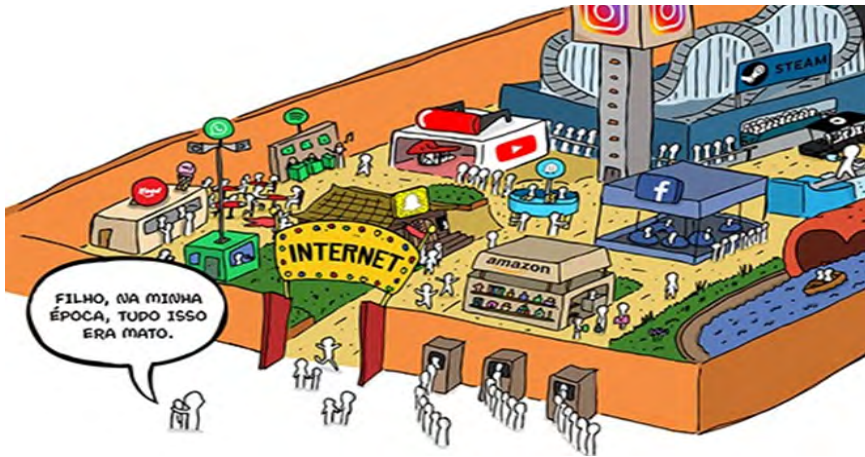
de Marlangeon (2014), a descortesia funciona como um mecanismo de pertencimento ou de oposição aos grupos ideologicamente marcados na polarização.

As representações das interações nas redes sociais

A charge de Carlos Ruas, publicada em 2019, intitulada “na minha época”, ilustra o universo das redes sociais e as interações que ocorrem na virtualidade. O pai apresenta ao filho um parque de diversões, com o comentário “Filho, na minha época, tudo isso era mato”. Na imagem, estão retratados diferentes *sites* de serviços e redes sociais, associadas às atrações de um parque. Temos as representações do site de buscas Google, da empresa de tecnologia Microsoft, da loja Amazon, do aplicativo de entrega de comidas IFood, do aplicativo de transporte privado urbano Uber, do aplicativo de navegação de rotas Waze, da plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube, da plataforma de jogos Steam, dos serviços de *streaming*⁷ Netflix (filmes e séries), Spotify (música), das redes sociais Facebook, Instagram, Tinder, Snapchat, Whatsapp e Tinder.

⁷ *Streaming*: tecnologia de envio informações multimídia, através da transferência de dados, utilizando a Internet. O termo remete à ideia de fluxo de dados ou conteúdos multimídia, como conteúdo audiovisual.

Imagem 2 – charge *Na minha época*



Fonte: Carlos Ruas, 2019

Na charge, destacamos a representação do Facebook: um carrinho de batidas, brinquedo em que vários carros em movimento, guiados pelos participantes, se chocam, simulando uma batida de veículos. A ideia da atração é, ao dirigir sem uma direção pré-determinada, colidir com os demais. O choque em si é a atração. Importante ressaltar, na mesma imagem, que há um público em volta do espaço. Assim como nesta rede social, há a ideia de enfrentamento nas interações, fato corroborado por meio da observação dos comentários e, geralmente, há o público, que não entra na discussão, mas, a partir das reações, como o *like*, podem tomar partido de um ou outro comentarista ou, ainda, apenas permanecer como espectador.

Feitas essas observações de cunho teórico-metodológico da concepção de nosso trabalho, passamos às análises de duas interações, sendo uma do Brasil e outra da Argentina.

Ressaltamos que para preservar a privacidade dos autores dos comentários, ocultamos seus nomes de usuários e fotografias de perfil. Optamos por substituir as fotos de perfil por ícones com representação de gênero e, nos casos em que o interagente é citado nominalmente, fizemos a substituição por um nome fictício. Já no que se refere à organização textual, optamos por identificar os participantes das interações de acordo com a nomenclatura do Projeto NURC⁸, sendo cada um identificado de acordo com a sua participação com o termo Locutor. Procedemos, assim, à denominação de locutor 1 – L1, locutor 2 – L2 e, assim, sucessivamente.

Brasil – Debate entre presidenciais: 1º turno

A publicação do UOL apresenta a legenda “Os 100 melhores memes e reações ao debate entre presidenciais”, seguida do link para a matéria no portal e a etiqueta #Eleições2014. Abaixo, apresentamos a foto dos candidatos em pé na foto oficial do debate realizado na Rede Globo, seguida de uma montagem de um dos temas sorteados para a discussão entre os candidatos com a legenda “bolacha ou biscoito”.

Dependendo do formato e das regras estabelecidas para o debate, há o sorteio de temas para a exposição e o confronto entre os candidatos. Esses assuntos estão relacionados com questões políticas de temática ampla como economia, desemprego, segurança pública, combate à corrupção, por exemplo.

⁸ Projeto Norma Urbana Culta – Nurc, estudos de aspectos organizacionais, estruturais e linguísticos da língua falada, ou da norma linguística urbana culta praticada pelos usuários, por meio da modalidade oral, ou da escrita na interface com a oralidade. O núcleo paulista do projeto é sediado na FFLCH-USP.

Imagem 3 – post UOL 03/10/2014



Fonte: UOL.

A publicação recebeu 7537 curtidas e 424 comentários e foi compartilhada 1568 vezes. Passamos, então, a uma das discussões travadas nos comentários.

Um interagente do sexo masculino inicia a discussão, afirmando que a candidata Luciana Genro (PSOL) é “ridícula”. O comentário dele foi curtido por 321 pessoas e recebeu 26 respostas.



Logo abaixo, há um embate entre duas participantes mulheres. L2 destaca “só vê de quem ela é filha!!!!”, em referência ao fato da candidata ser filha do ex-governador do estado do Rio Grande do Sul e ex-ministro do governo Lula, Tarso Genro; sendo questionada sobre essa associação por L3, “vai julgar uma pessoa por quem ela é filha agora?”

 **Locutor 2** — Esta Luciana não precisa de muitos comentários...só vê de quem ela é filha!!!!!!
Me gusta · Responder · 👍 20 · 3 de octubre de 2014 a las 9:52

 **Locutor 3** — Vai julgar uma pessoa por quem ela é filha agora?
Me gusta · Responder · 👍 38 · 3 de octubre de 2014 a las 10:04

Nas respostas ao comentário de L1, houve manifestações de apoio e de reprovação dirigidas à candidata. Destacamos, primeiramente, as manifestações favoráveis.

 **Locutor 7** — Ela é a mais sensata dali
Me gusta · Responder · 👍 21 · 3 de octubre de 2014 a las 10:43

 **Locutor 9** — ela só falou a verdade
Me gusta · Responder · 👍 8 · 3 de octubre de 2014 a las 10:52

 **Locutor 16** — Luciana é corajosa, deu voadora nesses pilantras, sobrou até pra Globo!
Me gusta · Responder · 👍 3 · 3 de octubre de 2014 a las 16:16

 **Locutor 19** — Luciana rainha 😊
Me gusta · Responder · 👍 1 · 3 de octubre de 2014 a las 17:41

 **Locutor 22** — Luciana é uma mulher que não é alienada e defende sua própria opinião,
Me gusta · Responder · 👍 1 · 4 de octubre de 2014 a las 6:49

 **Locutor 23** — Luciana é a única que não tem medo de falar a verdade e enfrentar os interesses dos poderosos. Pelo nível dos comentários podemos notar o (baixo) nível dos eleitores que não simpatizam pelas causas que ela defende. É muito triste ver essa alienação nas grandes massas do país.
Me gusta · Responder · 👍 1 · 4 de octubre de 2014 a las 11:44

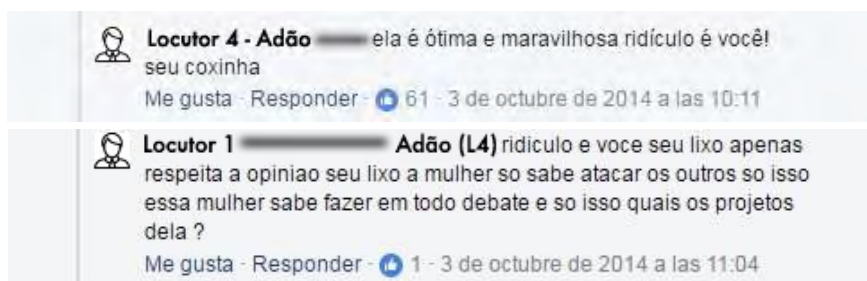
Observamos os termos “sensata”, “corajosa”, “rainha”, além de referências como falar a verdade, não alienada e que defende a sua opinião. L23 corrobora esses comentários e opina “pelo nível dos comentários podemos notar o (baixo) nível dos eleitores que não simpatizam pelas causas que ela defende. É muito triste ver essa alienação nas grandes massas do país”, desqualificando os opositores da candidata.

Destacamos, agora, as críticas e insultos dirigidos à candidata na interação, em que L20 faz o trocadilho com o nome da candidata, substituindo Luciana por “lúcifer”. L14 usa a expressão “porca esquerdista comunista” e L21 usa o termo “LIXO”. Destacamos que o uso de maiúsculas em interações virtuais é interpretado como grito; caracterizando, desse modo, um ato de descortesia.

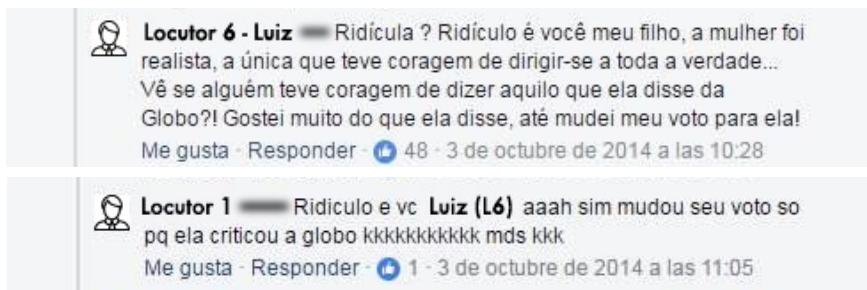


Partimos, assim, para os embates entre os participantes da interação. Vimos que houve dois confrontos, em que os interagentes se dirigiram um ao outro utilizando o nome de usuário da rede social. Conforme já pontuamos, nesses casos optamos por criar um nome fictício, pois cremos o que ato da nomear o outro reforça a ideia do sujeito na interação.

No primeiro embate, L4, que nomeamos Adão, sai em defesa da candidata e insulta L1, com “ridículo é você! seu coxinha”. Vemos aqui o uso da expressão coxinha, uma das faces da polarização política brasileira nesse momento político. L1 responde a L4, “Adão ridículo e você seu lixo / apenas respeita a opinião seu lixo”, e questiona L4 sobre os projetos da candidata.



Na sequência seguinte, temos L6, que nomeamos como Luiz, que se dirige a L1 com “Ridículo é você meu filho”. No final, afirma que mudou o voto para a candidata. Ao que L1 responde “Luiz aaah sim mudou seu voto so pq ela criticou a globo kkkkkkkkk mds kkk”, ironizando a mudança de voto de L6, justificada pela postura da candidata em relação à emissora de televisão que realizou o debate. Destacamos o uso da onomatopeia “kkkkkkkk” para marcar uma risada e, ainda, “mds”, que significa “meu deus”.



Observamos que, apesar de ser uma interação longa, com 26 comentários, só houve dois confrontos diretos, sem tréplica por parte dos interagentes L4 e L6, que foram mencionados nominalmente por L1. Destacamos, ainda, que no confronto há insultos dirigidos à candidata, como “ridícula”, “lúcifer”, “porca esquerdista comunista” e “LIXO”

que, no embate e em uma postura de afiliação a Luciana Genro, temos “sensata”, “corajosa” e “rainha”. Já quando a polarização segue para o âmbito pessoal, observa-se a alcunha “coxinha”.

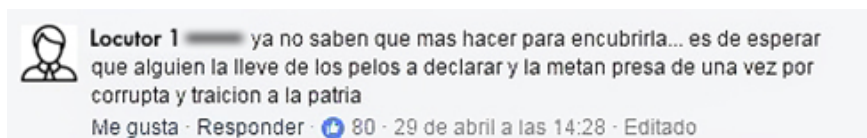
Argentina – Processo sobre lavagem de dinheiro

Em uma das publicações do jornal argentino Clarín, temos a manchete “*El organismo antilavado quiere que la ex presidenta declare igual*”. Abaixo a foto da ex-presidenta diante de microfones e com o busto de seu falecido esposo, o ex-presidente Nestor Kirchner, ao fundo. E, ainda, a manchete da matéria no portal do jornal, “*Ruta del dinero K: apelaron el rechazo de Casanello a indagar a Cristina*”. A publicação teve 1809 reações e foi compartilhada 254 vezes.

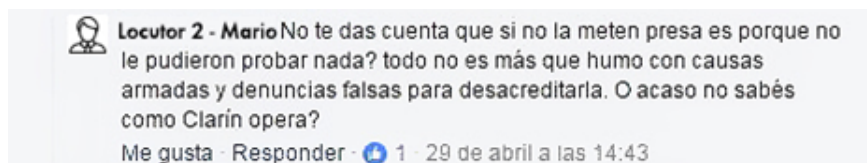


Fonte: Clarín.

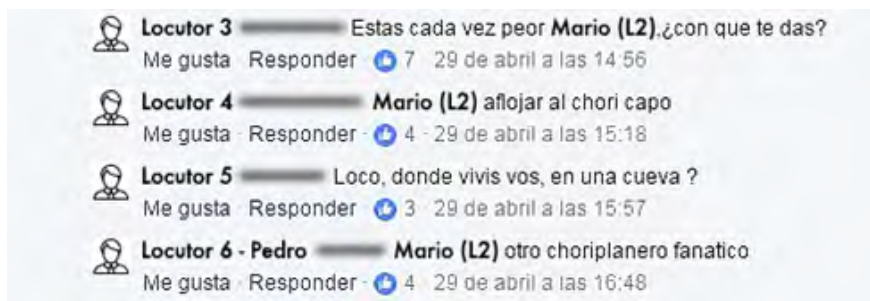
A interação é iniciada com L1 expondo sua opinião sobre a ex-presidenta em que, além do insulto “*corrupta*”, incita a violência física com “*es de esperar que alguien la lleve de los pelos a declarar y la metan presa de una vez*”.



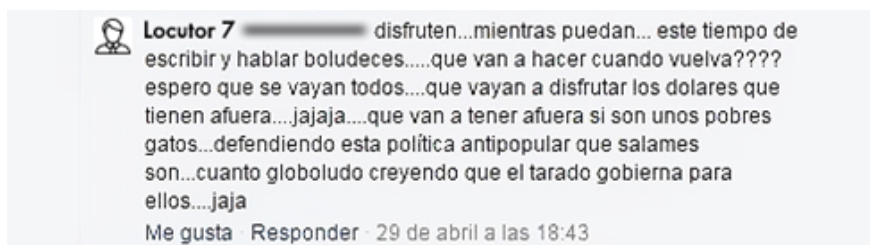
Trataremos L2 por Mario, pois o interagente é tratado pelo seu nome ao longo da discussão. Na sequência, ele argumenta sobre a falta de provas no processo e observamos que sua argumentação iniciada em “*No te das cuenta (...)*” e terminada em “*O acaso no sabés como Clarín opera?*”, alerta sobre o papel da mídia, sendo uma tentativa de convencimento, apelando pelo raciocínio de seus interlocutores:



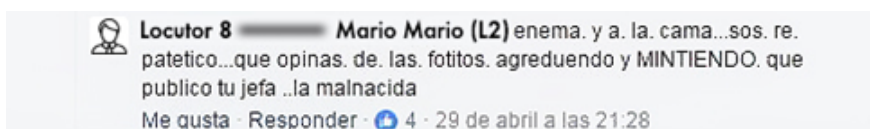
Porém, na sequência, temos quatro intervenções desqualificando o argumento de L2, com o uso das expressões “*aflojar al chori capo*”, “*loco, donde vivis vos, en una cueva?*” e “*choriplanero fanático*”. Observamos que, em três dessas intervenções, L2 é tratado pelo seu nome.



L7, então, continua a interação ironizando os comentários anteriores com “*disfruten... mientras puedan... este tempo de escribir y hablar boludeces*”. E, ao final, usa os insultos “*salames*” e “*globoludo*” para os que são partidários do governo de Macri.

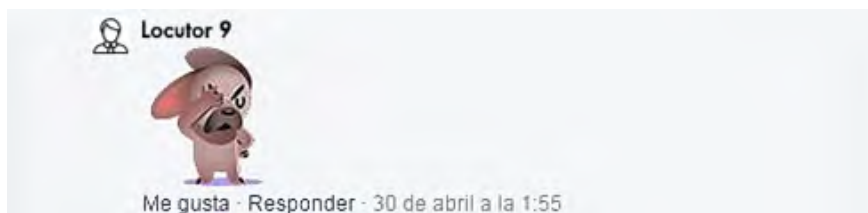


No próximo exemplo, L8 se dirige nominalmente a L2, dizendo “*Mario Mario enema. y a. la.cama... sos. re. patetico*”, acusando-o de mentir com “*MINTIENDO*”. Conforme já comentamos, o uso de maiúsculas em interações virtuais equivale a falar a gritar. Além disso, direciona o insulto “*la malnacida*” à ex-presidenta.

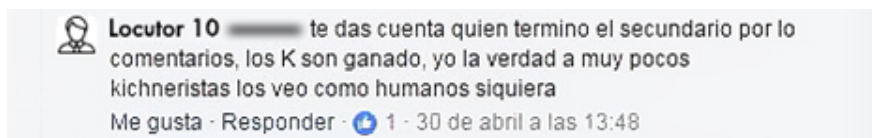


⁹ Salame: Expresión para definir la imbecilidad, la tontería o la estupidez de una persona. Disponível em: <http://diccionariolibre.com/definicion/salame> Consultado em 04 maio 2017.

Temos, então, duas intervenções: L9 faz uso de um *sticker* com uma imagem que demonstra irritação, porém, como não há texto, não é possível saber se ele está se dirigindo a L1 e seus apoiadores, L3, L4, L5, L6 e L8, ou a L2 e L7.



Depois, temos um participante que profere ofensas aos apoiadores de Cristina Kirchner, associando-os à baixa escolaridade, *“te das cuenta quien termino el secundario”*, além dos insultos *“los K son ganado, yo la verdad a muy pocos kichneristas los veo como humanos siquiera”*



Por fim, L8 se dirige nominalmente a L6, concordando com ele sobre o tratamento dado a L2 e, por consequência, aos apoiadores da ex-presidenta, tratados de *“choriplaneros”*, com *“DEJENLO QUE SE GANA LA GUITA POSTEANDO (...) POBRE LOCO”*. Vale lembrar que o uso de maiúsculas nas interações virtuais se considera como gritos, porém não podemos afirmar se é o que ocorre nesta sequência, já que o participante demonstra acordo com o interlocutor a quem se dirige.



Locutor 8 **Pedro (L6)** DEJENLO QUE SE
GANA LA GUITA POSTEANDO, JAJAJAJA POBRE LOCOOO NO
TIENE CURA COMO IGLESIA DE CAMPO.
Me gusta · Responder · 1 de mayo a las 21:39

Diante do exposto, observamos, ao longo desta interação, que a polarização é mostrada nas posturas de afiliação exacerbada, a maior parte dos interlocutores demonstram concordância com L1 e tratam L2 e L7, favoráveis à ex-presidenta Cristina Kirchner. A polarização também se faz presente com o uso de “*choriplanero*” e “*globoludo*”, insultos que marcam a divisão política do país.

Considerações Finais

Considerando a análise de um recorte dos nossos *corpora*, é possível observar que, tanto do lado brasileiro quanto do lado argentino, confirma-se que a descortesia de fustigação e suas categorias, afiliação exacerbada e refratariedade, (KAUL DE MARLANGEON, 2005), são pontos centrais de uma análise de viés socio-pragmático, no âmbito dos estudos da descortesia.

É possível observar um maior acirramento do embate nas interações nas redes sociais no contexto político-ideológico atual, tendo aqui a descortesia a função não de encerrar a discussão, mas de fomentá-la.

Do lado brasileiro é possível observar um número considerável de insultos. Entretanto, o enfrentamento direto não é tão destacado. Os interagentes, muitas vezes, comentam não em resposta ao outro, mas para marcar sua opinião – ou o seu lado político-ideológico – na discussão. Nota-se, ainda, que poucas vezes, se tratam pelo nome, o que aumenta a percepção de não enfrentamento direto.

Já do lado argentino também se observa um número considerável de insultos. Porém, com um enfrentamento direto mais destacado, com réplicas aos comentários, inclusive, os participantes se dirigem com maior frequência ao seu interlocutor pelo nome. Tal fato, leva-nos a considerar que o tratamento nominal entre os interagentes é uma forma de constituir o seu interlocutor como sujeito na interação.

No Brasil e na Argentina, o enfrentamento “nós vs. eles” se faz presente no campo político-ideológico, porém percebemos que do lado argentino há um maior engajamento na discussão, com uma argumentação mais consistente.

Por fim, destacamos que o recrudescimento nas interações mediadas pela internet leva a manifestações de afiliação exacerbada e de refratariedade (Kaul de Marlageon, 2005), tendo relação com a forma como as discussões sobre o atual contexto político-ideológico, encontrando terreno fértil nas redes sociais, o que tem facilitado o confronto, dando novos contornos a oposição “nós vs. eles”. A constatação de um clima beligerante nas sociedades brasileira e argentina desloca essa agressividade ao campo das redes sociais potenciando o enfrentamento, facilitado pela possibilidade do anonimato, pela velocidade da comunicação e sua imediatez.

Referências

BRAVO, Diana. ¿Imagen “positiva” vs. Imagen “negativa”? Pragmática socio-cultural y componentes de face. *Oralia*. Análisis del discurso oral, 2, 1999.

BRENES PEÑA, Ester. *Descortesía verbal y tertulia televisiva*. Berna: Peter Lange, 2011.

CORDISCO, Ariel; KAUL DE MARLANGEON, Silvia. La descortesía verbal en el contexto político-ideológico de las redes sociales. *Revista de Filología*, 32; enero 2014, pp. 145-162.

CULPEPER, Jonathan. *Impoliteness: using language to cause offence*. Londres: Cambridge University Press, 2011.

KAUL DE MARLANGEON, Silvia. Descortesía de fustigación por afiliación exacerbada o refractariedad. In: BRAVO, Diana (ed.). *Estudios de la (des) cortesía en español. Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos*. Buenos Aires: Programa EDICE-Dunken, 2005.

LIMA, Fábio Barbosa de. *Nós contra eles: a descortesia no contexto político-ideológico na rede social Facebook no Brasil e na Argentina*. Tese de Doutorado. 2019. 212 f. (Letras – Língua Espanhola). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIMA, Fábio Barbosa de. Entre bolhas e grietas: a polarização político-ideológica nas redes sociais. *Estudos Linguísticos e Literários*, [S. l.], n. 67, p. 63–81, 2021. Disponível em: <http://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/44100>. Acesso em: 10 ago. 2021.

YUS, Francisco. *Ciberpragmática*. El uso del lenguaje en Internet. Barcelona: Editorial Ariel, 2001.

A descortesia por fustigação: análise de excertos do romance *Meu destino é pecar*, de Nelson Rodrigues

Fabiana Meireles de Oliveira

Considerações iniciais

O indivíduo, ao entrar em contato com o interlocutor, utiliza-se da linguagem para estabelecer interação social. Nesse sentido, é fundamental que ele preserve a imagem do interlocutor para que a sua não seja invadida. Assim, observa-se que os atos de falas são fundamentais para entender os efeitos de sentido pretendidos por meio de uma proposição proferida pelo locutor.

Dessa forma, temos por objetivo analisar especificamente os efeitos de sentido provocados pela descortesia de fustigação ¹durante os atos de fala no ataque à imagem do outro.

Para isso, esta pesquisa está apoiada nos estudos pragmáticos, em que são aplicadas as teorias dos atos de fala, propostas por Austin (1965), assim como a teoria da descortesia, fundamentada nos estudos de Kaul de Marlangeon (2012), levando em consideração também os pressupostos relacionados ao contexto, propostos por Van Dijk (2012). O *corpus* a ser analisado foi retirado dos excertos da obra romance *Meu Destino é Pecar*, de Nelson Rodrigues.

¹ Termo utilizado por Kaul de Marlangeon (2012).

Posto isso, pretendemos observar como as personagens empregam suas falas e se envolvem no momento da interação, como se estivessem numa situação real de comunicação.

Atos de fala

A teoria dos atos de fala é um dos primeiros âmbitos da Filosofia da Linguagem que considerou a importância do contexto. Nesse sentido, Austin (1962) considerou as relações entre contexto e atos de fala.

Os atos de fala foram concebidos como ações sociais - isto é, inseridas em um ambiente social - que mudam o contexto. Ele está proposto nos níveis a seguir:

- Ato locucionário = é o ato de dizer algo [DIZER]
- Ato ilocucionário = é o ato que se realiza dizendo algo (ao dizer algo) [AÇÃO INTENÇÃO]
- Ato perlocucionário = é o ato que se realiza por dizer algo [EFEITO]

Segundo aponta Austin (1962), referindo-se aos estudos de Kempson (1977), essas três formas apontadas podem se dar conforme o locutor profere suas sentenças com um determinado significado (ato locutivo), com uma determinada força (ato ilocutivo), com o objetivo de atingir determinado efeito sobre o interlocutor (ato perlocutivo). Assim, a força ilocutiva, também, pode estar implícita ao ato locutivo no momento de realizar a ação de dizer algo a outra pessoa.

Diante disso, é necessário observar, durante toda a interação, o contexto imediato, bem como o contexto geral em que atuam os interactantes, de modo a analisar como de fato foi construído o efeito

de sentido pretendido pelo locutor em seu ato de fala. Por fim, as circunstâncias nas quais emergem os atos proferidos pelo interlocutor determinam se houve ou não a descortesia.

Os atos de fala são realizados sob o controle de fatores contextuais que são os cognitivos, como os propósitos ou os objetivos dos participantes da interação. A teoria clássica dos atos de fala formulou isso em termos das intenções ou do querer dos falantes (o locutor quer que o interlocutor saiba, faça entre outros, e da capacidade de o receptor de atribuir esse mesmo propósito ou objetivo ao falante. Se os atos de fala podem variar dependendo do tipo de falantes, é importante entender a influência dos traços contextuais que faz emergir o efeito de sentido pretendido por cada interactante durante o proferimento do discurso.

Definição de Contexto

Contexto é o conjunto de condições e fatores nos quais está inserido um enunciado. Trata-se, por exemplo, das condições políticas, sociais, institucionais, culturais entre outros, e de suas consequências. Desse modo, analisar as consequências do contexto permite, portanto, entender as relações sociais entre os participantes de uma interação verbal.

Van Dijk (2012) define por contextos as construções mentais e, portanto, as definições subjetivas de eventos ou situações. Não se trata geralmente da situação da qual se fala, mas da situação da qual se participa. Por isso, segundo Van Dijk, os modelos de contexto são a base para a compreensão pragmática do discurso, mesmo porque eles controlam a produção e a compreensão do discurso. São contextos vistos como modelos atualizados e adaptados de forma dinâmica. Ainda segundo Van

Dijk, só por meio das representações mentais é possível entender como as estruturas sociais ou situacionais influenciam o discurso.

Dessa forma, os contextos atuam de modo a dar sentido ao efeito pretendido no momento da produção do discurso, sendo, desse modo, controlados dentro das esferas sociais, dos aspectos culturais, políticos e institucionais.

Definição de Cortesia e Descortesia

A cortesia é compreendida por meio da imagem social do falante, uma vez que ela está associada à conduta do indivíduo de forma a preservar a própria imagem e a imagem do outro. Para tanto, sabemos que a imagem é vulnerável e alguns atos de fala são totalmente ameaçadores para ela, a depender do contexto. Diante disso, é necessária a autopreservação da imagem para que as relações sociais com os outros indivíduos sejam preservadas.

Segundo Guervós (2005, p. 02), é importante compreender a cortesia como elemento fundamental da pragmática, uma vez que para interpretar um ato cortês é relevante levar em consideração os fatores extralinguísticos que fazem parte do contexto.

Ainda sobre essa questão, Briz (2004, p. 71) ressalta que a cortesia está convencionalizada de acordo com a cultura, ou seja, “uma cultura freqüentemente subjetiviza o uso de certos mecanismos linguísticos para mitigar, subtrair forças ilocutivas, que são assim codificadas para a expressão de cortesia naquela língua.”²

2 No original: “una cultura subjetiviza de manera frecuente el uso de ciertos mecanismos lingüísticos para mitigar, restar fuerza ilocutiva, que quedan de ese modo codificados para la expresión de la cortesia en dicha lengua.

No mesmo sentido, Culpeper (2005) menciona que a cortesia não está relacionada somente ao equilíbrio das imagens, ela está atrelada às normas e às convenções sociais de um determinado grupo, desse modo, muitas vezes, uma pessoa pode ser cortês devido à norma ou ao hábito que ela tem de seguir na sociedade obedecendo a um determinado comportamento social.

Dessa forma, entendemos a cortesia dentro dos parâmetros socioculturais, uma vez que ela está vinculada à cultura de um povo, à maneira como os falantes interpretam e compreendem os enunciados como cortês ou não.

Nesse sentido, é importante compreender que a descortesia não é a mera ausência da aplicação das normas e códigos sociais considerados corteses, já que para ser cortês é fundamental tratar as pessoas como elas esperam ser tratadas em um determinado contexto de interação, portanto está ligada à questão de imagem. A descortesia é construída socialmente por meio da linguagem e produz comportamentos e emoções que estão totalmente imbricados nos atos de fala.

Para Kaul de Marlangeon (2012), cortesia e descortesia não podem ser consideradas como um par antinômico, mas como extremos de um *continuum* no qual, segundo a autora (2012, p. 83), “a força da cortesia-descortesia é uma propriedade permanente dos atos de fala e inerente a eles, complementar à força ilocucionária e obrigatória como está e que se organiza num contínuo”³. Diante disso, é importante ressaltar que nem sempre o que se considera descortês em determinada situação comunicativa é, de fato, descortês, temos que ter em mente as relações

3 No original: “la fuerza de cortesía-descortesía es una propiedad permanente de los actos de habla e inherente a éstos, complementaria de la fuerza ilocutoria y obligatoria como ésta y que organiza un continuo”.

contextuais, gerais e específicas, da interação, bem como a afinidade entre os interlocutores.

Retomando Kaul de Marlangeon (2012), a descortesia por fustigação, segundo ela, representa uma atitude descortês da ofensa proferida pelo falante ao ouvinte e que busca o confronto no discurso. Kaul de Marlangeon (2012, p. 11) define a descortesia de fustigação como:

Agressão verbal constituída por comportamentos voluntários, conscientes e estratégicos, destinados a ferir a imagem do interlocutor para responder a uma situação de enfrentamento ou desafio, ou com o propósito de envolver, razão pela qual de todos os seus atos serem diretivos.

Esse tipo de descortesia tem a intenção de atingir o emocional do outro, uma vez que o seu propósito é o de ofender o destinatário por meio da entonação e expressão verbal emocional negativa. No entanto, a emoção do ouvinte dependerá da própria intenção do falante por meio das palavras que foram proferidas, bem como do gesto e da postura também.

Diante do exposto, a descortesia é utilizada como estratégia retórico-argumentativa, que o falante empregará de acordo com os objetivos que ele deseja alcançar, de maneira a provocar alguma reação no outro de forma direta ou indireta, ou até mesmo quando pretender transmitir poder sobre o ouvinte. Sobre isso, Rodríguez (2008) assinala que a finalidade argumentativa é fundamental para interpretar a descortesia, uma vez que ela cumpre uma função argumentativa, no sentido de pretender algo, ou seja, a função coesiva para encerrar uma conversa, social, quando se projeta uma imagem negativa, com o intuito de romper os laços ou fazer com que os demais o enxerguem assim, e por último, modal, que provoca rejeição, ou um ato ameaçador, ou até mesmo pode ser uma expressão emotiva a depender do contexto de interação.

Assim, por meio desses aspectos teóricos, vejamos, na análise do *corpus*, como a descortesia por fustigação se apresenta nos exemplos do romance *Meu destino é pecar*, de Nelson Rodrigues.

A escolha do *corpus*

A dificuldade de estudarmos a linguagem empregada em um diálogo face a face tem mostrado a possibilidade de analisar também o *corpus* de segunda mão ⁴que é constituído por textos literários que, frequentemente, podem reproduzir as marcas da língua falada, em diversos contextos interacionais (OLIVEIRA, 2010, p. 20-21).

Diante dessa perspectiva, observa-se que o *corpus* literário, principalmente os diálogos de ficção, pode apresentar, muitas vezes, um modelo de interação natural entre os falantes. Para tanto, devemos levar em consideração o contexto em que se produzem as informações do narrador, podendo revelar não apenas variações de fatores extralinguísticos, mas, também, ligações entre os falantes e estratégias empregadas por eles cujo intuito é atingir uma interação ideal.

Sobre essa questão, Preti (2004, p. 117) afirma que

Esses corpora literários vieram para suprir, muitas vezes, a falta de documentação gravada (que não existia, até recentemente) para registrar variantes da modalidade oral da língua, testemunhando (por escrito) como as pessoas falavam nas mais variadas situações de interação. Narradores e personagens tomaram o lugar de falantes reais, reproduzindo natural ou intencionalmente, a realidade lingüística.

⁴ Intitulado por Preti (2004).

Assim como podemos notar, o texto literário constitui um bom exemplo para analisarmos as estratégias utilizadas pelos interlocutores envolvidos e os modelos falados na interação como se fossem modelos reais. O diálogo ficcional pode representar um modelo ideal de conversação entre os interactantes dentro de um contexto geral e específico de interação. No entanto, situamos nosso tema na aplicação da prosa literária, pois não pensamos e não pretendemos discutir os planos estéticos, nem os movimentos literários e os estilos de época, muito menos a relação entre a própria arte e a realidade, no âmbito da literatura.

Pretendemos entender, dentro dos estudos da Descortesia, como as estratégias empregadas pelos falantes são construídas dentro do plano da interação, uma vez que os diálogos de ficção podem apresentar elementos de descortesia presentes em uma conversação face a face, apesar de eles nem sempre se fizerem presentes nos textos escritos. Por isso, notamos que personagens literárias, em seus diálogos, empregam estratégias que podem se aproximar de um diálogo face a face, que é o modelo considerado ideal de conversação.

Diante disso, Preti (Id., p. 153) explica que

os diálogos construídos na ficção podem operar, às vezes, por padrões ideais, revelando-nos de forma mais precisa as ligações entre estados interiores das personagens e sua expressão verbal, pois informações contextuais do narrador esclarecem-nos, quem sabe com mais precisão, os reais estados psicológicos das personagens ao articularem certas estratégias na conversação. Não se trata, evidentemente, de vermos em tais textos formas mais ‘corretas’ de falar na linguagem natural, mas, sim, de encontrarmos modelos mais eficientes de comunicação em busca de certos fins.

Desse modo, os diálogos construídos na ficção podem ou não apresentar os modelos mais eficientes ou ideais de uma conversação natural. Assim, tais modelos são utilizados pelos participantes do

diálogo no momento da interação, com a finalidade de produzir efeito de distanciamento, aproximação, submissão, poder, ironia, descortesia, etc.

Sabemos, diante do mencionado, que o diálogo de ficção é algo elaborado e preparado, em que o autor, a fim de manter um maior nível de proximidade com a realidade linguística, procura empregar, muitas vezes, recursos que são utilizados na língua falada para dar maior veracidade a sua obra. Nesse sentido, considerando as possíveis vantagens de se trabalhar com o texto literário, o emprego de recursos da língua falada pode ser uma estratégia intencional do escritor para aproximar seu texto da realidade linguística.

Diante do exposto, é importante encontrar um *corpus* que ofereça todos os recursos linguísticos e extralinguísticos que são fornecidos pelo narrador nos diálogos, bem como elementos pragmáticos da interação que são estratégias empregadas pelos participantes para atingir determinados objetivos.

O contexto histórico-social, também, é importante para o estudo da prosa de ficção, assim como os elementos situacionais que compõem as informações linguísticas durante todo o ato interacional. Dessa forma, as estratégias discursivas empregadas nos diálogos nos direcionam para a compreensão de suas intenções de fala.

Desse modo, sabemos que não existe uma “conversação literária”, pois o que existe de fato é uma conversação real empregada em uma dada circunstância de interação. Nesse sentido, a expressão “conversação literária” foi criada por Preti (2004). Segundo ele, “as personagens literárias poderiam revelar em seus diálogos estratégias comunicativas ideais, surpreendendo-nos pela forma como expressam, simulam ou escondem suas intenções” (Id., p. 53). De acordo com os estudos do autor, esse conceito foi desenvolvido com o intuito de analisar os textos de ficção e mostrar que eles podem ter uma proximidade com o diálogo real.

Assim, devemos levar em conta alguns aspectos no que diz respeito ao contexto histórico em que se realiza o diálogo (contexto geral da interação), fatores extralinguísticos e sua possível ação sobre as personagens, considerando as características socioculturais, além das informações trazidas pela situação de interação (contexto de interação), não apenas os elementos pragmáticos que precedem e acompanham as falas, mas também os pragmalinguísticos e, por último, as estratégias empregadas pelos falantes (contexto específico de interação) que visam à obtenção de certos fins, bem como resultados que desejam ser alcançados.

Análise do corpus

Propõe-se analisar excertos do romance *Meu destino é pecar*, de Nelson Rodrigues, sob a ancoragem das seguintes categorias:

a) Ato locucionário: Sogra e nora conversam sobre o casamento, pelo motivo de o filho Paulo ter ido embora de casa. Assim, a sogra, Dona Consuelo, pergunta à nora, Lena:

b) Ato ilocucionário: A sogra menciona tal ato de fala com a intenção de ferir a imagem da nora.

c) Ato perlocucionário: os efeitos de sentidos provocados são relativos à ofensa do comentário descortês, produzidos inicialmente pela sogra, depois pela nora.

d) Descortesia de fustigação: em relação aos efeitos de sentido, o ato proferido pela sogra, no início do diálogo com a nora, teve a intenção explícita de ofender a imagem social e a posição da nora, uma vez que o

ato foi volitivo (ou seja, voluntário), consciente (houve o desejo) e estratégico (teve a intenção de ofender). Assim, ao observar o campo estratégico (desejo de ofender), há a execução do ato de descortesia por fustigação que, segundo Kaul de Marlangeon (2012), é representada pela agressão verbal, com o objetivo de atingir o campo emocional do outro, fragilizando-o, pelo desejo de realizar a ofensa. Dessa forma, observa-se que a sogra teve a intenção de atingir a emoção da nora, por ferir e ofender a posição social que ela desempenha na sociedade.

e) Contexto geral da obra

Lançado em 1944, *Meu destino é pecar* narra a história de Leninha que se casa com Paulo, um homem que ela não ama, para evitar conflitos financeiros em sua família. Ao chegar à fazenda, onde irá morar com o esposo, Leninha tem que lidar com as lembranças da ex-mulher de Paulo, as intrigas com a sogra e a rivalidade de Paulo com o irmão Maurício, por quem ela se apaixona.

f) Contexto da interação

A intenção pressuposta na fala da sogra Dona Consuelo relaciona-se ao desmerecimento à imagem da nora, Lena, casada com seu filho, Paulo, por reforço dos estereótipos vigentes acerca do papel social ocupado por Lena, que é uma mulher casada que deve atender a todas as exigências de uma mulher em tal época, ser bonita, não afrontar a sogra, apenas ouvir e concordar.

Além disso, também, observa-se que a nora, Lena, tenta ofender a imagem da sogra, a partir do momento em que começa a discutir e responder à sogra dentro do papel que ela também ocupa na sociedade, de respeito e zelo.

g) Contexto específico da interação

Sogra e nora conversam sobre o momento em que o filho Paulo vai embora de casa na primeira noite do casamento. Nesse momento, para a sogra, uma mulher deveria ter atributos adequados para ser considerada mulher na sociedade. Nota-se que há um dever social que deve ser cumprido de acordo com os padrões de comportamentos da época.

Exemplo 1: Descortesia por ferir a integridade moral

– Você, afinal, é ou não mulher?

(*Meu destino é pecar*, p. 54).

No exemplo acima, a sogra se dirige à nora com o proferimento do enunciado considerado descortês de acordo com o contexto específico de interação que foi mencionado anteriormente. O advérbio “afinal” é um elemento intensificador e reforçador da descortesia por fustigação (posição intermediária), uma vez que a sogra tem a intenção de questionar a feminilidade da nora. Essa pergunta ameaça a imagem da nora, pois para a sogra há atributos a serem considerados para que uma mulher esteja de acordo com o meio social. Assim, para medir o grau de descortesia, é fundamental levar em consideração o questionamento levantado pela sogra neste contexto, o que revela frieza e humilhação. Como aponta na seção da fundamentação teórica deste artigo, Kaul de Marlangeon afirma que há descortesia por fustigação quando aparece um confronto no discurso, uma agressão verbal que compromete a imagem do outro, de forma a intensificar o estado negativo emocional do interlocutor.

Exemplo 2: Descortesia – não reconhecer o papel exercido pela sogra (menosprezar)

– O que é que a senhora quer dizer com isso?

(*Meu destino é pecar*, p. 55).

No exemplo em questão, a nora procura dar o foco na pergunta, com a duplicação do “que”. Ela rompe a ordem canônica da estrutura sintática, ou seja, a topicalização tem o sentido de pôr em evidência um determinado elemento durante o ato conversacional. Assim, observa-se que Lena não está pedindo uma explicação, por isso faz uma pergunta direta à sogra, que exige resposta direta também. Nesse sentido, há um questionamento implícito que a nora gostaria de saber, bem como o tipo e o grau de acusação que a sogra faz, além de desafiar e deixar implícito no discurso que ela é digna de ser mulher, independentemente do que a sogra pensa.

O tratamento pronominal “a senhora” de acordo com a função pragmática revela, no contexto entre as duas personagens, ironia, uma vez que a nora só a está tratando dessa forma devido à norma e convenção social que, segundo Culpeper (2011), usamos para proteger a imagem do outro e a nossa. Ou seja, atuamos dessa forma porque a sociedade exige que façamos assim.

Exemplo 3: Descortesia por agressão à imagem da nora

– Se você fosse mulher, teria vergonha, está ouvindo? Vergonha de ser abandonada assim pelo marido, na primeira noite do casamento!

(*Meu destino é pecar*, p. 55).

No exemplo acima, a sogra faz uma acusação por meio de uma pergunta totalmente ofensiva. A conjunção condicional “se”, nesse contexto de interação social, mostra que a sogra não a vê como uma mulher que possui atributos de acordo com as convenções e normas sociais. Mulher que é mulher, na concepção da sogra, não é abandonada pelo marido na primeira noite. Está implícita a ideia de que a nora não é digna de ter um homem na vida dela. A sogra reforça o insulto, pois ela tem a intenção de enfatizar o que de fato a nora queria saber, revelada pela questão anterior. Além disso, nota-se, também, por meio do elemento pragmalinguístico “está ouvindo”, que há um tom de ironia para descaracterizar o papel social do outro no meio familiar, além de reforçar a agressão e o papel social que a sogra exerce.

Considerações finais

Em relação à descortesia, identifica-se a categoria Descortesia por Fustigação, pois há um ataque intencional à imagem social do interlocutor, com vistas a ofender, no sentido de negar a posição social ocupada pela nora, diante da hierarquia estabelecida por seus respectivos papéis sociais.

Assim sendo, ao observar o campo estratégico (desejo de ofender), há a execução do ato de descortesia por fustigação que, segundo Kaul de Marlangeon (2012), é representada pela agressão verbal, com o objetivo de atingir o campo emocional do outro, fragilizando-o, pelo desejo de realizar a ofensa.

Diante disso, também, nota-se que a descortesia proferida no discurso da sogra opera com maior grau de lesão que incide sobre a imagem da vítima, visto que há manifestações de expressões verbais negativas no outro. Ainda assim, percebe-se a relação de poder que está expressa no ato locucionário, pois quem agride pretende impor sua própria visão e seu pensamento sobre o ouvinte.

Referências

AUSTIN, John L. How to do things with words. New York: New York Press, 1965.

BRAVO, D. (2004), Tensión entre universalidad y relatividad en las teorías de la cortesía. In: BRAVO, D.; BRIZ, A. *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel, 2004.

BRIZ, A. Cortesía verbal codificada y cortesía verbal interpretada en la conversación. In: BRAVO, D.; BRIZ, A. (Ed.). *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel, 2004.

BROWN, p. ; LEVINSON, S. C. Politeness. *Some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987 [1978].

BROWN, R. e GILMAN, A. (1960). The pronouns of power and solidarity. In: *Style in language*. Cambridge: MIT Press, p. 253-276.

CHARAUDEAU, p. Discurso das Mídias. Trad. Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CULPEPER, Jonathan. *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. New York: Cambridge University Press, 2011, p. 19-20.

Culpeper, J. & Terkourafi, M. (2017) Pragmatic approaches (im)politeness. In *The Palgrave Handbook of (im)Politeness*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 11-39.

GUERVÓS, Javier de Santiago. Cortesía Y Descortesía. Pragmática y Discurso Político. In:

HAVERKATE, H. La cortesía verbal. Madri: Gredos, 1994. KAUL DE MARLANGEON, S. Encuadre de aspectos teóricos-metodológicos de la descortesía verbal en español. In: MORALES, J. E.; VEGA, G. H. (Org.). Miradas multidisciplinares a los fenómenos de cortesía y descortesía en el mundo hispánico. Barranquilla, Estocolmo: Cadis, Programa Edice, 2012. p. 76-106.

OLIVEIRA, Fabiana Meireles de. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2010.

PRETI, Dino. Estudos de língua oral e escrita. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

RODRIGUES, N. Meu destino é pecar. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

RODRÍGUEZ, Catalina Fluentes. (Des)cortesía Y violència verbal: implicaciones lingüísticas y sociales. Universidad de Sevilla. Espanha: 2008.

VAN DIJK, T. Discurso, conhecimentos e ideologia: reformulando velhas questões. Linguagem, conhecimento e aplicação. In: HENRIQUES, C. C., (org.) Discurso e cognição. Rio de Janeiro: Europa, 2003a.

VAN DIJK, T. *Ideologia y discurso*. Barcelona: Editora Ariel, S.A. 2003b.

VAN DIJK, T. *Discourse, Context and Cognition*. *Discourse Studies*, v. 8, n. 1, p. 159-177, 2006.

VAN DIJK, T. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Trad. R. ILARI. São Paulo: Contexto, 2012.

A preservação/ameaça de faces: uma análise de cartas de reclamação extraídas do site “ReclameAQUI”

Lara Luiza de Oliveira Santos
Marcus Antonio de Sousa Filho
Raíssa Martins Brito
Iveuta de Abreu Lopes

Introdução

Em grande parte, o mundo social é representado a partir de práticas de linguagem, com base em padrões de comportamento instituídos e seguidos pelos atores sociais que circulam nos mais diversos domínios da sociedade. Essas práticas estão ligadas a propósitos e situações comunicativas específicas que permitem a interação entre os sujeitos. Nesse sentido, durante o processo de comunicação, cada sujeito revela uma autoimagem que é construída e reconstruída pelo outro por meio da carga afetiva que está vinculada aos interlocutores.

Assim, para interagir socialmente, os falantes devem atentar-se às normas e às regras constitutivas da linguagem e da própria interação, segundo suas intenções comunicativas, revestidas de caráter complexo e sistemático, a fim de que a comunicação ocorra de maneira harmoniosa e efetiva. Com esse olhar, surgem áreas de conhecimento, tais como: Antropologia, Sociologia, Psicologia e Linguística as quais se encarregam

de entender e explicar a natureza dos comportamentos expostos em diversas situações de práticas de linguagem. Na esteira desse pensamento, destaca-se, na Linguística, a Pragmática, que é uma área voltada para o estudo da língua em uso e para a investigação dos componentes básicos que entram em jogo no momento em que se efetiva uma determinada situação comunicativa sem perder de vista seus significados contextuais.

No panorama dessa discussão, que envolve uma dimensão pragmática de interação linguística, destacam-se pensamentos teóricos importantes, de natureza micro, dentre os quais se assinalam a Teoria da polidez, proposta por Brown e Levinson (1987), e a noção de Face, desenvolvida por Erwing Goffman (1959). Esses teóricos se apoiam na ideia de que o modo como se fala, quando se fala, para quem se fala e de que se fala são fatores comunicacionais que colocam a imagem dos participantes das práticas de linguagem em risco durante a interação.

Goffman (1967; 1980) propõe que a noção de face refere-se à imagem pública das pessoas e à preocupação que elas têm de apresentá-la e preservá-la. O momento da interação é, pois, uma circunstância que impede as pessoas de agirem de qualquer maneira em determinadas situações e contextos de comunicação. Dessa forma, deve existir, por parte dos falantes, uma preocupação em manter a face preservada, pois a autoimagem influencia diretamente na construção de qualquer tipo de relação com o outro.

A saber, as ameaças à face podem ser notadas em toda e qualquer situação em que interlocutores se engajam em propósitos comunicativos. Particularmente, neste estudo, volta-se a atenção para a análise desse fenômeno de natureza pragmática, ameaça/preservação da face, no contexto de cartas de reclamação. Esse gênero, predominantemente

argumentativo, constitui-se a partir da narração de fatos, da descrição de produtos e/ou serviços e de reclamações construídas com base em uma argumentação sólida, o que pode expor negativamente a face do outro (empresa/prestadora de serviço). Logo, torna-se necessária a discussão sobre a Preservação das Faces de Goffman (1967; 1980) aliada à Teoria da polidez de Brown e Levinson (1987) com o propósito de analisar as estratégias de polidez utilizadas para a manutenção da face em contextos que envolvem o gênero carta de reclamação.

Em uma pauta trazida por Goffman (1967), acerca da situação de reclamação, alguns questionamentos são levantados: (a) O que leva o indivíduo a reclamar? (b) Por que uma pessoa usa estratégias diferenciadas para reclamar? (c) Por que, em muitas situações, o indivíduo opta por não reclamar? (d) De acordo com o “custo-benefício”, vale a pena reclamar? (e) Quando se pontua uma reclamação, o indivíduo considera os riscos que sofre? (f) Que riscos marcam a reclamação do indivíduo? Essas questões norteiam a atitude dos clientes frente ao descontentamento causado: seja por um produto danificado, seja por um serviço prestado de forma inadequada.

Assim, pretende-se, com este trabalho, analisar a forma como os clientes, no papel de reclamantes, escrevem cartas de reclamação em relação aos produtos e/ou serviços prestados por empresas e como os representantes dessas instituições respondem às reclamações dos consumidores. Para isso, foram selecionadas três (3) cartas de reclamação postadas no site “ReclameAQUI”, do ano de 2014, com o intuito de observar as estratégias utilizadas para ameaça/preservação da face dos interlocutores (clientes/empresas).

A Teoria da Polidez

A comunicação verbal é organizada de modo a promover a relação social entre os falantes. É oportuno lembrar que existem fatores os quais interferem diretamente nas relações comunicativas, tais como: as intenções presentes no texto, o espaço de circulação do gênero, as condições de produção e recepção do texto, o público-alvo, dentre outros fatores. Todos esses aspectos são responsáveis pela preservação ou não da face dos sujeitos envolvidos em determinadas situações comunicativas.

Por meio dos estudos dos contextos de interação face a face tornou-se fundamental a necessidade de uma relação saudável entre os interlocutores no momento da interação. Percebe-se, dessa forma, a imprescindibilidade também da Lei da Preservação das Faces, a qual está vinculada às regras de polidez. Tal teoria busca entender como a face é apresentada (de modo particular ou público) na tentativa de que os indivíduos possam manter a face respeitada. Com efeito, a polidez serve como uma estratégia que permite o resgate, a proteção, a manutenção, bem como a valorização de faces.

O estudo da polidez surgiu em 1978 e está inserido no campo da Sociopragmática, área da Linguística que tem como principais representantes Brown e Levinson, os quais foram influenciados por Erving Goffman (BARBOSA, 2010). Em 1967, Goffman desenvolveu a sua teoria que denominou de *Trabalhos sobre a face*, tendo como referência os estudos de Grice (1975), no qual o pesquisador formula sua teoria reconhecida como Princípio da Cooperação. Esse princípio analisa os aspectos da cooperação, requeridos pelos sujeitos envolvidos em uma

situação de interação e focaliza o contexto em que os enunciados são proferidos, o conhecimento prévio e os conhecimentos partilhados entre os enunciadorees.

Esses estudos pragmáticos levaram à compreensão de que a face que o indivíduo tenta construir é avaliada ou imposta pelos padrões comportamentais determinados pela visão do outro ou pelos contextos situacionais. A imagem do eu (*self*) é circunscrita pelas interações sociais as quais os falantes podem apresentar um olhar de aprovação ou de julgamento de si mesmos e/ou dos outros. Dessa maneira, a face pode ser aceita e respeitada ou desrespeitada.

Se a face é mantida ou engrandecida, o ambiente estará agradável e proporcionará a sensação de bem-estar aos participantes, o que tornará a situação comunicativa confortável para as faces envolvidas. Em contrapartida, se uma das faces for desrespeitada, essa situação pode gerar constrangimento e/ou inferioridade, o que coloca em jogo a reputação do sujeito que teve a face ofendida.

Os estudos da polidez apresentam noções gerais acerca das faces que envolvem os sujeitos em interação. Tais noções são estabelecidas ao passo que a compreensão se torna evidenciada entre os enunciadorees que, ora assumem o papel de produtor, ora de receptor, o que resulta no processo interacional consistente, isto é, minimamente lógico e, não obstante, afirmado. A polidez, então, associa-se aos processos de construção da face que, por sua vez, consiste na superfície demonstrativa do objeto interacional de valor social oscilante; ou seja, ao mesmo tempo que a face pode apresentar um teor positivo (presumindo resposta à expectativa do sujeito) pode, também, apresentar um teor negativo (quando o esperado é rompido).

A noção de face refere-se a um construto de elaboração dos indivíduos, intrinsecamente associada às situações sociais e interacionais as quais permitem a manifestação de habilidades/conduitas polidas e diplomáticas. Segundo Goffman (1967), o esforço para a preservação da face é uma condição basilar para a troca entre as pessoas, pois a regulação dos atos comunicativos volta-se para o equilíbrio, a fim de que os (ditos) rituais se efetivem em um dado momento enunciativo para um determinado propósito.

Os membros de uma sociedade procuram atingir o equilíbrio supracitado através dos “processos corretivos” como, por exemplo, contornar e/ou evitar a ameaça à face. Para isso, a Teoria da polidez se desdobra a partir da orientação da elaboração de duas faces: uma defensiva, aquela que se dá pela defesa da própria face; e outra protetora, que compreende a manutenção da face do outro por meio de valores externos, tais como o respeito, a polidez e a cortesia.

No caso específico desse estudo recorre-se, também, a Lakoff (1973), que, ao fazer referência àquilo que se percebe como um “pedido”, quando solicitado, sugere que se verifique uma implicação de ferimento à face do outro, pois nessa circunstância a privacidade é invadida. Prova disso é quando, um sujeito ao perguntar o horário a alguém, recorre a marcas linguísticas de preservação da face, a fim de atenuar o grau de ameaça, como a utilização do *por favor* em “Que horas são, por favor?”. Grosso modo, o autor ressalta essa noção de grau por meio do uso de três regras que garantem a polidez, são elas:

(i) *Não imposição*: refere-se ao grau de proximidade/distanciamento entre os interlocutores, como o exemplo a seguir:

Em vista de atender à demanda de reclamação realizada por um cliente, a resposta ao item pode acontecer por meio dos movimentos de: a) Aproximação: “Senhor José, o setor de reclamação agradece o contato e está disponível para tornar a sua experiência conosco a mais agradável possível”; e de b) Distanciamento: “Caro senhor, viemos por meio desta apresentar resolução ao seu problema”.

(ii) *Alternativa*: diz respeito à possibilidade de opções e o oferecimento de liberdade, por exemplo:

Considerando uma ligação do cliente a uma empresa não identificada, a formação do discurso se dá pelo viés de reclamação, assim, a atendente/preceptora, assumindo o papel de representante institucional, pode indicar alternativas de resolução ao problema: “Caso o senhor possa atender a ligação, daremos um retorno mais seguro em alguns minutos. Verifique a possibilidade”.

(iii) *Afetividade*: está relacionada à ideia de ser amigo, o que sugere a aproximação entre os interlocutores, por exemplo: “Querida cliente, você poderia explicar um pouco mais acerca da sua experiência na nossa loja?”.

Essas regras de polidez mantêm a relação de alguns fatores sociais, tais como: “relação de poder”, “distanciamento social” e “cultura” que logo são discutidos quando Brown e Levinson (1987) suscitam uma tentativa de conceituar face. Diante das múltiplas discussões que marcaram o final da década de 1970, esses pensadores consideravam a face como a “autoimagem pública dos indivíduos”. Trata-se do valor social positivo que os indivíduos entendem ser o tratamento adequado em um contato específico; ou ainda uma imagem de si mesmos aprovada pelas convenções sociais.

A autoimagem, critério para pensar as noções gerais de face, será relativa de acordo com a função pretendida. A face negativa, por exemplo, é aquela que reivindica a privacidade e a preservação pessoal - considerada, majoritariamente, como sendo a de riscos e conflitos. Já a face positiva está relacionada à autoimagem, a qual assume um teor positivo - nessa perspectiva pretende-se tomar a apreciação e a aprovação do que subjaz a interação entre os sujeitos.

Tendo em vista as duas faces analisadas por Brown e Levinson (1987), reconhece-se que, no processo interativo, a face pode ser perdida, mantida, reforçada e, até mesmo, engrandecida. Tudo isso dependerá do meio cultural que envolve os sujeitos e do reconhecimento mútuo de propósitos.

Estratégias de Polidez

Goffman (1967), ao discutir a noção de face, sugere que essa ideia teórica não diz respeito apenas a uma parte considerada íntima de uma pessoa, mas também a uma parte que pode ser observada e desrespeitada pelo outro. Tal pensamento está relacionado aos diversos papéis que as pessoas desempenham na sociedade. Para que a face não seja constrangida, por exemplo, é necessária a utilização de estratégias de polidez, com base, por sua vez, em estratégias linguísticas que podem impedir os possíveis confrontos entre as faces no contexto de interação. Assim, Brown e Levinson (1987) retomam os tipos face (defensiva e protetora) de Goffman (1967) e desenvolvem o modelo de face (positiva e negativa).

As estratégias de polidez positiva servem para corrigir uma afronta ou reparar algum dano à face. São ações de autorrespeito que preservam ou evitam algum dano à face:

Quadro 1: Síntese das estratégias de polidez positiva

1. Perceba o outro.
2. Mostre-se interessado pelos desejos e necessidades do outro.
3. Exagere o interesse, a aprovação e a simpatia pelo outro.
4. Use marcas de identidade de grupo.
5. Evite desacordo.
6. Pressuponha, declare pontos em comum.
7. Faça piadas.
8. Explícite e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro.
9. Seja otimista.
10. Inclua o ouvinte e o falante na atividade.

Fonte: Brown e Levinson (1987).

Já as estratégias de polidez negativa são ações que mostram a falta de comprometimento com a face de outrem:

Quadro 2: Síntese das estratégias de polidez negativa

1. Questione.
2. Seja pessimista.
3. Seja evasivo.
4. Peça desculpas.
5. Evite pronomes “eu” e “você”.

Fonte: Brown e Levinson (1987).

A função dessas estratégias é minimizar uma possível imposição ou ameaça à face. Há, portanto, um distanciamento social entre os interlocutores e um pessimismo polido, muitas vezes, marcado por um pedido de desculpas. Além disso, os locutores utilizam as estratégias de polidez indireta eventualmente para não se comprometerem em um contexto de fala, de interação entre os interlocutores.

Metodologia

Este estudo é de natureza qualitativa de abordagem interpretativa dos dados, o qual “procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 34). Nesse sentido, tal abordagem utilizada neste trabalho ancora-se em conceitos pragmáticos para, a partir de uma análise indutiva e interpretativa dos dados, analisar como as estratégias de polidez são utilizadas na preservação da face em cartas de reclamação extraídas do site “ReclameAQUI”.

O *corpus* deste trabalho consiste em três cartas de reclamação postadas, no ano de 2014, no site acima identificado. Foram enviadas por clientes, direcionadas a três (3) empresas distintas, com a finalidade de apresentar reclamações relativas a produtos e serviços, a saber:

Quadro 3: Síntese com informações sobre as empresas

Azza Boutique: empresa que possui alcance nacional. Trata-se de uma loja que vende bolsas, roupas, acessórios, perfumes, maquiagens e cosméticos advindos de outros países.

Caixa Econômica Federal: é uma instituição pública-financeira que presta serviços na política de crédito do Governo Federal, priorizando setores habitacionais, saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços.

Brastemp: faz parte do grupo americano de eletrodomésticos Whirlpool Corporation que visa oferecer soluções tecnológicas por meio de seus produtos aos clientes.

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Destaque-se que o site “ReclameAQUI” tem por objetivo ser porta-voz para reclamações sobre atendimento, compra de produtos e prestação de serviços e, também, um meio para que as empresas respondam aos clientes. Para efetivar a reclamação, o usuário e a empresa devem apresentar um cadastro com base em registros pessoais que garantam acesso ao site.

Salienta-se que tais dados dos usuários são mantidos em sigilo de acordo com a política de privacidade do site. Após a publicação da carta do cliente, a empresa é notificada sobre a reclamação via e-mail e, ao respondê-los, informa se o problema foi ou não solucionado. A plataforma permite réplicas, bem como a divulgação de opiniões sobre o atendimento.

As cartas de reclamação selecionadas para o *corpus* deste trabalho foram extraídas do site “ReclameAQUI” e transcritas de forma literal a fim de manter os fatos narrados em sua totalidade semântica como forma de apresentar a interação tal como ocorreu entre o reclamante e a empresa. Como forma de organização dos dados analisados, as linhas das cartas de reclamação 1, 2 e 3 foram enumeradas em “*linha+numeral*”.

Esse método sistematizou as escolhas lexicais feitas pelos falantes que revelaram as estratégias de polidez utilizadas pelos consumidores e pelas empresas para a preservação da face.

Análises e Discussões

Antes de se proceder à análise das cartas à luz da Teoria da polidez, convém resgatar o que determina o Código de Defesa do Consumidor (CDC)¹, em seu artigo 6º. Esse artigo garante no inciso III - “a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem”. Ressalta-se que, no *corpus* analisado, os clientes encontram-se descontentes em razão do não recebimento do produto, de um possível atendimento ineficiente, ou do recebimento de um produto com defeitos de fábrica.

A seguir, observam-se as cartas de reclamação postadas pelos clientes no site “ReclameAQUI”, as respostas das empresas e as respectivas análises:

¹Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10607666/artigo-6-da-lei-n-8078-de-11-de-setembro-de-1990>. Acesso em: 17 maio 2021.

Carta de reclamação 1: Carta de reclamação de produto não recebido

Belo Horizonte - MG

ID: 10249000

30/09/14 às 18h03

1 Sr. Gerente

2 Azza boutique

3 Sirvo-me da presente para fazer a seguinte reclamação:

4 Em 02/08/2014 adquiri desta empresa Jaqueta Preta Couro PU Stripe, e a entrega foi combinada

5 para o dia 17/09/2014. Já paguei 189,90 conforme o comprovante que tenho e que está no site

6 da loja. Até agora, porém, não recebi a mercadoria, como foi prometido pela loja. Me deram a

7 seguinte informação: que o produto que paguei, por si tratar de uma importação deram o prazo de

8 55 dias úteis e quando o produto chegou no Brasil, o produto voltou para o fornecedor e foi enviado

9 de volta, declarando que não constava o endereço de entrega, sabendo que eu sou cadastrada

10 no site da loja e para cadastrar precisar inserir o endereço.

11 Dessa forma, peço que cumpra com a sua parte no prazo de sete dias a contar do recebimento

12 desta carta, Se eu não receber a mercadoria nesse prazo, irei procurar um órgão de defesa do

13 consumidor para que sejam tomadas as providências, conforme manda o Código de Defesa do

14 Consumidor.

15 Desde já agradeço sua atenção

16 Belo Horizonte Mg, 30 de setembro de 2014

17 Thais Lorraine Xavier Ferreira

Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/azza-boutique/carta-de-reclamacao-de-produto-nao-recebido_10249000/. Acesso em: 1 abr. 2021.

Análise da carta de reclamação 1

De acordo com os questionamentos propostos por Goffman (1967) sobre as situações de reclamação, percebe-se que o motivo da reclamação foi o não recebimento do produto dentro do prazo estipulado pela empresa. Desse modo, a cliente inicia a carta referindo-se diretamente ao gerente da loja por meio do uso de vocativo, o que demonstra o uso da estratégia de polidez positiva de perceber o outro (BROWN E LEVINSON, 1987).

Em seguida, nas linhas 4, 5 e 6, ela utiliza os termos: “combinada”, “comprovante” e “prometido” para indicar que a empresa violou um contrato estabelecido anteriormente. Essa exposição reduz diretamente a imagem da empresa, pois sinaliza que ela não honrou o compromisso

de resolução, o que garante a sua não confiabilidade, segundo a visão da reclamante. Neste caso, a cliente está ameaçando a empresa ao expor a não efetivação do que foi prometido, ou seja, a empresa está sendo questionada pelo reclamante no que diz respeito ao não cumprimento do prazo estipulado para a entrega do produto.

Nas linhas 12, 13 e 14, a cliente, utilizando-se do que consta no Código de Defesa do Consumidor, pede para que a empresa cumpra com o seu dever dentro de um dado prazo para que ela não tome outras providências. Percebe-se que a reclamante se apropria do discurso alheio, no caso, o que está previsto no CDC, para justificar suas atitudes futuras e, dessa forma, preservar sua face. Esse é o procedimento utilizado pela reclamante para marcar seu distanciamento e livrar-se de posteriores julgamentos.

As estratégias utilizadas pela cliente visam “cobrar” o que é seu por direito. Nesse caso, a reclamante demonstra conhecimento sobre o que é garantido pelo Código de Defesa do Consumidor, a fim de que obtenha uma resposta positiva da empresa e não tenha risco de não resolver o problema assinalado na carta (BROWN E LEVINSON, 1987). A seguir, a resposta da empresa Azza Boutique:

Resposta da empresa à carta de reclamação 1

30/09/14 às 21h4

1 Boa noite, Thais

*2 Você pode verificar pelo primeiro rastreamento que a loja
cumpru com o prazo de envio e de*

3 entrega, mas infelizmente por questão dos Correios não encontrar o endereço de envio

4 informado no cadastro, o mesmo está no caminho de retorno para os nossos fornecedores. Antes

5 mesmo de chegar para eles pedimos que reenviassem o produto para você e não cobramos

6 taxa nenhuma em relação ao frete para que esse atraso pudesse ser de alguma forma

7 recompensado para você.

8 O produto foi reenviado no dia 25/09 e o rastreio atualizado no seu cadastro para que você possa

9 acompanhar todo o transporte até o novo endereço informado. Estamos acompanhando

10 juntamente com você e temos certeza que você ficará muito satisfeita!

11 Qualquer dúvida fique a vontade, estamos aqui para te ajudar!

Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/azza-boutique/carta-de-reclamacao-de-produto-nao-recebido_10249000/. Acesso em: 1 abr. 2021.

Análise da resposta da empresa Azza Boutique

Na linha 1, observa-se que a loja iniciou cumprimentando a cliente, evocando-a pelo nome, ou seja, fazendo uso da estratégia de polidez positiva conhecida como “percepção do outro”. Já na linha 2, a empresa afirma que a loja cumpriu com o seu dever e que isso pode ser comprovado por meio do primeiro rastreamento.

Em seguida, na linha 3, a empresa declara que a culpa foi dos Correios, que não identificou o endereço cadastrado. A empresa afirma que já tomou decisões para solucionar o problema sem causar mais danos à cliente. Essa é uma estratégia de polidez positiva (BROWN E LEVINSON, 1987), pois a empresa demonstra preocupação e interesse pelas necessidades do outro e preserva sua própria face.

Nas linhas 7, 8 e 9, a empresa utiliza a estratégia de aproximar-se da consumidora para demonstrar preocupação. Ademais, na última linha, a empresa põe-se à disposição para auxiliar em qualquer dúvida, buscando conquistar a aprovação e a simpatia da cliente. Essas atitudes são estratégias de polidez positiva (BROWN E LEVINSON, 1987) que revelam a necessidade da empresa em mostrar-se cordial e atenciosa para com os clientes.

Carta de reclamação 2: Caixa Consórcio se nega a dar a carta de Crédito depois de toda documentação ter sido enviada corretamente

São Paulo - SP

ID: 8477040

07/04/14 às 20h50

1 Esta é a 5ª reclamação que faço aqui neste site sobre a caixa consórcio, já fiz outras 3

2 no Banco central e uma no PROCON, para todos verem como essa administradora é

3 [Editado pelo Reclame Aqui], fui contemplado no 24/06/2013, faz 8 meses que venho

4 mandando documentos para a caixa liberar a carta de credito,
 a primeira vez que
 5 entrei em contato com eles me pediram vários documentos, foi
 tudo enviado por correio,
 6 depois me deram uma resposta que os comprovantes de renda
 eram inválidos, porque era
 7 de pessoa jurídica, até ai tudo bem, falaram que extrato dos
 últimos 6 meses servia, fique
 8 por 6 meses movimentando a conta do banco para mandar os
 extratos, foi enviado tudo
 9 como eles solicitaram, tive mais uma resposta sem nenhum sen-
 tido, que o
 10 comprovante de residencia “COMPROVANTE DE RESI-
 DENCIA” era invalido, já tinha
 11 mandado o comprovante fazia uns 6 meses e era valido, era
 uma conta de luz em meu
 12 nome que eles fizeram a gentileza de enfiar no @%!. \$“@, mais
 tudo bem, voltei a
 13 mandar o comprovante de residencia, uma observação, du-
 rante esse tempo vim pagando
 14 as prestações normalmente, e a dois meses quando vi que isso
 era um [Editado pelo
 15 Reclame Aqui], parei de pagar, hoje 07/03/2014 recebi uma
 resposta da caixa sobre a
 16 reclamação do Banco Central que a carta foi aprovada, mais
 não será liberada pro que

17 estou com débitos, isso é ou não é uma safadeza, quando mandei toda documentação

18 estava tudo em dias, pois abri uma reclamação na ouvidoria da caixa falando que só ia

19 voltar a pagar quando a carta fosse liberada, pois eu tinha enviado toda documentação

20 como eles solicitaram e não tinha nenhum debito. agora não tenho duvida isso é

21 mesmo um [Editado pelo Reclame Aqui] para usar seu dinheiro, e vc fica que nem

22 um tonto pagando uma coisa que vc nunca vai ver.

Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/caixa-consorcios/caixa-consorcio-se-nega-a-dar-a-carta-de-credito-depois-de-toda-documentaca_8477040/. Acesso em: 1 abr. 2021.

Análise da carta de reclamação 2

O cliente inicia a carta sem saudações. Ele começa, indignado, relatando que já havia feito outras quatro (4) reclamações no site “Reclame-AQUI” e outras quatro (4) reclamações no Banco Central e no PROCON sobre a empresa Caixa Consórcios.

Na linha 2, percebe-se que o cliente ameaça a empresa: “para todos verem como essa administradora é”. Nota-se a omissão de marcas de rejeição por meio do trecho “[Editado pelo Reclame Aqui]”, uma vez que o texto foi editado pelo site. Provavelmente, isso aconteceu porque o consumidor deve ter utilizado expressões que desrespeitaram a empresa.

Assim, observa-se que o cliente questiona os serviços prestados, o que é uma estratégia de polidez negativa, segundo Brown e Levinson (1987).

Nas linhas 3 e 4, o consumidor é pessimista (BROWN E LEVINSON, 1987), pois reclama do tempo em que está envolvido no problema. Ele afirma que está há oito (8) meses tentando mandar documentos para a liberação da carta de crédito. Além disso, o reclamante questiona o tipo de resposta que a empresa ofereceu anteriormente, a qual ele considera, na linha 9, “sem nenhum sentido”.

Na linha 12, o cliente demonstra total rejeição aos serviços da empresa e, mesmo utilizando o termo “gentileza”, profere um discurso marcado por palavrões, que podem ser representados por símbolos aleatórios, como “enfiar no @%!\$”@”. Adicionalmente, na linha 17, o consumidor se revela revoltado, visto que reforça o seu descontentamento no trecho “isso é ou não é uma safadeza”.

Nas linhas 20 e 21, o consumidor se apresenta novamente pessimista (BROWN E LEVINSON, 1987), haja vista que não tem mais dúvida de que a reputação da empresa está em jogo. Ele demonstra explicitamente que sua face foi afetada, uma vez que se considerou desrespeitado no trecho: “vc fica que nem um tonto”.

Nesse caso, a negação da carta de crédito foi o que desencadeou a reclamação do cliente. Tendo em vista as inúmeras tentativas de negociação, o reclamante não se preocupa em preservar sua face, tanto que não evita o uso de impropérios. Somado a isso, percebe-se que ele teme os riscos que podem incidir sobre sua reclamação, como, por exemplo, uma resposta negativa da empresa.

Resposta da empresa à carta de reclamação 2

(28/08/14 às 13h39)

1 Sr. Fábio Reis, boa tarde!

2 Pedimos desculpas pelos transtornos causados, estamos trabalhando para melhorar

3 nossos processos e atender aos consorciados de forma precisa e eficaz. Realizamos

4 tentativas de contato em 24/06/2014 16h44min, porém não tivemos sucesso. Diante da

5 finalização do processo, encerramos esta reclamação e mantemo-nos à disposição para

6 maiores esclarecimentos por meio de nossos canais de atendimento:

7 www.caixaconsorcios.com.br-Fale Conosco ou Atendimento On-Line ou ainda pela Central de

8 Serviços e Relacionamento, 0800 702 4000, de segunda a sexta-feira, das 8 às 21h.

9 Atenciosamente,

10 Caixa Consórcios

Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/caixa-consorcios/caixa-consorcio-se-nega-a-dar-a-carta-de-credito-depois-de-toda-documentaca_8477040/. Acesso em: 1 abr. 2021.

Análise da resposta da empresa Caixa Consórcios

Na linha 1, observa-se que o início da comunicação começa pela saudação da empresa para com o cliente, o que é uma forma de não imposição, pela categoria de aproximação (LAKOFF, 1973). Percebe-se, então, que a empresa, diferentemente do cliente, inicia a resposta da reclamação cumprimentando e apresentando marcas de identificação do consumidor, como o nome dele.

Na linha 2, a empresa pede desculpa ao cliente pelos transtornos causados em relação à não liberação da carta de crédito. Com efeito, a empresa se mostra solícita à resolução do problema e notifica o consumidor que está trabalhando para otimizar o serviço, com o intuito de garantir o direito do reclamante.

Nas linhas 2 e 3, a empresa alega ter feito tentativas de contato, fato que explicita o conhecimento da empresa em relação à situação do cliente. Outrossim, a empresa faz questão de apresentar o dia e o horário em que contactou o consumidor, o que conforme Brown e Levinson (1987) pode ser considerado interesse pelos desejos e necessidades do outro.

Nas linhas 5 e 6, nota-se que a empresa está à disposição do consumidor para esclarecer quaisquer informações. Ademais, observa-se a preocupação da empresa ao elencar canais de atendimento que ajudem no contato entre o cliente e a prestadora de serviços.

Por fim, na linha 9, a empresa despede-se, o que mostra simpatia dela para com o reclamante.

Carta de Reclamação 3: Reclamação Máquina de Lavar Louça, Brastemp

Campinas 12 de dezembro de 2014

CARTA DE RECLAMAÇÃO

*REF:NF 000.002.637 – LAVA LOUÇA NA GARANTIA
COM PROBLEMA CRÔNICO
(NÃO SECA BEM A LOUÇA!)*

1 À Brastemp

2 a/c Dpto de reclamação.

3 Eu, Stella Marcondes Martins, venho através desta fazer uma reclamação e solicitar a

4 resolução do seguinte problema:

5 No dia 26/08/2014 fiz a compra de uma lava louça Brastemp Ative 12 serviços Inox 127 v

6–BLF12ARANA NF 000.002.637, na loja Miami, em Campinas-SP. Agendamos

7 diretamente com a Brastemp a instalação da mesma, entretanto, observamos que a

8 máquina não seca a louça inteiramente, ficando a máquina com respingos de água no

*9 fundo e na hélice central (além de ficarem gotejando na louça
E A DEIXANDO*

10 MOLHADA...). Já chamamos o técnico aqui por três vezes e ele não sabe o que pode ser,

11 disse que já fez o que podia.

12 Como já tive outras máquinas de lavar sei que elas não ficam molhadas desta forma (o

13 vapor quente sempre deixou a máquina e a louça completamente seca). DEVE SER UM

14 PROBLEMA DESTA MÁQUINA CRÔNICO.

15 Por estar ainda na garantia, gostaria que vocês ME SOLUCIONASSEM O PROBLEMA

16 ou mandando um técnico mais experiente ou trocando a máquina! Tenho URGÊNCIA

17 porque receberei muitas pessoas nas festas aqui em casa e a máquina não esta me

18 resolvendo o problema por não secar a louça direito.

19 Venho expressar minha indignação pela demora para solucionar o problema!

20 Não queremos fazer uma reclamação no PROCON mas se nada for feito não

21 teremos outra opção!

22 Fico no aguardando um posicionamento o mais breve possível. Abaixo todos os meus

23 contatos(por email é o melhor!)

24 ATT

25 Stella Marcondes Martins

Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/brastemp-consul/reclamacao-maquina-de-lavar-louca-brastemp_11157646. Acesso em: 1 abr. 2021.

Análise da carta de reclamação 3

Percebe-se que, inicialmente, a cliente se apresenta e diz, sem interrupções, o propósito que a leva a escrever para a empresa em questão. Dessa forma, torna-se nítida a evasão entre os interlocutores, pois não há a mínima preocupação em direcionar o seu dizer, o que valida a polidez indireta (BROWN E LEVINSON, 1987). Entre as linhas 6 e 11, a cliente se estende e descreve a situação que lhe compreende o descontentamento; além disso, reafirma sua posição, ao pontuar sua experiência para com o produto.

Nas linhas 12, 13 e 14, a cliente explicita seu conhecimento em relação às experiências de compras anteriores e indica qual é o problema deste produto. Nas linhas seguintes (15, 16, 17 e 18), observa-se que a reclamante faz um apelo em relação à resolução rápida do problema. Isto é, o grau de importância é demandado pela necessidade da reclamante na promoção de festas de fim de ano.

Adicionalmente, salienta-se que a cliente é consciente de questões formalizadas no que diz respeito ao direito do consumidor (linhas 19, 20 e 21); ela também solicita, em caixa alta, “*gostaria que vocês ME SOLUCIONASSEM O PROBLEMA*” (linha 15) e “*Tenho URGÊNCIA porque receberei muitas pessoas nas festas*” (linha 16), com o objetivo de chamar a atenção da empresa no que concerne ao seu pedido, que mais se parece com uma ordem.

As palavras da reclamante ao longo da carta demarcam uma atitude agressiva, perceptível pelas escolhas lexicais e pelo uso da letra em caixa alta. A cliente se mostra descontente e usa da ameaça para firmar sua posição. Na linha 20, a reclamante explicita uma plataforma de contato eletrônico (PROCON) que, ao contrário do que se espera, não tem a

função aproximativa, mas de retorno imediato ao requerido, que se configura como denúncia. Logo, grande parte do texto da carta inscreve-se no que Brown e Levinson (1987) consideram face negativa.

Resposta da empresa à carta de reclamação 3

1 Olá Sra Stella,

2 Seu caso está sendo tratado pela área responsável, por meio do protocolo 4000067620.

3 A Brastemp trabalha em parceria com o Reclame Aqui. Ainda assim, sempre que precisar, entre em

4 contato conosco pelos telefones 011 3003 0777 (consumidores das Capitais e Regiões

5 Metropolitanas) e 0800 970 0777 (demais localidades).

6 Ariane Gandine,

7 Atendimento ao Consumidor Brastemp.

Disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/brastemp-consul/reclama-cao-maquina-de-lavar-louca-brastemp_11157646. Acesso em: 1 abr. 2021.

Análise da resposta da empresa Brastemp

Na linha 1, nota-se que a empresa se utiliza de um cumprimento de ordem fática e de um vocativo, o que na teoria de Brown e Levinson (1987) configura a percepção do outro, incluindo-o no processo interativo por acolhimento. Nas linhas seguintes, a empresa pretende

atenuar a situação esclarecendo que logo o problema será solucionado, defendendo a própria face e procurando manter a face da reclamante de forma positiva.

Observa-se, sobremaneira, que na resposta da empresa lida-se diretamente com a proteção à própria face, isto é, a empresa utiliza a estratégia de polidez positiva, pois se mostra compreensiva, preocupada e declara haver solução para a demanda solicitada pela reclamante (BROWN E LEVINSON, 1987).

Diante das situações reais empregadas para exemplificar e constatar a Teoria da polidez, percebeu-se que, nos três casos de ocorrência dos reclamantes, há descontentamento em relação ao produto ou aos serviços prestados por empresas renomadas em território nacional, ao passo que há uma preocupação das empresas em oferecer um retorno ao cliente.

Considerações finais

Diante das análises, observou-se que nem todos os envolvidos no processo de interação, ainda que virtualmente, preocuparam-se em usar as estratégias de polidez, a fim de preservar as faces. De maneira notável, os clientes não se importaram com a própria face e isso pôde ser verificado a partir das posições desses sujeitos nas cartas de reclamação analisadas. Em contrapartida, constatou-se que os representantes legais das empresas tiveram maior dedicação na proteção da própria face e na manutenção da face do consumidor.

A análise das três cartas de reclamação dos clientes e as respectivas respostas a eles oferecidas pelas empresas permitiram identificar a pre-

sença de algumas estratégias de polidez positiva e negativa. Os clientes, por sua vez, não pareceram preocupados em preservar a face do outro. As empresas, ao contrário dos reclamantes, buscaram preservar a face ao máximo nas respostas aos consumidores, o que demonstra cordialidade e polidez para com o outro no momento da interação.

Essa questão última ampara-se na percepção dos papéis sociais definidos nas cartas de reclamação, pois evidenciam a força ilocucionária dos atos de fala na troca informativa, seja pela exposição do problema ditado pelo cliente, seja pelo questionamento do não cumprimento das funções esperadas do adquirido (produto/objeto ou serviço), pelo solicitação de uma solução ao problema e, até mesmo, pela condução de um processo coercitivo/obrigatório imbricado em termos “formais” regularizados por um órgão específico (PROCON).

Mesmo diante de situações desagradáveis apresentadas nas cartas, os representantes das empresas buscaram preservar, com maior regularidade, as suas faces, devido às posições ocupadas por eles nas empresas. Vale ressaltar que essa preocupação é motivada tanto pela necessidade de não ferir a imagem pessoal, como também a imagem das empresas. Desperta-se, portanto, neste trabalho, um novo olhar para a ampliação dos estudos acerca da Teoria da polidez na perspectiva dos estudos pragmáticos.

Referências

- BARBOSA, M. F. S. O. *Impolidez em EAD*. Tese (doutorado em linguística). UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BROWN, p. & LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

GOFFMAN, E. *A Representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1959.

GOFFMAN, E. *Interaction Ritual*. New York: Harp e Ruw, 1967.

GOFFMAN, E. A elaboração da face. Uma análise dos elementos rituais da interação social. In: Figueira, S. (org). *Psicanálise e ciências sociais*. Trad. I. Russo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 76-114.

GOFFMAN, E. *Forms of talk*. Philadelphia, University of Pensylvania Press, 1981.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, p. ; MORGAN, J. L. (Ed.) *Syntax and semantics*. v. 3. Speech Acts (p.41-58) New York: Academic Press, 1975.

LAKOFF, R. *Language in Sociery: Language and Woman's Place*. Vol. 2, No. 1. Cambridge University Press.1973, p. 46-47.

Casos de família: as provas retóricas em um processo de divórcio litigioso

Patrícia Rodrigues Tomaz

Max Silva da Rocha

João Benvindo de Moura

Considerações iniciais

O presente estudo tem por objetivo analisar a construção de imagens¹ por meio da argumentação em um processo judicial de divórcio, dando ênfase a aspectos retóricos e discursivos, a partir da noção de *ethos*, que são as representações construídas de si por meio das falas dos sujeitos processuais. No campo da retórica, tomamos por base os meios de prova apontados por Aristóteles (2011): *ethos*, *pathos* e *logos*. A noção de *ethos* é retomada sob o ponto de vista da Análise do Discurso de linha francesa contemporânea, com base nos estudos de Maingueneau (1997), Charaudeau (2005) e Amossy (2008), entre outros.

No tocante aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa é de natureza básica, visando ampliar o conhecimento científico; descritiva quanto ao objetivo; documental quanto à coleta de dados; qualitativa e interpretativista quanto à abordagem, uma vez que pretende

¹ Pragmaticamente, Erving Goffman foi um dos principais estudiosos acerca da imagem pública do sujeito na sociedade. Para esse mesmo autor, a face tem “um valor social positivo que uma pessoa reclama efetivamente para si por meio da linha que os outros supõem que ela seguiu durante determinado contato. A face é a imagem da pessoa delineada em termos de atributos sociais aprovados” (GOFFMAN, 1967, p. 5).

compreender e interpretar as formas de interação no fenômeno estudado (ANDRÉ, 2005). Apresenta uma proposta interdisciplinar envolvendo a Linguística, a Retórica e o Direito, desenvolvendo um estudo focado nas provas retóricas presentes no processo judicial.

Nesse panorama de discussão, compreendemos que, na formação das relações afetivas, apesar de uma série de transformações sociais e estruturais, a família ainda é o núcleo básico de qualquer sociedade. Portanto, é uma instituição social e, como outras instituições, obedece a normas e leis quando são necessários mecanismos jurídicos para a resolução de litígios, visto que não há como desconsiderar as particularidades desses conflitos diante da possibilidade de prejuízos emocionais para os envolvidos, principalmente para os filhos, como no presente caso.

Iniciaremos nosso estudo analisando uma petição avulsa, na qual está descrita parte da narrativa que deu início a um processo judicial de divórcio litigioso, ou seja, há um pedido de separação unilateral que busca a dissolução do casamento. No entanto, outras ações judiciais envolvem a mesma entidade familiar, mas que não serão objeto deste estudo. Em nossa pesquisa, a Análise do Discurso (AD) contemporânea preconiza um olhar voltado para a pluralidade, para a heterogeneidade constitutiva² da linguagem, para as práticas discursivas sociais de saberes e sujeitos.

Assim, esse material de análise é composto por excertos dos autos de um processo da seara do Direito de Família, de divórcio litigioso, que tramitou em segredo de justiça, cujas informações pessoais das partes estão suprimidas. Para efeito de anonimização, os nomes das partes foram

² Segundo Jacqueline Authier-Revuz (1990), o estudo sobre heterogeneidade é formulado a partir da noção de heterogeneidade enunciativa, apresentada como sendo de dois tipos: a constitutiva (processos reais de constituição de um discurso) e a mostrada (processos de representação num discurso, de sua constituição) (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32).

substituídos por nomes de flores, visto que envolve um caso de guarda compartilhada, partilha de bens, provisão de alimentos e acusação de alienação parental por parte da requerida.

Desse modo, ao abordar a adequação do processo, o desempenho do advogado familiarista deve ser efetivo, trabalhando as expectativas do cliente. Ademais, é importante que os advogados orientem as partes na prática dos atos processuais. A utilização dos elementos retóricos *ethos*, *pathos* e *logos*, funcionam como estratégias discursivas para convencer e persuadir o auditório, aqui representado pelo Estado, por meio do Poder Judiciário e na pessoa do magistrado, que possui o poder e dever de prestar a jurisdição.

A retórica aristotélica e a análise do discurso

A Retórica Aristotélica é, sem dúvida, uma primeira instância na definição do que seja discurso, uma estrutura discursiva não somente sintática, mas hermenêutica. Entende-se por retórica, no senso comum, um discurso que se repete ou é demasiado recorrente para justificar uma determinada pauta discursiva. Nesse sentido, o uso da retórica teria um caráter apelativo e perde sua característica original que é a de convencimento e de persuasão, e não de saturação como interpreta o senso comum (TOMAZ, 2020).

Esse desconhecimento da maioria leiga reflete um certo preconceito e certa resistência em ouvir o outro, aquele que pode informar e que se destaca ao pronunciar um discurso. Desvencilhando-se da visão comum, nos reportamos à definição clássica de retórica que é o pressuposto

identificado na criação de Aristóteles (2011), os dois elementos fundamentais que caracterizam a retórica, quais sejam, a eloquência e a persuasão, marcas argumentativas que compõem essa dimensão clássica do discurso no tocante à influência que este exerce no ouvinte ou auditório, constituído como o público-alvo da argumentação do orador (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014[1958]).

Na Antiguidade Clássica, a retórica também já foi apresentada como mero recurso de charlatães e enganadores que buscavam, através dessa técnica, persuadir o ouvinte sobre a veracidade de seus argumentos, fosse para o “bem” ou para o “mal” e foi isso que provocou a crítica de alguns filósofos, entre eles, Platão. Cabe aqui mencionar Fiorindo (2012), quando afirma, do ponto de vista histórico e moral, que a retórica busca identificar situações de discurso para adequá-lo ao seu objetivo maior, que é convencer e não apenas persuadir.

Na filosofia aristotélica, em sentido amplo, a retórica se mistura com a poética, consistindo na arte da eloquência em qualquer tipo de discurso. Dessa mesma forma, sem expandir o sentido em concepções mais abrangentes, Lima (2009) expõe que a retórica é vulgarmente compreendida como um conjunto de regras relativas à eloquência e é mais valorizada no exercício da política, do direito e da comunicação. Numa perspectiva de observação e entendimento do discurso, não podemos conceber a língua separada da história e dos contextos sociais e a retórica, por sua vez, aparece, de algum modo, em todas as atividades que envolvem a linguagem humana, independentemente das situações.

A partir dessas reflexões, é possível estabelecer um estudo interpretativo e analítico do discurso, visando a compreensão do que ele é em profundidade, adotando várias faces referenciais para compreendê-lo, com-

preendendo seu caráter interdisciplinar, haja vista o processo de ligação com outras disciplinas, construindo um manancial de saberes. O que tomamos de Aristóteles (2011) para explicar tal abordagem discursiva no presente é descobrir as três dimensões que se configuram como as provas aristotélicas que, ainda hoje, são referência para os estudos sobre retórica, argumentação e discurso: *pathos*, *logos* e *ethos*, as quais emergirão a seguir.

A constituição do *ethos*, *pathos* e *logos* na perspectiva da análise do discurso

Dando continuidade à apresentação teórica, recorreremos a conceitos ligados à Filosofia Clássica, sistematizando sua emergência na Grécia Antiga, com a retórica, abrangendo os três elementos retóricos de base aristotélica, quais sejam, o *ethos* (que reside no caráter moral do orador, dando a impressão de que é confiável), o *pathos* (emoção que o orador tenta provocar no ouvinte) e o *logos* (o próprio discurso construído com raciocínio lógico), necessários ao projeto de persuasão do enunciador. Tendo em vista estes aspectos imprescindíveis a todo discurso, é importante compreender como as provas se constroem.

Nesse seguimento, a noção de *ethos* vem do grego e deu origem à palavra ética e também à palavra *mores*, que significa costumes em latim (MEYER, 2007). O conceito de *pathos* pode ser compreendido, no contexto da Retórica, como sentimentos, emoções, que são despertados por meio do discurso. A emoção é uma alteração visceral, fisiológica, desencadeada por um certo acontecimento, como a ira, a tristeza, a alegria, o medo. Aristóteles (2011) o define como a paixão (*pathos*) como o que

move, o que impulsiona o homem para a ação (*práxis*). O *logos* permite compreender o funcionamento e o raciocínio utilizado para entender o discurso e convencer e persuadir o auditório presumido.

Continuando nossa reflexão, Galinari (2014) sugere que a construção da imagem de si considera também o *pathos*, pois depende daquilo que Aristóteles denominava *eúnoia*, a saber, o elemento *ethico* responsável pela benevolência do orador, disposto a emocionar seu auditório. Dando continuidade, o autor submete-se a uma reflexão de Amossy (2008), na qual a autora apresenta uma acepção semelhante, uma vez que traz à baila a dupla dimensão do *ethos*: uma reconhecidamente racional (oriunda do *logos*), outra potencialmente afetiva (proveniente do *pathos*). Formariam, tais apropriações, a síntese do que representa o *pathos* como categoria de análise na retórica discursiva de Aristóteles.

Assim, compondo esses elementos encontra-se o *ethos*, que, fundido ao *pathos* e *logos*, apresenta-se como uma terceira dimensão. Desse modo, compreendemos o *ethos* (caráter moral que o orador deve apresentar no próprio discurso), elemento importante e que compõe uma tríade probatória fundamental. Para Lima (2009), o *ethos* é derivado dos enunciados e do caráter do próprio orador, sujeito dotado de competência linguística e que empresta sua credibilidade à causa, construindo uma identidade discursiva e social.

Em síntese, voltando à questão das provas retóricas, as três características: razão, emoção e caráter formulam a tríade na Retórica Aristotélica. A partir desses elementos pode-se chegar a uma compreensão máxima do que representa essa composição analítica que ampara os pesquisadores. Tais elementos, que compõem as provas retóricas de Aristóteles, são considerados fundamentais, tornando-se necessários para

apresentação e a qualificação dos argumentos a serem empreendidos no discurso argumentativo.

O discurso dos sujeitos envolvidos fundamenta-se na retórica aristotélica, sendo o *ethos*, o *pathos* e o *logos* os meios de prova utilizados pelo orador para atingir a eficácia de seu discurso. Essa tríade, segundo Aristóteles (2011), é garantidora da persuasão do ato retórico. Compreendemos, de acordo com o filósofo grego, que as três provas do discurso são indissociáveis, sendo o *ethos* a mais importante delas, o primeiro argumento retórico para a configuração de um projeto de persuasão do auditório, conforme veremos em seguida.

O *ethos* em Dominique Maingueneau

Pode-se destacar que o *ethos* é um dado discursivo em que o enunciador produz uma imagem de si no próprio discurso, conceito ampliado pela AD, sendo concebido como uma noção sociodiscursiva que compreende o social e se manifesta no discurso num processo interativo de influência sobre o Outro (FERREIRA, 2008). Para Amossy (2008), tal conceito vem de Aristóteles como meio para a eficácia do discurso do orador.

Na concepção de Aristóteles, o *ethos* (a construção da imagem do orador), o *pathos* (a paixão despertada no auditório) e o *logos* (o próprio discurso), constituíam os meios de prova utilizados para persuadir o auditório e atingir a eficácia do seu discurso. Dessa forma, o *ethos* está ligado à enunciação, sendo construído no âmbito da atividade discursiva e toda vez que se recorre a essa noção de *ethos*, costuma-se percorrer um

longo caminho até a retórica antiga, mais precisamente à Retórica de Aristóteles (MAINGUENEAU, 2008).

Dando prosseguimento, o autor francês considera o *ethos* como uma noção discursiva que se constrói através do discurso e não somente uma imagem do locutor que seja exterior à sua fala, sendo um processo interativo de influenciar o interlocutor, acrescentando uma noção híbrida (sociodiscursiva), considerando o comportamento avaliado socialmente e que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação (MAINGUENEAU, 2015).

Nesse viés, Maingueneau (2015) propõe um olhar mais amplo do que aquele proposto por Aristóteles e concebe um *ethos* diferente da retórica antiga, que era ligado à eloquência, à oralidade em praça pública, assembleias ou tribunais. Embora respeite às linhas traçadas por Aristóteles, o *ethos* na AD ultrapassa o domínio da argumentação, alarga seu alcance, não se limitando à oralidade, pública ou não, abarcando textos orais ou escritos, em que há uma vocalidade relacionada a uma origem enunciativa, ou seja, uma voz que atesta o que é dito, que pode se manifestar numa multiplicidade de tons, isto é, as marcas, traços, indícios, pistas e sinais deixados no enunciado (DUARTE, 2007). Nessa perspectiva, segundo o autor, a noção de *ethos* vai além da persuasão, considerando o processo de adesão dos sujeitos a um certo discurso, determinado em cada conjuntura histórica (MAINGUENEAU, 2015).

Dando continuidade, percebemos nos estudos de Amossy (2008), ao tratar da noção de *ethos* (noção emprestada da Retórica), que a autora considera a ligação entre os termos *apresentação de si* (usado inicialmente na Sociologia) e *imagem de si* que, juntos, convergem para a construção das identidades dos sujeitos que se constroem nas trocas linguageiras.

Nessa lógica, compreendemos que a “imagem de si” está diretamente relacionada ao *ethos* vindo da Retórica. Na AD, a configuração do *ethos* varia em função das situações comunicativas vivenciadas pelos interlocutores, tendo ou não a intenção de persuadir (TOMAZ, 2021a).

Como é possível observar, nos textos de Amossy (2008) acerca do *ethos*, a autora compartilha da teoria proposta por Maingueneau (2015) sobre a ideia de que a imagem de si não é mais forjada apenas na enunciação, mas pode ser construída antes mesmo da enunciação, atrelada a algo que precede o discurso. Nesse sentido, é possível dizer que o *ethos* discursivo mantém uma ligação com a imagem prévia que é feita do orador, pelas pistas deixadas, antes mesmo que este fale, o que caracterizaria aquilo que Maingueneau chamou de *ethos* pré-discursivo, mas, atualmente, substituiu pela noção de *ethos* prévio (MAINGUENEAU, 2018).

Esta mesma concepção é corroborada por Ruth Amossy que prefere utilizar a terminologia *ethos* prévio. Dessa maneira, o sujeito não constrói mais a imagem de si somente através do seu discurso. A autora esclarece que a imagem de si é condicionada pelas configurações sociais e institucionais, em que há uma atribuição de papéis (DE MELLO, 2012). O *ethos* trabalha pela ativação dos eixos afetivos do interesse, da admiração e da confiança.

Dando continuidade aos estudos do *ethos*, em Tomaz (2021b), as principais estratégias de construção do *ethos* discursivo de sujeitos em disputa emergem nas falas e nas expressões dos indivíduos, permitindo a seleção de vários *ethé* prévios. Dessa forma, identificamos padrões de comportamento, baseados nas expressões e emoções dos sujeitos envolvidos, para a composição de um discurso que vise convencer e atender às necessidades, em âmbito extrajudicial.

Sendo assim, o referido conceito aristotélico está ligado à imagem que o orador constrói de si em seu próprio discurso e atua como um fenômeno retórico argumentativo, impondo uma relação de força em relação ao Outro (ANTUNES; PAULIUKONIS, 2018). De acordo com Amossy (2008), ainda há, desde a Antiguidade Clássica, uma conceituação entendida como *ethos* prévio³ e outra compreendida como *ethos* discursivo⁴. No entanto, na AD de linha francesa, o *ethos* discursivo tem maior abrangência do que o aristotélico. Segundo a autora, Dominique Maingueneau foi quem primeiro associou o *ethos* a um ponto de vista estritamente discursivo. A maioria das posições em um conflito, tomadas por meio das falas e das expressões, invocam sentimentos como angústia, tristeza e raiva.

Logo, o *ethos* em Maingueneau (2008), está em uma dimensão discursiva, ligado à enunciação, considera os elementos verbais e extra verbais, desenvolve-se em meio à cena enunciativa, em sujeitos que se alternam como enunciadore, admitindo-se um ponto de vista pré-discursivo no *ethos* (que o teórico denomina de *ethos* pré-discursivo e, entre outros autores, *ethos* prévio), sendo uma representação extradiscursiva da fala, que é materializada pelo enunciado. É “construído por meio de pistas deixadas pelo enunciadore em seu discurso” (MIRANDA, 2011, p. 77). Sendo assim, “o *ethos* é resultante da interação de diversos elementos: do *ethos* pré-discursivo, do *ethos* discursivo, do *ethos* dito e do *ethos* mostrado” (SILVA; CORRÊA-ROSADO; MELO, 2012, p. 75).

3 Segundo Galinari (2007), o *ethos* prévio se constitui pelas impressões acerca do orador que o auditório já possui antes mesmo da enunciação e abrange os dados situacionais, históricos e psicológicos, informações preexistentes ao ato enunciativo, sendo considerado discurso. Na opinião do autor, os termos *ethos* prévio e *ethos* presente são igualmente discursivos.

4 Gallinari (2007) adota a expressão *ethos* presente substituindo a de *ethos* discursivo, tendo em vista que esse *ethos* emerge no ato de enunciação.

De acordo com Maingueneau (2008), o *ethos* efetivo é resultante da interação de diversos elementos, sendo formado pelo *ethos* pré-discursivo (ou *ethos* prévio) e o *ethos* discursivo, relacionando-se reciprocamente. O *ethos* pré-discursivo (ou *ethos* prévio) está diretamente relacionado aos estereótipos ligados aos mundos éticos, representações sociais cristalizadas, ou seja, situações que representam os modelos pré-construídos⁵ pelo senso comum para atribuir características ao enunciador, para afirmar ou desconstruir um *ethos* prévio ou pré-discursivo (MIRANDA, 2011). Com efeito, o *ethos* prévio ou pré-discursivo se refere à imagem construída pelo auditório antes que o orador enuncie, antes mesmo que o enunciador tome a palavra para si, oriunda de um conhecimento antecipado ou de recursos não-verbais explorados.

De acordo com Moura (2012, p. 58), não se pode ignorar “que o conteúdo e a forma de se expressar podem render ao sujeito uma adesão ou rejeição à sua empreitada enunciativa”. Assim, o *ethos* se ocupa da imagem que o orador deseja transmitir de si, como também das possíveis reações e manifestações do auditório a que se dirige. Dessa forma, a construção das imagens de si das partes envolvidas procura evidenciar e legitimar seus discursos produzindo efeitos de verdade ou verossimilhança, garantindo legitimidade aos enunciados.

Na base do esquema proposto por Maingueneau (2018) estão “os estereótipos ligados aos mundos éticos”, os quais remetem às possibilidades de leitura e significação dos fenômenos discursivos produzidos no mundo e do comportamento dos seres humanos, dentro de uma conjuntura social e histórica dada. Maingueneau (2018) considera

⁵ Na Análise de Discurso, segundo Pêcheux (1975), todo discurso pressupõe outro discurso que lhe é anterior.

que o “mundo ético inclui um certo número de situações estereotipadas associadas a comportamentos verbais e não verbais”.

O mundo ético está associado às representações culturais fixas e aos modelos pré-construídos, atribuindo algumas características e não outras ao enunciador (NEVES, 2011). São características que se apoiam em um conjunto cristalizado de representações sociais, imaginários sociodiscursivos, práticas sociais aprovadas coletivamente, que se relacionam, reforçam e nos levam a analisar os discursos dentro de um contexto sócio-histórico e em determinadas condições de produção, considerando sua historicidade.

O *ethos* na visão de Patrick Charaudeau

Ao discorrer sobre o conceito de *ethos* em AD, Charaudeau (2017) o descreve como uma estratégia do discurso político, considerando as “demonstrações psicológicas” e não o estado psicológico real do orador. Segundo o autor, o *ethos* é encenado de modo intencional e calculado, através de meios discursivos do sujeito que fala, estando ligado a toda enunciação discursiva. Acrescenta ainda que somos aquilo que dizemos de acordo com nossa maneira de dizer, o que implica uma maneira de ser, uma identidade que passa pelas representações sociais (CHARAUDEAU, 2017). Essas representações colaboram para o estabelecimento de crenças, cujos saberes partilhados entre os interlocutores contribuem para a construção da imagem de si e do outro, podendo se referir à imagem de um sujeito (*ethos* individual) ou de um grupo de sujeitos (*ethos* coletivo).

Ainda segundo Charaudeau (2017, p. 115), o *ethos* está ligado a toda enunciação discursiva e é resultado de uma encenação linguageira e “depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem uns aos outros” e resulta na constituição de uma dupla identidade que se funde numa só. Assim, “o sujeito aparece ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante uma identidade discursiva que ele constrói para si” (CHARAUDEAU, 2017, p. 115).

Nesse seguimento, Charaudeau (2017) também considera o *ethos* uma relação entre aquilo que é dito e aquilo que existe previamente, o *ethos* pré-discursivo (ou *ethos* prévio) que, por sua vez, condiciona a construção do *ethos* discursivo, construindo figuras identitárias que o autor divide em duas categorias de *ethos*: o *ethos* de credibilidade e o *ethos* de identificação (CHARAUDEAU, 2017, p. 118).

De acordo com Charaudeau (2017), a credibilidade é “particularmente complexa” e deve satisfazer três condições necessárias: condição de sinceridade (que obriga dizer a verdade); condição de performance (obriga a aplicar aquilo que promete) e a condição de eficácia (que obriga a provar que o sujeito tem os meios de realizar o que promete e que resultará de forma positiva). Dessa maneira, ao responder essas condições, baseadas no discurso político, o sujeito constrói para si o *ethos* de sério, de virtuoso e de competente, ou seja, os *ethé* de credibilidade (CHARAUDEAU, 2017, p. 120).

No que diz respeito ao *ethos* de sério, propõe a observância de determinados índices: corporais, mímicos rígidos, comportamentais e de autocontrole frente às críticas, verbais, com tons firmes e frases diretas, capacidade de trabalho e condição de sinceridade, inclusive. Quanto

ao *ethos* de virtuoso exige demonstração de sinceridade e fidelidade, honestidade na vida pública e privada, honradez, transparência, lealdade, respeito ao adversário e condição de *performance*. Nesse *ethos*, há comprometimento do orador às suas ideias e ações. O *ethos* de competência exige conhecimento, saber e habilidade para o exercício da atividade política e condição de eficácia (CHARAUDEAU, 2017).

Tratemos agora dos *ethé* de identificação, apresentados como os atributos que o enunciador comunica e que provocam no receptor o processo de identificação. Charaudeau (2017) alerta que essas imagens do político jogam com o lado emocional do cidadão e se constroem com base no afeto entre ambos. Charaudeau (2017) propõe ainda a construção de um *ethos* em uma relação triangular, numa constituição do *ethos* entre si, o outro e um terceiro que esteja ausente, ou seja, as figuras dos *ethé* voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência. Dessa forma, o cidadão, mediante um processo de identificação irracional⁶ funda sua identidade na do político. Os *ethé* de identificação são caracterizados pelo *ethos* de “potência”, de “caráter”, de “inteligência”, de “humanidade”, de “chefe” e ainda de “solidariedade” (CHARAUDEAU, 2017, p. 137).

No que tange ao *ethos* de potência, identificamos figuras de virilidade sexual, de vigor físico, com determinação de agir. O *ethos* de caráter apresenta figuras de vituperação, de personalidade forte, dominante, de coragem, de orgulho, de firmeza e moderação. No *ethos* de inteligência,

6 Pêcheux (1975) dedicou-se a estudar sobre a condição do sujeito ao ser interpelado ou “assujeitado”. O autor apresenta a noção de assujeitamento ideológico, ou seja, segundo ele, a dominação ideológica se materializa na língua. Apesar da alegada consciência política, alguma coisa vem pela história, sem pedir licença, vem na memória, pela inscrição em outros dizeres, em outras vozes, marcada pela ideologia e posições de poder, trazendo *em sua materialidade os efeitos que atingem esses sujeitos apesar de suas vontades. O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras* (ORLANDI, 2015, p. 30, grifos nossos).

podemos identificar figuras de homem adulto honesto e malícia (com astúcia). Ao tratarmos do *ethos* de humanidade, identificamos figuras de sentimento, de confissão. As figuras de guia, de soberano e de comandante caracterizam o *ethos* de chefe. No que concerne ao *ethos* de solidariedade, há manifestação de vontade de estar junto com os que sofrem, partilhar das mesmas ideias de um grupo, escutar, ouvir, estar atento aos problemas e às necessidades alheias.

Prosseguindo a reflexão sobre os *ethé* no discurso político, Charaudeau (2017) considera as estratégias enunciativas para um “discurso de justificação” que é produzido quando a credibilidade do orador é afetada por atos ou declarações contraditórias. De acordo com ele, há três estratégias que podem ser oferecidas ao político: a *negação* (rejeita e torna nula a denúncia e contesta a acusação); a *razão superior* (que é a razão do Estado, em nome da lei, fiadora da identidade de um povo) e a não *intencionalidade* (uso do argumento de inocência, argumento de ignorância, argumento de circunstâncias e argumento de responsabilidade coletiva). Dessa maneira, as estratégias funcionam como subterfúgios em discursos de políticos que precisam se defender de acusações (CHARAUDEAU, 2017, p. 126).

Discussão e análise das sequências discursivas

No âmbito da advocacia familiarista, há uma legislação que regulamenta os conflitos familiares, conforme estabelece o Código Civil e o Código de Processo Civil vigentes no nosso ordenamento jurídico. Os operadores do Direito são responsáveis pelo encaminhamento das peças processuais através de construções discursivas permeadas e

sustentadas por valores sociais, visto que há um contexto histórico em que se desenvolveu a legislação e suas principais mudanças. Dessa forma, para o advogado, a linguagem é seu instrumento e objeto de trabalho, ou seja, temos a linguagem como ferramenta e atividade na produção de um discurso.

Destarte, no processo judicial, os fatos de um caso são construídos numa sequência de narrativas, cujas marcas linguísticas, técnicas retóricas e argumentativas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014[1958]) permitem a construção de um discurso, transformado em um documento judicial, que possa convencer e persuadir seu auditório. Neste ato, o auditório particular⁷ representa o magistrado e o auditório universal⁸ constitui o Estado no exercício da jurisdição, tutelando os jurisdicionados. Nessa perspectiva, o auditório constrói um *ethos* prévio do orador baseado nas informações precedentes obtidas na proposição apresentada. Para Meyer (2007), tanto o auditório quanto o orador projetam no outro uma imagem, que não corresponde, necessariamente, à realidade.

Na seara jurídica, o discurso argumentativo é dotado de um vocabulário técnico, construído e estruturado de modo a atender a uma modalidade específica do domínio discursivo jurídico, cuja prática discursiva é caracterizada pelo formalismo e rigidez. Logo, no início do texto, em “Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 4ª Vara da Comarca de Caxias/MA”, o uso dos pronomes de tratamento “excelentíssimo”, “senhor”, “doutor”, indica quem é o interlocutor e coloca o orador no “lugar de inferioridade” e engendra um *ethos* de humildade (ARAÚJO, 2018).

7 É formado no diálogo, unicamente pelo interlocutor a quem se dirige (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014[1958]).

8 É constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais, que chamaremos de auditório universal (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014[1958]).

A voz que enuncia, o advogado, representa a voz do autor da ação, cujos enunciados representam aquilo que pode e o que não pode ser dito ao se produzir um discurso, isto é, as escolhas não são aleatórias, mas decorrem das circunstâncias em que esse discurso é construído. A opção por um pronome que indica formalidade, próprio do gênero jurídico, ressalta respeito em relação ao magistrado, o que pode colaborar para a construção de uma imagem positiva de si e um *ethos* de seriedade.

Dando continuidade, o uso do adjetivo “URGENTE” no pedido, indica que a situação requer atendimento rápido, que há necessidade de urgência na prestação jurisdicional, sob pena de perecimento de um direito e o risco de ocorrerem situações em que a ordem jurídica fique em perigo (BARROSO; LETTIÈRE, 2014). Ademais, o uso de letras maiúsculas funciona como recurso visual para chamar a atenção do seu auditório.

A advogada tem a função de qualificar o requerente para que o juiz possa analisar o processo, avaliar e decidir o que for mais conveniente e adequado para os envolvidos. No trecho “CRAVO, já qualificado nos autos *AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO c/c GUARDA COMPARTILHADA E ALIMENTOS com pedido liminar*, processo em epígrafe, que move em face de ROSA, também qualificada, vem a presença de V. Exa. Requerer”, depreende-se que há um processo em andamento. O uso de letras maiúsculas, negrito e itálico, funcionam como recurso de linguagem visual para chamar a atenção do auditório quanto ao novo pedido. Ademais, o pedido liminar sinaliza a urgência necessidade de se assegurar um direito, que pode ser concedido no início do processo de forma temporária (LOURENÇO, 2008).

Dando seguimento, o procurador, advogado que representa o autor da ação, faz um “PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS QUANTO À GUARDA COMPARTILHADA PROVISÓRIA E INVESTIGAÇÃO DE ALIENAÇÃO PARENTAL”, mais uma vez, fazendo uso de letras em caixa alta como recurso visual e que funcionam como estratégias discursivas e argumentativas, características comuns desse gênero jurídico. Em seguida, no fragmento “Pelas razões a seguir expostas”, o orador apresenta as razões para o pedido, construindo um processo argumentativo, o *logos*, como prova retórica, a fim de favorecer seu cliente, como veremos a seguir:

O autor ingressou com a presente demanda objetivando, além da dissolução da sociedade matrimonial que mantém com a ré e a divisão do patrimônio construído na constância do casamento, também foi solicitado, em sede de apreciação de *tutela de urgência*, a concessão da *guarda compartilhada* provisória da menor filha do casal, bem como a investigação da prática de *alienação parental* por parte da ré. [sic]

Então, o advogado elabora uma tese, ou seja, a ideia que pretende defender em favor de seu cliente, através de técnicas e estratégias para persuadir e convencer o auditório. Para tanto, constrói seu discurso, o *logos* como elemento retórico, e apresenta o caso para despertar o interesse do magistrado, a quem o orador (fala e escreve) pretende convencer e que representa o auditório universal (público-alvo, o Estado, o Poder Judiciário) e particular (interlocutor a quem o orador se dirige, o juiz).

Ao iniciar seu discurso argumentativo em defesa do seu cliente, no excerto “Ocorreu que V. Exa. ao despachar a inicial limitou-se a apreciar os alimentos ofertados pelo autor, porém sem manifestação acerca do pedido de guarda compartilhada”, o enunciador dirige-se de modo

cauteloso e respeitoso ao magistrado, o que é evidenciado pelo uso do pronome de tratamento (Vossa Excelência), para que o juiz observe com mais atenção. Observamos que o magistrado esqueceu de apreciar uma questão solicitada, visto que foi feito um pedido e o orador deseja que o auditório adira à sua tese.

Desta forma, a construção da imagem do autor da ação é feita pelo discurso de outrem, com a finalidade de persuadir o juiz. Sendo assim, tanto o advogado quanto o autor da ação constroem imagens de si, de acordo com a posição sujeito de cada participante nesse processo. Logo, o advogado constrói um *ethos* discursivo de profissional, que busca a justiça e por isso defende o requerente, forjando um *ethos* de inteligente, potente e de caráter, conforme nos esclarece Charaudeau (2017).

Excelência, a situação acima requer a imediata intervenção judicial vez que *a ré não está disposta em permitir que o autor exerça plenamente o seu pátrio poder e tampouco tem intenção de manter um convívio harmonioso com o autor.*

Neste fragmento, o uso do verbo e do adjetivo no enunciado “requer a imediata intervenção judicial” conduz à noção semântica de tempo, dando ênfase à argumentação, esperando despacho imediato do juiz. Sendo assim, o pedido é um apelo, quase uma exigência, para que o magistrado atenda à súplica do requerente e direcione sua atenção aos fatos narrados, já que o comportamento da requerida enseja violação ao direito do autor, conforme estabelece nosso ordenamento jurídico.

O autor sempre desempenhou suas obrigações paternas, inclusive oferecendo alimentos no importe de 40% (quarenta por cento) de seus vencimentos líquidos, já deferidos por V. Exa., porém, *sempre foi inibido pela ré de ter contato harmonioso com a filha. Em muitas vezes impedia até mesmo as visitas do autor para com a criança, levantando barreiras, contando mentiras sobre a personalidade do requerente para a criança*, conforme se comprova nas mensagens de *whatsapp* ora anexadas.

Dando continuidade, a análise desse fragmento permite-nos inferir que a seleção lexical utilizada pelo advogado direciona à compreensão de que o autor é um homem constituído de bons valores e que preza pela família, projetando uma imagem positiva, reforçando a construção de um *ethos* de homem bom, virtuoso. Além disso, o uso do advérbio “sempre” funciona como marcador temporal, enfatizando a maneira de agir das partes como algo contínuo. Em suma, verifica-se que o advogado constrói um *ethos* positivo do autor, aparentemente sem nenhuma conduta errônea, em detrimento de um *ethos* de complicada da requerida.

Não bastassem tais mensagens absurdas, a ré, em xx.xx.xx a compareceu ao local de trabalho do autor, qual seja o xxxxx e tratou de o agredir verbal e fisicamente, sendo necessária a atuação dos seguranças da agência xxxxx para conter a ré (BO anexo).

Em xx.xx.xx o autor, ao buscar a filha para leva-la à escola, foi interceptado pela ré, que adentrou o veículo que o autor dirigia, iniciando uma sequência de agressões verbais finalizadas com uma *bofetada na face do autor*, tudo na presença da filha menor.

No excerto acima, a presença dos verbos “compareceu”, “tratou”, “agredir”, “adentrou” são usadas como uma escala argumentativa e contemplam as ações impulsivas da requerida, que culminaram num crime, qual seja, lesão corporal. Diante da gravidade das circunstâncias que envolveram a prática desse ato, o requerente foi à Delegacia e registrou um

Boletim de Ocorrência (BO), relatando os acontecimentos e comprovando a veracidade dos fatos através das provas apensadas a este documento.

Em xx.xx.xx mais uma vez a ré tratou por agredir o autor na porta da residência daquela, quando o autor, ao deixar a filha em casa, foi recebido pela ré com palavras de baixo calão e com *agressões físicas tão intensas que rasgaram a camisa que o autor vestia* (BO e fotografia anexos), o que pode ser confirmado por testemunhas, que por ora deixa-se de indicar para evitar represálias por parte da ré, mas que serão arroladas no momento oportuno, a ser determinado por V. Exa.

O advogado, por meio da descrição narrativa, potencializa os fatos que ensejaram a ação e, segundo sua versão sobre a cena do crime de lesão corporal, faz uma reconstituição do ocorrido e retoma as situações de constrangimento vivenciadas pelo autor, que podem contribuir para uma efetiva transformação e mudança no rumo do processo, estratégia que irá favorecer seu cliente.

Continuando em sua argumentação, o advogado argumenta que “Desde sempre o genitor se mostrou um pai presente, carinhoso e sempre disposto a criar e a educar a sua filha”. Logo, utilizando o recurso da repetição, faz uma representação positiva e valorizada de seu cliente, já que o *ethos* pré-discursivo (ou prévio) mantém relação com a imagem prévia que o auditório pode ter do orador, ancorada em estereótipos e imaginários sociais. A advogada, legitimada e autorizada a utilizar a palavra em nome do requerente, amplia as características positivas do requerente, reforça o constructo social de que ser um bom pai é uma condição importante que deve ser considerada, antecipando uma imagem negativa (*antiethos*), ante o descumprimento do “papel de mãe” da requerida.

Conforme foi constatado, a convivência entre as partes é inviável, devendo este juízo de imediato estabelecer regras para exercício da guarda compartilhada da filha menor, nos termos indicados na exordial, ou em outros que V. Exa, por bem arbitrar.

É imprescindível expor, que diante *inúmeras tentativas* do requerente em resolver de forma consensual esta situação com a requerida, *aconselhando-a a evitar conflitos na frente de sua filha, a dedicar-se mais como mãe*, resultaram todas *em vão*, já que a *ré* persiste com sua personalidade *agressiva*.

Desta feita, se a menor permanecer sobre a guarda exclusiva de sua genitora poderá acarretar-lhe em danos irreparáveis, visto que a mesma vive em um ambiente hostil, sofrendo constante terror psicológico que perturbam seu desenvolvimento saudável.

A advogada recapitula os fatos, resumindo os argumentos já apresentados na peça inicial do processo, que marca o início do discurso ou exórdio. No fragmento acima, o orador expõe a ideia de que o autor usou “inúmeras tentativas, os meios possíveis para resolver os conflitos de forma pacífica, mas não teve êxito. O uso da locução adverbial “em vão” reforça o argumento de que todas as tentativas de uma resolução consensual foram infrutíferas.

Assim, expondo quesitos importantes que devem ser avaliados, evidências partilhadas, como a conduta inadequada da mãe, recorre ao *pathos*, para despertar a paixão da indignação⁹ do auditório. No enunciado “dedicar-se mais como mãe” atenta para a representação de lugares determinados na nossa estrutura de formação e o imaginário social, visto que se espera que toda mãe seja dedicada aos seus filhos.

Observamos que há na fundamentação argumentativa do enunciador um esforço constante em construir imagens positivas do

⁹ Segundo Figueiredo (2020, p. 37), a paixão da indignação “compreende um pesar pelos que parecem ser felizes sem o merecer ou que gozam de sucesso imerecidamente”.

autor da ação em detrimento de imagens negativas da requerida, como “agressiva”, pondo em risco a saúde mental da criança. A advogada apela para o conhecimento do magistrado em relação às normas previstas na legislação acerca da proteção das crianças e adolescentes.

Excelência, a presente manifestação visa noticiar a necessidade URGENTE de concessão da referida guarda, bem como sejam estabelecidos os termos de sua concessão, e ainda, seja iniciada de imediato a investigação da prática de alienação parental por parte da ré.

Assim, requer-se, diante de toda a situação exposta, *A GUARDA COM-PARTILHADA PROVISÓRIA*, e uma vez concedida, que a criança seja apanhada na residência de sua genitora e devolvida por uma intermediária, qual seja a irmã do autor xxxxxx.

Requer-se ainda a *imediata investigação da prática de ALIENAÇÃO PA-RENTAL* por parte da ré, e, uma vez constatada, seja determinada a conseqüente alteração da residência de base da menor para a do autor.

Ao final, o enunciador recapitula os quesitos apresentados, resume os argumentos apresentados e em seguida “Aguarda deferimento” dos pedidos, ou seja, a resposta favorável do magistrado em benefício do seu cliente. Assim, a repetição de construções lexicais é utilizada como estratégia argumentativa para que fique memorizada a conduta da requerida e que contribua para a persuasão e oriente o magistrado a crer em sua tese. Para concluir seu discurso argumentativo, a advogada encerra sua exposição esperando um despacho favorável do juiz.

Considerações finais

Para o advogado, a linguagem é seu instrumento e objeto de trabalho, ou seja, temos a linguagem como ferramenta e atividade na produção de um discurso, neste caso, jurídico. Na petição apresentada, a utilização dos elementos retóricos *ethos*, *pathos* e *logos*, são utilizados como estratégias discursivas e argumentativas para persuadir o auditório e convencer o magistrado a atender o pedido do requerente, autor da ação, que é legítimo e amparado na lei.

Desta forma, na argumentação desenvolvida na peça processual analisada, ao construir uma imagem (*ethos*) de sujeito que está fora das expectativas sociais, o autor da ação e o advogado tentam culpar a outra parte pelo fracasso e rompimento do relacionamento conjugal, atribuindo uma imagem positiva de si em detrimento de uma imagem negativa (*antiethos*) do outro, certamente com a intenção de influenciar o auditório.

Nesse sentido, o processo aqui discutido mostrou que o diálogo e a mediação de interesses nem sempre são possíveis, principalmente quando os cônjuges têm desejos diferentes para o fim do relacionamento que compartilhavam e pelo próprio fato de o discurso argumentativo pertencer ao lugar do contraditório, da antifonia. Logo, a necessidade de resolução deve estar centrada na proteção dos filhos, para que o juiz possa analisar e decidir por todas as partes de forma mais justa e harmoniosa, ou seja, aquilo é preferível.

Em suma, a análise desenvolvida durante as seções deste trabalho nos permitiu verificar a importância das provas retóricas cunhadas por Aristóteles (2011), tanto as imagens positivas ou negativas construídas

pelos sujeitos em conflito (*ethos e antiethos*), quanto as emoções ou paixões mobilizadas durante o processo (*pathos*) são formadas a partir dos discursos persuasivos engendrador pelo orador (*logos*), a fim de lograr êxito ante o auditório social. Assim, esta investigação se apresenta como mais uma possível contribuição no que concerne aos estudos em retórica, análise do discurso, direito e outras áreas afins.

Referências

AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. 12. ed. Campinas/SP: Papirus Editora, 2005.

ANTUNES, Claudia Sousa; PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Ethos: a construção da imagem de si. *Confluência*, [S.l.], p. 284-298, dec. 2018. ISSN 2317-4153. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/259>. Acesso em: 22 Oct. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.18364/rc.v1i55.259>.

ARAÚJO, Douglas do Carmo. *O papel de ethos, pathos e logos na construção de petições iniciais que alegam danos morais*. 2018. 72 p. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade enunciativa. *Cadernos de estudos linguísticos*, 19. Campinas: IEL, 1990.

BARROSO, Darlan; LETTIÈRE, Juliana Francisca. *Prática Jurídica Civil*. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BRASIL, Código civil. In: SARAIVA. *Vade Mecum Saraiva*. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRASIL, Código de processo civil. In: SARAIVA. *Vade Mecum Saraiva*. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

DE MELLO, Renata Aiala. Especificidades e interseções entre os conceitos de imaginários sociodiscursivos, imagem de si, estereótipos e representações sociais. *Anais do SIELP*. Volume 2. Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. ISSN 2237-8758.

DUARTE, Roselany. *Ethos: da retórica à análise do discurso*. 2007. Disponível em: <http://www.portalentretextos.com.br/noticias/ethos-da-retorica-a-analise-do-discurso,183.html>. Acesso em: 05 jan. 2021.

FERREIRA, Cristiane da Silva. *Ethos discursivo e cenas de enunciação em letras de música raiz*. 2008. Dissertação (Mestrado em Língua portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo-SP.

GALINARI, Melliandro Mendes. *A era Vargas no pentagrama: dimensões político-discursivas do canto orfeônico de Villa-Lobos*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2007.

FIGUEIREDO, Maria Flávia. Ampliação e aplicabilidade analítica da “trajetória das paixões”. In: FIGUEIREDO, Maria Flávia; GOMES, Acir Matos; FERRAZ, Luana. (org.). *Trajetoária das paixões: uma retórica da alma*. Franca: Unifran, 2020. p. 29-55.

FIORINDO, Priscila Peixinho. Ethos: um percurso da retórica à análise do discurso. In: O ethos nos estudos discursivos da ciência da linguagem. *Revista Pandora Brasil* n° 47. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/ethos/priscila.pdf Acesso em 22.03.2021.

GALINARI, Melliandro Mendes. Logos, Ethos e Pathos: “três lados” da mesma moeda. *ALFA*, São Paulo, v. 58, n. 2, 2014. DOI: 10.1590/1981-5794-1405-1. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5779>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual: essays in face-to-face behavior*. New Brunswick, N.J: Aldine Transaction, 1967.

LIMA, Helcira Maria Rodrigues de. O olhar do delegado: imagens de si e do outro. *Revista da ABRALIN*, João Pessoa, v.8, n.1, p. 57-74, jan./jun. 2009.

LOURENÇO, Maria das Vitórias Nunes Silva. *A argumentação na petição inicial*. 2008. 103 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MAINGUENEAU, Dominique. A noção de ethos discursivo. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-32.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo. Parábola editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico à noção de ethos. *Letras de Hoje*, v. 53, n. 3, p. 321-330, jul.-set. 2018. Estudos e debates em linguística, literatura e língua portuguesa Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS. e-ISSN: 1984-7726 | ISSN-L: 0101-3335. Tradução de Maria da Glória Corrêa di Fanti.

MEYER, Michel. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

MIRANDA, Daniela da Silveira. *Discurso jurídico: constituição do ethos e orientação argumentativa*. 2011. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOURA, João Benvido de. *Análise discursiva de editoriais do Jornal Meio Norte, do Estado do Piauí: a construção de imagens e as emoções suscetíveis através da argumentação*. 2012. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte-MG.

NEVES, Fernanda Silva. *Imagens de si no discurso dos ex-participantes da passeata dos 100 mil em dois tempos – 1968/2008*. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal da Paraíba, UFPB-PB.

ORLANDI, Eni (Org.). *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

PERELMAN, Chain; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014[1958].

SILVA, Elaine Luzia da; CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho; MELO, Mônica Santos de Souza. Um estudo do *ethos* discursivo em audiências de conciliação. *Linguagem em (Dis) curso*, Tubarão, SC, v. 12, n. 1, p. 71-98, jan./abr. 2012. Disponível em: . Acesso em: 12.03.2021.

TOMAZ, Patrícia Rodrigues. *Discurso, Retórica e mediação de conflitos*. Teresina: EDUFPI, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_uhum6dFwGyDrv6Vtr0p3WTBJVw-vGvz/view. Acesso em 22 fev. 2021.

TOMAZ, Patrícia Rodrigues. O pathos e a construção das emoções em sessões de mediação de conflitos familiares. *In*: MOURA, João Benvindo de; LOPES, Maraisa. (orgs.). *Discursos, imagens e imaginários*. São Carlos: Pedro & João editores, 2021a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/172snYhu2fwF0Wpd-blplg4dQa5H2Whh6/view>. Acesso em 22 fev. 2021.

TOMAZ, Patrícia Rodrigues. O discurso jurídico e as provas retóricas em um processo judicial: análise de uma petição inicial. *In*: MOURA, João Benvindo de; ROCHA, Max Silva da. (orgs.). *Semiolinguística e Retórica: interfaces*. Teresina: Editora Pathos, 2021b. Disponível em: <http://editorapathos.com.br/semiologia-e-retorica-interfaces/>. Acesso em 22 fev. 2021.

Atos de fala de compra e venda em duas feiras livres de Parintins- AM: Pragmática e Interação

Sanny Kellen Anjos Cavalcante Canuto
Franklin Roosevelt Martins de Castro

Para começo de conversa

O povo brasileiro apresenta uma variedade linguística ímpar, muito disso se deve ao seu histórico de colonização. Os sotaques, os trejeitos e expressões únicas que variam de região para região, tornam o Brasil um país de muitos outros brasis como aponta o sociolinguista Marcos Bagno (1997, 1999, 2009) em muitas das suas obras que abordam temas como preconceitos e variedades linguísticas. Com os nortistas, não é diferente; possuem uma língua(gem) repleta de expressões emblemáticas e singulares - que vão desde sons - até trejeitos que indicam suas diversas maneiras de se comunicar.

Para tanto, esta pesquisa¹⁰ tem como objetivo compreender como essas características se adaptam na construção dos atos de fala no processo de compra e venda em dois dos mercados mais populares do Município de Parintins, Amazonas. As feiras livres são importantes espaços para o

10 Este capítulo é recorte da monografia de conclusão de curso do ano de 2018 intitulada: *Os atos de fala no processo de compra e venda em duas feiras livres de Parintins: uma análise pragmática*. O texto original pode ser encontrado no repositório da Universidade do Estado do Amazonas, ou através do link a seguir: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/>

povo amazonense, pois nesses ambientes é que essa diversidade rica de atos de fala é encontrada sob a forma de saberes populares, aprendizados que não se ensinam em sala de aula, informações passadas de geração a geração como: remédios caseiros, receitas e histórias míticas.

Geralmente, vemos a pragmática associada à semântica quando se trata de significados e contextos, no entanto, este trabalho atem-se unicamente ao ramo da Pragmática, visando sua ligação com a Teoria dos Atos de Fala, proposta por J. L. Austin (1990). Desse modo, pudemos investigar a língua(gem) utilizada pelos comerciantes de dois mercados municipais de Parintins na plenitude de suas competências linguísticas e extralinguísticas.

Escolhemos duas feiras como universo desta pesquisa, por se tratar de uma comunidade de prática não muito extensa, que apresenta uma variabilidade de fala instigante que abriga pessoas de diversas localidades, sejam de outros municípios, sejam de comunidades ribeirinhas.

Nesse contexto, devido à ascensão das tecnologias e modernidades dos grandes centros urbanos sendo instaurados em comunidades menores, é comum práticas como as vendas em mercados tornarem-se obsoletas, visto que, os supermercados suprem de forma mais abrangente às necessidades de uma determinada população. No entanto, acreditamos na importância deste projeto para fortalecer o olhar de afirmação da identidade cultural no que se refere às práticas discursivas utilizadas pelos feirantes e comerciantes das feiras livres de Parintins, pois esses espaços são patrimônios culturais que devem ser valorizados por seu valor simbólico e prático à população. Por ser um município riquíssimo em diversidade cultural e, conseqüentemente, em variação linguística, buscamos evidenciar os fatores linguísticos e extralinguísticos que corroboram o *fazer* enunciativo da comunidade de prática estudada.

Entendendo o conceito de Filosofia da Linguagem ordinária

Conhecida como (FLO), a Filosofia da Linguagem Ordinária foi um movimento filosófico que teve seu início e desenvolvimento na Inglaterra entre 1940 e 1960, e mesmo que não seja muito disseminada, ainda na contemporaneidade, ela se faz presente nos estudos de alguns entusiastas. Nessa direção, os pensadores centrais desse movimento foram J.L. Austin e Ludwig Wittgenstein (RAJAGOPALAN, 2010).

Segundo Rajagopalan (2010), o termo mais adequado para se referir a esse movimento seria “filosofia linguística”, pois os estudiosos da linguagem ordinária acreditavam na importância de estudar a linguagem cotidiana. Para o autor, a linguagem ordinária, em sua competência simples e acessível, é capaz de estabelecer diálogos inteligíveis no que concerne assuntos não ordinários, ainda que apresentem sutilezas que, por vezes, podem não ser compreendidas por falantes não familiarizados com esse tipo de linguagem.

A base deste estudo, o filósofo e linguista J. L. Austin, é considerado o principal mentor da Filosofia da Linguagem Ordinária; para ele, a linguagem do dia a dia é uma espécie de herança realizada por gerações de falantes (RAJAGOPALAN, 2010). No que diz respeito à antítese “filosofia da linguagem ordinária” *versus* “filosofia da linguagem ideal”, os conceitos austinianos atribuem à linguagem coloquial um lugar de destaque, em que “a linguagem ordinária pode não nos prover com a última palavra sobre problemas filosóficos, mas poderia ser o ponto de partida para todo o questionamento filosófico” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 23).

Quando falamos em Pragmática, nos vem à mente os processos de fala que são emitidos a todo momento, visto que para estudar palavras e sentidos se tem os estudos semânticos e sintáticos. “A pragmática estuda as condições que governam a utilização da linguagem, a prática linguística” (FIORIN e DISCINI, 2013. p. 181), e se interessa em analisar os enunciados concretos em dadas situações de uso, não se interessando prioritariamente com o contexto histórico do falante, mas sim com o contexto da fala, ou seja, o que está sendo dito e acontecendo no ato do proferimento. “Trata-se de truísmo dizer que a pragmática lida com o uso cotidiano e corriqueiro da linguagem” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 16). O linguista analisa as questões controversas e, que, de alguma forma tentam limitar à pragmática a algo menor que a semântica pois, em muitos estudos, pragmática e semântica se ligam quase que automaticamente quando o foco é o contexto. Neste ponto, o autor infere que o contexto não é, em suma, o único responsável pelo significado, não sendo papel único da semântica especificá-lo; pelo contrário, a pragmática visa, a partir dos atos de fala, satisfazer a necessidade de significado no âmbito da fala, sem deixar subentendido qualquer tipo de enunciado ou faltando alguma informação para que se possa ser compreendido.

A Pragmática encarrega-se de estudar os fenômenos não explicados previamente, como afirma Rajagopalan (2009. p. 17) “o pragmatista entende que um dado nunca é dado ou descoberto in natura; ele é sempre produzido”. Para ele, a pragmática coloca o pesquisador na condição de desbravador de dados já existentes, como se estes estivessem prontos a serem coletados em algum momento. Neste ponto, consideramos os atos de fala propostos a serem estudados nesta análise. A fala e seus atos sempre existiram no âmbito da língua(gem), não de

uma forma contextual escrita, mas oral; concerne então ao pragmático analisar e compreender como se dá a relação entre os atos de fala e os próprios interlocutores, as sentenças que são produzidas e como são compreendidas, trata-se da observação e análise dos usos concretos da língua em situações concretas (CASTIM, 2017).

Para Pinto (2012) a manobra pragmática para nos fazer compreender a linguagem em sua totalidade é não descartar a fala, pois ao descartar a fala, automaticamente está deixando de fora as pessoas que falam. Para Saussure (2012) a língua é um organismo social por excelência, e os conceitos de sociedade e comunicação são inerentes ao ser humano pela sua vivência coletiva. “A teoria dos atos de fala se assenta num conceito social: o uso, a promessa, o fazer”, (CASTIM, 2017. p. 4). São os falantes que adicionam à linguagem formas únicas, e a partir disso, criam-se as *comunidades de prática*.

Eckert e Ginet (1992), afirmam que uma comunidade de prática reitera uma atividade social, na qual indivíduos fazem parte por causa de um ou mais interesses em comum, e não apenas por serem uma coleção de indivíduos que formam um grupo ou que “pensem igual”, ou estão engajados em ações por algo em comum. Os mercados podem ser considerados comunidades de prática por compartilharem “modos de fazer as coisas, modo de falar, crenças, valores, relações de poder – em resumo, práticas – emergem durante sua atividade conjunta em torno do empreendimento” (ECKERT E GINET, 1992, p. 25).

Eckert e Ginet, (1992), ainda assinalam que as comunidades de prática não seguem um padrão, podem ser pequenas ou grandes, podem sobreviver à mudança de membros e podem ser vinculadas a outras comunidades sem que isso altere sua singularidade. Para as autoras, os

indivíduos têm a capacidade de participar de diversas comunidades de prática, e ainda assim, possuir uma individualidade, ou seja, mesmo que se baseie na multiplicidade de tais participações, os participantes são considerados articuladores capazes de exercerem diversos papéis sociais.

Teoria dos atos de fala: de Austin a Rajagopalan

A Teoria dos Atos de Fala é a vertente da Filosofia da Linguagem que recebeu grande contributo de Austin para a Linguística ao considerar a linguagem como uma ação e não apenas uma teoria. Há doze ensaios publicados da autoria de Austin, intitulados *How to do things with words* em 1990, fundamentais para compreender a importância desta teoria para a Pragmática, que, como dito anteriormente, estuda as formas de utilização da linguagem e os fatores que são essenciais para a produção de sentido de um enunciado.

Segundo Rajagopalan (2010), é necessário entender que há duas formas de ler Austin, uma “fiel” e outra “Searliana”. Rajagopalan se dedicou à teoria dos atos de fala para expor o pensamento de Austin em sua totalidade, uma vez que John Searle, visto como um discípulo e principal divulgador da teoria de Austin, modificou a vertente criada por seu mestre.

Sobre os estudos de Austin, Rajagopalan (2010) assinala uma apropriação e modificação de interpretação por parte de John Searle, visto que os dois tinham divergências de ideias e que a teoria de Austin se tornou irreconhecível após ser reestruturada por Searle. Ainda para Rajagopalan, essas duas formas de ler Austin possuem disparidades,

sendo que a leitura não searliana de Austin está ganhando espaço entre antropólogos e sociólogos e, lentamente, sendo difundida e aceita entre os linguistas. Em sua obra *Nova Pragmática: fases e feições de um fazer*, Kanavillil Rajagopalan apresenta um estudo aprofundado sobre a teoria dos atos de fala proposta por Austin e propõe que essa foi distorcida por John Searle, ainda que se mantenha imune às inúmeras críticas em relação a tal proposição. Rajagopalan termina a discussão sobre as duas formas de ler Austin da seguinte forma:

À luz dessa discussão, não resta dúvida alguma de que Searle tenha habilmente demarcado – e, do que se observa disso, tenha sido bem sucedido em mantê-la – uma sólida reputação apoiada nas duas pretensões simultaneamente. Ele foi muito feliz no incrível feito de comer a fatia da cereja do bolo de Austin, e ainda, se adonar do bolo todo (RAJAGOPALAN, 2010, p. 118).

Sobre *How to do things with words*, Austin inicia a primeira conferência com uma afirmação nada convencional: “o que tenho a dizer não é difícil, nem polêmico. O único mérito que gostaria de reivindicar para esta exposição, é fato de ser verdadeira, pelo menos em parte” (AUSTIN 1990, p. 11). O autor infere que sua coloquialidade faz parte de suas contribuições acerca dos atos de fala.

Na verdade, longe de ser um simples recurso retórico ou estilístico, o humor de Austin, da mesma forma que sua insistência em utilizar o tempo todo uma linguagem propositalmente coloquial, está de acordo com sua desconfiança em relação a qualquer possibilidade de manter uma barreira impermeável entre o objeto do estudo e a forma pelo qual se aborda tal objeto. Afinal, boa parte de seu esforço filosófico está voltada a mostrar que a linguagem ordinária é digna de ser objeto das mais altas lucubrações filosóficas (RAJAGOPALAN, 2010, p. 153).

Austin foi ousado ao imergir na coloquialidade em uma comunidade altamente filosófica. Para ele, não faria sentido recorrer a um estilo rebuscado para expor uma tese que não só desmistifica, mas também propõe a coloquialidade como digna dos estudos mais aprofundados da linguagem. Os escritos de Austin devem ser abordados como um fazer, pois nas considerações finais de suas anotações sobre os atos de fala, ele chega à conclusão de que todo dizer é um fazer, por esse motivo, as categorias de análise devem ser estruturadas em feitos e não em ditos (RAJAGOPALAN, 2010).

Ainda na primeira conferência, Austin distingue os atos de fala em dois grupos, constativos e performativos. Para ele, os constativos se dariam como uma constatação dos fatos, descrevendo-os, enquanto os performativos seriam os fatos concretos da fala, o simples fato de enunciar algo a alguém, levando em consideração não só o falante como também o receptor e seus atos. Desta forma, aborda a questão da autorização que seria, basicamente, quando um enunciador toma a liberdade de proferir algo, como nomear um barco, por exemplo, ou seja, é a liberdade de escolha do falante.

Todo ato constativo é performativo, porque trata-se de uma visão de mundo. “A terra gira ao redor do sol” não é um performativo à primeira vista, mas é performativo porque eu estou afirmando, trazendo um posicionamento de mundo que influencia as outras pessoas; é a pseudovisão da ciência, de que a ciência é feita de enunciados constativos e atos performativos. Dessa forma, todo enunciado é um enunciado performativo (AUSTIN, 1990).

Ainda no mesmo estudo, Austin (1990) abandona essa primeira teoria afirmando que existem performativos implícitos e explícitos em

qualquer ato de fala. Desta forma, quando eu digo: “eu prometo que estarei lá” (1990, p. 69) Austin, apropria-se do performativo explícito, visto que o verbo “prometer” está na primeira pessoa do singular do presente do indicativo e ainda acompanhado do pronome pessoal “eu”. Uma forma implícita desta mesma frase seria a sentença “estarei lá”, a ideia de promessa está subentendida, e a ausência do pronome pessoal “eu”, continua dando a entender que “eu” estarei lá. Austin constatou que a dicotomia constativos/performativos descrita por ele não poderia ser, de fato, levada em consideração em relação aos atos de fala.

Lopes (2010 p. 67) apropria-se dos termos de Derrida (1982), para descrever que Austin cria uma análise aporética e em constante transformação. Dentro desta perspectiva, Souza (2006) enfatiza o caráter incompleto da dicotomia, analisando que os constativos também poderiam apresentar uma dimensão performativa, visto que descrever seria um ato realizado, podendo ser bem ou mal sucedido; assim como os performativos teriam uma dimensão constativa, sendo relacionada a fatos.

Lopes (2010) afirma que, ao concluir sua reflexão dicotômica entre performativos/constativos, Austin abandona a distinção criada por ele mesmo por concluir que essa distinção não seria suficiente para descrever os atos de fala em sua totalidade e em sua importância para a linguagem. As palavras da própria autora para descrever esta afirmativa são: “Austin argumenta que a linguagem como um todo não é formada por enunciados constativos que descrevem algo, mas sim por enunciados performativos que fazem com que alguma coisa aconteça” (LOPES, 2010. p. 74). Todas as vezes em que um determinado falante diz algo, está transmitindo uma mensagem que emite com a intenção de expressar algo a alguém, ou uma

expressão direta do que se pensa ou sente. Quando produzimos sentenças compreensíveis para o fim da comunicação, entramos na esfera dos atos de fala, e estes podem se dividir em dois tipos: atos diretos e indiretos (LOPES, 2010).

Os atos diretos são aqueles em que a intenção do falante fica explícita para o receptor, para que este entenda sem dificuldades, como é o caso das ordens e declarações. Os atos indiretos são aqueles cuja a intenção não se torna explícita para o receptor, como eufemismo, sarcasmo e ironia. Austin propõe que os atos de fala apresentam três níveis elementares que classificam os enunciados em suas diversas formas de comunicação, tratam-se dos atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Para SOUZA (2006), na oitava conferência, Austin insere outra teoria sobre os atos de fala, propondo que sua:

[...] concepção do uso da linguagem como uma forma de agir seja estendida para toda a linguagem, considerando o *ato de fala* como a unidade básica de significação e tomando-o, por sua vez, como constituído por três dimensões integradas ou articuladas: respectivamente os atos *locucionário*, *ilocucionário* e *perlocucionário* (SOUZA, 2006, p. 224).

O ato locucionário é basicamente a estrutura mínima dos atos de fala, consiste nas palavras e sentenças aplicadas de acordo com a gramática, podendo ser considerado a parte teórica dos atos de fala; é o ato que realizamos ao falar algo, trata-se do enunciado em si mesmo. O *ilocucionário*, por sua vez, implica a ação propriamente dita, o ato de dizer, de se justificar, inferir, informar e etc. Pode ser considerado o núcleo do ato de fala, podem ser proferidos com verbos performativos implícitos e ainda assim não perder sua força ilocucionária de transmissão da mensagem. Ato perlocucionário trata a transmissão e recepção da

mensagem emitida pelo interlocutor, o ato perlocucionário está para os atos de fala, como a catarse está para a leitura literária, por assim dizer.

Para Austin, essas três formas de caracterizar os atos de fala, são responsáveis pelo fracasso ou sucesso da compreensão dos enunciados, visto que, os atos são eventos relacionados às convenções sociais; cabe, desta forma, ao interlocutor a objetivação no que concerne à escolha de tais atos para que assim possa ser compreendido. Há uma ligação direta entre Pragmática e atos de fala, que por sua vez, consistem em enunciações, receptividade e códigos da língua. “Os atos de fala são, via de regra, dirigidos a uma pessoa fisicamente presente no momento de proferimento de tal forma que é totalmente desnecessário referir-se a ela, ou seja, não faz o menor sentido nomeá-la explicitamente”. (RAJAGOPALAN, 2009, p. 10). Os atos de fala dispensam o uso de pronomes de tratamento quando se tratam de verbos performativos no ato ilocucionário e este, por sua vez, manifesta-se pela ação em si, no simples ato de falar. O ato perlocucionário é uma espécie de catarse da fala, é o efeito do que a fala do outro interlocutor causou em quem o recebeu. Nesse caso, a ameaça não pode ser percebida por quem a proferiu, apenas por aquele que se sente ameaçado no momento. O ato locucionário é, em sua medida, o sistema de códigos existentes na língua, aquilo que Saussure (2012) afirma ser o sistema arbitrário de signos linguísticos, a língua, que se concretiza através da fala, que é individual e concreta.

Podemos dizer que, dos três atos de fala citados, a maior forma de interação se dá entre os atos ilocucionários e perlocucionários, não inferindo que o ato locucionário seja irrelevante, apenas levando em consideração o jogo interacional de enunciação. Rajagopalan relembra um famoso exemplo de Austin para ilustrar essa questão de interpretação que:

[...] não depende do significado da sentença isolada nem das intenções comunicativas do emissor, mas depende, de forma singular, também das circunstâncias do ouvinte. Esse fato fica ainda mais evidenciado quando nos lembramos de que, na famosa caracterização proposta por Austin (1962), uma ‘ameaça’ é catalogada como um ato perlocucionário e não como um ato ilocucionário. Diferentemente do ato ilocucionário, o ato perlocucionário depende da forma como o ouvinte o recebe para ser bem ‘bem sucedido’, ou seja, a felicidade de um ato perlocucionário não está nas mãos de quem o profere (AUSTIN, 1990 *Apud* RAJAGOPALAN. 2009, p. 14).

Austin se refere ao ato locucionário como completo, um *dizer algo*. E esse dizer algo deveria ser esmiuçado com a participação de filósofos, gramáticos e foneticistas, pois distingue o ato locucionário em três esferas, que são ato fonético, ato fático e caso rético. O caso fonético é representado pelos ruídos que são proferidos na enunciação, o ato fático (sintaxe) consiste no proferimento de palavras ou vocábulos que pertencem a um conjunto de normas inteligíveis e, o ato rético (semântica), consiste em proferir palavras e termos que expressem sentido ou referência, tanto para quem fala, como para quem ouve. Podemos inferir que todo ato locucionário sofre uma ilocução, pois não importa se estamos fazendo uma pergunta ou dando uma informação, vendendo ou comprando algo, todo enunciado é uma locução e toda locução apresenta uma força ilocutória (AUSTIN, 1990).

A nona conferência trata a distinção entre atos ilocucionários e perlocucionários, aborda a necessidade de distinguir “consequências”, ou seja, é através do ato perlocucionário que o receptor de uma determinada informação pode se abster de cair em uma cilada, por exemplo. “O ato ilocucionário, distintamente do ato perlocucionário, está relacionado com a produção de efeitos em certos sentidos” (AUSTIN, 1990. p. 50).

A décima conferência intitulada “*Ao dizer...*” versus “*Por dizer...*”, Austin se desprende da distinção entre performativos e constativos, assinalando que não seria viável listar palavras performativas explícitas, então retoma a premissa de que dizer algo é de fato fazer algo, afirmando que o ato ilocucionário consiste em certos efeitos que são obtidos unicamente por se dizer algo. Na décima primeira conferência foi denominada *Declarações performativas e força ilocucionária*, Austin exemplifica algumas declarações e como elas são permeadas pela força ilocucionária, enfatizando pontos sobre os performativos e os constativos para aprimorá-los como conceito de atos ilocucionários, pois afirma que “declarar algo é realizar um ato ilocucionário” (AUNTIN, 1990, p. 111).

A última conferência é denominada por Austin como *Classes de Força Ilocucionária*, na qual o autor tece comentários sobre todas as conferências e tenta concluir suas recentes descobertas modestamente. Para ele, houve muitas questões em aberto, entretanto, pondera acerca da distinção entre constativos e performativos e como todos os proferimentos que foram considerados, abrindo exceção para as exclamações, se comportam através dos seguintes conceitos: Dimensão de felicidade e infelicidade; Força ilocucionária; Dimensão de verdade e falsidade; um significado locucionário (sentido e referência). “A doutrina da distinção performativo/constativo está para a doutrina dos atos locucionários e ilocucionários dentro do ato de fala total como a teoria *especial* está para a teoria *geral*” (AUSTIN, 1990, p. 121). Para essa afirmativa, Austin elabora alguns pontos que possam esclarecê-la: o que se procura elucidar é o ato de fala em sua situação total; declarar, descrever, chamar etc., são apenas nomes entre tantos outros que designam atos ilocucionários e não apresentam uma posição em especial. Austin distingui cinco classes

gerais de verbos, que classifica em função de sua força ilocucionária e as denominou da seguinte maneira: Veriditivos; Exercitivos; Comissivos; Comportamentais e Expositivos.

Os veriditivos dão um veredito, expressam uma ordem, seja por um corpo de jurados, um árbitro, não sendo necessário serem definitivos, podem designar uma estimativa ou um resultado de algo, constitui que algo seja estabelecido. Os exercitivos se caracterizam por poderes, direitos, influencias ou designações, por exemplo: votar, ordenar, aconselhar, avisar e etc. Os comissivos tratam de comprometimento, promessas ou anúncios de intenção e constituem algumas coisas vagas que Austin chama de adesões, como por exemplo, tomar partido ou juízo de valor, apresenta também ligações com os veriditivos e os exercitivos. Os comportamentais assumem um caráter heterogêneo por se tratar de atitudes e comportamentos sociais, são aquelas ações que tomamos cotidianamente e quase que instintivamente só por vivermos em uma coletividade, são os pedidos de desculpa, felicitações, elogios, pêsames, maldizer e desafiar. Austin define o último como os verbos mais difíceis de definir, trata-se dos expositivos, pois esclarecem o modo como os proferimentos se encaixam nos mais diversos tipos de discurso: contesto, argumento, concedo, exemplifico, supponho, postulo (AUSTIN, 1990).

É necessário ressaltar que Austin (1990) não tomou por definitivo esses conceitos de classe, para ele, as ideias estavam um tanto embaralhadas, mas ainda assim é possível aplicá-las de forma precisa em diversos tipos de conversações e discursos, em outras palavras, suas ideias acerca dos atos de fala poderiam estar, na visão dele mesmo, incompletas, e poderia mesmo ser que precisasse de alguns ajustes, mas ainda são a maior descoberta no nível da fala que podemos ressaltar (RAJAGOPALAN, 2010).

Feiras livres: entreposto de atos de fala e relações sociais

No decorrer desta pesquisa, tivemos acesso a duas feiras livres do município de Parintins, nas quais pudemos constatar que as relações que permeiam esses espaços vão além dos processos de compra e venda; na realidade, as relações são atravessadas por interações sociais que mais parecem com uma comunidade familiar, pois as dificuldades vivenciadas pelos “atores” são compartilhadas cotidianamente. Servilha e Doula (2009) contribuem para esta parte da pesquisa afirmando que os mercados municipais participam da vida comunitária de forma mais complexa do que apenas suas relações comerciais de produção, como compra e venda; mas que exercem uma função social que se correlacionam com outros fatores e ações socioculturais, trata-se das vivências em comum compartilhadas pela comunidade.

Ao realizar uma abordagem histórica sobre mercados e feiras (ARAÚJO e BARBOSA, 2004, p. 2), afirmam que esses espaços dispunham de uma importância que ultrapassava seu papel comercial, ou seja, eram concebidos como espaço de trocas de experiências, negócios, conversas entre amigos e todo tipo de laço de sociabilidade. Observando o pressuposto histórico apontado por Araújo e Barbosa e as análises que serão esmiuçadas mais à frente, é comum perceber que essa concepção histórica é mantida atualmente.

Existem nas cidades determinados espaços privilegiados, carregados de simbolismo e de centralidade no que diz respeito à organização e à representação da vida pública. Estes espaços não são permanentes: acompanham a vida e a evolução da cidade, sua dinâmica social e sua organização espacial – diríamos até que acompanham sua própria identidade (GOMES, 2001, p. 98).

As feiras são analisadas como um espaço de construção cultural e social. Esses espaços públicos são diferentes e abarcam uma “singularidade coletiva” no que concerne à linguagem, sendo fundamentais na construção de identidades não só de uma comunidade de prática, como também de uma cidade inteira. Em algumas situações, as feiras são o lugar de encontro entre o rural e o urbano, o passado e o presente, pessoas de diferentes realidades sociais estabelecendo, desta forma, relações interculturais (SERVILHA e DOULA, 2009). Nos mercados há o encontro de diferentes concepções de mundo e simbolismos que se inserem de acordo com sua importância e diferentes atores sociais que desempenham papéis em cenas cotidianas (ARAÚJO e BARBOSA, 2004).

Os conceitos de mercados são os mais variados, poderíamos abordar de forma histórica as relações das trocas¹¹; porém, deixemos essa concepção na superficialidade. Queremos aprofundar os conceitos linguísticos dentro das feiras livres através dos atos de fala, sem, no entanto, deixar de lado os contextos presentes nesses mesmos atos.

Servilha e Doula (2009) destacam as contribuições do historiador Braudel (1996) para os estudos das feiras livres, em que afirma que no século XV os mercados e as feiras eram as engrenagens das cidades.

Frequentadas em dias fixos, a feira é um natural centro da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se intitulam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nela que circulam as novidades políticas e as outras (BRAUDEL, 1996, p. 16).

11 Verificar *A economia das trocas simbólicas*, Bourdieu (1982).

As ações mencionadas por Braudel (1996) são o objeto de estudo dessa pesquisa. Ao entrar na feira, percebi aquela zuada¹² de vozes que se estabelecem nos horários em que o movimento é maior, ou seja, “o ruído das feiras chega distintamente aos nossos ouvidos” (BRAUDEL, 1996, p. 12). Essa troca de informações entre os feirantes e os clientes, entre os amigos de box, entre os fornecedores são cheias de conteúdos reveladores que são caracterizados pelos atos de fala como performatividades.

Fundamentado no conceito de representação como “cena enunciativa” de Maingueneau (2001), a análise dos diálogos será realizada por cenas, apresentando os enunciadores como atores e tendo como cenário as feiras livres escolhidas como espaço de desenvolvimento desta pesquisa. Maingueneau (2001), aponta que uma enunciação pode ser caracterizada por três tipos de cenas; a cena englobante, cena genérica e a cenografia. Tomarei a cena englobante como pressuposto, pois é esta que concede um status pragmático ao discurso e permite uma reflexão epistemológica acerca do enunciado.

Costa (2013) observa que esse conceito de representação enunciativa como uma “cena”, é uma metáfora que designa palavras e situações pertencentes à dramaturgia. Sendo assim, os interlocutores observados nesta pesquisa se caracterizam como atores em cenas cotidianas, tendo as duas feiras livres como cenários principais, deste modo, a percepção de cena se desprende da dramaturgia para ser inserida no contexto enunciativo de qualquer natureza.

Resultados e curiosidades

12 Expressão muito utilizada nos municípios da região norte, que designa barulho, seja de uma aglomeração de pessoas, carros, músicas e etc.

No município de Parintins encontramos uma mistura de conhecimentos que se concentram em diversos espaços, dentre eles estão os dois mercados investigados. Esses espaços são frequentados por parintinenses, ribeirinhos que trazem seus produtos para vender todas as manhãs à “beira” da rua em frente ao mercado ou em seus “boxes”, espaços disponibilizados pela prefeitura para vendas no mercado municipal.

Ambos mercados apresentam suas particularidades, a feira número 01, é mais extensa e repleta de lojas de diversos seguimentos como frutarias, açougues, assistência de celular, produtos artesanais e remédios caseiros. O mercado número 02, apresenta um menor fluxo de feirantes, há o prédio do mercado e, ao lado, à margem da rua, encontramos as barracas que são montadas todos os dias. Basicamente são vendidos os mesmos produtos encontrados no mercado número 01, porém em menor quantidade.

Nesses espaços, repletos de diversidade nas mais variadas esferas, é possível perceber as relações sociais que se criam muito além do processo de compra e venda. As pessoas que frequentam essas feiras apresentam uma certa familiaridade, que ao decorrer da pesquisa, percebi ser um hábito construído paulatinamente.

[...] mercados municipais e feiras como lugares, não apenas de compra e venda de mercadorias, mas também, e significativamente, de contato humano face-a-face, a ser analisado como um espaço público no qual relações de trocas não comerciais encontram-se associadas a produção de sentimentos de pertencimento comum, reciprocidade e identidade coletiva em seus frequentadores, (SERVILHA E DOULA, 2009, p. 123).

A comunidade de prática que abrange as duas feiras é, em sua maioria, constituída por ribeirinhos de diferentes comunidades (interiores),

seguido por pessoas de outros estados. Analisamos as performances que constituem os atos de fala de acordo com as categorias apontadas por Austin (1990), para designá-los, que são atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Tais atos estão presentes na fala dos feirantes e clientes das duas feiras, que são o escopo deste trabalho. A questão performativa de agradecer será esmiuçada ao fim das análises, pois apresentam uma peculiaridade que se faz presente na maioria dos diálogos.

Na feira 01, conhecemos o senhor Manoel de 69 anos, que trabalha há dezenove anos naquela mediação, ele vende farinha, cascas para remédio caseiro, acessórios de palha, cipós, vassouras, dentre outros produtos. Seu Manoel é natural de Fortaleza – CE e chegou em Parintins na década de 90, onde firmou residência. Desde então, trabalha no mesmo local da feira há 19 anos. No decorrer da conversa, os clientes se aproximam para comprar algo ou perguntar, como exposto na cena a seguir:

CENA 1

- *Cadê o café?*
- *“mar” lá na frente.*
- *“Intão” vá “descurpaaando”.*

Ao perguntar “cadê o café”, o cliente está exercendo a força ilocutória, sendo que a pergunta trata da própria locução, ou seja, a enunciação. A resposta do vendedor, por sua vez, a apresenta performatividade, visto que se trata de uma informação; “mar” na frente, está informando que a barraca que vende café é mais à frente. Por fim, a resposta do cliente é

um pedido de desculpas (por acreditar ser um incômodo seu questionamento sobre o café). O “*descurpaaando*” apresenta certa sonoridade que beira o humor, o pedido de desculpas insere-se em uma classe de força ilocucionária que Austin denominou “comportamental” por tratar-se da heterogeneidade que perpassa o ser humano em seu convívio social.

CENA 2

Outro cliente se aproxima e lá vamos nós para a terceira cena.

- *Oi, Mano.*

- *Opa!*

- *Quanto é o cipó?*

- *R\$4,00*

- *Mas são muito pequenos.*

- *São pequenos, mas são novinhos. Não tá escolhido.*

- *Vê a corda.* (Os dois se puseram a amarrar os cipós escolhidos pelo cliente)

- *Brigado.*

O cliente se aproxima e cumprimenta o vendedor com uma certa intimidade, seu Manoel tem sua loja há muito tempo e por esse motivo acabou estabelecendo uma relação de amizade com seus clientes, enfatizando que as feiras livres se tornam lugares de interações sociais, culturais e sentimentais, (SERVILHA e DOULA, 2009). O cumprimento “oi, Mano” que designa o diminutivo do nome de seu Manoel, denota o ato ilocutório com a finalidade de chamar a atenção (perlocução). O

vendedor, por sua vez, exclama: “Opa!” Ao responder, seu Manoel passa de receptor para interlocutor, e isso permeia os diálogos até que chegue ao fim, como afirma a teoria de Wittgenstein sobre os jogos de linguagem.

Há uma multiplicidade de jogos de linguagem, como prometer, ordenar, descrever, contar histórias, sugerir, ironizar etc. Essa multiplicidade corresponde a ‘formas de vida’. Não há um núcleo comum, um fio único a amarrar os jogos ou os usos linguísticos todos. Tal como numa corda, a trama é tecida com vários fios que garantem sua resistência (ARAÚJO, 2004, p. 106).

Utilizamos o termo “jogo” abordado por Wittgenstein para realizar uma metáfora com os atos de fala e um jogo de frescobol. Na partida de frescobol, os jogadores formam uma equipe e precisam ter um bom desempenho, utilizam raquetes e não podem deixar a bolinha cair, diferentemente de um jogo de tênis, no qual os jogadores são adversários, no frescobol os jogadores tentam sempre facilitar as coisas para que todos tenham um bom desempenho. Nos diálogos que são compostos por atos de fala, os interlocutores utilizam os três efeitos propostos por Austin, *locução, ilocução e perlocução* para que se compreendam no decorrer dos diálogos, deste modo, aquele que inicia o diálogo (interlocutor I) profere uma determinada locução, exercendo uma força ilocutória para gerar uma perlocução no ouvinte (interlocutor II). A partir desse momento, o interlocutor II apropria-se de uma locução, proferida por uma força ilocutória para causar uma perlocução no interlocutor I, e assim sucessivamente até que o diálogo chegue ao fim.

Ao perguntar *Quanto é o cipó*, o cliente exerce uma ação performativa, pois no momento do proferimento, estava também realizando a ação de tocar e analisar os cipós, “performativo é o ato produzido que realiza

o que está sendo enunciado” (CASTIM, 2017, p. 87). Seu Manoel responde o valor dos cipós, *R\$4,00*, o cliente retruca que os cipós são muito pequenos. Essa afirmação do cliente gera em seu Manoel uma resposta automática e persuasiva, caracterizada fortemente pela força ilocutória: *são pequenos, mas são novinhos. Não tá escolhido*. Ao utilizar a conjunção “mas”, seu Manoel se sobressai à afirmação de que os cipós são pequenos, e diz que não estão escolhidos, ou seja, que o cliente será o primeiro a levá-los. Toda essa questão ilocutória de persuadir e informar é recebida pelo cliente de maneira positiva, tanto que sua posição é pedir uma corda para amarrá-los: *vê a corda*. O cliente decide levar o produto e ao pronunciar está utilizando uma ação ilocutória e performativa, pois profere o verbo “ver” no tom imperativo.

Sobre o ato performativo de agradecer

Uma curiosidade acerca dos agradecimentos encontrada no decorrer da coleta de dados, é o fato de se poder agradecer de diversas maneiras, e não apenas com “obrigada” ou “agradeço”; há outras expressões e até gestos que podem ser descritos, como um dar de ombros, assentir com a cabeça ou piscar. As expressões mais utilizadas na finalização das conversações deste trabalho foram: brigado, valeu e obrigada; sendo que algumas interações não houveram agradecimentos ou simplesmente nada foi esboçado. Araújo (2014) analisa os estudos de Wittgenstein sobre os jogos de linguagem e aponta que

O uso depende de uma série de fatores, tais como meio, necessidades, desejos, emoções, capacidades sensoriais, que sugerirão quais conceitos são mais adequados. O que uma pessoa expressa não depende só do que ela diz, mas das circunstâncias que mostram qual jogo de linguagem está sendo jogado, (ARAÚJO, 2014, p. 111).

A curiosidade dessa afirmativa se dá em torno dos diferentes tipos de relações e necessidades, os vendedores não ficaram constrangidos por não receberem uma declaração oral de agradecimento, em alguns casos a interação se deu de maneira tão gentil que nem precisava de um agradecimento formal. São essas interações diárias que Austin aprecia em seu trabalho, são as diversas formas de linguagem e proferimentos que colocam a linguagem em uso.

O ato de agradecer apresenta uma característica peculiar, sendo classificado por Austin como uma ilocução comportamental, visto que essa classe indica verbos que “incluem a idéia de reação diante da conduta e da sorte dos demais, e de atitudes e expressões de atitudes diante da conduta passada ou iminente ao próximo” (AUSTIN, 1990, p. 129).

Conclusão

Esta pesquisa teve o intuito de abordar as relações que permeiam a língua(gem) em sua forma concreta, estudando as interações enunciativas, sociais, culturais e econômicas por meio da Teoria dos Atos de Fala de J. L. Austin (1990). Tomamos como aporte os estudos recentes de Kanavillil Rajagopalan (2010), por desenvolver um estudo apurado e fiel da teoria de Austin, se tornando o verdadeiro continuador de seu trabalho. Desse modo, nos valemos dessa perspectiva fiel aos estudos austinianos, para

abrir mão das contribuições de Searle, ao nos apropriarmos somente da dicotomia constativos/performativos e enfatizar os três efeitos que compõem um ato de fala segundo Austin: locução, ilocução e perlocução.

Esses três efeitos foram essenciais para realizar a análise dos dados coletados no decorrer da pesquisa, entender os atos de fala como performances e aplicá-las nos diálogos foi uma constatação do *dizer é fazer* de Austin. Ao proferir um enunciado estamos, de fato, realizando uma ação, que no caso de uma promessa pode não ser verdadeira e nem falsa, apenas uma ação que se desenvolve à medida em que se fala. Esses conceitos estruturais da realização da fala em sua forma concreta são específicos e marcam um advento na linguagem, uma vez que, já tínhamos os estudos da Semântica e da Sintaxe, mas a Pragmática vem revolucionar o entendimento que se tem da língua. Segundo Rajagopalan (2003) a linguística, enquanto área de estudo, sempre foi e sempre vai ser uma *atividade humana*, na qual participam indivíduos dotados de laços sociais, seus direitos, deveres, anseios e interesses que se modificam de acordo com as fases da vida que se encontram.

Austin enxergava a linguagem cotidiana como algo puramente rico, diversificado e repleto de significado, não obstante de outra teoria enraizada por Bakhtin sobre a comunicação ideológica, de que essa linguagem do dia a dia é extraordinariamente rica e importante. Austin acreditava que a linguagem simples poderia explicar fundamentos filosóficos complexos, ainda que para isso, tivesse que aplicar a visão performática de linguagem como ação.

A teoria de Austin não se dá apenas em torno da filosofia e como a linguagem cotidiana poderia explicá-la, mas aborda a singularidade cotidiana presente na vida de cada falante de uma determinada língua. É a

dona Maria que sabe ensinar como fazer remédios caseiros para todo tipo de males, é o seu Manoel que tem uma gama de narrativas interessantes sobre a economia e suas andanças no Brasil, é o seu Carlos que possui um conhecimento expressivo sobre a economia mundial, é a dona Ana que faz tapioquinha, seu Antônio que é pescador, seu José que “conserta desmentidura”, enfim, são os atores da vida real que tem um vasto conhecimento sobre os saberes populares e que utilizam a linguagem, não apenas para a comunicação, mas para nos ensinar algo.

A experiência como pesquisadora no mercado municipal foi intrigante, ainda que eu seja assídua frequentadora do mercado Municipal de Parintins como cliente, adentrar naquele universo para observar e fazer anotações, conversar com os feirantes e alguns clientes, conhecer histórias e compartilhar saberes, sentir na pele a rotina que se segue todos os dias é realmente uma experiência singular, a qual foi de grande valia para meu currículo acadêmico, mas também para meu desenvolvimento pessoal. Os ribeirinhos que trazem suas mercadorias das comunidades, precisam atravessar o rio entre quatro e cinco da manhã para não pegarem o “banzeiro¹³” das seis horas, são extremamente cativantes e adoram ter suas histórias ouvidas, algumas felizes e outras nem tanto. A perspectiva e as diversas formas de enxergar a vida e suas fases diferem, parecem resolver tudo de uma forma simples e descomplicada, pois como falou uma das feirantes, quando questionada sobre a difícil tarefa de atravessar o rio com a canoa repleta de produtos: *de difícil e complicado, já basta a vida.*

13 Os ribeirinhos denominam “banzeiro” as ondas maiores do rio porque costumam balançar as embarcações.

Referências

- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso; introdução à filosofia da linguagem*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão e BARBOSA, Letícia Rameh. Feira, lugar de cultura e educação popular. São Paulo: In: *Revista Nova Atenas de Educação Tecnológica*, 2004.
- AUSTIN, John Langshaw. Quando dizer: é fazer. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho/ Porto Alegre: Artes médicas. 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- BRAUDEL, Fernand. *O jogo das trocas. Civilização material, econômica e capitalismo: século XV-XVIII*. São Paulo, Martins Fontes, 1996).
- CASTIM, Fernando. *JOHN AUSTINE E OS ATOS DE FALA*. Pernambuco: Ágora Filosófica, 2017.
- COSTA, Nelson Barros. *Análise do discurso*. Universidade Federal do Ceará. 2013.
- DERRIDA, J. *Margens da Filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa & António M. Magalhães. Porto – Portugal: Rés-Editora, Lda, 1982.
- ECKERT, Penelope e GINET, Sally McConnel. *Comunidades de práticas: lugar co-habitam linguagem, gênero e poder*. In: OSTERMANN, Ana Cristina e FONTANA, Beatriz. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 93-109.
- FIORIN, José Luiz. DISCINI, Norma. *O uso linguístico: a pragmática e o discurso*. São Paulo: Contexto, 2013.
- GOMES, Paulo César da Costa. A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (org). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro. Editora: UERJ, 2001. p. 93-113)
- LOPES, Adriana Carvalho. *Funk-se quem quiser no batidão negro da cidade carioca*. Campinas: UNICAMP, 2010.
- MAINGUENEAL, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 11ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

PINTO, Joana Plaza. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2011.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *A nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral* /organizado por Charles Bally, Albert Sechehay; com a colaboração de Albert Riedlinger; trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blinkstein. – 43ª ed. – São Paulo: Cultrix, 2012.

SERVILHA, Mateus de Moraes. DOULA, Sheila Maria. *O mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais*. Vol. 11. Rio de Janeiro: Revista Faz Ciência, 2009.

SOUZA, Danilo Marcondes de. *A Teoria dos Atos de Fala como concepção pragmática de linguagem*. São Paulo: Filosofia Ursinos, 2006.

VELOSO, Rafaela. As Três Ondas Da Sociolinguística E Um Estudo Em Comunidades De Prática. João Pessoa: *XVII Congreso Internacional Asociación de Linguística y Filología de América Latina (ALFAL)*, 2014.

VEDANA, V. *Fazer a feira: estudo etnográfico das artes de fazer de feirantes e fregueses da Feira livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre/RS*. Apresentada como dissertação de mestrado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade federal do rio Grande do Sul, 2004.

Pragmática e Teatro: um diálogo possível

Kamunjin Tanguale

Introdução

Esta reflexão ambienta-se numa intersecção entre Pragmática e Teatro e ensinamos demonstrar de que maneira ela se dá e como convergem para um mesmo espaço comum: as estruturas conversacionais que estão presentes nas interações (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006). Desejamos, também, verificar de que modo este entrecruzar pode ser importante na composição dos sentidos do texto, bem como podem sê-lo, da mesma maneira, para aqueles que se valerão deles para suas interpretações/representações cênicas.

Tanto nas relações do dia a dia quanto naquelas propostas pelos autores teatrais, as interações se estabelecem por meio dos diálogos, porém, para fins de analisarmos as da segunda ocorrência, se faz necessário, antes de tudo, buscar elementos que nos possibilitem verificar a verossimilhança entre a peça que comporá nosso *corpus*, *Anti Nelson-Rodrigues* (1993 [1973]) e as interações reais, o que nos conduziu a trazer as propostas de Catherine Kerbrat-Orecchioni, concernente aos elementos analisáveis na conversação.

A autora afirma, em seu livro *A Análise da Conversação – princípios e métodos* (2006), que o exercício da fala implica, geral e normalmente, três situações: uma *alocução*, que requer que falante e ouvinte sejam

fisicamente distintos um do outro; uma *interlocução*, ou seja, a troca efetiva de palavras entre os interlocutores; e uma *interação*, em que os participantes exercerão uma série de influências mútuas.

Além desses elementos, outras tipologias são propostas pela autora para analisar processos dialógicos, como os descritos a seguir.

Sobre tipologias, relacionemas e taxemas

Nas estruturas conversacionais, são igualmente relevantes o contexto, o material, o sistema dos turnos de fala, a organização estrutural das conversações e a relação interpessoal, mas, neste estudo, olharemos mais atentamente para a *organização estrutural das conversações* e a *relação interpessoal*.

Para Kerbrat-Orecchioni, a conversação é “uma organização que obedece a regras de encadeamento sintático, semântico e pragmático, e é essa **gramática das conversações** que, num segundo nível, é preciso estabelecer” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 52, negritos da autora). Pois bem, se a conversação possui uma organização, quais seriam as regras presentes neste espaço linguístico?

Todas as interações cumprem uma lógica comunicacional, tais como os exemplos a seguir:

- se F_1 cumprimenta F_2 , geralmente se espera que F_2 lhe “retribua o cumprimento;
- se F_1 faz uma pergunta a F_2 , geralmente se espera que F_2 lhe responda etc (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 52).

Qualquer rompimento dessas regras poderá gerar um efeito, no mínimo, surpreendente, por exemplo, se F_1 diz “bom dia” e F_2 responde “obrigado”, a resposta poderá causar algum tipo de confusão em quem desejou que o dia fosse bom, pois, espera-se que a resposta seja algo do tipo “tenha um bom dia você também”. Entretanto, também é possível inferir que F_2 não desejou estender a conversa, ou apenas quis agradecer ao desejo de F_1 e nada além disso.

Outro exemplo de ruídos conversacionais está relacionado a possíveis erros quanto aos papéis interlocutórios¹, como visto no diálogo a seguir:

F_1 – Olha só?! Oi! Tudo bem?

F_2 - Tudo bem, vou indo...

F_1 – E você? (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 53).

Na interação acima, há um equívoco de F_1 em relação aos papéis, já que seria F_2 quem deveria formular a pergunta “e você?”. Neste caso, ou temos uma tentativa de brincadeira de F_1 ou ele poderá estar com algum tipo de afasia já mais adiantada (como Alzheimer, por exemplo), e ele cometeu um equívoco pragmático.

Outros fatores importantes na organização estrutural das conversações dizem respeito às cinco unidades que a descreve: as **unidades dialogais** (*Interação* → “encontro”, “eventos de comunicação”, conversação // *Sequência* (ou episódio) // *Troca*); e as **unidades**

¹ Segundo Kerbrat-Orecchioni, toda troca comunicativa implica a existência de um emissor (ou falante) e de um ou vários receptores (ou ouvintes), que são chamados a ocupar, cada um a seu turno, a posição emissora, ficando, seu interlocutor, relegado à posição receptora. A isto, ela chama de papéis interlocutivos (2006, p. 27).

monológicos (*Intervenção // Ato de fala*). Buscando melhor compreender esta estrutura, Kerbrat-Orecchioni explica:

(...) os **atos de fala** combinam-se para constituir **intervenções**, sendo que os atos e as intervenções são produzidos por um único e mesmo falante; desde que dois falantes, pelo menos, intervenham, trata-se de uma **troca**; as trocas combinam-se para constituir as **sequências**, que, por sua vez, se combinam para constituir as **interações**, unidades máximas de análise (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006: 55)

O nível da *interação* será aquele que possibilitará verificar a qual tipo ela pertence – conversação, entrevista, consulta médica etc – uma vez que ela é a unidade comunicativa que apresenta uma evidente continuidade interna do(s) tema(s) que está(ão) sendo desenvolvido(s) num determinado instante de uma ação qualquer. Por isso, Kerbrat-Orecchioni (2006) considera este como sendo o nível superior, o 1º.

O 2º nível será a *sequência*, que “pode ser definida como um bloco de trocas ligadas por um forte grau de coerência semântica ou pragmática, ou seja, trata-se de um mesmo tema ou centra-se sobre uma mesma tarefa.” (Kerbrat-Orecchioni, 2006: 56). A maioria das interações possui a sequência de abertura, o corpo da interação e a sequência de conclusão.

Já no 3º nível, e encerrando as unidades dialógicas, temos a troca, que é a menor dessas unidades e deve ser construída por, ao menos, dois participantes.

Na base estariam os níveis 4 e 5, respectivamente, as *intervenções* e os *atos de fala*, que são parte das unidades monológicas, e que é o lugar em que encontramos a contribuição individual de um falante a uma troca particular (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006). Por exemplo:

- 1 – Oi!
- 2 – Oi!
- 3 – Tudo bem?
- 4 – Tudo bem. / E você?
- 5 – Tô indo... / Pra onde você tá indo com tanta pressa?
- 6 – Pro cinema (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 57).

Nesta interação, temos uma conversação cujo tema é F_1 saber onde F_2 está indo, com duas sequências (cumprimentar e perguntar), dividida em 6 turnos que se decompõem em 4 trocas: 1 e 2 são trocas de saudações simétricas, com 2 intervenções e o ato de fala de cumprimentar (Searle, 2002); 3 e começo de 4, uma troca complementar de pergunta-resposta; fim de 4 e início de 5, temos pergunta e resposta; bem como no fim de 5 e 6. Em 3, 4, 5 e 6 e temos atos de perguntar e responder (SEARLE, 2002).

Começamos aqui, a apresentar como é possível a existência de casamento entre os estudos pragmáticos e as artes cênicas. Vejamos o texto abaixo:

OLEGÁRIO: É sim, é! Explique, ao menos, uma coisa. Por que você não me beija como antigamente?

LÍDIA: (nervosa) Mas como? “Antigamente” como?

OLEGÁRIO: Não se faça de inocente!

LÍDIA: (contendo-se) Você não me pediu um beijo? E eu não dei? (RODRIGUES, 1993 [1941], p. 337).

O diálogo acima está na peça *A Mulher sem Pecado*, de Nelson Rodrigues, e ocorre entre Olegário (marido) e Lúcia (esposa). Na

cena, é possível verificar a presença de todos os níveis propostos por Kerbrat-Orecchioni (2006): a *interação* – conseguir saber o porquê o relacionamento está diferente, porque não é como antes; a *sequência* – é um bloco de trocas ligadas pelo ato diretivo de criticar (Olegário deseja saber porquê Lídia não o beija mais, mas pela crítica); a *troca* – há dois participantes da interação; as *intervenções* – ora Olegário faz intervenções, ora é Lídia quem as faz; e os *atos de fala*: perguntar, criticar, responder.

Visto estes quesitos relacionados à *organização estrutural das conversações*, abordaremos agora outra questão relevante a ser considerada, a *relação interpessoal* e seus relacionemas e taxemas (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006).

Neste item, iremos considerar, para nossa análise, o tipo de relação que ocorre nas interações, se *horizontal* ou *vertical*, pois a depender de qual tipo seja, espera-se a ocorrência de determinados atos de fala em umas, mas não em outras. Ainda a partir destas relações, Kerbrat-Orecchioni estabelece a presença do que ela chamará de relacionemas, categorias que possibilitam analisar fenômenos ocorrentes nas relações horizontais; e de taxemas, que são aquelas que nos permitem verificar os fenômenos que estão presentes nas relações verticais. Mas o que seriam estes relacionemas e taxemas, afinal?

As categorias do primeiro tipo – relacionemas – ocorrem nas *relações horizontais*, que são aquelas cujos interactantes ocupam a mesma posição na interação, ou seja, não há hierarquia relacional, como é possível verificarmos nas que acontecem entre irmãos, amigos, colegas de trabalho que ocupam o mesmo cargo etc. Estes marcadores podem ser verbais (as *formas de tratamento*: “você”, “Zé”, “Ciçinha”, “amigão” etc.; e - o *nível da linguagem*: quanto mais coloquial, mais “à vontade” um interactante

está com o outro, mais informal a relação tende a ser), ou não-verbais (a *distância*: quanto mais íntimos forem os participantes da interlocução, mas horizontal será a relação; os *gestos*: o toque, principalmente em espaços públicos, podem denotar a proximidade da relação ou não; a *postura*: a orientação do corpo, se os interactantes estão mais ou menos relaxados e a intensidade dos contatos visuais etc). Para exemplificarmos, vejamos a interação a seguir:

ALAÍDE: (fremendo, para Lúcia) – Venha repetir para meu marido aquilo que *você* disse, “aquilo”! No dia do meu casamento!

LÚCIA: Sei lá de que é que *você* está falando?

ALAÍDE: Sabe sim. Sabe! Aquela insinuação que *você* fez... Que eu podia morrer!

LÚCIA: (virando-lhe as costas) – *Você* está sonhando, minha filha. Disse coisa nenhuma! (RODRIGUES, 1993 [1943], p. 388).

O diálogo acima faz parte da peça *Vestido de Noiva* (1993 [1943]), de Nelson Rodrigues, e é uma interação que acontece entre irmãs. Nela, é possível verificar a ocorrência de relacionemas verbais, “você”; e não-verbais - “virando-lhe as costas”, que é uma atitude que provavelmente não aconteceria se fosse um general falando com um soldado raso, bem como apenas o general chamaria o soldado de “você”, mas nunca o contrário.

Já os taxemas são as categorias que fazem parte das *relações horizontais*, que são aquelas em que há a presença de algum tipo de “poder”, “hierarquia”, “dominação” ou “relação de lugares” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006), pois nelas, um dos interactantes ocupa a posição

alta na relação em detrimento do outro, que ocupa, por sua vez, a posição baixa (ou, muitas vezes, é colocado nela pelo outro participante da interação). Esta é uma relação assimétrica (ou dissimétrica) do tipo pais e filhos, chefes e empregados, professores e alunos, médicos e pacientes, entre outras relações mais.

No que diz respeito aos marcadores não-verbais, a *distância* entre os interactantes tende a ser sempre mais formal, não há proximidade física (à exceção do caso dos pais e filhos, que embora sejam próximos, mantém a distância imposta pelo respeito da criação), os *gestos* são mais contidos, menos expansivos. Já a *postura* daquele que ocupa a posição alta da interação sempre é mais ereta do que quem está ocupando a posição baixa, que tende a ser uma postura mais subalterna.

No concernente aos marcadores verbais, as *formas de tratamento* também demonstram a hierarquia, como é o caso do pronome “senhor”, “Vossa Excelência”, “Vossa Senhoria”, “dona”, entre outros. E, finalmente, chegamos ao que nos interessa em particular: os *atos de fala*, que constituem “a categoria mais rica e mais complexa no conjunto dos marcadores verbais da relação de lugares” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 72).

Segundo a autora, quando F_1 coloca-se na posição alta em relação a F_2 , ele pode realizar um ato que ameace o território ou a face² de F_2 ao produzir atos ilocucionários como ordenar, proibir, autorizar, aconselhar, criticar, reprovar, escarnear, insultar, ameaçar etc. Por outro lado, também F_1 poderá ser colocado (ou ele próprio colocar-se) na posição baixa quando sofre um dos atos apontados acima ou no momento que produz um ato que ameace sua própria face, como desculpar-se, retratar-se, autocriticar etc. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006). Observemos a interação a seguir.

2 Para maiores detalhes acerca dos estudos sobre a “face”, verificar Goffmann (1967 [1955], 1973), Brown e Levinson (1987), Bravo (2004), Kerbrat-Orecchioni (2006, 2010, 2013), entre outros.

F₁: *Você* não faz absolutamente nada que preste, hein?

F₂: Desculpe, *senhor*!

F₁: Não tolerarei essa sujeira na minha sala.

F₂: Eu posso explicar...

F₁: ***Cala*** a boca, eu não quero ouvir sua explicação! É sempre a mesma coisa, que saco!!! Não vou mandar *você* embora, mas se acontecer de novo, é rua!!!!

No diálogo acima, temos a presença de alguns marcadores que nos leva a pensar que esta é uma relação vertical, pois um dos pronomes de tratamento usados é o “senhor” (F₂) em oposição ao “você” (F₁), há os atos diretivos presentes nas falas de F₁: 1º - crítica; 3º - repreensão; e último, uma ordem e uma ameaça, o que demonstra que este interactante está ocupando a posição alta da relação. Em resposta, F₂ produz os atos de desculpar-se (2º) e explicar-se (ou dar satisfação – 4º), que de acordo com a autora, diz respeito a quem ocupa a posição baixa da interação. Nesta interação, a relação é vertical, tal qual proposta por Kerbrat-Orecchioni (2006).

Anti-Nelson Rodrigues e os atos de fala diretivos

Esta seção está destinada a demonstrar como a Pragmática e o Teatro convergem para um mesmo lugar, e para tanto, apresentaremos como os atos diretivos podem ser importantes componentes nas tensões psicológicas presentes em uma das interações mais relevantes no texto teatral *Anti-Nelson Rodrigues* (1993 [1973]), de Nelson Rodrigues.

Antes de iniciarmos nossa análise, é vital apresentarmos a sinopse desta peça. Oswaldinho é um rapaz rico e mimado por sua mãe, Tereza, que não trabalha, não estuda, apenas gasta o dinheiro da família com bebidas, mulheres, drogas e noitadas. Seu grande amigo da “esbórnia” é Leleco. Entretanto, há uma diferença que se tornará crucial durante o andamento do texto: Leleco é pobre, precisa trabalhar para se sustentar. Este fator acaba levando o rapaz a empregar-se nas empresas do pai de Oswaldinho, que é de onde ambos se conhecem. O pai do playboy, no entanto, não gosta de Leleco e nem da amizade dele com seu filho. Aliás, a relação entre pai e filho é um desastre. Ela só é salva pela intervenção da mãe, Tereza, que consegue fazer, inclusive, com que o pai coloque o filho à frente dos negócios, na presidência das indústrias. Isto dá a Oswaldinho o poder que ele tanto almejava, interferindo, inclusive, na relação dele com o amigo Leleco. E tudo caminhava bem para o “bon vivant” até conhecer Joice, que foi recém-contratada para exercer funções simples, mas que, devido ao interesse sexual dele por ela, ele acaba dando-lhe uma promoção, transformando-a em sua secretária particular. No entanto, o “tiro sai pela culatra”, pois, ao invés dele conseguir manter relações sexuais com ela, é Joice quem o seduz e o faz apaixonar-se perdidamente por ela, modificando, assim, o status da relação entre ambos. Aliás, este é a única interação em que Oswaldinho é colocado na posição baixa da relação, fato não ocorrente em nenhum outro momento da peça.

Para demonstrar como os atos diretivos podem contribuir com a presença e para a manutenção das tensões psicológicas existentes no texto, apresentaremos uma das interações que consideramos ser relevante para o andamento da peça: 1) Oswaldinho x Tereza (filho x mãe). Assumiremos, neste estudo, que a cena terá um ato orientador que advirá do personagem-

condutor, no caso, o protagonista Oswaldinho, por ser ele o proponente das ações. Por isso, sempre observaremos como ele estabelece as relações, qual posição ocupa na interação, e, a partir destas ações, veremos quais atos são produzidos pelos interactantes da cena escolhida para compor o *corpus* deste estudo. Os atos diretivos (SEARLE, 2002) e de maior ocorrência nas cenas escolhidas foram: *ordenar, ameaçar, afrontar, ofender, implorar e suplicar*.

CENA: Oswaldinho x Tereza (mãe e filho): a construção da afronta (*ANTI-NELSON RODRIGUES* (1993 [1973], p. 473).

TEREZA: *Me dá as jóias, imediatamente.*

OSWALDINHO: Até logo, mamãe!

TEREZA: (barrando-lhe a passagem) Ou pensa que vai sair daqui com as minhas jóias?

OSWALDINHO: Mamãe, quer sair da frente?

TEREZA: *Chamo a polícia, a radiopatrulha, seu ladrão.*

OSWALDINHO: (lento e maligno) **Sou ladrão, e daí?**

TEREZA: (soluçando) *Cínico, cínico!*

OSWALDINHO: (tirando um cigarro) **Pois chame a polícia. Quer chamar? Chama.**

TEREZA: (possessa) *Eu te meto a mão na cara!*

(Oswaldinho acende o isqueiro, mas ao ouvir falar em mão na cara, fica com o isqueiro aceso e tira o cigarro da boca)

OSWALDINHO: (desfigurado) Não me encoste a mão.
(Oswaldinho oferece o rosto) **Agora a senhora vai meter a mão na minha cara.**

TEREZA: *Sou sua mãe.* (estende para o filho as duas mãos crispadas.)

OSWALDINHO: *Mas tem medo.* (trinca o riso) **Minha mãe tem medo.**

Nessa interação, a mãe ocuparia, naturalmente, a posição alta na relação por ser ela a pessoa que orienta, educa, ensina, portanto, está, hierarquicamente, acima do filho. No entanto, o que acontece, em realidade, é uma disputa do filho para assumir este lugar, uma vez que Oswaldinho afronta sua mãe. Vejamos.

No enunciado “*Me dá as jóias, imediatamente*”, Tereza dá uma ordem, cujo propósito ilocucionário³ é a tentativa de fazer Oswaldinho devolver-lhe as joias, propósito este orientado pelo desejo dela de obter de volta seus bens que foram roubados por ele. Para que este ato tivesse suas condições de felicidade preenchidas, seria necessário que Oswaldinho, no papel de filho, cumprisse a ordem dada por sua mãe. Entretanto, ao invés disso, ele pouco se importa com a ordem, rompendo-a, e apenas se despede dela: “*Até logo, mamãe!*”. Esta ação gera a 1ª tensão entre ambos, a princípio, apenas por ele não responder à ordem da maneira esperada, ou seja, não realizando a vontade de sua mãe.

Porém, quando ele tenta sair, ela o impede, e, então, ela o ameaça e o ofende: “*Chamo a polícia, a radiopatrulha, seu ladrão*”. O primeiro ato, a ameaça, se estabelece pelo desejo dela de que Oswaldinho, além de de-

3 Segundo Searle (2002, p. 21), a taxinomia que orienta os atos diretivos é: “Seu propósito ilocucionário consiste no fato de que são tentativas (em graus variáveis, e por isso são, mais precisamente, determinações do determinável que inclui tentar) do falante de levar o ouvinte a fazer algo. (...) A direção de ajuste é mundo-palavra e a condição de sinceridade é a vontade (ou desejo). O conteúdo proposicional é sempre que o ouvinte O faça alguma ação futura A.” Nos valeremos desta proposição para nossas análises acerca da produção dos atos diretivos ocorrentes.

volver as joias, não saísse do recinto, e como ele já havia ignorado a ordem, ela aumenta o grau de sua determinação de que ele fizesse a devolução, e o ameaça, dizendo que chamará a polícia para prendê-lo. E, além disso, ela ainda o ofende, ao chamá-lo de “ladrão”. Ele, mais uma vez responde à ofensa com desdém e sarcasmo, afirmando ser um ladrão mesmo, e, após ela ofendê-lo novamente (“*Cínico, cínico!*”), há a realização do primeiro ato de afrontar vindo de Oswaldinho: “*Pois chame a polícia. Quer chamar? Chama.*”. A afronta é um ato em que o falante deseja fazer com que seu ouvinte pare de querer que ele, falante, faça algo. Quando ele fala para sua mãe chamar a polícia, ele desconstrói a força da ameaça, dando a entender que ele não só não se sente ameaçado como ainda a incentiva a cometer tal ato, afrontando-a. Deste modo, fica claro que Oswaldinho deseja, com isso, rebater ou ridicularizar a ameaça gerada pela sua mãe, ocasionando, assim, a 2ª tensão psicológica existente na cena. Mais uma vez, o filho reivindica para si a posição alta ocupada pela mãe ao não preencher as condições de felicidade do ato de ameaçar. A tensão se mantém pelo restante da interação até que, finalmente, Tereza, irritada com a desfaçatez de Oswaldinho, deixa clara a posição que ela ocupa na relação ao dizer “*Sou sua mãe.*” E, então, neste momento, Oswaldinho, novamente, rompe com a hierarquia da interação por meio da ironia, e a confronta, rindo da fragilidade emocional de sua mãe. Deste modo, estabelece-se a 3ª tensão psicológica entre mãe e filho, ficando claro que a disputa pela posição alta se estabelece a partir das produções dos atos diretivos presentes na interação.

Como é possível verificar pela análise acima, a Pragmática é bastante relevante para identificarmos como os sentidos vão sendo construídos nos estabelecimentos das interações presentes em textos teatrais.

Considerações finais

Esta reflexão teve como proposta apontar as possíveis intersecções ocorrentes entre a Pragmática e o Teatro, verificar de que maneira os atos diretivos poderiam contribuir para a presença das tensões psicológicas existentes no texto teatral *Anti-Nelson Rodrigues* (1993 [1973]). Deste modo, buscamos apontar que elementos linguísticos presentes em situações dialógicas reais, como os relacionemas e os taxemas, e que também podem estar presentes em diálogos teatrais, e o quanto eles são relevantes para a composição do sentido das cenas a serem encenadas nos espetáculos.

Para tanto, analisamos uma cena cuja interação se dá entre a mãe (Tereza) e o filho (Oswaldinho), relação esta que, segundo as propostas de Kerbrat-Orecchioni (2006), seria assimétrica, em que a mãe ocuparia a posição alta e o filho, a posição baixa na relação. Entretanto, o que foi possível observar é que o filho reivindicou para si a posição alta na hierarquia, o que pode ser constatado pelos atos diretivos presentes nos enunciados, fato este que gerou as tensões psicológicas entre as personagens.

Uma vez visto como estruturas pragmáticas podem ser marcadas pelos autores em textos teatrais escritos, a nova pergunta que temos é: como o falante, no momento que ocupa o papel de atuante cênico, reconhece/percebe essas marcas pragmáticas, especialmente os atos diretivos presentes nos textos escritos e de que maneira ele os reproduzirá em suas falas cênicas? Este será o mote para novos estudos.

Referências

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Análise da Conversação – princípios e métodos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006

NALIN, V.A. *Os atos diretivos nas peças psicológicas de Nelson Rodrigues*. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016

RODRIGUES, N. *Teatro completo*: volume único/Nelson Rodrigues. Organização geral e prefácio de Sábato Magaldi. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993

SEARLE, J. *Expressão e significado – Estudos da teoria dos atos de fala*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002

A Leitura Inferencial da Ironia no Discurso Jornalístico em Perspectiva Pragmático-Discursiva

Claudia Maria Chiarion

Introdução

Este artigo tem por objetivo abordar a leitura da ironia, compreendida como um fenômeno universal e singular que integra o vasto campo das atividades discursivas caracterizadas pela ambiguidade com o objetivo de avaliar e criticar normalmente em tom burlesco.

Este estudo buscou identificar os traços característicos da ironia, de modo a explicar, em termos cognitivamente realistas a que essas expectativas equivalem e como elas podem contribuir para uma abordagem empiricamente plausível de compreensão da ironia presente nos gêneros discursivos em uma perspectiva pragmático-discursiva, com ênfase na Teoria de Relevância e nos conceitos bakhtinianos relativos aos elementos constitutivos do discurso.

Partindo do pressupondo de que os princípios que regem a comunicação são comuns a todos os discursos, considerou que, se por um lado a ironia constitui um fenômeno único na sua natureza e função, por outro, seu uso pode variar na dependência dos gêneros em que é usada. Como perspectiva teórica, optamos, nesta pesquisa pela vertente pragmática que, associada à dimensão discursiva do uso da linguagem, fornece as ba-

ses para a compreensão da ironia, afinal algumas perspectivas possuem interstícios que permitem o diálogo com outras. É o caso da perspectiva pragmática e discursiva.

A Pragmática, voltada para o uso da linguagem, permite ver na ironia um fenômeno contextualizado, ultrapassando uma visão puramente linguística e procura entender como se dá a comunicação e quais são os princípios que regem e permitem que locutor e ouvinte interajam, o que envolve naturalmente uma dimensão cognitiva.

Assim, dentro de uma perspectiva pragmática, e, sabendo que a ironia deve ser inferida, a Teoria da Relevância mostra como opera o processamento cognitivo inferencial. Desse modo, o conhecimento do gênero discursivo, que integra o contexto cognitivo também desempenha papel fundamental na compreensão da ironia fazendo com que essa dupla concepção: pragmático-discursiva forneça o aporte para o entendimento do papel dos gêneros discursivos na compreensão da ironia.

Este artigo, organizado por intermédio de leituras bibliográficas, é um recorte do trabalho de pesquisa de mestrado¹, fundamentado em uma perspectiva pragmático-discursiva que objetivou refletir o papel dos gêneros discursivos e o processo de enunciação, bem como, explicar como acontece o processamento cognitivo inferencial na compreensão da ironia.

1 Dissertação apresentada em 2010 na Universidade de Taubaté – UNITAU.

Teoria da Relevância, Teoria Discursiva e Ironia

A Pragmática constitui uma disciplina heterogênea que se dedica ao estudo sistemático do significado em virtude de ou na dependência do uso da linguagem. Os principais tópicos de investigação incluem as “implicaturas Greiceanas”, atos de fala, pressuposição e dêixis, que implicam processos inferenciais complexos.

Há, no entanto, uma real dificuldade em definir o escopo de sua abordagem, pois explica o uso da linguagem em determinados contextos e os aspectos do significado que não podem ser encontrados no sentido básico das palavras e estruturas², inseridos no âmbito da Semântica. Assim, costuma ser definida como uma abordagem que incluem falantes e ouvintes quanto a seus conhecimentos e atitudes e como a linguagem é usada para persuadir e informar. Mas, como essa discussão não é central neste trabalho restringiu-se a uma breve apresentação.

A Teoria da Relevância (doravante TR), de base cognitivo-inferencial, sustentáculo desse trabalho, proposta por Sperber e Wilson em sua obra inaugural *Relevance: communication and cognition*, publicada em 1986, tem por “objetivo explicar em termos cognitivamente realísticos a que essas expectativas equivalem e como elas podem contribuir para uma abordagem empiricamente plausível de compreensão” (WILSON; SPERBER, 2005, p. 222), pois é inerente à cognição humana prestar “atenção a estímulos que, em alguma medida, vêm ao encontro de nossos interesses ou que se ajustam às circunstâncias do momento” (SILVEIRA e FELTES, 2002, p. 37).

2 Essa concepção motivou o lógico israelense Bar-Hillel a rotular a Pragmática como o “cesto de lixo da Linguística”, para dizer que os fenômenos que não pudessem ser tratados no âmbito da Semântica, seriam relegados aos estudos pragmáticos.

A TR postula que a cognição humana é orientada pela relevância, ou seja, nossa compreensão direciona as informações que nos parecem relevantes. Mas, o que pode ser relevante? Segundo Sperber e Wilson, (2005), relevância é uma propriedade potencial não somente de enunciados e outros fenômenos observáveis, mas também de pensamentos, memórias e conclusões de inferências. Nos termos da TR, qualquer estímulo externo ou representação interna que fornece um *input* para processos cognitivos pode ser relevante para um indivíduo em determinado momento.

É uma operação primitiva presente na produção do enunciado, na construção de contextos cognitivos e, conseqüentemente, na compreensão: a busca da relevância ótima. Assim, a TR direciona uma alternativa para as teorias exclusivas de decodificação e de inferência como explicação dos mecanismos de processamento e de interpretação. Desse modo, enunciados geram expectativas de relevância não porque falantes obedecem a um princípio de cooperação ou a alguma outra convenção comunicativa, mas porque a busca pela relevância é uma característica básica da cognição humana que comunicadores podem explorar (SPERBER e WILSON, 2005, p. 223).

Segundo Silveira e Feltes (2002), Sperber e Wilson utilizam o termo *relevância* como “um conceito teórico útil, centrado na relação de equilíbrio entre efeitos cognitivos e esforço de processamento, para explicar como indivíduos interpretam informações nos contextos comunicativos” (SILVEIRA E FELTES, 2002, p. 38). Assim, nessa ótica, a relevância é uma função obtida pela combinação entre efeitos cognitivos e esforços de processamento.

Segundo Sperber e Wilson (2005), a afirmação central da TR é a de que expectativas de relevância geradas por um enunciado são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte na direção do significado do falante.

Paralelamente, a esse princípio da relevância, centrado principalmente no ouvinte³, deve-se considerar que o falante fornece as evidências do que seria relevante ao ouvinte. Trata-se de uma ação ostensiva, uma atitude que parte do comportamento do locutor quando deixa explícita sua intenção de manifestar algo, ou seja, é a atitude de fazer com que o interlocutor perceba sua intenção e chegue a uma interpretação relevante dela.

Essa interpretação se dá por meio da inferência, um processo de raciocínio dedutivo, do qual o interlocutor se apropria para gerar suposições e hipóteses que estejam coerentes com a situação comunicativa. Esse processo interpretativo é direcionado pela busca da relevância. Entretanto, essas premissas e conclusões não são verdades absolutas; ao contrário, são possibilidades para uma interpretação plausível, tendo como base, um modelo dedutivo de inferências que seguem um cálculo não usual.

Isso significa em outras palavras que, “a verdade das premissas torna a verdade das conclusões apenas provável, através de um processo de formação de hipóteses – que supõe raciocínio criativo, analógico e associativo – e de confirmação de hipóteses” (SILVEIRA e FELTES,

3 Conservando a terminologia usada por Sperber e Wilson, adotaram-se os termos “falante” e “ouvinte” sem restringi-los aos participantes envolvidos no uso língua na sua modalidade oral. Eles são usados também para referir os parceiros da comunicação escrita. Aqui, os termos equivalem a “locutor” e “interlocutor”, respectivamente.

2002, p. 34). Todavia não bastam apenas os efeitos contextuais, segundo a TR, há que se considerar o **esforço do processamento**, um fator que envolve o gasto de energia mental, envolvida na atenção, ativação da memória e no raciocínio.

A relação entre efeitos contextuais e esforço de processamento é inerente à mente humana, que opera de modo produtivo ou econômico, no sentido de alcançar o **máximo de efeitos com um mínimo de esforço**. Do ponto de vista da relevância, uma suposição é relevante no contexto na medida em que o esforço para processá-la é mínimo.

Outro enfoque de importância é a ideia de **ostensão**. Para provocar o efeito pretendido “a comunicação ostensiva requer uma participação ativa tanto do comunicador quanto do receptor, pois este deve apresentar o comportamento cognitivo apropriado, prestando atenção ao estímulo” (SILVEIRA e FELTES, 2002, p. 51).

Processar esses *inputs* é simples, ou seja, uma questão de fazer o uso mais eficiente dos recursos de processamento disponíveis. A TR postula que os seres humanos têm uma tendência involuntária para maximizar a relevância, não porque seja uma questão de escolha, mas porque isso é uma decorrência do desenvolvimento dos sistemas cognitivos humanos, de tal forma que esses mecanismos tendem automaticamente a escolher estímulos relevantes e os mecanismos inferenciais tendem a processá-los em um modo mais produtivo (SPERBER e WILSON, 2005, p. 227). Assim, na comunicação intencional, o falante produz um estímulo ostensivo que fornece evidência pretendendo que o ouvinte infira a produção.

Embora simplificada, essa explanação permite pontuar pressupostos e princípios teóricos fundamentais, especialmente, no que tange à leitura da ironia sob a perspectiva da TR. Não há dúvida de que a ironia é um

fenômeno linguístico marcado pela noção de parceria. A mutualidade na construção do contexto cognitivo invocada para o jogo irônico é condição *sine qua non* para a compreensão da ironia. Se falante e ouvinte falharem nesse “jogo de mão dupla”, o fenômeno simplesmente inexistente. Não se pensa em “ironia que não foi percebida”, também não há dúvida de que a ironia é alcançada por processos inferenciais e envolvem conhecimentos prévios.

Assim, de maneira geral, pode-se afirmar que a ironia exige um processo inferencial, bem como, constitui um estímulo ostensivo que deve merecer a atenção do leitor e, quando processado, deve exigir um mínimo de esforço de processamento para o máximo de efeitos cognitivos. Por isso, a compreensão desse fenômeno linguístico envolve um conjunto de suposições contextuais.

Não se trata de uma garantia irrestrita, mas apenas uma aposta conduzida em ambientes sócio-cognitivos determinados. Quanto a esse aspecto, as nossas comunicações se dão por meio de gêneros discursivos – no sentido *bakhtiniano* –, então se pode aventar que o conhecimento desses gêneros é fundamental para a interpretação dos estímulos verbais e não verbais (nos termos da TR), sendo, efetivamente um dos elementos centrais a partir dos quais se elaboram as premissas que fazem parte do processamento inferencial de interpretação da ironia.

Essa questão direciona para o segundo pressuposto. Reconhecer que o contexto cognitivo é construído na interação, e o fato de a interação se dar normalmente em contextos determinados, há que se considerar a existência de um contexto dado *a priori* (o que não impede de que ele seja reconstruído ou substituído). Assim, o contexto cognitivo é parcialmente construído, interagindo, inclusive, com um contexto já pressuposto.

Esse questionamento interessa, sobretudo, quando se analisam gêneros do discurso jornalístico, como, por exemplo, a charge, a notícia ou mesmo um *tweet*⁴.

Assim, pode-se considerar que o conhecimento dos gêneros discursivos compõe esse contexto cognitivo em que a ironia é percebida e interpretada, e, sob esse prisma, a relevância alcançada se dá a partir dessa harmonia entre efeitos cognitivos e esforços de processamento, o que impõe, inclusive, adotar deste estudo uma perspectiva discursiva, considerando que a ironia mobiliza diferentes vozes sendo constitutivamente interdiscursiva e intertextual.

Descrever a “perspectiva discursiva” é correr o risco de englobar, sob uma mesma definição, inúmeras vertentes teóricas que tomam o discurso como seu objeto de estudo, “ela resulta, ao mesmo tempo, da convergência de correntes recentes e da renovação da prática de estudos muito antigos de textos”. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 43). Segundo os autores, na década de 60, correntes teóricas modularam o atual campo da análise do discurso: a etnografia da comunicação, a análise da conversação de inspiração etnometodológica, a análise do discurso de linha francesa, as correntes pragmáticas, as teorias da enunciação e a linguística textual. Somam-se a essas correntes novas reflexões advindas de outros domínios, como, por exemplo, Bakhtin⁵ e seu Círculo.

⁴ *Tweet* é o nome utilizado para designar as publicações feitas na rede social do *Twitter*.

⁵ Bakhtin iniciou suas pesquisas com aproximadamente 25 anos de idade, viveu na Rússia em 1917, num período de revolução e grandes transformações e foi à primeira nação a adotar o socialismo como modelo de governo. Foi nesse cenário de grandes modificações que Bakhtin produziu o que seria seu primeiro ensaio sobre a filosofia do ato responsável. Seus manuscritos ficaram armazenados por décadas, período em que o autor esteve exilado no Cazaquistão. Esses documentos foram divulgados por volta dos anos 70, em péssimo estado de conservação. Finalmente, após pesquisas do Círculo, a língua passou a ser concebida como instância de interação entre sujeito sócio historicamente situado.

A perspectiva discursiva que alicerça o presente estudo, não constitui propriamente um modelo teórico-metodológico, mas uma teoria de base sociológica, que se opõe à proposta estrutural de Saussure (2012) quanto a considerar relação entre língua e uso da língua. Enquanto as vertentes de inspiração saussuriana separam a língua do homem e da sociedade e, portanto, do seu conteúdo ideológico, postulando que as únicas relações dos signos eram entre eles mesmos no interior de um sistema fechado, enquanto vertente de insouração Bakhtin e o Círculo presumem que “a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas” (BAKHTIN, 2004, p. 123), mas um fenômeno de interação verbal que se realiza pela enunciação.

O produto dessa interação entre “dois indivíduos socialmente organizados” é a enunciação. Essa concepção de linguagem bakhtiniana, portanto, defende que a origem da linguagem está intrinsecamente relacionada com o social e o ideológico: e só pode ser refletida na sua complexidade quando considerada como fenômeno sócioideológico e não um sistema fechado e estável. Além dessa concepção de linguagem e, justamente por causa dela, o enfoque discursivo engloba conceitos basilares para a compreensão da ironia.

Segundo a concepção discursiva bakhtiniana, a língua é sempre o produto da interação entre dois indivíduos e todo discurso humano é uma rede complexa de interrelações dialógicas com outros enunciados, ou seja, é composta por três elementos: o falante, o interlocutor e a relação estabelecida entre eles. No entanto, Bakhtin e o Círculo (2003) reconhecem ainda a existência de outro participante no diálogo, um *superdestinatário*, cuja responsividade não é presumida pelo locutor, pois ele pode se situar em um momento histórico diferente daquele do locutor, ou seja, é o “outro” no diálogo.

Essa visão contrasta a noção de diálogo como um monólogo no qual os enunciados são proferidos por uma única pessoa que reconhece a si mesmo e ao seu objeto, não considerando a palavra do outro; enquanto que o diálogo leva em consideração a palavra do (s) interlocutor (es) e as condições concretas de interação: “nesse sentido podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem” (BRAIT, 2005, p. 94-95).

As relações dialógicas estão no âmago da teoria bakhtiniana: é no diálogo que surge o discurso que “é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo”. (BAKHTIN, 1998, p. 89). Sendo assim, o momento da enunciação é irrepetível: o discurso é proferido uma única vez em uma determinada situação de interação, apenas citado nunca repetido. O mesmo acontece com o enunciado⁶.

Os enunciados são a materialização do discurso e só existem de fato nas enunciações concretas dos sujeitos do discurso. Em outras palavras, o enunciado é a unidade real e concreta da comunicação discursiva, que não se repete (apenas é citada) e que possui o caráter dialógico. Nessa direção, não existe um enunciado isolado, uma vez que todo enunciado pressupõe outros enunciados que formam uma cadeia complexa que estabelecem relações entre si.

Segunda a teoria discursiva, a palavra, vista como produto da interação entre dois sujeitos, comporta “duas faces”: procede de alguém e se dirige a alguém - uma busca da reação do outro, ou seja, não existe

⁶ Os termos **enunciação** e **enunciado**, na obra bakhtiniana, nascem do termo russo “viskázivanie” e significa o ato de enunciar em palavras, assim o tratamento de **enunciação** equivale ao de **enunciado**.

discurso neutro e nem “fala individual”: ela é sempre composta de discursos já proferidos e dirigida a outrem.

As discussões do Círculo e os pressupostos de Bakhtin cerceiam a relação dialógica e partem da constituição das relações com o outro, “muda (ou como um ato-resposta baseado em determinada compreensão). O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro”. (BAKHTIN, 2000, p. 294). Para os filósofos, esse é o eixo das noções de discurso, sujeito e sentido e todos se dão por meio das relações dialógicas e ideológicas que as refletem e refratam.

Resumindo, para Bakhtin (2003), cada ato de enunciação é constituído por distintas “vozes”. Portanto, cada ato de fala traz consigo assimilações destas vozes, ou seja, cada discurso é composto de outros discursos, e esse processo é denominado polifonia. As vozes “dialogam” dentro do discurso e esse diálogo polifônico é construído na esfera sócio histórico cultural. É a partir desse constructo que se dá a formação da consciência individual do sujeito falante, pois toda enunciação “é de natureza social, portanto, ideológica”.

Ainda dentro dessa arquitetônica, os enunciados irrompem de outros enunciados já proferidos, não sendo, portanto, fruto do que Bakhtin (2003) denomina de “Adão mítico”; que segundo o autor “apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV 1990, p. 88), a personagem “Adão” seria o primeiro sujeito a proferir o primeiro enunciado – pertencente a um gênero – que é único, irrepetível, e pronunciado em condições de interação social específicas.

A alteridade é o princípio sobre o qual se funda a arquitetura linguística, pois as palavras e os pensamentos ecoam de modos distintos por meio de várias vozes. O sujeito é constituído por essas vozes e se pronuncia de modo que essa comunicação se dá por meio dos gêneros discursivos.

Para melhor entendimento do conceito de gêneros, far-se-á necessário, mesmo que com brevidade, uma incursão histórica até Aristóteles e Platão. Desde a Grécia antiga, os homens refletiam sobre a literatura nas formas de gêneros e, na época, os discursos eram agrupados de acordo com suas características em comum. De início, foram agrupados e divididos em um tripé bastante sólido: lírico, épico e dramático.

Durante um longo tempo em que a Europa esteve sob o domínio do Império Romano, as categorias agrupadas por Aristóteles serviram de base para análise literária e somente meados do século XVIII, no período do Romantismo, que novos gêneros despontaram, como por exemplo, os romances e as novelas.

No começo do século XX, o filósofo russo Mikhail Bakhtin e seu Círculo debruçaram sobre os estudos da linguagem e da literatura, resgatando o antigo conceito grego, ampliando-o, dando-lhe novos contornos e sentidos. Somente por volta de 1995 que o Brasil começou a dar uma atenção às teorias de gêneros. Isso se deve, ao menos em parte, aos novos referenciais nacionais de ensino - LDB⁷, que propõem, como objeto de ensino, a leitura de gêneros.

“Os gêneros do discurso organizam o nosso discurso (...) Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em forma de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras

⁷ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Plano Nacional de Educação.
<http://portal.mec.gov.br>

[...]” (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 283). Visto por esse prisma, em toda situação comunicativa, oral ou escrita, existe um modo de organização verbal, socialmente constituído, que consagra um repertório de estruturas enunciativas que orienta o locutor no uso da língua e na compreensão dos enunciados, e essa profusão de vozes discursivas são materializadas na forma de gêneros.

(...) se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos se tivéssemos que criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível (BAKHTIN, 2003, p. 122).

Sobre isso, pode-se dizer que as diversidades e formas dos gêneros do discurso são infinitas e ilimitadas, assim como são infindas as formas de atividade humana, nas quais os gêneros sempre estão imbricados.

Segundo Sobral (2009), “para o Círculo, o locutor e o interlocutor têm o mesmo peso, porque toda a enunciação é uma “resposta”, uma réplica a enunciações passadas e a possíveis enunciações futuras”, portanto, esse duplo dialogar se instaura nesse ambiente heterogêneo, através das diversas vozes.

Em resumo, então, pode-se afirmar que os gêneros são objetos usados na comunicação, e operam como instrumentos socialmente elaborados, mas esse instrumento só é útil como mediador se o sujeito dele se apropriar.

Bakhtin (2003) não se ocupou na elaboração de uma tipologia para classificar os gêneros discursivos apenas os distinguiu como primários e secundários, uma categorização que, segundo sua concepção, não se apoia em critérios funcionais. Assim os gêneros primários são simples e se

constituem em circunstância de comunicação verbal do dia-dia; os secundários são aqueles que, tomando os primeiros, transmutam e se tornam mais complexos e mais evoluídos, principalmente na escrita como, por exemplo, os gêneros da esfera jornalística como a charge.

Para a leitura de ironia em um discurso jornalístico, sob o ponto de vista da compreensão enunciativa, é necessário que o leitor se aproprie de um conjunto de competências que possibilitem a interpretação.

Essa competência leitora está ancorada no domínio de saberes compartilhado no mundo social no qual esse enunciado está inserido. Para ler, é preciso que o leitor construa significados e os compreenda, considerando o discurso e o contexto onde se realiza o enunciado. Demanda, assim, um processo de organização de sentidos exposto sob os diferentes segmentos que materializam esse discurso.

Ler a ironia, em perspectiva discursiva, é situá-la no âmbito da enunciação e da heterogeneidade, perpassando pela intertextualidade e interdiscursividade, o estilo direto, a profusão de vozes, alterando a aparente unicidade do discurso. É o princípio da alteridade, a marca do outro materializado no texto. “Isso significa que o discurso irônico joga essencialmente com a ambiguidade, convidando o receptor a, no mínimo, uma dupla decodificação, isto é, linguística e discursiva” (BRAIT, 1996, p. 96).

Para Brait (1996), a ironia também pode resultar do processo enunciativo – composto por: texto, imagem, edição e diagramação da página e algo que se situa fora desse conjunto, mas que a ele está ligado e interfere e que exigiria uma leitura que transcenderia o enunciado, uma análise discursiva.

A observação do exemplo de uma notícia retirada do Jornal on-line Brasil 247⁸ evidencia a fala do atual ministro da economia Paulo Guedes⁹ durante o Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento promovido pela ABRA – Associação Brasileira de Supermercados.

O tema do fórum era sobre formas de direcionar alimentos desperdiçados pelas famílias brasileiras aos programas sociais – inclusive à Bolsa Família, em processo de reformulação. No ano de 2020, o presidente Jair Bolsonaro sancionou um projeto que autoriza os estabelecimentos como bares e restaurantes a doarem refeições ou alimentos prontos que não forem vendidos.

Guedes tenta consertar declaração sobre restos de alimentos para os pobres: “me referi à ‘sobra limpa’

O ministro defendeu que as sobras de restaurantes fossem destinadas a pessoas em situação de rua. Em nota, Paulo Guedes diz que se referiu “à ‘sobra limpa’, que significa, justamente, não os restos no prato”

Fonte: <https://www.brasil247.com/brasil>.

8 O Brasil 247 é um dos maiores sites de notícias do Brasil e defende a democracia plena, ideais progressistas, valores humanistas, o desenvolvimento da economia nacional, o multilateralismo na política externa e a informação como um direito de todos os cidadãos. <https://www.brasil247.com/brasil/guedes-tenta-consertar-declaracao-sobre-restos-de-alimentos-para-os-pobres-piora-me-referi-a-sobra-limpa>.

9 Paulo Guedes (1949) é um economista brasileiro. É o Ministro da Economia do governo do presidente Jair Bolsonaro. É conhecido por seu pensamento liberal em relação à economia. Paulo Guedes graduou-se em Economia na Universidade Federal de Minas Gerais. Mais tarde, cursou sua pós-graduação em economia e depois o mestrado na Fundação Getúlio Vargas. Em 1977, Paulo Guedes obteve o mestrado pela Universidade de Chicago, através da bolsa concedida pelo CNPQ. Em 1979 obteve o título de PHD pela mesma universidade. Foi professor da Fundação Getúlio Vargas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e do Instituto de Matemática Pura Aplicada – IMPA. Foi diretor técnico do IBMEC, entre as décadas de 80 e 90. Na mesma instituição atuou como chefe-executivo e professor da disciplina de macroeconomia. https://www.ebiografia.com/paulo_guedes/.

Considera-se neste artigo que o conhecimento dos gêneros gera expectativas sobre a presença da ironia no discurso jornalístico, sendo ela prevista em alguns deles e não em outros. Nessa notícia a ironia está velada, o autor deixa para o leitor a tarefa de inferir os dizeres de Paulo Guedes ao afirmar que se referia à “sobra limpa” de comida, não o resto e/ou sobra de comida dos pratos em restaurantes. Como se acrescentar o termo “limpa” mudasse o significado da “sobra” que continuou sendo sobre os restos de comida de restaurantes.

O leitor, para entender essa ironia velada na fala do ministro da economia deve acessar conhecimentos e fatos políticos que fizeram parte do contexto quando ele sugeriu em um evento para a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) que sobras de restaurantes fossem destinadas às populações pobres e vulneráveis, como forma de política pública ao combate à crise social e aos crescentes índices de insegurança alimentar¹⁰ do país. Ele afirmou “Aquilo dá para alimentar pessoas fragilizadas, mendigos, pessoas desamparadas. É muito melhor que deixar estragar”.

Segundo o ministro, a crise alimentar se dá pelo fato de o brasileiro comer demais, colocar muita comida no prato. Para justificar o raciocínio, o economista comparou com os europeus que colocam menos comida no prato. O assunto gerou muita polêmica e ecoou, dialogando com outros discursos.

10 Segundo dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, conduzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), publicado pela Folha de S. Paulo, a fome alcançou 11,1% das residências chefiadas por mulheres e para 7,7% nos casos em que o homem é considerado o chefe da família. Um total de 19 milhões de brasileiros sofreu com a fome durante a pandemia ao longo do ano passado. Eles estão entre as 116,8 milhões de pessoas que registraram algum grau de insegurança alimentar no final do ano passado, o que alcança a 55,2% dos domicílios. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/18/paulo-guedes-defende-utilizar-sobras-de-restaurantes-para-alimentar-pobres>.

Sabe-se que a notícia é um gênero que tem características voltadas à divulgação de fatos ou eventos relevantes e costuma ser considerada a matéria-prima do jornalismo. Os fatos são selecionados a partir de interesses de grupos e sua função é apenas informar um fato e não provocar no leitor reações interpretativas.

O leitor conhecedor do gênero notícia, por exemplo, precisará de um maior esforço cognitivo, nos termos da TR, para inferir a ironia, pois está implícita no discurso podendo o leitor, inclusive, buscar pistas que levem a interpretação “como a clara discrepância entre um enunciado e a realidade, a hipérbole, uma pergunta retórica, textos escritos, recursos tipográficos como *itálico*, *aspas*, *sublinhado*, *negrito*, *letras maiúsculas*”. (KREUZ, 1996 *apud* EL REFAIE, 2005).

No caso da notícia, o uso das *aspas* em “sobra limpa” sinalizou um claro caso de menção, dando pistas para o leitor assentir ao jogo da ironia, o que marca um dos casos de heterogeneidade mostrada (AUTHIER-REVUZ, 1982) a seleção do contexto é guiada pela busca da relevância no processamento da informação. Assim, interpretar um enunciado ou compreendê-lo no sentido literal, ou de modo vago ou mesmo metaforicamente, dependerá do mútuo ajustamento do contexto no qual o sujeito está inserido. Desse modo, os efeitos cognitivos irão satisfazer a expectativa geral da relevância, pois o gênero discursivo “notícia” tem por característica ser mais objetiva. Assim, se os efeitos contextuais adequados foram alcançados com maior esforço (ironia na notícia) então a informação terá sido otimamente processada.

No entanto, para que se obtenha uma Relevância Ótima, é necessário que o contexto inicial (construído) seja “o mais produtivo possível, permitindo a derivação do maior número de efeitos com um mínimo justificável de dispêndio de energia” (SILVEIRA e FELTES, 2002, p. 48).

A declaração de Paulo Guedes rendeu, nas redes sociais, indignação e revolta pela ideia de distribuir as sobras de alimentos aos pobres, ignorando a questão da crescente desigualdade do país, que foi ampliada pela reforma neoliberal e pelos resultados da condução da pandemia pelo governo. Como, por exemplo, o *tweet* do Jornalista Reinaldo Azevedo a seguir:



Reinaldo Azevedo  @reinaldoazevedo · 17 de jun

...

O Brasil é o 3º maior produtor de alimentos do mundo e o maior exportador. Mas há 110 milhões vivendo em insegurança alimentar. Tereza Cristina teve uma ideia: alimentos vencidos pra pobres. Guedes teve outra: distribuir sobras de restaurantes pra mendigos. Grandes humanistas!

 746

 4 mil

 22,5 mil



Fonte: <https://twitter.com/reinaldoazevedo>.

O assunto gerou outros discursos e possibilitou a exposição de outras “vozes” críticas como o *tweet*¹¹ do jornalista Reinaldo Azevedo¹² que usou sua conta no *twitter* para se posicionar contrário ao discurso do ministro.

A fala de Azevedo vem carregada de ironia, nesse caso, com toque de “humor ácido”, que é desconcertante, crítico, explícito quando se refere ao ministro como “Grande Humanista”. Ora, o termo Grande se relaciona a pessoas que tem atitudes de poder ou influência e o tom ácido

11 Nesse caso seria um gênero discursivo na esfera digital que também se ocupa de temas diversos como o jornalístico.

12 José Reinaldo Azevedo e Silva (1961), conhecido como Reinaldo Azevedo, nasceu na cidade de Dois Córregos, em São Paulo, no dia 19 de agosto de 1961. Formou-se em jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo. Foi redator chefe da revista Primeira Leitura e da revista Bravo! Foi editor-adjunto de política da Folha de São Paulo, e redator-chefe do jornal Diário do Grande ABC. Publicou artigos no Jornal do Brasil. https://www.ebiografia.com/reinaldo_azevedo/.

e sarcástico do jornalista está justamente no fato da atitude do ministro ser oposta à “grandeza”, somado ao termo “humanista” que se refere a pessoas que se dedicam a tarefas humanitárias, justamente, o oposto proposto pelo Paulo Guedes que foi oferecer as sobras de alimento de restaurantes em vez de distribuição de alimentos a pessoas fragilizadas como uma política pública efetiva.

Dado o perfil do leitor de Reinaldo Azevedo e por se tratar de um discurso na esfera digital presume-se que seus leitores possuam o conhecimento relativo aos fatos noticiados, e que estejam muito bem informados sobre a ideologia e os traços de estilo do discurso político do ministro Paulo Guedes somado à ideologia do jornalista.

Nesse contexto são criados os sentidos irônicos, principalmente quando consideram os elementos que envolvem o governo e as atitudes do ministro da Economia tornando-o alvo do jogo irônico do jornalista.

A interpretação da ironia aciona o conhecimento desse conjunto de informações e fatos contemporâneos ao momento discursivo e, com todo esse aparato, o leitor deve estabelecer as relações para participar do jogo da ironia. Nesse caso, trabalha-se com a hipótese que o conhecimento do gênero – *tweet* - funcionando como o contexto cognitivo em que se dá a leitura pode possibilitar (com alta probabilidade) a complementação da inferência da ironia.

A seguir, o exemplo foi uma charge produzida pelo chargista Pelicano¹³. Ela dialoga com a notícia e com o *tweet* que reflete e refrata na

13 César Augusto Vilas Bôas conhecido por PELICANO é chargista e seus trabalhos foram publicados na maioria dos jornais e revistas, além de publicações em jornais como: O Pasquim, Folha de São Paulo, Jornal da Unesp, Guia das Profissões da Unesp, Correio Popular de Campinas e Jornal Comércio de Jahu daquela cidade. Publicou em edição nacional a revista *Prato Feito* pela editora NovaSampa e desenvolveu, em 1986, charges animada para a EPTV Ribeirão veiculadas no Jornal Regional. No ano de 2001 produziu a *TV Pelica* com charges animadas diárias para o programa Clube-Verdade. A qualidade de seu trabalho fez com que PELICANO recebesse

profusão de diversas vozes, isso porque, o momento histórico em que se situa o diálogo faz o leitor remeter ao discurso proferido pelo ministro Paulo Guedes sobre elaborar uma política pública de combate a fome oferecendo sobras de comida dos restaurantes.

GUEDES DEFENDE DAR RESTOS DE COMIDAS
AOS POBRES CONTRA A FOME



Fonte: <https://www.humorpolitico.com.br/autor/pelicano/>.

A charge é gênero discursivo de caráter opinativo que veicula sentidos, ideologias, assim como qualquer outro discurso, embora ela tenha suas particularidades, ou seja, recupera notícias veiculadas no momento de sua criação e são fontes de inspiração para o chargista.

Sendo assim, requer um conjunto de conhecimentos para que se construa o sentido da enunciação como um todo; na perspectiva discursiva, os gêneros, a saber, são compostos pelo conteúdo temático, pelo estilo e pela sua construção composicional.

muitas premiações, dentre elas destacamos 5 vezes premiado no Salão Internacional de Humor de Piracicaba e o Prêmio de Melhor Cartum Nacional no Salão de Humor do Piauí. Atualmente, produz charge diária para a Rede Bom Dia de Jornais (São José do Rio Preto, Bauru, Jundiaí e Sorocaba). Em Ribeirão Preto para o Jornal Tribuna; Em Jaú para o jornal Comércio de Jahu e agora, também, para o Portal Movimento das Artes.

O gênero discursivo charge é composto pela linguagem verbo visual que direciona o leitor a refletir sobre a composição e o desafia a questionar acerca das mensagens visuais como: desenhos, fotos, imagens, cores, traços, letras, caricatura sempre com intencionalidade discursiva, tanto explícita quanto implícitas, que se materializam em um enunciado carregado de ideologia, respondendo ao contexto histórico, marcando seu posicionamento valorativo.

A charge convida de certa forma o leitor a um “jogo” linguístico, o interlocutor deve se ater à ironia presente na linguagem verbo visual. Esse jogo persuasivo é o ponto fulcral, refletindo em diferentes sentidos, nesse caso ler uma charge envolve essa duplicidade enunciativa constitutiva.

Uma característica da charge é de criticidade explorando a ironia de forma explícita. O sentido da charge se dá pelo entendimento do todo que a constitui, dentro do contexto sócio histórico em que se encontra no espaço/tempo em que é desencadeada. Assim, o leitor, sendo conhecedor das características específicas dos gêneros, tem a expectativa de encontrar a ironia em charge e não em notícia. Para Attardo (2000), “O uso da ironia sempre envolve avaliação, a expressão de um ponto de vista sobre um alvo de um enunciado irônico, que é altamente dependente de um contexto específico”. A leitura da ironia que se dá por inferência, nos termos da TR, revela como os inputs operam na compreensão a partir do conhecimento específico de gêneros discursivos.

No caso, a charge produzida pelo chargista Pelicano vem carregada de ironia, de um “humor ácido”, que é perturbador, mordaz, que é, portanto, um dos objetivos do trabalho chargístico, nesse caso o tom está na citação de um termo popular, remetendo a culinária francesa¹⁴ “resto dontê” (resto de ontem), pois o ministro

14 Para entender por que as porções em restaurantes de alta gastronomia são tão, digamos,

Paulo Guedes¹⁵ citou os europeus quando disse que “o prato de um classe média europeu, que já enfrentou duas guerras mundiais, são pratos relativamente pequenos. E os nossos aqui, fazemos almoços onde às vezes há uma sobra enorme”. No momento da criação da charge, o chargista recuperou as informações veiculadas em notícias anteriores para, em seguida, fundi-las e direcioná-las.

Para o leitor inferir a ironia na charge produzida por Pelicano é necessário identificar as diferentes vozes, o processo de produção e sua ideologia, além disso, é preciso contextualizar e entender a construção composicional desse gênero – a caricatura do ministro Paulo Guedes depositando migalhas em um recipiente que remete a um prato.

Assim, de maneira geral, pode-se dizer que a ironia exige um processo inferencial, bem como, constitui um estímulo ostensivo e, quando processado, deve exigir um mínimo de esforço de processamento para o máximo de efeitos cognitivos.

O conhecimento dos gêneros discursivos – charge, notícia e *tweet* favorece essa busca pela relevância máxima, ou seja, se o leitor reconheceu a ironia seu processamento “*input*” será mais relevante do que um leitor que não conhece o gênero e precisará de maior esforço cognitivo para inferir e compreender a ironia presente.

reduzidas, seria preciso voltar um pouco no tempo. Mais precisamente, para a França da década de 1970, quando cozinheiros do país criaram um movimento culinário chamado de Nouvelle Cuisine (Nova Cozinha) defendendo pratos mais leves e delicados, com ênfase na apresentação. Eles não queriam mais saber de pratos clássicos da comida tradicional francesa, bem servida e com sustância (pense no *cassoulet*, por exemplo, ou no *boeuf bourguignon*). “Foi a partir dessa ideia que se tornou popular chamar esses pratos [menores] de “pratos franceses”. Fonte: <https://www.uol.com.br/nossa/cozinha/listas/por-que-os-restaurantes-de-alta-gastronomia-servem-porcoes-tao-pequenas.htm>.

15 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/06/17/paulo-guedes-fala-em-direcionar-alimentos-desperdicados-a-programas-sociais.ghtml>

Por isso, entende-se que a compreensão desse fenômeno linguístico – ironia- envolve um conjunto de suposições contextuais e conhecimento das especificidades do gênero discursivo, e ao atingir seu objetivo - Relevância Ótima - terá sido otimamente processada.

Considerações finais

Como todo jogo, a ironia é um lance que inclui previsão do movimento do outro – só que, no caso da linguagem, não um adversário, mas um parceiro. No entanto, é necessário ponderar que, de alguma forma, o jogo da ironia deve oferecer pistas para que a intenção do autor seja percebida. O conhecimento dos gêneros constitui uma das pistas poderosas para a inferência da ironia. No momento em que a leitura é compreendida pelo leitor, ele forma sua opinião.

A charge, o *tweet* e a notícia se interrelacionam, dialogam entre si. Esse processo se dá justamente pela interdiscursividade e pelo diálogo com um enunciador além da intertextualidade, as pistas que o autor disponibiliza como, por exemplo, o uso das aspas – como marca da heterogeneidade. Essa estratégia conduz o leitor a participar do jogo. Todo esse conjunto possibilita a apresentação dessas “vozes” críticas.

Para inferir a ironia, o leitor precisa identificar essas diferentes vozes, o processo de produção e sua ideologia, além disso, é preciso contextualizar e entender a construção composicional desse gênero relacionando a linguagem verbo visual – imagem e texto, pois são partes integrantes do processo de leitura envolvidos numa profusão de vozes.

No caso da charge, o próprio gênero oferece ao leitor a indicação de que a ironia, por exemplo, possa estar explícita e a inferência nesse caso

demanda menor esforço cognitivo. No caso da notícia o leitor deve se ater às pistas, ao contexto de produção e no caso do *tweet* conhecer o produtor, sua ideologia e o contexto onde é produzido o discurso. Portanto, se o leitor não mobilizar todos os conhecimentos sobre fatos, gêneros, ideologia, a sua natureza polifônica, e outros discursos ele não conseguirá perceber a ironia; nesse caso, a estratégia do autor falhará.

Isso encaminha a considerar a ironia uma manobra de grande risco, pois se trata de um fenômeno em que a dimensão de parceria na interação é crucial. Se o processo de produção e recepção atingir a Relevância Ótima poder-se-á dizer que esse jogo linguístico será de risco prazeroso.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée e hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: *DRLAV – Revue de Linguistique*, n. 26, 1982.
- ATTARDO, S. Irony as relevant inappropriateness: *Journal of Pragmatics* n. 32, 2000. p. 793-826.
- BAKHTIN, M. [1924] *Questões de literatura e de estética - A teoria do romance*. Trad. A.F. Bernadini *et al.* São Paulo: Hucitec, 1990.
- BAKHTIN, M. O discurso no romance. In: *Questões de literatura e de estética: teoria do romance*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 72-163.
- BAKHTIN, M. VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução por Michel Lahud e Yara F. Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. In: Estética da Criação Verbal [1953]. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, B. Org. *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

CHARAUDEAU, p. ; MANGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

EL REFAIE, E. *Our purebred ethnic compatriots: irony in newspaper journalism*. Journal of Pragmatics, n. 37, 2005. p. 781-795.

SILVEIRA, H. FELTES, J. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância e outros ensaios*. 3. ed. Porto Alegre, 2002.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SOBRAL, A. *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SPERBER, D. WILSON, D. Teoria da Relevância. In: *Revista Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial, 2005.

Uma análise pragmática do discurso do presidente Jair Bolsonaro no contexto da crise sanitária no Brasil

Ana Paula Albarelli

Katiuscia Cristina Santana

Introdução

Na segunda metade do século XX, filósofos da linguagem procederam a uma nova forma de concepção da língua, imbricada em aspectos concernentes ao contexto, isto é, à sua situação de uso, fato que culminou no surgimento de teorias acerca da performatividade da linguagem e de diferentes estudos de vertentes interacionais, a partir dos quais se podem observar os fundamentos de uma nova perspectiva teórico-metodológica, a qual resultou no advento dos estudos pragmáticos. Observa-se, assim, uma abordagem da linguagem atrelada a condições de uso em diferentes âmbitos de interlocução, considerando-se o papel dos interactantes, as suas intenções de fala e as formas de interpretação dos enunciados sob o crivo de motivações decorrentes do contexto de interação, em que os sentidos e a produção de significados são analisados não só à luz de aspectos linguísticos, mas também em função de contingências extralinguísticas.

Trata-se, em outras palavras, de uma concepção da linguagem como uma forma de ação e de intervenção sobre o outro e sobre o mundo, cujos desdobramentos incidem não somente sobre a produção de sentidos, mas também sobre os efeitos que o emprego da língua pode ocasionar sobre

os interlocutores em um evento comunicativo, fato que transcende a esfera frástica e do simples encadeamento e organização de seus componentes linguísticos, cabendo, desse modo, ao pesquisador proceder ao exame de aspectos discursivos, referentes àquilo que se pode depreender tanto dos enunciados, como dos efeitos que os enunciados produzidos e atualizados por falantes e ouvintes reverberam em determinadas condições de uso da linguagem e, sobretudo, das diferentes formas de interpretação do ouvinte que, em um trabalho de coprodução com o falante é, também, responsável pela (re)configuração de significados em uma determinada situação de interlocução.

Partindo desse viés – isto é, de uma nova postura teórico-metodológica e, sobretudo, de um novo olhar e visão diante dos fatos da língua, no que tange à abordagem dos enunciados – pode-se afirmar que o trabalho de Austin (1962), acerca dos atos de fala, – a partir do qual se concebe a linguagem como “um fazer”, a saber, uma forma de agir por meio do que se profere; ou seja, do se diz – pela qual o teórico apresenta uma visão performativa da linguagem, mediante a publicação *How to do things with words* – cuja tradução é *Quando dizer é fazer*, assim como as contribuições interacionistas de Erving Goffman (1967) em relação aos estudos da face e, posteriormente, os trabalhos decorrentes de suas pesquisas, que culminam em análises sobre o fenômeno da cortesia linguística. Os atos de fala e a observação dos diferentes esquemas de negociação das imagens dos interactantes nas trocas verbais configuram o ponto de partida para uma nova vertente de estudos: a Pragmática. Cabe, ademais, salientar os construtos teóricos de Grice (1982), filósofo da linguagem, cuja teoria das máximas conversacionais e implicaturas, pelas quais é possível que se depreenda do contexto o “não dito”, confere aos aspectos da esfera extralinguística um estatuto proeminente na compreensão da interlocução.

Diante do exposto, considerando a natureza do *corpus* escolhido, constituído de trechos de entrevistas e falas distintas do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, cujo discurso é marcado pela violência verbal e por atos de ameaça, considerar-se-ão tais aportes teóricos para sua investigação, sobretudo, em se tratando da premência do conhecimento de mundo para a interpretação desses enunciados, assim como de noções relativas ao forte viés ideológico que subjaz, sobremaneira, seu comportamento verbal e, consecutivamente, seus atos de fala, fato que acarreta desdobramentos significativos no que tange ao processo de gerenciamento das imagens.

Objetivos e considerações sobre o *corpus*

Neste capítulo, propomo-nos investigar o discurso político, qual seja, trechos de entrevistas e de discursos do presidente Jair Bolsonaro, que configuram um gênero agonal e calcado em práticas do dissenso (MARQUES, 2012), na medida em que a fala de um político em particular é, assim como os enunciados que circundam as diferentes esferas sociais de enunciação, atitudes responsivas e ecos de vozes sociais – em uma visão dialógica bakhtiniana – que ora refutam, ora validam outros discursos, por meio de atitudes antagônicas e comportamentos verbais agressivos, objeto deste estudo. No caso do *corpus* escolhido, analisar-se-ão aspectos concernentes aos atos de fala de que se faz uso, considerando, sobretudo, seus efeitos descorteses no que tange à face, assim como de que modo a violação ou a preservação de máximas conversacionais podem desencadear comportamentos verbais agressivos deliberados.

Trata-se, portanto, de verificar quais recursos são empreendidos pelo presidente brasileiro em seu discurso e qual função cumprem em interlocuções polêmicas, considerando os atos de fala, as máximas griceanas – ou sua violação – e atos descorteses, em uma perspectiva de viés pragmático na análise da fala de políticos.

Os domínios da Pragmática: considerações acerca de seus principais precursores

Considerando a importância do ato conversacional na sociedade como atividade linguística rotineira e de interação social, a conversação se torna também objeto de estudo, em especial, pelos filósofos da linguagem. Em se tratando de elementos linguísticos relevantes nos processos de troca comunicativa, um dos principais estudiosos da intenção do falante foi o filósofo da linguagem, John Austin (1990 [1969]), cujo objetivo era propor um método de análise de problemas filosóficos do uso da linguagem por ele entendida como forma de ação.

Postulada por Austin (1990 [1969]), a teoria dos atos de fala aborda aspectos da língua em consonância com fatos discursivos, isto é, derivados do contexto de interação, levando em consideração a concepção da linguagem como forma de ação. O filósofo inglês assinala haver três dimensões articuladas: os atos locucionários – relativos a uma sentença ou sequência linguística – os atos ilocucionários – que configuram ações que se pretende realizar mediante a língua – e os atos perlocucionários, que se afiguram como os efeitos ou os resultados decorrentes dessas ações.

De acordo com Levinson (2007 [1983]), o surgimento da Teoria dos Atos de Fala, de Austin (1990 [1969]), se deve ao momento em que a preocupação da verificabilidade da linguagem estava em seu apogeu. Sendo assim, Austin (1990 [1969]) coloca em seu estudo central, as condições de verdade para a compreensão da linguagem. A publicação de *How to do things with words* (1969) é considerada um marco nos estudos linguísticos, uma vez que evidencia o valor de ação dos enunciados e elabora a teoria dos atos de fala, embora Austin não tenha sido o primeiro estudioso a afirmar que dizer é realizar uma ação.

Austin (1990 [1969]) preocupa-se em verificar em sua teoria se as condições de felicidade de um ato de fala foram preenchidas corretamente para que o ato de fala atinja o efeito esperado. Para ele, as dimensões dos atos de fala se organizam da seguinte maneira:

a) **Ato locucionário** - é o ato de dizer algo, produzir uma série de sons e usar morfemas, palavras, sintaxe, semântica, com significado, em uma determinada língua.

b) **Ato ilocucionário** - é o ato que se realiza ao dizer algo, ou seja, em uma ação há uma intenção.

c) **Ato perlocucionário** - é o ato que se realiza por dizer algo, ou seja, provocar efeitos na interação por meio do enunciado produzido. Para Austin (1990 [1969]), o perlocutório escapa do contexto essencialmente linguístico, visto que se presume que isso vai gerar uma reação por parte do interlocutor. Exemplos: ficar convencido, emocionado, irritado, emocionado.

Deve-se levar em consideração que um ato que aparente uma promessa pode, com efeito, configurar uma ameaça ou pedido, a depender de condições de ordem extralinguística, que envolvem as

intenções do falante, a forma de interpretação do ouvinte ou de sua validação da ação concebida pelo ato ilocutório, assim como o tipo de situação comunicativa, entre outros aspectos contextuais. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que um ato que se apresente como uma afirmação pode afigurar-se como uma ordem ou solicitação, isto é, como uma ação cujo significado se depreende do contexto e da língua em uso, de modo que o exame do âmbito frasal, tão somente, não é o suficiente para que o ouvinte interprete o tipo de ação que se lhe atribui:

Vejamos o exemplo:

Não vou deixar isso barato!

Eu juro que se ele não aparecer...

É bom abrir a porta logo...

Não obstante, como salientamos, faz-se necessário que o ouvinte valide a ação projetada pelo ato de ilocução ou a compreenda, caso contrário, os efeitos diante da ação, isto é, o ato de perlocução poderá ser realizado ou não.

Outro aspecto que importa ressaltar se refere ao fato de os atos cumprirem seu papel de forma direta ou indireta. Em um primeiro momento, Austin (1990) postulava haver uma distinção entre o que denominou como atos constativos (ou constatativos) e performativos. Conforme o autor, os atos constativos apenas apresentavam apreciações relativas a fatos ou eventos, ao passo que os atos performativos – veiculados por verbos como prometer, jurar, demitir, nomear, desculpar, entre outros – cumpriam, efetivamente, o papel de realizar, por meio da língua, uma ação, produzindo uma performance. Trata-se dos verbos performativos.

No entanto, em estudos posteriores, importa assinalar que o autor reconhece a natureza performativa da linguagem que à subjaz, a despeito de um verbo ser constatativo ou não, uma vez que atos que, aparentemente, apresentam, tão somente, fatos ou informem algo acerca do mundo podem, também, evidenciar uma ação, mesmo que de forma indireta. Nessa direção, mesmo os atos que não configuram, aparentemente, performances ou ações realizadas no momento em que o falante profere um enunciado, tais atos acarretam ações indiretamente que, por conseguinte, engendram performances.

Além da teoria dos atos de fala, segundo a qual falar é agir, os filósofos da linguagem procederam à abordagem da linguagem – em se tratando de suas motivações contextuais – consoante o que se denominou como um “princípio de cooperação”, estabelecido entre os falantes no ato de interação, a partir do qual os participantes de um determinado evento comunicativo cooperariam a partir do cumprimento de determinadas máximas conversacionais. Grice (1982 [1975]) desenvolveu o Princípio de Cooperação, defendendo que as contribuições conversacionais dos interactantes devem ser adaptadas ao tipo e ao objetivo da troca comunicativa. Ele sustenta que a conversação se estabelece como uma espécie de acordo pelo qual os interlocutores cooperam para que a troca comunicativa seja eficaz e satisfatória. Esse princípio engloba as categorias de quantidade, qualidade, relação e modo. Essas máximas podem ser respeitadas ou não, de forma que conduz a estratégias de cortesia. Cada falante¹ deve ser consciente de sua posição nesse jogo interacional para que a troca comunicativa seja harmoniosa. As máximas de Grice (1982 [1975]) são:

1 Neste estudo, consideramos os termos “falante”, “locutor” e “emissor” como sinônimos.

Quantidade: Faça com que a informação fornecida seja suficiente e que ela seja tão informativa quanto o necessário; a informação fornecida não deve ser mais informativa que o necessário.

Qualidade: Faça com que sua contribuição seja verdadeira; a informação fornecida não deve ser falsa; a informação fornecida pode ser provada.

Relação ou relevância: a informação fornecida deve ser coerente e pertinente ao assunto em questão.

Maneira ou modo: seja claro, evite a obscuridade; evite ambiguidade; seja breve; seja ordenado.

A violação dessas máximas acarretaria, conforme o autor, não obstante, a produção do que o autor designa como “implicaturas”, isto é, fatos e informações implícitas que subjazem a tais enunciados, as quais, muitas vezes, afiguram-se no discurso com determinados propósitos, delineando, assim, as intenções discursivas dos falantes e a interpretação dos ouvintes, que se compreendem mediante a construção mútua de inferências, baseadas em seu conhecimento de mundo e em aspectos relativos à linguagem em uso em um dado evento comunicativo. Assim, máximas básicas da conversação norteiam o comportamento dos interactantes a fim de tornar a interação relevante e eficiente. Em relação ao princípio cooperativo, Grice afirma: “[...] faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (GRICE, 1982 [1975]), p. 86). Além das máximas conversacionais, o filósofo também prevê que o falante fará um esforço para responder ao que foi dito, o que ele denomina implicatura. A implicatura é a informação implicada ou inferida pelo interlocutor a

partir de um proferimento em uma situação de fala. Seria o equivalente à sugestão e à insinuação na linguagem. A implicatura está na base de um subentendido e, sendo assim, ela é dependente do contexto, uma vez que o interlocutor² deve ser capaz de compreender a informação implícita. Ademais, importa asseverar que, para o autor, há sempre o “dito e o não dito”, uma vez que, quando nos comunicamos, produzimos, em determinadas situações, implicaturas. Conforme o autor, em alguns casos, as implicaturas podem, pois, ser desencadeadas pela violação de uma máxima conversacional.

Nesse novo contexto que perfila novos posicionamentos acerca da linguagem, em que se observa o advento de estudos cujo objetivo é a compreensão do funcionamento da língua em uso, no qual se consideram aspectos oriundos de uma situação específica de interlocução, assim como a premência de expedientes relativos às intenções do falantes e de suas finalidades discursivas, há que se ressaltar a importância da teoria de Paul Grice (1982), cujos pressupostos residiam na tentativa de estabelecer as bases para a efetivação de “um princípio de cooperação” entre falantes na interação, o qual se dá mediante a manutenção de determinadas máximas que perfazem as manifestações linguístico-discursivas dos participantes de uma situação comunicativa. Todavia, tais máximas podem ser, de fato, violadas, com vistas a que se cumpra determinadas finalidades discursivas, como efetuar um ato indireto, constituído por uma implicatura conversacional.

Grice (1982) classifica as implicaturas em convencionais – desencadeadas por um elemento linguístico – e as implicaturas

2 Neste estudo, consideramos os termos “interlocutor”, “receptor”, “ouvinte” e “destinatário” como sinônimos.

conversacionais. Entre as conversacionais, temos as generalizadas – que são desencadeadas por um elemento linguístico presente no enunciado – e as particulares. Neste estudo, interessa-nos, sobretudo, o conceito de implicaturas conversacionais particulares, as quais são desencadeadas pelo contexto, não dependendo da presença de um conectivo ou elemento linguístico que as acarretem no discurso.

Não só na Filosofia, mas também na Sociologia, os estudos interacionais têm como ponto de partida as condições de uso da língua, entre as quais são prevalentes, ademais, a concepção de imagem, postulada por Erving Goffman (1967), sociólogo precursor de pesquisas pautadas no comportamento verbal e em processos de negociação da imagem em interlocuções, cuja teoria deu azo às investigações acerca das diferentes procedimentos interacionais utilizados de forma estratégica pelos participantes de trocas verbais distintas, com vistas a preservar suas faces – a imagem social que se deseja que seja reconhecida e livre de eventuais ameaças, uma vez que, para o sociólogo, em toda e quaisquer interações há riscos potenciais de que as imagens de seus interlocutores sejam comprometidas. Diante do exposto, pode-se afirmar que todos esses estudos que conferem um papel premente ao contexto e a aspectos extralinguísticos no estudo da língua concebem o que se denomina como Pragmática, campo da Linguística segundo a qual urge examinar a linguagem muito além do âmbito da frase.

As contribuições de Goffman (1967) acerca da face e seus desdobramentos nos estudos (des)corteses

Como vimos, a interação verbal, decorrente de práticas sociais de diferentes esferas da atividade humana, configura um fenômeno de natureza histórico-social premente e necessário em se tratando de estudos, cujos corpora se erigem a partir de interlocuções orais. Partindo desse pressuposto, as interações verbais afiguram-se como trocas verbais vinculadas à sociedade e, por conseguinte, a comportamentos verbais e não verbais repertoriados por uma determinada comunidade discursiva (KAUL de MARLANGEON, 2014). Importa proceder, assim, em um estudo da comunicação humana, à análise desses comportamentos à luz da investigação da cena comunicativa veiculada à linguagem em uso e ao contexto social que à subjaz.

Em 1967, Erving Goffman, precursor, no que tange aos estudos interacionais, assinala haver, ao longo das interlocuções, um “ritual de interação,” a partir do qual se intenta promover a manutenção da “harmonia” nas trocas verbais, visto que há uma preocupação constante dos participantes de quaisquer eventos comunicativos em manter o que o sociólogo define como imagem pública, isto é, a imagem social a qual se quer que seja reconhecida e validada pelos demais falantes. Para que se tenha a autoimagem reconhecida e livre de riscos de sua perda (*to lose face*), os falantes procedem, então, ao uso de procedimentos interacionais e linguístico-discursivos diversos, com vistas a garantir que as imagens (*face*) envolvidas em um dado contrato interlocutório sejam bem vistas e que os “territórios do eu”, isto é, os domínios da vida privada, quais sejam, o desejo de não cerceamento da privacidade e a liberdade de ação dos sujeitos não sejam tolhidos por atos ou comportamentos verbais insidiosos:

Uma orientação defensiva visando preservar a própria face e uma orientação protetora, visando preservar a face do outro. O simples contato com um interlocutor já representa o rompimento de um equilíbrio, ameaçando a imagem tanto do locutor quanto do interlocutor. Isso leva a um acordo tácito entre as partes: um não ameaça a face do outro até o momento em que a face não é ameaçada (SILVA, 2008, p. 169).

Ademais, conforme Goffman (1967), podem-se observar três tipos de procedimentos nos processos de negociação ao longo das interações e no trabalho de face (*face work*), tais como: evitar situações ameaçadoras, efetuar um processo corretivo – quando há risco de ameaça à face – ou proceder ao ataque de forma maliciosa, mediante o que o autor designa como um procedimento de *pontualização*.

Neste estudo, consideramos trazer à luz o procedimento da *pontualização* que, de acordo com Goffman (1967), diz respeito ao “emprego agressivo do trabalho de face”, cuja lógica é a realização deliberada de atos ameaçadores às faces envolvidas na interação. A *pontualização* é, destarte, proeminente em ambientes de interação conflituosas, servindo, inclusive, como um expediente estratégico, de que os políticos fazem uso com propósitos discursivos de alcançar determinados efeitos sobre o outro, por meio do comportamento verbal agressivo e de práticas que reforçam o dissenso, além de procederem à tentativa de erigir uma imagem deveras polêmica, sobre a qual recaem severas críticas, como no caso de Jair Bolsonaro (BLAS ARROYO, 2011; ALBARELLI, 2020).

Pode-se afirmar, nessa direção, que as contribuições de Goffman (1967) deu azo a inúmeras pesquisas acerca da Cortesia verbal, tais como a realizada pelos autores Brown e Levinson, (1987) que se dedicaram a criar um modelo de análise sobre os procedimentos empreendidos pelos falantes na busca de promover o *equilíbrio* e a *harmonia* na interação: trata-se de um viés teórico que perfaz o que se denomina como Pragmática formal (BREÑES PENHA, 2011; BLAS ARROYO, 2011), cujo foco incide sobre as inten-

ções do ouvinte e em recursos linguísticos caracterizados como cortesês, em detrimento de uma visão mais calcada no contexto e nas múltiplas interpretações que podem ser realizadas pelo ouvinte em decorrência de fatores extralinguísticos. Há que se acrescentar que os autores redefinem as noções de face como face positiva e face negativa, fato que resultou em algumas críticas ao caráter eurocêntrico dessa concepção (BREÑES PENHA, 2011), uma vez que nem todas as sociedades reconhecem ou legitimam, sobremaneira, a imagem social e, também, a liberdade de ação da mesma maneira – trata-se de algo culturalmente variável – de sorte ser possível afirmar haver culturas que conferem maior importância a imagem do grupo, em detrimento de sua imagem individual e privada (BRAVO, 2005). Partindo dessas distinções e de incongruências culturais que perpassam os estudos de Brown e Levinson (1987), Bravo (2005) arrola as seguintes concepções que, também, relacionam-se à noção de imagem e ao seu estudo em diferentes atividades de interlocução: trata-se da imagem de autonomia e da imagem de afiliação. Essas categorias são, não obstante, ‘vazias’, uma vez que seus sentidos são preenchidos pelo contexto.

Em outras palavras, as teorias concernentes ao que se denomina como Pragmática Formal apresentam uma concepção mais orientada ao nível da frase e, sobretudo, da enumeração, por seus estudiosos, de estratégias e de procedimentos cortesês elencados de modo exaustivo – os quais, muitas vezes, não se afiguram da mesma maneira em outros contextos de trocas verbais – apresentando, assim, uma postura reducionista, em lugar de uma visão mais holística, segundo a qual importa levar em conta que os significados se constroem mediante aspectos linguísticos e extralinguísticos, podendo, ademais, se reconfigurar e atualizar-se conforme o tipo de interação e de situação discursiva em que se inserem (ZIMMERMANN, 2005).

Cumprasse assinalar, diante do que fora dito, que os estudos cortesês ocuparam e ocupam, há décadas, o âmbito das pesquisas que incidem sobre as práticas interacionais. Não obstante, observou-se o surgimento de uma nova vertente adotada pelos pragmaticistas, qual seja, a

Pragmática Sociocultural, cujas bases teórico-metodológicas se baseiam na consideração do contexto e de sua proeminência no que tange à análise de corpora distintos, bem como em seus efeitos no que se refere à produção de sentidos e significados. Considera-se, consecutivamente, o papel premente exercido pela natureza, isto é, pelas confluências extralinguísticas que regem diferentes tipos de interlocuções estabelecidas entre falantes e ouvintes.

Há que se acrescentar, destarte, que nem sempre o propósito discursivo em um dado evento comunicativo é o de promover ou manter a harmonia na interação mediante o uso de procedimentos corteses. Há, com efeito, trocas verbais cuja regra é o ataque – muitas vezes, já ritualizado e esperado (CULPEPER, 1996) – fato que corrobora a afirmação de Goffman (1967) acerca do emprego agressivo do trabalho de face, que se materializa em discursos conflituosos por meio de atos de ameaças, observando-se, nesses casos, o procedimento de *pontualização*, a saber, a intenção maliciosa e intencional de ameaçar as faces dos participantes da interação.

Não obstante, nos últimos anos, os trabalhos acerca da descortesia verbal vêm ganhando relevo (CULPEPER, 1996; BLAS ARROYO, 2011; BREÑES PENHA, 2011), uma vez que a descortesia não mais é concebida como a ausência ou como o desvio das normas corteses, podendo, inclusive, apresentar papel estratégico e argumentativo (EELLEN, 2001), a depender do contexto de interlocução em que a agressividade verbal está inserida. Culpeper (1996) a estudou em gêneros discursivos distintos, como no discurso militar, nos programas de *talk show*, bem como na literatura. Partindo dos pressupostos teóricos acerca da concepção de imagem de Bravo (2005), que apresenta as noções de

imagem de autonomia e de afiliação, categorias vazias, como salientamos, que, conforme a autora, são, notadamente, preenchidas pelo contexto de interação e não correspondem, necessariamente, às concepções de face positiva e de face negativa postuladas por Brown e Levinson (1987), configurando, pois, uma nova acepção, propõe-se, no campo dos estudos interacionais, um novo modelo de análise da descortesia: trata-se da *descortesia de fustigação* (KAUL DE MARLANGEON, 2005), a qual ocorre, ora por meio da *afiliação exacerbada a um grupo* – em função do qual se procede ao ataque ou à refutação do grupo a que se opõe; ora mediante o uso da *autonomia exacerbada* ou refratariedade ao grupo.

José Luiz Blas Arroyo (2011), pesquisador proeminente no campo dos estudos descortesias, procede à análise da descortesia verbal em interações agonais, estabelecendo uma interface entre *argumentação*, *discurso político* e o *comportamento verbal agressivo*, o qual se apresenta como um tipo de estratégia que, conforme ressalta o autor, reside em promover a adesão do público em debates políticos eleitorais de modo deliberado, sendo veiculado por recursos de natureza *linguística*, *interacional* e *retórica*. Em outras palavras, para Blas Arroyo (2011), em determinados tipos de contratos de interlocução, a descortesia assume papel estratégico, sobretudo no discurso político – que, segundo o autor, é eminentemente persuasivo e antagônico – ao qual subjaz tácitas finalidades de levar o eleitor à adesão. Partindo desse pressuposto, Blas Arroyo (2011) elenca estratégias descortesias observadas no discurso político, entre as quais está a *desqualificação*. Para o autor, as estratégias descortesias são veiculadas, no discurso político, por recursos retóricos, pelo fato de se afigurar como um gênero eminentemente persuasivo. Ademais, conforme o autor, há, no discurso político, um quadro

participativo especial, designado como um tipo de interlocução trílogue. Conforme Albarelli (2020), o discurso político evidencia um tipo de estratégia que reside na manipulação deliberada da esfera de participação do falante que se depreende de tal tipo de interlocução trílogue. Trata-se de uma estratégia descortês que consiste na manipulação intencional da *déixis* pessoal com finalidades descorteses.

Neste estudo, examinar-se-á de que forma se arquiteta, no discurso político, a descortesia, assim como seu papel no que tange à projeção da imagem, isto é, da face social forjada pelo presidente mediante práticas do dissenso, considerando-se os já mencionados recursos que a concretizam no discurso consoante assinala Blas Arroyo (2011).

Os atos de fala e as máximas e implicaturas conversacionais no discurso político: efeitos descorteses

O discurso político consiste em uma interlocução marcada por intenções prévias de agir sobre outro de modo a levá-lo a realizar algo. Segundo Amossy (2018), o fato de o discurso político apresentar intenções de persuasão “pré-programadas” evidencia que é possível conferir a tal manifestação discursiva o estatuto de um gênero de “visada argumentativa”. Desse modo, a análise dos atos ilocutórios – presentes no discurso político – na medida que são ações que, nesse tipo de prática comunicativa podem se erigir na tentativa de convencimento da “instância cidadã”, são passíveis de evidenciar a maneira pela qual se organiza a fala do presidente Jair Bolsonaro, permitindo-nos localizar padrões concernentes ao seu comportamento verbal assaz agressivo - podem-se observar ameaças e refutações, por exemplo, em atos que

aparentam configurar afirmações. Trata-se de proceder à investigação de quais efeitos se depreendem de atos ilocutórios que permeiam seu discurso – no caso, os atos de perlocução – por meio dos quais o referido político espera provocar determinados efeitos de sentidos diante de seus interlocutores mediante sua enunciação.

Importa salientar, ademais, que o discurso político configura um tipo de interlocução tríplice (BLAS ARROYO, 2011) – na qual se observam três esferas que compõem a interação, tais como: uma “instância cidadã, uma “instância adversa” e “a instância política”, a qual visa rechaçar a “instância adversa”, tendo como finalidade promover determinados efeitos sobre a “instância cidadã” (CHARAUDEAU, 2016) – em um complexo processo que envolve estratégias de persuasão veiculadas por recursos de natureza linguística, interacional e retóricas distintas, conforme apontam os estudos de Blas Arroyo (2011), a partir das quais se intenta conduzir a “instância cidadã” a validar determinadas ações, veiculadas por diferentes atos ilocutórios.

Nota-se que alguns atos ilocutórios são, sobremaneira, verificados no discurso político, sendo, pois, prevalentes em atos de fala a partir dos quais se busca a adesão do ouvinte, tais como: “eu prometo representar o povo”. O verbo prometer, nesse caso, incide sobre a “instância cidadã”, provocando uma ação pela qual o interactante objetiva produzir determinados efeitos perlocutórios: o de convencer o povo a confiar em sua palavra. Esses efeitos, que configuram a tentativa de garantir a legibilidade do discurso político e visam a corroborar a imagem social do interactante, detentor de uma face credível, correspondem às intenções do falante, isto é, do político. Entretanto, os efeitos de perlocução podem ou não ser os esperados pelo político, na medida em que cabe ao eleitor ou o cidadão refutar tal promessa ou atribuir-lhe juízos de valor positivos

e, no segundo caso, o ato perlocutório é, efetivamente, realizado, ou seja, o público-alvo do discurso adere à proposta de promessa e seus efeitos são esperados.

No que tange ao papel das implicaturas conversacionais e à violação ou não das máximas postuladas por Grice (1982), há que se ressaltar que, muitas vezes, a violação de uma máxima pode ser realizada com o objetivo de realizar um ato de fala ou mesmo dirimir a força ilocucional de um enunciado, conforme postularam os estudiosos da cortesia verbal (BROWN e LEVINSON, 1987), atenuando ações potencialmente ameaçadoras. No entanto, no caso do discurso político e, sobretudo, no *corpus* deste estudo, propomo-nos investigar de que modo certas máximas podem ser violadas em prol das intenções do falante, cujas manifestações são, sobremaneira, perfiladas pelo dissenso (MARQUES, 2012), fato que pode evidenciar que a manutenção de uma máxima griceana ou a sua violação podem acarretar efeitos descorteses, ou a proteção da face de um falante que procede ao emprego de ameaças, como no caso do presidente brasileiro, uma vez que a imagem social de Jair Bolsonaro é, frequentemente, atacada em virtude dos escândalos e polêmicas que perfazem sua conduta.

Assim, urge salientar que, neste estudo, considerar-se-ão as máximas e as implicaturas conversacionais sob um viés descortês, isto é, considerando que possam configurar expedientes que permitem potencializar e aprofundar o dissenso, em lugar de cumprirem o papel de proteger ou manter a face dos demais interactantes.

Por fim, importa assinalar que a descortesia verbal consiste em um fenômeno linguístico-discursivo que, no discurso político, pode assumir papel argumentativo (EELLEN, 2001; BLAS ARROYO, 2011; MARQUES, 2012), uma vez que o antagonismo e o confronto de

posicionamentos são intrínsecos a tal gênero, segundo Blas Arroyo (2011). Nessa direção, o comportamento verbal agressivo é, o mais das vezes, empregado de forma estratégica e deliberada, com o objetivo de construir uma imagem que se busca validar por meio da polêmica, fato que pode refletir na cooptação da “instância cidadã”. Trata-se do político de *carisma* forte, destemido, que configura a imagem de homem viril e corajoso (CHARAUDEAU, 2016). Assim, a descortesia pode assumir finalidades discursivas cujos efeitos perlocutórios são o de garantir a adesão do interlocutor ao discurso político e, ademais, contribuir para que as intenções do político sejam concretizadas, por meio de atos ilocutórios distintos, tais como: ameaçar, deslegitimar, rechaçar, entre outras.

Análise do corpus

Exemplo 1 - Tem que ter pólvora

O exemplo a ser analisado corresponde à fala de Jair Bolsonaro no contexto das eleições presidenciais nos Estados Unidos, em que Biden é eleito, porém, seu nome não é, propositadamente, sequer mencionado pelo líder político brasileiro, em um ato de descortesia, uma vez que é sabido – no momento em que se recorre aos conhecimentos de mundo, isto é, conhecimentos enciclopédicos condizentes ao contexto que subjaz ao evento interlocutivo – que o político brasileiro sempre apoiara, publicamente, o presidente derrotado nas urnas, no caso, Donald Trump, cujo discurso acerca da pandemia, também, apresenta, assim como o de Bolsonaro, viés negacionista, calcado, sobretudo, no argumento de que a economia não deve parar e que a atual crise sanitária, sem precedentes,

reside em uma “gripezinha”. Trata-se, pois, de uma ato de *descortesia de fustigação* (KAUL DE MARLANGEON, 2005), na medida em que Bolsonaro se afilia a um grupo – no caso, os que dirimem a problemática e os efeitos catastróficos de uma crise sanitária, deslegitimando-a – para, em contrapartida, atacar o grupo adversário, composto por aqueles que defendem a vacinação e ações efetivas contra o avanço do vírus, como Biden.

Nessa direção, verifica-se um ato de afiliação exacerbada a um grupo (KAUL de MARLANGEON, 2005), realizado por Jair Bolsonaro, cujos efeitos são os de ameaçar a imagem de grupo de seus oponentes políticos, a saber, os americanos que requerem a proteção da floresta. Ademais, sabe-se que, assim como Trump, Bolsonaro apresenta um discurso perfilado por uma postura reducionista e negacionista no que tange ao aquecimento global e à questão climática, por exemplo, promovendo, em sua gestão, consoante as acusações do presidente americano eleito, John Biden, à devastação da Amazônia, por meio da intensificação das queimadas. Nessa situação contextual, Biden, assim como outros líderes políticos, procedem à realização de um ato de fala ilocutório cujos efeitos são os de ameaçar o presidente brasileiro devido à ausência de um gerenciamento efetivo no combate dos incêndios desse importante bioma: Biden realiza um ato de fala ilocutório que configura uma ameaça ao afirmar que, caso o Brasil não diminua as queimadas, o país sofrerá sanções e bloqueios comerciais dos Estados Unidos.

Exemplo 2

Assistimos há pouco aí o grande candidato à chefia de Estado... que se eu não apagar o fogo da Amazônia levanta barreiras comerciais contra o Brasil... e como é que nós podemos fazer frente a tudo isso... apenas a diplomacia não dá...que quando acaba a saliva...tem que ter pólvora senão não funciona...não precisa nem usar pólvora...

Diante do ato ilocutório de ameaça de Biden, Bolsonaro ataca à face do presidente americano (Goffman, 1967) e reage a tal ação – considerando que os atos de fala suscitam, conforme Austin (1990), uma intervenção sobre o outro – cujos efeitos, isto é, os atos de perlocução daí decorrentes são, conforme evidencia sua fala, os de ameaça: “tem que ter pólvora”.

Nessa direção, Biden busca provocar uma ação mediante um ato ilocutório de ameaça, esperando, como efeitos desse ato, que Bolsonaro busque promover medidas em prol da preservação da floresta amazônica. No entanto, o que se pode observar, de fato, é que os atos ilocutórios de ameaças do governo americano não surtem os efeitos esperados ou intencionados pelo presidente dos Estados Unidos, de maneira que o ato de perlocução – no caso, a possibilidade de Bolsonaro rever sua postura – não se realiza, visto que o presidente brasileiro reage à ação projetada pelo ato ilocutório de ameaça - retaliar ou promover sanções ao governo brasileiro- com outra ameaça.

Nota-se, pois, uma situação de interlocução marcada pelo dissenso e pelo comportamento verbal agressivo, em que se verifica atos de descortesia por desqualificação (BLAS ARROYO, 2011) e ataques à face (GOFFMAN, 1967): o presidente Biden não é reconhecido por Jair

Bolsonaro, visto que não é nomeado, sendo, tão somente, denominado, de forma descortês, como um mero *chefe de Estado*. Observa-se, desse modo, o emprego agressivo do trabalho de face, mediante o procedimento de *pontualização*, em que a ameaça ocorre de modo deliberado e *malicioso* (GOFFMAN, 1967).

Exemplo 3

“Para a mídia, o vírus sou eu. Criaram pânico, né? O problema está aí, lamentamos. Mas você não pode entrar em pânico. Que nem a política, de novo, de “fique em casa”. O pessoal vai morrer de fome, de depressão?” 3 de março de 2021.

No exemplo 3, verifica-se que o presidente Jair Bolsonaro retoma seus ataques por meio do uso da descortesia de fustigação, na medida em que critica os correligionários de grupos políticos rivais, quais sejam, aqueles que defendem o isolamento e medidas de quarentena diante do avanço do vírus, conforme é possível observar no excerto do trecho sob análise: Que nem a política do “fique em casa”. O ataque se dá mediante um ato de refratariedade exacerbada a políticos que seguem tal política, isto é, tal forma de gerenciar a crise sanitária de modo a conter o aumento das mortes por Covid. No trecho em que faz menção à mídia, generalizando-a, de modo a atribuir-lhe o papel de perseguidora, nota-se que o presidente faz uso de uma ato ilocutório que, embora pareça um ato constativo, configura-se, efetivamente, em um ato de ilocutório de acusação (AUSTIN, 1990), corroborado por elementos contextuais e extralinguísticos que se depreendem de tal afirmação, tais

como a entonação em sua fala e, sobretudo, de aspectos concernentes ao repertório ou ao conhecimento de mundo que reside no fato de o presidente, constantemente, afirmar que a mídia – tachada de golpista por seus seguidores e pelo próprio presidente, sobremaneira, nas redes sociais.

Em outras palavras, ao afirmar que, para a mídia, o vírus é ele mesmo, Bolsonaro ataca o jornalismo em geral, procedendo, assim, ao emprego de mais um ato de ameaça à imagem de grupo (BRAVO, 2005), no caso, a do jornalismo ou à “mídia”. Trata-se de um ato de descortesia de fustigação, ademais, na medida que o presidente se mostra refratário em demasiado a um grupo ao qual se opõe, em um claro exemplo de refratariedade exacerbada ao grupo, constituído pela mídia que, segundo o líder político, o refuta.

O ato ilocutório de acusação contra a mídia se desdobra em mais um enunciado, cuja compreensão se dá mediante aspectos extralinguísticos. Trata-se da pergunta formulada por Bolsonaro, no excerto do exemplo sob análise: “Criaram pânico, né?”

Com efeito, a pergunta formulada não configura uma forma interrogativa cuja ação esperada – ato ilocutório – é a de obter uma resposta, mas sim a de realizar outro tipo de ato ilocutório: uma crítica ou acusação, que consiste no fato de a mídia ser a responsável por criar histeria e pânico desnecessários, minimizando, mais uma vez, os efeitos da crise sanitária decorrente das mortes causadas pela propagação do vírus no país. Há que se acrescentar que Bolsonaro busca erigir um discurso calcado em ataques à imagem de grupo, procedendo ao emprego agressivo do trabalho de face (GOFFMAN, 1967), a fim de realizar mais um ato ilocutório, a partir do qual seja possível preconceber determinados ações sobre seus interlocutores: o fato de não ser necessário permanecer em

casa, já que a pandemia seria resultado de um discurso que promove o medo e a histeria, consoante o presidente. Nessa direção, cabe assinalar que o ato ilocutório de acusação – de que a mídia espalhou o pânico – evidencia as intenções ou finalidades discursivas que permeiam o discurso do presidente, que visa a convencer seus interlocutores a não obedecerem à quarentena. Para isso, faz uso de mais um ato ilocutório: o de ameaça, evidenciado pelo excerto do exemplo analisado: “O pessoal vai morrer de fome, de depressão?”

Os efeitos desse ato de ameaça ou de fomento do medo, no caso o ato de perlocução que repercute dessa pergunta que, com efeito, realiza, consoante se depreende do contexto, um ato ilocutório de ameaça e não de pergunta – visto que o presidente apela ao *pathos*³ como recurso argumentativo para materializar seus atos descorteses (BLAS ARROYO, 2011) – podem ou não ser levados a termo. Os interlocutores podem proceder à manutenção da quarentena ou abster-se dela, uma vez que permanecer em casa é, conforme o líder político, sucumbir ao desemprego e à depressão.

Exemplo 4

Nós temos que enfrentar os nossos problemas, chega de frescura e mimimi. Vão ficar chorando até quando? Temos de enfrentar os problemas. Respeitar, obviamente, os mais idosos, aqueles que têm

3 De acordo com Blas Arroyo (2011), os “três pilares clássicos da retórica aristotélica”, prevalentes no trabalho de persuasão empreendido pelos oradores, diz respeito ao emprego de três provas argumentativas, as quais perfazem as práticas discursivas da comunicação política. Trata-se do apelo ao *logos*, por meio do qual se recorre às capacidades intelectuais do auditório; a criação de um *pathos*, a partir do qual se inspira a comoção do auditório, assim como a construção de um *ethos*, pelo qual se erige imagem do político honesto e competente.

doenças, comorbidades, mas onde vai parar o Brasil se nós pararmos?
(São Simão (GO), no começo de março de 2020).

Enfrentem os problemas

Parem de frescura

Não paremos (nós)

Nós em contraposição a um eles (idosos e doentes)

No exemplo 4, verifica-se o emprego de um “nós inclusivo”, do qual o orador faz uso com o propósito de chamar o povo para uma luta em comum, ou seja, uma batalha simbólica contra o vírus – o verdadeiro inimigo. Trata-se de um discurso extremamente descortês, na medida em que ataca a face daqueles que temem o vírus, reportando-se, além disso, ao discurso militar, cuja descortesia é marcadamente assimétrica, agressiva e ritualizada. Nota-se que o dêitico pessoal “nós”, por outro lado, exclui aqueles que apresentam comorbidades, os idosos e doentes, que são tratados como um “eles”, isto é, passam a ocupar uma categoria de não pessoa (BENVENISTE, 1970), uma vez que essa parcela da população é relegada a uma terceira pessoa. No que concerne à cena enunciativa, tal fenômeno produz efeitos de sentido marcadamente descorteses, visto que essa parte da população não perfaz aqueles que, efetivamente, lutarão pelo Brasil, como verdadeiros soldados, contra um inimigo em comum: no caso, o vírus. Nesse sentido, o trecho “temos que enfrentar os problemas”, evidencia que os idosos, os doentes e as pessoas com comorbidades se encontram fora da esfera de referência pessoal do dêitico pessoal, fato que pode indicar relações de afastamento no que refere às pessoas idosas e doentes, que segundo a fala do presidente, não fazem

parte do seletor grupo que seria responsável pelo “avanço” e andamento do país, já que o Brasil não pode parar.

No mesmo exemplo, é necessário fazer algumas considerações acerca do uso do termo “mimimi”, que, atualmente no Brasil, configura uma expressão ideológica que exprime as relações de oposição em se tratando de posicionamentos políticos, sociais e econômicos. Ao usar essa expressão, observa-se que Bolsonaro alude a formas e repertórios compartilhados e já cristalizados, compreendidos por grupos sociais distintos, de modo que, devido ao uso do mencionado termo, pode-se afirmar que o presidente assume um posicionamento político-ideológico e, em contrapartida, refuta vozes sociais antagônicas, em um claro ato de ameaça à imagem dos brasileiros que fazem parte desse grupo. O exemplo, permeado por estratégias descorteses de ataque à face, isto é, à imagem social do brasileiro - são covardes, realiza-se, também, por meio de outra pergunta retórica, que reside em um recurso retórico-argumentativo, uma vez que não apresenta propósitos de obter informação, mas sim a intenção deliberada de atacar a face daqueles que se encontram em luto em decorrência da pandemia. Esse recurso retórico materializa um ato de descortesia contra uma parcela significativa da população, cujos objetivos são os de convencer o interlocutor de que não adianta chorar, mas sim enfrentar o vírus – que, metaforicamente, representa o verdadeiro inimigo a ser combatido. Observa-se, dessa maneira, que a problemática da crise sanitária e o vírus assumem contornos ideológicos e políticos, na medida em que os que permanecerão chorando e não sairão de suas casas, em favor do ideal político-econômico de que o Brasil não pode parar, pertencem a um dado grupo social e ideologicamente antagônico à postura de Jair Bolsonaro sendo, portanto, alvo dos ataques e da descortesia.

Exemplo 5 - Caguei

Nesse exemplo, ao ser questionado acerca da CPI da Covid, instaurada no Brasil com o propósito de apurar atos de irregularidade na aquisição de vacinas e no gerenciamento da crise sanitária, Jair Bolsonaro responde ao jornalistas: “caguei”. Nesse momento, observa-se a intensificação da descortesia e o ataque à face de todos os brasileiros, quer sejam as vítimas e parentes dos acometidos pela doença, quer sejam os que o entrevistaram e os que participam do processo de investigação instaurado no contexto da crise sanitária. Vale ressaltar que, nesse momento, o Brasil já havia ultrapassado o número de 500 mil mortos, fato que contribuiu para a instauração do processo investigativo e para diversas interpelações que, também, colocam sob ameaça a face, isto é, a imagem pública do presidente. Com efeito, ao enunciar “caguei”, Bolsonaro mostra seu desprezo pela CPI, assim como erige a imagem de um político irresponsável, cuja fala é desprovida de decoro e de um comportamento verbal minimamente cortês esperado por um líder político em um contexto de mortes sem precedentes.

O exemplo evidencia, além disso, que o presidente viola a máxima da quantidade, na medida em que não responde, de modo suficiente, o que lhe fora questionado. Viola-se, também, a máxima da qualidade, uma vez que o presidente não diz fatos verdadeiros, já que a expressão não corresponde ao ato de defecar. Outra máxima griceana violada reside no fato de evitar ambiguidades: o presidente não é claro, violando, assim, a máxima do modo e da relação, porque não trata do tópico – assunto – em questão. Posto isso, pode-se afirmar que a violação dessas máximas desencadeia uma implicatura conversacional, compreendida e atualizada pelo contexto, uma vez que, ao mencionar “caguei” diante dos fatos e da

instauração de uma CPI, Bolsonaro produz, por meio de seu discurso, a seguinte mensagem: isso não me importa, a qual está implícita e é compreendida devido ao contexto, isto é, a fatos extralinguísticos, já que se trata de uma gíria de baixo calão utilizada para insinuar desprezo.

Assim, faz-se necessário compreender aspectos contextuais que subjazem ao discurso do presidente para que se interprete seu enunciado, fato que corrobora a aceção de que a situação de uso e os elementos que extrapolam o âmbito frasal são de suma relevância para o entendimento e para a atribuição de sentidos aos enunciados. A violação das máximas conversacionais e a implicatura engendrada por tal violação produzem, pois, efeitos descorteses que conferem intensa agressividade ao discurso do presidente.

Exemplo 6

“Tudo agora é pandemia. Tem que acabar com esse negócio. Lamento os mortos, todos nós vamos morrer um dia. Não adianta fugir disso, fugir da realidade, tem que deixar de ser um país de maricas.”

Ordem (deixem de ser maricas, enfrentem o vírus)

Nem tudo é pandemia

Acabem com isso

Todos morrerão

(Ao defender medidas menos drásticas de isolamento social em evento para lançar políticas para impulsionar o turismo no Brasil em 10 de novembro de 2020).

Jair Bolsonaro arquiteta sua fala na construção de um político deveras agressivo – fato que evidencia a imagem de militar e de homem viril, que não tem receio de falar.

Exemplo 7

“Esse vírus trouxe uma certa histeria. Tem alguns governadores, no meu entender, posso até estar errado, que estão tomando medidas que vão prejudicar e muito a nossa economia. (...) A vida continua, não tem que ter histeria. Não é porque tem uma aglomeração de pessoas aqui e acolá esporadicamente [que] tem que ser atacado exatamente isso. [É] tirar a histeria. Agora, o que acontece? Prejudica.” Entrevista à rádio Super Tupi. 17 de março de 2021.

No exemplo sob análise, a **pergunta tem valor de ameaça: seremos prejudicados**. A fala do presidente evidencia o uso de uma estratégia de *descortesia de fustigação* (KAUL de MARLENGEON, 2005) contra a imagem de grupo (BRAVO, 2005) dos políticos adversários, fazendo uso de uma estratégia de *descortesia de refratariedade exacerbada* aos oponentes, no caso, seus rivais, quais sejam, governadores e prefeitos que decretaram o *Lockdown*. Trata-se de um ataque ao grupo opositor por meio da refutação da imagem de grupo de sujeitos cujo discurso e ideologia se pretende anular, na medida em que o presidente rechaça as ações empreendidas por seus adversários, trazendo à luz questões aceitas e compartilhadas por uma coletividade (lugares-comuns), a saber, o direito à liberdade – a despeito de uma crise sanitária – o direito ao emprego e, também, a questões relacionadas à dignidade dos cidadãos, como direito ao emprego e à garantia de alimentação.

A esse respeito, pode-se afirmar que o discurso presidencial remete a questões universais, atemporais e aceitas por uma maioria, isto é, por uma coletividade, cujo intuito é rechaçar as ideias antagônicas, preenchendo-as com fatos e pensamentos compartilhados por uma **memória coletiva**.

Exemplo 8

“Brevemente o povo saberá que foi enganado por esses governadores e por grande parte da mídia nessa questão do coronavírus. (...) **Espero que não venham me culpar lá na frente pela quantidade de milhões e milhões de desempregados na minha pessoa.**”

Nesse exemplo, observa-se o emprego de um ato ilocutório de acusação, uma ação efetuada mediante o proferimento desse enunciado cujos efeitos esperados pelo presidente são os de promover a refutação, por parte dos cidadãos, às medidas tomadas por governadores e pela mídia em relação à crise sanitária, que consistem no fechamento de estabelecimentos e medidas restritivas de circulação da população, a fim de coibir o avanço do vírus Covid 19. A menção feita aos governadores e à mídia evidencia a refratariedade exacerbada em relação a esses grupos ao qual o presidente se opõe, fato que indica o uso da *descortesia de fustigação* e o ataque à imagem de grupo (BRAVO, 2005) da mídia e dos políticos aos quais Jair Bolsonaro se opõe. Nessa direção, pode-se afirmar que os efeitos perlocutórios esperados são os de convencer a população a transgredir as medidas de restrição e de quarentena propostas pelos governos e validadas pela mídia.

Além disso, no trecho final do exemplo, no excerto: “**Espero que não venham me culpar lá na frente**”, a fala de Bolsonaro evidencia a presença de um ato ilocutório de ameaça, uma vez que o presidente constrói um enunciado cuja finalidade é o de fomentar o medo de seu público-alvo diante do desemprego, isentando-se da responsabilidade da quantidade de desempregados que, conforme o político

Considerações finais

Neste capítulo, propusemo-nos a investigar de que modo expedientes linguísticos e extralinguísticos se encontram imbricados em um complexo processo de construção de sentidos e significados que reverberam de atividades de comunicação diversas.

A emergência e produção de dados efeitos de sentido derivam do uso de atos ilocutórios de fala, sobretudo, os de ameaça e de acusação, que podem provocar atos perlocutórios calcados na violência verbal. A violação de máximas e a produção de implicaturas conversacionais, assim como os diferentes processos de interação e de procedimentos específicos de negociação das faces evidenciaram, nas análises realizadas, efeitos de aproximação ou de afastamento; atitudes de afiliação a determinadas posturas político-ideológicas, bem como atos de descortesia verbal, sobretudo, por meio da descortesia de fustigação.

Nessa direção, para a análise do *corpus*, procedeu-se ao exame de expedientes contextuais, que subjazem o discurso do presidente Jair Bolsonaro, quais sejam, as intenções do falante em realizar uma ação mediante o uso de atos de fala indiretos e de duplicidade ilocutória,

por meio da violação deliberada de máximas conversacionais das quais emergiram determinadas implicaturas conversacionais, entre outros recursos interacionais, a fim de que se efetivem os efeitos sobre o ouvinte, como o medo da fome e do desemprego, em detrimento de uma postura que assevere a gravidade da pandemia e as necessidades de agir em prol do gerenciamento da crise sanitária que se instalou no país devido à Covid e à ausência de políticas públicas efetivas tomadas pelo presidente nesse contexto. Considerando que tais efeitos se depreendem de um complexo processo interpretativo de atualização dos enunciados e de fatos da língua que extrapolam o domínio do âmbito meramente frasal, tomamos como escopo teórico-metodológico as contribuições da Pragmática, no que tange às abordagens relativas à teoria dos atos de fala, de uma visão performativa da linguagem e da análise do ambiente de interação, marcadamente agonal, cujo discurso é de cunho negacionista e fortemente ideológico, fato que indica um tipo de situação de interlocução permeada pelo dissenso.

Esperamos, destarte, oferecer, por meio desta pesquisa, contribuições aos estudos pragmáticos que se debruçam sobre a polêmica, sobretudo, arquitetada por discursos políticos, de natureza extremista, em que o locutor busca levar o outro a agir – mediante o uso da palavra – a partir da exploração e intensificação da agressividade verbal de forma estratégica, a fim de obter determinados efeitos perlocutórios ou performances de seu público-alvo.

Referências

AMOSSY, Ruth. *A Argumentação no Discurso*. Tradução Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

BLAS-ARROYO, José Luis. *Políticos en conflicto: una aproximación pragmático-discursiva al debate cara a cara*. Bern: Peter Lang, 2011.

BOLÍVAR, Adriana. Los pronombres personales en la dinámica del discurso político. In: PARDO, G. Neyla, *Estudios del Discurso en América Latina*. Homenaje a Anamaría Harvey. Bogotá: Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso, ALED, 2013, p. 167-191. BRENES PEÑA, Ester. *Descortesía verbal y tertulia televisiva*. Bern: Peter Lang, 2011. BROWN, Penélope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Tradução: Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

CULPEPER, Jonathan. Towards an anatomy of impoliteness. *Journal of Pragmatics* 25 (3), 1996, p. 349-367.

CULPEPER, Jonathan. *Impoliteness: using language to cause offence*. Londres: Cambridge University Press, 2011.

DOURY, Marianne. Duel sur la cinq: dialogue or trilogue? In: KERBRAT ORECCHIONI, Catherine & PLANTIN, Christian. (Org.) *Le trilogue*. Lyon: Universidade de Lyon 2. 1993, p. 224-49.

EELLEN, Gino. *A Critique of Politeness Theories*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2001. FIORIN, Luiz José. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2016. 171

GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual: essays in face-to-face behavior*. New Brunswick, N.J: Aldine Transaction, 1967.

KAUL DE MARLANGEON, Sílvia. Delimitación de unidades extralingüísticas de análisis del discurso de (des)cortesía. *Signo y Seña*. Buenos Aires, n. 26, p. 7-21, dez. 2014.

MARQUES, Maria Aldina. Debate, argumentação e organização enunciativa. In: *Comunicação e Sociedade (Comunicação estratégica)*, n. 8, Universidade do Minho/Campo das Letras, 2012, p. 47-62.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, [1958] 2005.

PLANTIN, Christian. *A argumentação: história, teorias, perspectivas*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SILVA, Luiz Antônio da. Descortesía e (des)construção da imagem pública. In: PRETI, Dino; LEITE, Marli. Quadros. (Org.). *Comunicação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2013, p. 93- 119.

Análise pragmática das conjunções causais e explicativas segundo a perspectiva de Oswald Ducrot e Carlos Vogt

Ânderson Rodrigues Marins

Introdução

Quando jovem, ao ler o *Curso de linguística geral* de Ferdinand de Saussure, Oswald Ducrot encontrou, no capítulo que trata do *valor* linguístico, a fundamentação que o lançou na pesquisa linguística hoje conhecida pelo nome de Semântica Argumentativa, criada na França por Ducrot, na década de 1970, na École des Hautes Études em Scienses de Paris, inicialmente em conjunto com Jean-Claude Anscombre¹, cuja tese central é a de que todo enunciado é um argumento para uma conclusão (POSSENTI, 2017).

A relação entre a noção de valor, proposta por Saussure para explicar a linguagem, e a filosofia clássica defendida Ducrot é apresentada no “Prefácio” ao livro de Carlos Vogt (2009) intitulado *O intervalo semântico*. Nesse texto, Ducrot revela a busca à origem filosófica de valor linguístico na teoria da alteridade exposta em *O sofista*, onde Platão trata das categorias fundamentais da realidade, a saber: o Movimento, o Repouso, o Mesmo e o Ser, às quais se soma uma quinta categoria: o Outro, tido

1 Atualmente vem sendo desenvolvida por Ducrot com a colaboração de Marion Carel, no mesmo centro de pesquisas francês.

por fundamento de todas as categorias. Platão defende que, na realidade, tudo só se especifica quando relacionado com o outro. No capítulo que trata do valor linguístico, Saussure (2006, p. 132) contemporiza para o estudo da língua o que Platão disse em sua teoria da alteridade.

Além do conceito saussuriano de valor, os conceitos de *língua* e de *fala* são indispensáveis para se compreender a Semântica Argumentativa. A língua é um conjunto de convenções, é “um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade” (SAUSSURE, 2006, p. 21). É de natureza social. Já a fala é individual. Ao empregar a língua, aquele que fala, ou escreve, realiza combinações para expressar seu pensamento. Essas combinações determinam os valores definidos “não positivamente pelo seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com outros termos do sistema” (SAUSSURE, 2006, p. 136).

De acordo com Guimarães (2015), com a publicação, em 1973, de *Les échelles argumentatives*, estabelece-se um aspecto determinante para a Semântica Enunciativa de Ducrot, conhecida depois como Semântica Argumentativa. A relação fundamental do sentido será caracterizada com o que Ducrot chama de *orientação argumentativa* e que ele considera como própria da língua.

Nesse sentido, aqui veremos que para Ducrot (1977) existem relações diferentes quanto à natureza e à organização dos enunciados a partir de dois tipos básicos de elementos de conexão interfrástica: os *conectores de tipo lógico* e os *encadeadores de tipo discursivo*. Este capítulo reflete, portanto, um modelar contributo no âmbito dos Estudos Linguísticos, nomeadamente no que respeita à descrição e funcionamento das conjunções causais e explicativas no PB. Para além de uma ampla revisão da bibliografia disponível acerca do assunto, nomeadamente no âmbito da produção gramatical brasileira, fazemos nossa opção epistemológica

fundamentalmente apoiada em teorias enunciativas, a fim de analisar e descrever as referidas conjunções e os seus contextos linguísticos. Trata-se de um estudo compósito de cariz semântico-argumentativo-pragmático, que caminha por uma síntese teórica à luz de Oswald Ducrot e Carlos Vogt, cujos princípios nortearam-nos na e para a vasta análise do material, resultando num meticuloso exame dessas conjunções, submetendo-as a testes, como o da pergunta e o da negação, da quantificação, do encadeamento e da extraposição, avaliando tanto seu aspecto gramatical quanto argumentativo.

O pensamento linguístico de Oswald Ducrot

Ducrot (1977), em sua *Semântica da Enunciação*, distingue dois tipos básicos de elementos de conexão interfrástica: os *conectores de tipo lógico* e os *encadeadores discursivos*. A função dos *conectores lógicos* é apontar o tipo de relação lógica que o locutor estabelece entre o conteúdo de duas proposições. Nesse caso, trata-se de um único enunciado, resultante de um ato de fala único, já que nenhuma das proposições constitui objeto de um ato de enunciação compreensível independentemente da outra, ou seja, as duas orações estão ligadas num único ato de enunciação, correspondente a uma única intenção. Trata-se do que Ducrot considera como *frases ligadas*.

Para melhor explicar a noção de *frases ligadas*, Ducrot (1977, p. 129) introduz o conceito de *predicado complexo*, constituído por um predicado elementar sobre o qual agiram diferentes operadores ou pela fusão de predicados elementares entre si. Esse predicado caracteriza as *frases ligadas*, que se poderiam considerar como verdadeiras subordinadas do

ponto de vista semântico (ao contrário daquelas em que ocorre a coordenação semântica, na acepção de Bally). Os conectores que correspondem à estrutura da subordinação semântica e das frases ligadas constituem, assim, um conteúdo complexo a partir dos conteúdos simples expressos nas proposições *p* e *q*. Forma-se, então, um predicado único e complexo do ponto de vista semântico, a segunda proposição se integra, de certa forma, num predicado único. As relações do tipo lógico, como as de condicionalidade, causalidade, mediação, temporalidade, complementação etc. correspondem a frases ligadas, dotadas de predicados complexos. Dessa forma, os operadores lógicos implicam subordinação semântica e um só universo de crenças.

As relações lógicas, portanto, são as seguintes:

a) **Relação de condicionalidade:** expressa pela conexão de duas orações, uma introduzida pelo conector *se* e outra por *então* (que pode estar implícito).

Exemplo:

1. *Se* chover muito (*então*) a rua ficará alagada.

b) **Relação de causalidade:** expressa pela combinação de duas orações, uma das quais encerra a *causa* que acarreta a consequência da outra.

Exemplo:

2. Passou mal *porque* bebeu demais.

Nas gramáticas tradicionais e nos livros didáticos, as orações que es-

tabelecem essa relação de causalidade são chamadas de “causais” e “consecutivas”.

c) **Relação de mediação:** expressa por duas orações numa das quais estão explicitados os meios para atingir a finalidade expressa na outra.

Exemplo:

3. Ele estudou muito *para* passar de ano.

Nas gramáticas tradicionais e nos livros didáticos, as orações que estabelecem essa relação de causalidade são chamadas de “finais”.

d) **Relação de conformidade:** expressa por meio de duas orações em que se mostra a conformidade do conteúdo de uma em relação a outra.

Exemplo:

4. O menino agiu *conforme* o pai havia aconselhado.

Os *encadeadores discursivos*, por outro lado, caracterizam o que Ducrot chama de *coordenação semântica*. São responsáveis pela estruturação de enunciados em textos por meio de encadeamentos sucessivos, cada um dos enunciados resulta de um ato de fala diferente. O que se afirma não é a relação do tipo lógico existente entre o que é assegurado por duas proposições. Produzem-se, isto sim, dois ou mais enunciados distintos, encadeando-se o segundo sobre o primeiro, considerado tema. Comprova-se que são enunciados diferentes resultantes de atos de fala distintos por poderem ser apresentados sob a forma de dois períodos, ou até proferidos por locutores diferentes, recebendo a denominação de *encadeadores do discurso*. Assim, tanto podem ocorrer

entre orações de um mesmo período quanto entre parágrafos de um texto. Esses conectores implicam, então, coordenação semântica e mais de um universo de crenças.

Operadores argumentativos ou do discurso, termo cunhado por Oswald Ducrot, designam certos elementos da gramática da língua que têm por função indicar a forma argumentativa dos enunciados, a direção para o qual apontam. São elementos de valor essencialmente argumentativo que orientam o texto numa dada direção argumentativa. São importantes marcas linguísticas da enunciação, pois a argumentatividade não é algo apenas acrescentado ao uso linguístico, mas, ao contrário, inscrito na própria língua. Sustenta-se que o uso da linguagem é inerentemente argumentativo. No momento em que se interage através da linguagem, pretende-se orientar os enunciados produzidos no sentido de determinadas conclusões, com exclusão de outras. Se a língua permite falar sobre as coisas, seu objetivo primeiro não é descrevê-las, não é informar sobre o que elas são, mas provocar uma avaliação, orientar para uma conclusão, já que, segundo esses teóricos, a argumentatividade é mais importante que a informatividade.

Para exame dos operadores argumentativos faz-se necessária uma recapitulação das noções de *escala argumentativa*² e de *classe argumentativa* formuladas por Ducrot. A classe argumentativa consiste em dois ou mais argumentos orientados no mesmo sentido, ou seja, para uma mesma conclusão. Diz-se que *p* é um argumento para a conclusão *r*, se *p* é apresentado como o que leva o interlocutor a concluir *r* (KOCH, 2006).

2 A rigor, é através das escalas argumentativas que Ducrot inaugura a análise dos fenômenos ligados à argumentação. Do aparelho conceptual aí apresentado — classe argumentativa, valor argumentativo, orientação argumentativa — e não obstante a importância que tais noções assumirão no seio da própria teoria, a que mais sobressai, pelo seu carácter fundador, é, sem dúvida, a de classe argumentativa (GONÇALVES, 2002, p. 207).

Exemplo³:

5. João é o melhor candidato. (conclusão r)

Argumento 1 – tem boa formação em Economia

Argumento 2 – tem experiência no cargo classe argumentativa

Argumento 3 – não se envolve em negociações

Etc. (Todos os argumentos têm o mesmo peso para levar o alocutário a concluir r)

Quando dois ou mais enunciados - p , p'' , p''' ... - de uma classe se apresentam em gradação de força (escala graduada) crescente no sentido de uma mesma conclusão r , tem-se a escala argumentativa:

6. A apresentação foi coroada de sucesso (conclusão r)

Argumento 1 – estiveram presentes personalidades do mundo artístico

Argumento 2 – estiveram presentes pessoas influentes nos meios políticos

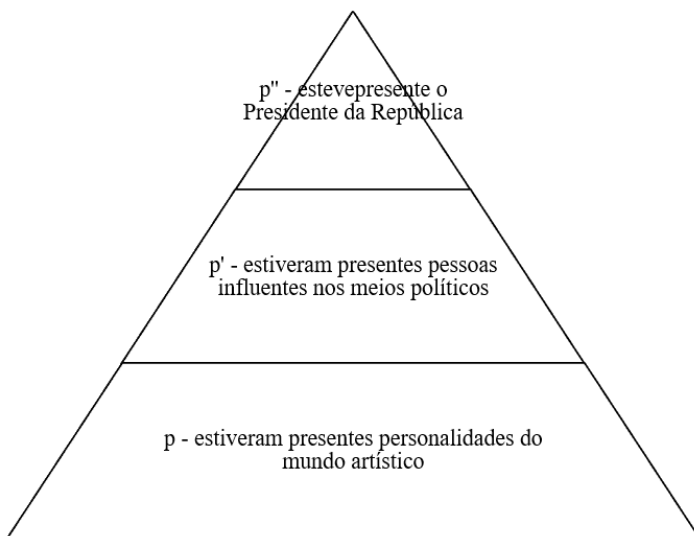
Argumento 3 – esteve presente o Presidente da República (argumento mais forte)

³ Os exemplos a seguir estão em Koch (2010).

Pode-se representar graficamente a escala argumentativa da seguinte forma, com o topo da pirâmide representando o argumento mais forte:

7. r: A apresentação foi coroada de sucesso:

Figura 1: Escala argumentativa

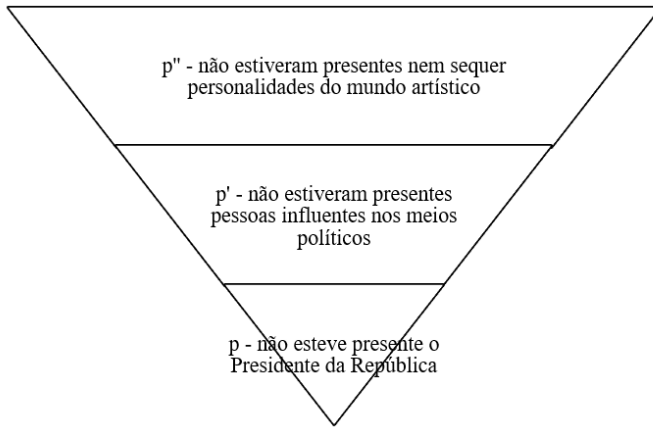


Fonte: MARINS, 2021.

Se, no entanto, a mesma conclusão for negada, invertem-se os elementos da escala, com a base da pirâmide representando o argumento mais forte:

8. r: A apresentação não teve sucesso:

Figura 2: Escala argumentativa

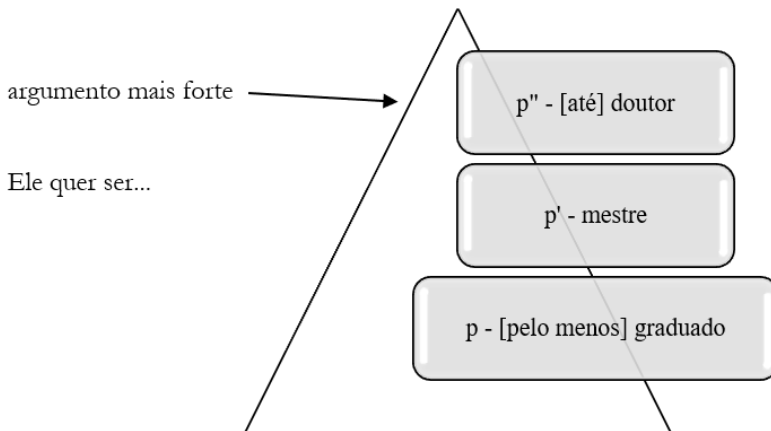


Fonte: MARINS, 2021.

Pode-se tratar a escala argumentativa com certos operadores argumentativos que estabelecem a hierarquia dos elementos na escala:

9. r = Ele é ambicioso

Figura 3: Escala argumentativa



Fonte: MARINS, 2021.

Assim, entre os principais operadores existem os que, de acordo com Koch (2010):

- **assinalam o argumento mais forte para uma determinada conclusão *r***, como, por exemplo, os operadores *mesmo*, *até*, *até mesmo*, *inclusive* ou, então, o argumento mais fraco, como *ao menos*, *pelo menos*, *no mínimo*;
- **somam argumentos a favor de uma mesma conclusão**, ou seja, argumentos que integram uma mesma classe argumentativa, como, por exemplo, e, também, ainda, em (= e não), não só... mas também, tanto...como, além de..., além disso..., a par de..., etc.
- **introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores**, como portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, etc.
- **introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões que diferem ou se opõem**, como ou, ou então, quer... quer, seja... seja, etc.
- **introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior**, como porque, que, já que, pois, etc.
- **contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias**, como mas, porém, contudo, todavia, no entanto, embora, ainda que, posto que, apesar de, etc.
- **têm por função introduzir no enunciado conteúdos pressupostos**, como já, ainda, agora, etc.

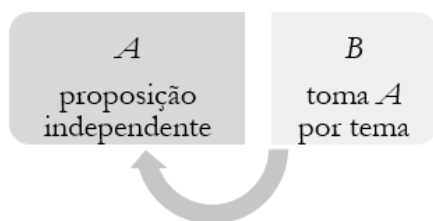
Importante observação que Ducrot (1977) nos apresenta a partir do trabalho de Bally⁴ (1944) diz respeito aos três modos de composição entre enunciações: a justaposição, a coordenação e a subordinação, dos quais, para os objetivos do nosso estudo, tratamos dos dois últimos.

⁴ *Linguistique Générale et linguistique française*. 2. ed. A. Francke S.A. Berne, 1944.

Bally destaca a coordenação, que consiste em uma noção de ordem semântica e não morfológica ou sintática. Assim, Ducrot acolhe a ideia de Bally em relação ao fato de a coordenação poder realizar-se sem qualquer conjunção aparente ou quando duas enunciações estão ligadas por uma conjunção.

Haverá, portanto, coordenação semântica entre enunciações *A* e *B* se:

Figura 4: Coordenação semântica.



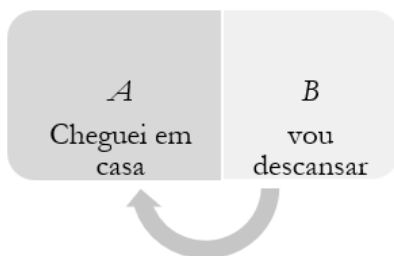
Fonte: MARINS, 2021.

Dessa forma, *A* é uma proposição autônoma correspondente a um ato de enunciação completo que permanece idêntico a si mesmo quer *A* seja ou não seguido de *B*, além de comportar um tema e um comentário. Ao passo que *B* toma *A* por tema, apresentando-se como um comentário concernente a *A*. Em um período como

10. Cheguei em casa; vou descansar.

A primeira afirmação – *Cheguei em casa* – realiza um ato de asserção totalmente diferente da segunda – *vou descansar* – que se instaura como um comentário referente à afirmação precedente:

Figura 5: Coordenação semântica.



Fonte: MARINS, 2021.

Com efeito, nota-se uma distinção entre coordenação semântica e coordenação sintática, visto que esta relaciona segmentos com a mesma função, ao passo que aquela se fundamenta nos atos de enunciação realizados por ocasião da produção dos enunciados, podendo ocorrer sem qualquer marca gramatical aparente (p. ex. conjunção) ou mesmo quando duas enunciações (*A* e *B*) estão unidas por uma conjunção dita de “subordinação” (DUCROT, 1977). No exemplo, *A* pode ser analisado como objeto de um ato de linguagem independente e *B* como consequência de *A*, a comportar, pois, como parte integrante, uma referência a *A*.

Para Ducrot, com base em estudos de Bally, o terceiro modo de composição entre enunciações consiste no que denomina *frase ligada* (soldadura). Neste caso, nenhuma das duas orações é objeto de um ato de enunciação compreensível independentemente do outro, ou seja, as duas orações correspondem a um único intento.

A distinção entre frase ligada e coordenação serve para diferenciar conjunções que a gramática classifica indistintamente na chancela da subordinação. Considere-se os quatro enunciados a seguir⁵:

⁵ Os exemplos a seguir são de Ducrot (1977).

11. Pedro veio *para que* Tiago partisse.
12. Pedro veio, *de modo que* Tiago partiu.
13. Pedro veio *porque* Tiago partiu.
14. Pedro veio, *pois* Tiago partiu.

Para descrever as oposições *para que* / *de modo que* / e *porque* / *pois* deve-se observar diferenças na natureza das relações expressas (finalidade/ consequência, causa/prova), além de diferenças na organização interna dos períodos. Assim, 12, diferentemente de 11, não pode ser objeto de uma interrogação, nem de uma negação, ou seja, não temos

15. Pedro veio, de modo que Tiago partiu?,
nem

16. Pedro não veio, de modo que Tiago partiu.

Caso encontremos tais enunciados, a negação e a interrogação não incidem sobre a própria relação de consequência.

Além disso, *de modo que* não pode ser modificado por *somente*:

17. Pedro veio *somente de modo que* Tiago partiu.

Ou introduzir a oração consecutiva na perífrase *É ... que*:

18. *É de modo que* Tiago partiu *que* Pedro veio.

Essas transformações não podem se aplicar ao período 14, com *pois*. Em compensação, podem ser aplicadas com os períodos 11 e 13, construídos com *para que* e *porque*, o que leva a sugerir que se dê a 11 e 13 uma estrutura comum, diferente da de 12 e 14.

A diferença entre os dois tipos de períodos reside no fato de 11 e 13 serem frases ligadas, porque o locutor, nesse caso, as emprega com intenção de apontar a relação existente entre as duas orações de que cada uma das frases ligadas é constituída (DUCROT, 1977). Logo, indica-se o objetivo ou a causa da vinda de Pedro, daí ser possível introduzir expressões como *somente* ou *é.. que*, que tomam diretamente como alvo essa relação, que, por sua vez, pode também ser negada ou colocada em dúvida por meio de uma negação ou interrogação. Diferentemente, em 12 e 14, construídas com *de modo que* e *pois*, pode-se falar em coordenação, entendendo por isso que o emprego desses períodos equivale a realizar, de acordo com Ducrot, duas enunciações sucessivas. Anuncia-se que Pedro veio para, em seguida, apresentar, uma vez admitido esse primeiro fato, um outro fato, que é apresentado como consequência ou como prova. Não é, portanto, a relação existente entre os dois fatos que está em jogo, mas a afirmação de dois fatos, introduzindo o segundo por intermédio de sua relação com o primeiro.

Há, também, uma diferença de ordem estrutural entre os dois tipos de períodos, caracterizada pela sua organização interna, no modo como se articulam seus constituintes semânticos. Entrevedo-se uma solução, pode-se acrescentar a *Pedro*, sujeito da frase 13, um determinante do tipo *só, mesmo, também*:

19. Só Pedro veio *porque* Tiago partiu.

Ducrot (1977) defende que, nesse caso, teremos duas leituras possíveis:

1ª) Somente Pedro veio: a causa disso é que Tiago partiu.

A causa da partida de Tiago é que ninguém mais além de Pedro tenha vindo, coerentemente com a regra de encadeamento

2ª) A única pessoa que veio por causa da partida de Tiago foi Pedro.

Em contrapartida, só se apresenta uma dessas leituras imagináveis para os enunciados construídos da mesma maneira a partir de 16:

20. Só Pedro veio, *de modo que* Tiago partiu.

Pode-se descrever 20 como constituído por duas orações *Só Pedro veio* e *Tiago partiu*, ligadas pela coordenação *de modo que*. Faz-se, ainda, necessária uma descrição análoga para 14, que conteria assim as proposições *Só Pedro veio* e *Tiago partiu*, ligadas por *pois*.

Há enunciados que devem ser compreendidos como frases ligadas, que atribuem um predicado complexo único a um sujeito único, como é o caso dos enunciados negativos ou interrogativos nos quais figuram *porque* ou *para que*:

21. Pedro virá *para que* Tiago parta?

A rigor, quando duas estruturas forem possíveis haverá ambiguidade, isto é, estaremos diante de dois enunciados homônimos.

A noção-chave, segundo Ducrot (1977), para determinar a diferença estrutural entre coordenação e frase ligada é a de “predicado complexo”. Para introduzir essa noção, Ducrot opõe-se à tese atribuída a Chomsky de que toda complexidade, num enunciado, deriva do fato de ele comportar,

em sua estrutura profunda, uma multidão de enunciados imbricados uns aos outros. Na verdade, Ducrot sustenta a existência de outra fonte de complexidade, manifestada sobretudo nas frases ligadas, que resulta da estrutura interna do predicado. O predicado, chamado por ele de “complexo”, é nesses casos composto, quer por um predicado elementar sobre o qual operaram diferentes operadores, quer pelo amálgama de predicados elementares, ou de predicados elementares e de orações. Tais possibilidades se combinam mutuamente.

Os períodos contendo *porque*, como vimos, podem ser considerados estruturalmente ambíguos, ora interpretados como coordenações de orações, ora como frases ligadas comportando um único predicado complexo.

Coordenação e frase ligada, e a introdução correlativa da noção de predicado complexo são de grande relevância ao se tratar do componente linguístico e de calcular a significação dos enunciados.

Vejamos este outro caso proposto por Ducrot (1977):

22. João veio *porque* se aborrecia.

O enunciado é constituído pelo sujeito “João” e pelo predicado complexo “vir por aborrecer-se”. Introdz-se no componente linguístico um operador *porque*, que transforma dois predicados “Pr1” e “Pr2” num predicado complexo “Pr1 porque Pr2. As noções de predicado complexo e de coordenação não repousam tão-somente numa espécie de “intuição semântica”, que faz “sentir” a existência de tipos de organização diferentes. Eles têm a função de agir no funcionamento do componente linguístico, componente este que toma como ponto de partida os enunciados

considerados fora de qualquer contexto e atribui-lhes significações (cf. DUCROT, 1977, p. 124).

A noção de predicado complexo, introduzida por Ducrot a partir da formulação de Bally, que ocorre quando temos frases ligadas busca deixar clara a diferença estrutural entre os períodos assim organizados e os organizados por coordenação semântica. Nos períodos de frases ligadas, as palavras utilizadas para ligar as orações cumprem o papel de conectivos ou operadores lógicos que encaixam uma oração em outra. Assim, fazem da primeira um termo da segunda, na medida em que as duas passam a constituir uma única oração com predicado complexo: um enunciado único que resulta de um só ato de enunciação. Tais operadores concebem relações predominantemente lógicas entre as orações que ligam. A intenção do locutor, neste caso, consiste em deixar clara a relação lógica entre as orações. Já nos períodos de coordenação semântica, são utilizados os operadores argumentativos ou discursivos para ligar as orações. Tais operadores encadeiam orações (enunciados) a fim de estruturá-las em texto, isto é, constituindo um discurso. Neste caso, temos dois enunciados que resultam de dois atos de enunciação diferentes e sucessivos. Portanto, podem aparecer encadeando tanto orações de um mesmo período quanto orações de períodos diferentes ou períodos e parágrafos entre si e também um enunciado com o modo de enunciação do outro (cf. TRAVAGLIA, 1986). Ducrot, então, propõe critérios para verificar se se trata ou não de duas proposições, se temos coordenação semântica ou frases ligadas. Estes critérios são alcance da interrogação e negação, encadeamento, extraposição e escopo da quantificação:

- a) **Alcance da interrogação e negação:** nas frases ligadas, a interrogação e a negação incidem sobre todo o enunciado, na

coordenação semântica a oração introduzida pelo operador argumentativo não pode ser objeto de interrogação ou ser negada, neste caso a interrogação ou negação incide só sobre a outra oração:

23. A mãe escapou *porque* famílias de poloneses a esconderam. (Revista *Veja*, edição 2185, ano 43 - nº 40, 06/10/2010, p. 55) – FRASE LIGADA

24. O técnico gostou, *pois* saberá o resultado dos rivais. (Jornal *O Globo*, Ano LXXXVI, nº 28.301, Rio de Janeiro, 31 jan. 2011. Esportes, p. 8.) – COORDENAÇÃO SEMÂNTICA

- Interrogação

27a. A mãe escapou *porque* famílias de poloneses a esconderam?

28a. O técnico gostou? *pois* saberá o resultado dos rivais.

- Negação

27b. [A mãe não escapou *porque* famílias de poloneses não a esconderam].

28b. [O técnico não gostou], *pois* saberá o resultado dos rivais.

b) **Encadeamento:** consiste em transformar as orações em subordinadas de uma outra. As frases ligadas encadeiam-se como um todo a orações do tipo “Creio que”, “Parece que”, “Afirmo que”, “Pergunto se”, etc., ao passo que nas coordenadas semânticas só a primeira se encadeia com tais orações:

27c. Parece que [a mãe escapou *porque* famílias de poloneses a esconderam].

28c. Parece que [o técnico gostou], *pois* saberá o resultado dos rivais

c) **Extraposição:** consiste em tematizar um elemento do enunciado por meio de um procedimento linguístico do tipo **é... que, somente**, isto é, extrapor consiste em um processo de eleger no interior do conteúdo de um enunciado um elemento que centralizará o foco informacional deste conteúdo, com auxílio de recursos linguísticos (VOGT, 1989). Nas frases ligadas, a oração, ligada por um operador lógico, pode ser extraposta; na coordenação, a oração, que é iniciada por um operador argumentativo, não pode se extraposta. Exemplos:

27d. *É porque* famílias de poloneses a esconderam *que* a mãe escapou.

27e. *Somente porque* famílias de poloneses a esconderam, a mãe escapou.

27f.. A mãe escapou *somente porque* famílias de poloneses a esconderam

28d. **É pois* saberá o resultado dos rivais *que*, o técnico gostou.

28e. **Somente pois* saberá o resultado dos rivais, o técnico gostou.

28f. **O técnico gostou somente pois* saberá o resultado dos rivais.

d) **Escopo da quantificação:** nas frases ligadas, a quantificação incide sobre todo o enunciado e na coordenação somente sobre a primeira oração.

29. As maravilhas de Iavé não se resumem a atos de libertação, *pois* a disciplina que Ele realiza também é seu amor em ação. (Revista *Palavra & Vida*, julho/agosto/setembro – 2010, p. 38)

30. Em 1958, os peões da empreiteira da obra do palácio quebraram barracões do acampamento onde viviam *porque* encontraram vermes na carne que lhes era servida. (Jornal *O Globo*, Ano LXXXVI, nº 28.163, Rio de Janeiro, 15 set. 2010, Opinião, p. 6.)

- Quantificação

29a. [Muitas maravilhas de Iavé não se resumem a atos de libertação], *pois* a disciplina que Ele realiza também é seu amor em ação.

30a. [Muitos peões da empreiteira da obra do palácio quebraram barracões do acampamento onde viviam *porque* encontraram vermes na carne que lhes era servida].

Assim, os estudos trazidos por Ducrot comprovavam que sob o rótulo de subordinação a gramática tradicional agrupou relações diferentes tanto no que diz respeito à sua natureza como à sua organização.

O pensamento linguístico de Carlos Vogt

Vogt (1989) delineia uma análise das conjunções portuguesas *porque*, *pois* e *já que*. De início, acolhe as colocações da gramática tradicional para, em seguida, utilizar os critérios e colocações de Ducrot, apresentados acima, e demonstrar que as conjunções que expressam

causa e explicação, organizadas por essa mesma gramática tradicional, têm de ser reestruturadas. Quando enfocadas pelo nível semântico-argumentativo, deixando claro que elementos de natureza pragmática interferem decididamente no uso e classificação das conjunções, constata que o valor das conjunções depende da atitude intelectual do locutor e a que ele confere ao ouvinte.

É notório que entre os operadores argumentativos destacam-se os que são classificados pelos compêndios de gramáticas como conjunções coordenativas explicativas e subordinativas causais. Nessa bipartição entram em cena as conjunções *pois* e *porque*. Por ser discutível do ponto de vista semântico “a distinção entre os dois tipos de conjunção, sobretudo quando se trata de *pois* e *porque*, não é absolutamente clara e os critérios utilizados para tanto, por serem apenas indicativos de intuições possíveis, insistem em repetir a diferença e adiam a explicação provável” (VOGT, 1989, p. 44-5).

Vogt propõe reflexão acerca das nuances de significado que distinguem as conjunções *pois* e *porque*. Entre as distinções que dizem respeito à conjunção *pois* está o fato de que o relacionamento de duas proposições mediante a conjunção *pois* (*p pois q*) não pode a) nem ser submetido a uma negação, b) nem ser questionado, c) nem se prestar ao encadeamento, isto é, tornar-se em bloco a subordinada de uma outra proposição e d) nem constituir-se no escopo de um quantificador, sem que isso provoque um rompimento semântico⁶.

Submetida a enunciação

1. Pedro parou de trabalhar, *pois* eram 5 horas

6 Os exemplos são os propostos por Vogt (1989).

à negação e à interrogação tem-se:

1a. Pedro não parou de trabalhar, *pois* são 5 horas.

1b. Pedro parou de trabalhar?, *pois* são 5 horas.

Nesses casos, tanto em uma quanto em outra apenas a primeira proposição (*p*) é negada ou interrogada e não o bloco todo (*p pois q*), o que demonstra o fracionamento semântico de uma aparente unidade de informação.

Submetida a frase

2. Ele está em casa, *pois* seu carro está na garagem

ao encadeamento tem-se:

2a. Creio que ele está em casa, *pois* seu carro está na garagem.

Aqui não foi o bloco *p pois q* que foi encadeado, mas somente a proposição *p*. O que antes era uma espécie de justificação para *Ele está em casa* agora o é para a minha crença sobre o fato de ele estar em casa – *Creio que ele está em casa*.

Quando sob um quantificador, o enunciado

3. Os turistas virão, *pois* está calor

é modificado para:

3a. Poucos turistas virão, *pois* está calor.

Aqui, também, o quantificador incide apenas sobre *p* - *Os turistas virão* – e não sobre o bloco todo *p pois q*. Assim, parece difícil alcançar modificações no conjunto do bloco *p pois q*. Submetidos às transformações – da negação, da interrogação, do encadeamento e da quantificação – eles voltam a face de sua duplicidade, rompendo a aparente unidade de conteúdo pela exposição de seus dois componentes: de um lado tem-se *p* modificado para *p'* através das transformações mencionadas, e de outro, *pois q* aplicando-se ao elemento assim modificado.

Entre as nuances de significado no relacionamento de duas proposições mediante a conjunção *porque* está o fato de que, quando é aplicada uma série de transformações similar à anterior, no bloco *p porque q*, o resultado de sua aplicação gera duas interpretações: uma delas mostra sempre a integridade do bloco e a outra a sua ruptura.

Alterando-se a frase

4. Pedro parou de trabalhar *porque* são 5 horas
para a negativa obtém-se:

4a. Pedro não parou de trabalhar *porque* são 5 horas.

Como resultado têm-se as duas explicações:

1ª) Não é porque são 5 horas que Pedro parou de trabalhar (mas por outra razão). Aqui há conservação do bloco e a negação incide sobre todo o enunciado.

Enquanto que em:

2ª) Pedro não parou de trabalhar, e isso porque são 5 cinco. Há rompimento do bloco *p porque q*.

Alterando-se a frase

5. Pedro irá à sua casa *porque* prometeu

para a interrogativa tem-se:

5a. Pedro irá à sua casa *porque* prometeu?

As explicações possíveis são:

1ª) A causa da ida de Pedro à sua casa será a promessa que ele fez?

Neste caso há integridade do bloco.

2ª) Pedro irá à sua casa? Questiona-se porque a sua promessa não dá garantia à sua ida. Neste outro caso há desintegração do bloco.

Submetido o enunciado

6. Pedro parou de trabalhar *porque* são 5 horas

ao encadeamento tem-se:

6a. Creio que Pedro parou de trabalhar *porque* são 5 horas.

Também aqui é possível se obterem duas interpretações:

1ª) Creio que a causa de Pedro ter parado de trabalhar é que são 5 horas. Neste caso, tem-se a conservação do bloco.

2ª) Creio que Pedro parou de trabalhar, e a causa de minha crença é que são 5 horas. Aqui há o rompimento do bloco.

Submetido o enunciado

7. Os turistas virão *porque* está calor

à ação de um quantificador, colocado no seu início, tem-se, por exemplo:

7a. Poucos turistas virão *porque* está calor.

Do mesmo modo podem-se obter duas interpretações:

1ª) Para poucos turistas a causa de sua vinda será o calor. Há conservação do bloco.

Ao passo que em:

2ª) Poucos turistas virão, e isto porque está calor. Há ruptura do bloco.

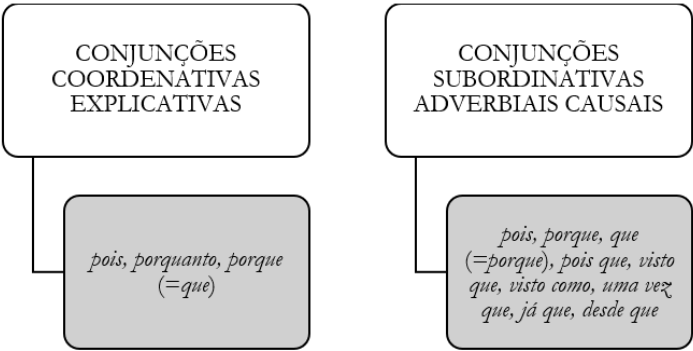
Conclua-se que a conjunção *porque* apresenta como ambiguidade fundamental a capacidade de explicar, pelo elo da causalidade que estabelece entre o conteúdo de duas proposições, o conteúdo da primeira pelo conteúdo da segunda. Além disso, possui um comportamento que a aproxima da conjunção *pois* quando a explicação desliza para um tipo de justificação do que se diz na primeira proposição.

A operação realizada pelas conjunções *pois* e *porque*, na interpretação em que há rompimento do bloco, não se faz no nível dos conteúdos, mas ao nível dos atos de fala que instituem esses conteúdos (VOGT, 1989, p. 56-8; CUNHA, 2008, p. 11-2).

Urge lembrar que as questões vertentes aqui se deparam com outra de modo a inteirar este estudo: as duas conjunções não se encontram arroladas na mesma lista de classificações quanto às coordenativas explicativas e subordinativas causais nos compêndios de gramáticas analisados.

Como vimos no início deste livro, a gramática tradicional organiza dois grupos de conjunções que exprimem causa e explicação:

Figura 6: As conjunções causais e explicativas segundo a gramática tradicional.



Fonte: MARINS, 2021.

Para seu estudo, Vogt forma três grupos de conjunções:

Figura 7: Três grupos de conjunções segundo Vogt (1989).



Fonte: MARINS, 2021.

O grupo de *pois* opõem-se aos grupos de *porque* e *já que* mediante dois critérios:

Tabela 1: Oposição do grupo de *pois* ao grupo de *porque* e *já que*.

Perguntas		
Conjunção	Pode aparecer no início do período?	Pode ser coordenada por <i>e</i> ?
<i>Porque</i>	Sim	Sim
<i>Pois</i>	Não	Não
<i>Já que</i>	Sim	Sim

Fonte: MARINS, 2021.

As orações de *porque* e *já que*, consistindo em subordinadas adverbiais, têm igual flexibilidade de colocação da frase de que gozam os advérbios. No entanto, as orações de *pois* sendo coordenadas não gozam de flexibilidade de colocação. A rigor, para *já que* e *pois* tal característica sintática ganha reforço por outras de ordem semântica e argumentativa, descritas por Vogt (1989) em termos de status assertivo das conjunções enquanto marcadores de ato de fala específicos. As orações de *porque* e *já que* podem ser coordenadas por *e*, pois, sendo subordinadas adverbiais, agem como termos de mesma natureza e, portanto, são facilmente coordenáveis. Como *pois* já é coordenativa e as orações coordenadas não são termos de outra oração com a mesma função sintática, constata-se que as orações de *pois* não podem ser coordenadas por *e*.

Utilizando os critérios de Ducrot, Vogt verifica que entre *pois* e *já que* há semelhanças relevantes de funcionamento em oposição a *porque*:

Tabela 2: Semelhanças entre pois e já que em oposição a porque.

Perguntas			
Conjunção	responde à questão “por que”?	pode ser extraposta?	pode ser modificada por um advérbio?
<i>Porque</i>	Sim	Sim	Sim
<i>Pois</i>	Não	Não	Não
<i>Já que</i>	Não	Não	Não

Fonte: MARINS, 2021.

Na apresentação das semelhanças e diferenças, Vogt adota a convenção p e q para duas proposições e p pois q , p já que q e p porque q para os grupos constituídos pelo relacionamento destas proposições através das conjunções *pois*, *já que* e *porque*, respectivamente.

Os grupos de p pois q e p já que q não podem, sem romper-se semanticamente:

- ser negados;
- ser questionados;
- prestar-se ao encadeamento;
- constituir-se no escopo de um quantificador.

O rompimento semântico é identificado quando estes grupos são submetidos a uma negação, a um questionamento, a um encadeamento e a um quantificador e tão-só a proposição p é negada, questionada, encadeada, (isto é, tornar-se subordinada da oração introduzida) e constituir-se em escopo do quantificador. O grupo p porque q ao ser:

- a) negado;
- b) questionado;
- c) encadeado;
- d) submetido a um quantificador

apresenta-se como ambíguo, ou seja, gera duas interpretações: uma em que o grupo permanece como um bloco íntegro, o que significa que todo o grupo *p porque q* é negado, questionado, encadeado e constitui-se no escopo do quantificador e outra em que há rompimento do grupo, ou seja, em que só *p* é negada, questionada, encadeada e constitui-se no escopo do quantificador.

Vogt demonstra, assim, que as conjunções que exprimem causa e explicação organizam-se em dois grupos:

1. o grupo de *porque*, na interpretação em que se mantém o bloco *p porque q*.
2. o grupo de *pois, já que e porque* na interpretação em que não se mantém o bloco *p porque q*.

A diferença entre os dois grupos é de natureza semântica e pragmática. Para explicar seus valores específicos deve-se levar em conta a questão da atitude intelectual do locutor e a que ele confere ao ouvinte no que tange às proposições *p* e *q* ligadas por estas conjunções. Assim, elas funcionam, simultaneamente, como operadores argumentativos e marcadores de subjetividade, cujo estudo mostra a relevância dos intentos dos falantes na organização do discurso e na sua estruturação como texto (VOGT, 1989).

De acordo com Vogt, o grupo 1 promove entre as duas proposições uma operação que estabelece entre elas um elo de causalidade, explicando o conteúdo da primeira pelo da segunda. Dessa forma, produz um novo conteúdo unitário e o grupo *p porque q* não se rompe semanticamente. No grupo 2 mostra que as duas proposições realizam uma operação que se dá não ao nível do conteúdo delas, mas ao nível dos atos de fala que estabelecem estes conteúdos. Trata-se de uma operação argumentativa que tem por função relacionar dois enunciados de forma que, ainda que se produza um terceiro, não se perde a individualidade de cada um. Por esta causa, a interrogação, a negação, o encadeamento e a quantificação não podem se aplicar às proposições iniciadas pelas conjunções do grupo 2 porque não se pode interrogar, negar, encadear ou quantificar um ato de fala.

As orações introduzidas pelas conjunções do grupo 2 exprimem causas e explicações vistas pelo locutor como causas e explicações conhecidas pelo seu interlocutor, portanto não representam informação nova. Por outro lado, as conjunções do grupo 1 iniciam orações que exprimem causas e explicações desconhecidas, logo, apresentadas como informação nova. Tais informações servem de explicação para várias características analisadas por Vogt a respeito dessas conjunções. Como vimos anteriormente, orações introduzidas pelas conjunções do grupo 2 não respondem à pergunta de “por que?”, pois a resposta à questão tem de ser apresentada como uma informação nova, o que não acontece no momento em que se utilizam as conjunções do grupo 2, porém acontece com as do grupo 1. Esse critério diferencial também serve para mostrar que tais orações não podem ser submetidas a um questionamento quando pertencem a grupos do tipo *p* (conjunções do grupo 2) *q*, isso porque o

que é apresentado como conhecido não pode ser alvo de questionamento, mas pode-se questionar o que é apresentado como informação nova. Já as orações indicadoras de causa introduzidas pelas conjunções do grupo 1 são aceitas como indicando escolha do falante entre várias causas possíveis e potenciais, ao passo que as iniciadas pelas conjunções do grupo 2 são aceitas como a única alternativa possível, porque sabida de todos.

Travaglia (1986) afirma que, no enunciado, a tendência da língua é dar destaque ao que é novo. No campo entonacional, por exemplo, tende sempre a marcar um foco informacional. Sobre os critérios sugeridos por Ducrot, Travaglia ainda diz que a extraposição é um recurso enfático que marca o foco informacional. Por isso, as orações introduzidas pelas conjunções do grupo 1 podem ser extrapostas, enquanto as introduzidas pelas conjunções do grupo 2 não podem, porque são apresentadas como conectando algo conhecido.

Além dessas, outras formas de ênfase não podem ser usadas por conjunções do grupo 2, como *pois* e *já que*:

8. Se aquilo que temos de maior qualidade, o Lula, querem apresentar como negativo, é *porque* o Lula é maior que o PT⁷.
9. *Se aquilo que temos de maior qualidade, o Lula, querem apresentar como negativo, é *pois* o Lula é maior que o PT.
10. *Se aquilo que temos de maior qualidade, o Lula, querem apresentar como negativo, é *já que* o Lula é maior que o PT.

7 Aquilo que temos de maior qualidade, o Lula, querem apresentar como negativo, porque o Lula é maior que o PT. (Jornal *O Globo*, Ano LXXXVI, nº 28.163, Rio de Janeiro, 15 set. 2010, O País, p. 3)..

Pode-se, ainda, observar que *porque* pode ser modificada em alguns casos por advérbio, alguns deles expostos a seguir, na figura 8, mas que *pois* e *já que* excluem isso. O exemplo, no entanto, levanta problemas por causar estranheza, o que se deve ao fato de *porque* estar sendo modificada por um advérbio.

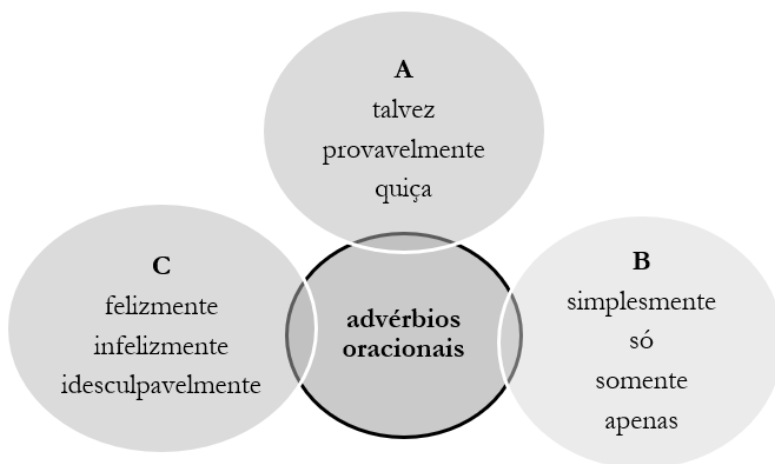
11. O protoditador venezuelano está preocupado *porque* perderá a hegemonia na Assembleia.⁸

12. [(?)O protoditador venezuelano está preocupado infelizmente *porque* perderá a hegemonia na Assembleia].

O exemplo pode ser considerado mal redigido, análogo a “Infelizmente o protoditador venezuelano está preocupado porque perderá a hegemonia na Assembleia”. Pode-se julgar que o advérbio está mal empregado ou que deve estar entre pausas e com entonação adequada: “O protoditador venezuelano está preocupado, infelizmente, porque perderá a hegemonia na Assembleia”, construção análoga àquela com o advérbio introduzindo o período. Em casos desta natureza, tende-se a interpretar o advérbio como referindo-se a todo o período em vez de só à oração introduzida com *porque*.

8 Revista *Veja*, edição 2185, ano 43 - nº 40, 06/10/2010, p. 97.

Figura 8: Advérbios oracionais.



Fonte: MARINS, 2021.

Atentando-se para o fato de *porque* poder ser modificada por advérbio e *pois* e *já que* não, Vogt (1989) certamente faz referência à oração introduzida por essas conjunções, já que as conjunções *per se* não admitem serem modificadas por advérbios que, portanto, têm que ser do tipo que faz referência à oração como um todo e não somente ao predicado ou ao verbo.

Segundo Travaglia (1986), entre os advérbios que se referem à oração como um todo, há de se distinguir três grupos:

- Orações iniciadas pelas conjunções do grupo 1, como vimos anteriormente, trazem a um conteúdo com uma informação nova, por isso podem ser modificadas pelos advérbios do grupo A, pois não há problemas em pôr em dúvida algo visto como novo, desconhecido. Em relação às orações principiadas pelas conjunções do grupo 2, elas apresentam um conteúdo como algo conhecido e não podem ser modificadas pelos advérbios do grupo A, pois

vê-se com certo estranhamento colocar-se em dúvida algo que é conhecido.

- Os advérbios do grupo B, como defende Travaglia, cumprem o papel de itens lexicais, cuja serventia é isolar, no contexto discursivo, a escolha que se faz entre várias disponíveis, por isso podem ser utilizados em orações introduzidas pelas conjunções do grupo 1 que indicam a causa que se elegeu entre várias possíveis. Ainda de acordo com Travaglia, o locutor sabe a causa, porém conjectura que o ouvinte não sabe qual das causas possíveis teve lugar. Isto, portanto, é de natureza pragmática. Em contra partida, orações introduzidas por conjunções do grupo 2 trazem, como já vimos, a causa como algo notório, não existindo alternativas para o locutor optar. Portanto, usar os advérbios do grupo B com as orações introduzidas por conjunções do grupo 2 é impraticável, porquanto só há uma causa conhecida de todos.

- Em relação aos advérbios do grupo C, notamos não podem modificar orações iniciadas pelas conjunções do grupo 1, tampouco as iniciadas pelas conjunções do grupo 2. Via de regra, advérbios dessa natureza estão a introduzir parecer subjetivo cuja referência é todo o conteúdo expresso pelo enunciado e não apenas uma parte dele. Alocar tais advérbios antes da conjunção significa fazê-lo referir-se a tão-somente parte do enunciado o que, consequentemente, suscitará frases estranhas:

13. O governo corre contra o tempo, *pois* pretende realizar a abertura de capital até o dia 30 de setembro.⁹

⁹ Jornal *O Globo*, Ano LXXXVI, nº 28.143, Rio de Janeiro, 26 agosto 2010, Economia, p. 31.

14. [(?) O governo corre contra o tempo, indesculpavelmente] *pois* pretende realizar a abertura de capital até o dia 30 de setembro.

No exemplo acima, tende-se a fazer uma leitura como se o advérbio se referisse ao enunciado com um todo.

Em “(?)O protoditador venezuelano está preocupado infelizmente porque perderá a hegemonia na Assembleia”, refere-se, o advérbio, ao período todo, já que temos frases ligadas com um conteúdo único, e em “? O governo corre contra o tempo, indesculpavelmente pois pretende realizar a abertura de capital até o dia 30 de setembro”, refere-se apenas à segunda oração porque temos coordenação semântica e, portanto, dois enunciados distintos.

Se o objetivo for emitir um parecer subjetivo a respeito do fato expresso na oração introduzida pela conjunção, deve-se colocar o advérbio após a conjunção:

15. O protoditador venezuelano está preocupado *porque* infelizmente perderá a hegemonia na Assembleia.

16. O governo corre contra o tempo, *pois* indesculpavelmente pretende realizar a abertura de capital até o dia 30 de setembro.

Nos exemplos, o parecer subjetivo contido no advérbio “infelizmente” e “indesculpavelmente” se referem, respectivamente, aos fatos de “perder a hegemonia na Assembleia” e de “pretender realizar a abertura de capital até o dia 30 de setembro”.

Com os testes que resultaram no arranjo dos grupos 1 e 2 de conjunções, Vogt (1989) notou que, nos testes do questionamento, da negação, do encadeamento e da quantificação, a conjunção *porque* proporcionava um comportamento ambíguo, dando margem a duas

interpretações. Aliás, nos casos de ser possível ou não responder à pergunta “por que?”, de ser possível a extraposição e de ser possível modificação por advérbio, haveria a possibilidade da interpretação com rompimento semântico. Entretanto, a formulação da pergunta, a extraposição e a colocação do advérbio, trazem sinais que valorizam a interpretação com frases ligadas num bloco único e rejeitam a possibilidade de interpretação com rompimento semântico. Na verdade, pode-se afirmar que o *porque* será sempre ambíguo, à exceção dos casos em que algum fator contextual o induza para uma interpretação. Além desse, outro parece levar o *porque* para apenas uma interpretação. Trata-se da relação causa e efeito, causa e consequência em que a oração causal está a exprimir condição para a consequência que vem expressa na outra oração. Assim, o *porque*, neste caso, é marcado para a interpretação em que há frases ligadas em que as duas orações constituem um conteúdo unitário.

Enfim, afora essa relação, o *porque* poderá ter duas interpretações, de modo que só o contexto motivará qual deverá ser considerada. No uso concreto, o contexto, seja ele linguístico ou não, motivará a interpretação, o que torna a utilização desta conjunção dependente de contexto e, portanto, de uso pragmático.

Travaglia (1986) já defendia que o uso de todas as conjunções causais, uma vez dependentes da crença do falante sobre se a causa é algo conhecido ou não do locutor, é uma questão condicionada a razões pragmáticas.

Considerações finais

Neste estudo mostrou-se, especialmente, que conjunções da área da causa e da explicação possuem características peculiares, sobretudo pelo viés semântico. Dessa forma, o efeito de sentido de uma conjunção não é o sentido que ela toma num contexto, ou as modificações que lhe traz o contexto, mas ao contrário, o que está em jogo é a mudança produzida nesse contexto pela introdução de determinada conjunção. Ou seja, as nuances de significados entre essas conjunções baseiam-se no comportamento diferenciado de certas orações introduzidas por esses conectores. A especificação quanto ao emprego das conjunções que as introduzem pode ser atribuído a fatores de ordem semântica, discursiva e, porque não, pragmáticas.

Analizou-se, portanto, aspectos semânticos da argumentatividade no uso de conectivos que introduzem a explicação e a causa e, também, nuances semânticas que distinguem as conjunções *pois* e *porque*. Assim, *pois* e *porque* em valor explicativo introduzem um ato de fala que explica o ato de fala de outra oração (coordenação semântica). Por outro lado, a conjunção *porque*, ao formar um único bloco com a outra oração (frase ligada), tem valor causal. Ela é a causa para o fato enunciado pelo verbo da outra oração.

Trabalhando no quadro da semântica pragmática, Ducrot desenvolveu, juntamente com J. C. Anscombe, um trabalho sobre a argumentação, partindo da visão de que, mais do que instrumento de comunicação, a linguagem é instrumento de ação. Nessa perspectiva, Ducrot defende que o valor argumentativo dos enunciados é determinado pelas expressões linguísticas de nível seguinte mais baixo em

um movimento *bottom-up*, levando-se em consideração a situação de fala (DUCROT, 1987). Daí a importância de mecanismos gramaticais, como os operadores argumentativos e os conectivos lógicos, na construção da argumentação.

Ducrot avança ainda mais na questão da argumentação na linguagem ao mostrar como os operadores argumentativos distribuem os argumentos segundo uma escala argumentativa. No capítulo oito vimos que a noção de escala argumentativa, desenvolvida por Oswald Ducrot, explica o funcionamento dos operadores argumentativos em sua função de introduzir argumentos (P , P'' , P''' etc.) que convençam em direção a uma conclusão R . Argumentos que orientam para a mesma conclusão R formam uma classe argumentativa¹⁰. Operadores como “até”, “mesmo”, “até mesmo” e “inclusive” introduzem argumentos positivos mais fortes. A mesma força argumentativa, mas com sentido negativo, é produzida por operadores como “nem”, “nem mesmo”. Expressões como “ao menos”, “pelo menos” e “minimamente” operam sobre o sentido dos enunciados nos quais aparecem introduzindo argumentos positivos mais fracos. A função de elementos gramaticais como “e”, “também”, “não só... mas também”, “tanto... como”, “além disso”, “a par de” etc. é introduzir, conforme o caso, argumentos positivos ou negativos que possuem a mesma força na escala argumentativa.

10 Diferentes trabalhos contribuem para a descrição da força dos elementos gramaticais em uma escala argumentativa, como, por exemplo, Koch (2000, 2008) e Maingueneau (1997).

Referências

- AMOSSY, Ruth (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.
- BALLY, Charles. *Linguistique Générale et linguistique française*. 2. ed. A. Francke S.A. Berne, 1944.
- BARBISAN, Leci Borges. Semântica argumentativa. In: JUNIOR, Celso Ferrarezi; BASSO, Renato. *Semântica, Semânticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2013.
- CAMPOS, Cláudia Mendes. O percurso de Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua. *Revista da ABRALIN*, v. 6, nº 2, jul./dez. 2007, p. 139-169.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009.
- DUCROT, Oswald. A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*, n. 139, mar. 2005.
- DUCROT, Oswald. *Dizer e não dizer*. Princípios de semântica linguística. São Paulo: Cultrix, 1977.
- DUCROT, Oswald. *Estruturalismo e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald. Prefácio. In: VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Diccionario enciclopédico de las ciencias del lenguaje*. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
- GUIMARÃES, Eduardo. Aquele que diz o que não diz – uma biobibliografia de Oswald Ducrot, *Entremeios* [Revista de Estudos do Discurso], Seção Perfil biobibliográfico, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), vol. 11, p. 167-178, jul. - dez. 2015.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas: Pontes, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2006.

MORENO, Cláudio; MARTINS, Túlio. *Português para convencer: comunicação e persuasão em Direito*. São Paulo: Ática, 2006.

MARINS, Ânderson Rodrigues. *Conjunções causais e explicativas do português em perspectiva semântico-argumentativa*. Campinas - SP: Pontes editores, 2021.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. 5 ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

POSSENTI, Sírío. Notas sobre semântica argumentativa. In: GARCEZ, Lucília Helena do Carmo; CORRÊA, Vilma Reche. (Orgs.). *Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores*. Brasília: INEP, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. – São Paulo: Cultrix, 2006.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Da distinção entre orações coordenadas explicativas e orações subordinadas adverbiais causais: uma questão sintática, semântica ou pragmática? *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 241-286, jul. /dez. 1986.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1989.

VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

Caminhos para uma Análise de Discurso Crítica Etnográfica

Francisco Djefrey Simplicio Pereira

Introdução

Este capítulo fundamenta-se na ideia de Magalhães (2017), segundo a qual toda pesquisa em Análise de Discurso Crítica (doravante, ADC) deveria ser etnográfica, ou seja, na medida em que aceitamos o discurso como prática social - ou um momento da prática social, deveríamos aceitar também uma aproximação da pesquisa com dados, tempo e espaço contextualizados. Mesmo com as áreas de estudos harmonizadas entre si (BLOMMAERT, 2001), essa visada, entre estudos críticos da linguagem e etnografia, tem chegado à ADC tardiamente e sido antecedida, no Brasil, por trabalhos, por exemplo, em Letramentos Sociais, por Brian Street (2014), em Poética e Performance, por Bauman e Briggs (2008), e em Pragmática Cultural/Emancipatória, por Alencar (2017; 2019). A Pragmática, especialmente, como perspectiva da linguagem, já é usada por grande parte dos trabalhos em ADC (MEY, 2014). Portanto, neste capítulo, objetivamos recorrer à pragmática como fio condutor, tanto para aproximações entre as teorias elencadas, quanto para fornecer elementos valiosos sob a vertente da pesquisa etnográfica em ADC.

A etnografia tem sido conceituada como o serviço de compreender a origem das características sociais de diferentes etnias ou de descrever aspectos de um povo (MICHAELIS, 2021). Esse ponto de vista acaba

encarando o outro como um modo nativo de vida (BLOMMAERT, 2005), que precisa ser compreendido unilateralmente para se construir uma narrativa tida como confiável sobre o que é observado e sobre o que deve ser autorizado pelos/as cientistas a respeito desse/a nativo/a e nunca *com* ele/a.

Contudo, a etnografia, nos estudos críticos da linguagem, tem sido utilizada, ultimamente, para a investigação crítica do nosso próprio modelo de sociedade ocidental, ultrapassando as fronteiras disciplinares, através da adaptação de métodos mistos para seus próprios fins (STREET, 2014). Agora, a Antropologia Linguística, a Pragmática, a Sociolinguística, dentre outras, utilizam os equipamentos do baú etnográfico em suas próprias abordagens (WODAK, 2008). Assim, a etnografia não exige mais, necessariamente, décadas de observação e participação intensivas, tampouco a aceitação de todos os seus “compromissos epistemológicos”. Dessa forma, podemos inferir que os estudos críticos do discurso podem ser aprimorados por uma visão etnográfica de locais socioculturalmente situados nos trabalhos em ADC.

Sociolinguística

A Sociolinguística desenvolveu uma vertente que se interessa por padrões interacionais de pequenas comunidades, ou seja, por maneiras situadas de vivências sociais (BLOMMAERT, 2005). Esses padrões de interação são compostos por variedades que podem ser categorizadas em conjuntos de parâmetros, incluindo diferenças diafásicas, diatópicas, diastráticas e diacrônicas (LABOV, 1972).

Para a disciplina, cada exemplo de uso real da linguagem guarda todas essas variedades, socialmente constituídas, ao mesmo tempo. Ou seja, qualquer enunciado será visto não apenas por um prisma linguístico, mas também social. Assim, cada enunciado diz algo sobre a pessoa que o pronuncia, assim como nos diz algo sobre o próprio enunciado, trazendo à tona formas mais complexas de realizar e de fazer pesquisas, transbordando os limites da abordagem puramente linguística.

Contudo, observa-se que o conjunto particular de recursos linguísticos, aos quais as pessoas têm acesso, é desigual e tende a privilegiar um certo grupo dominante, como já advertia Bourdieu (1974), ao trabalhar com as economias de trocas simbólicas. O ensinamento principal que podemos tirar disso é sobre a inverdade dos recursos de linguagem serem distribuídos igualmente às pessoas. Portanto, a desigualdade, por nem todos terem as mesmas posses simbólicas para se comunicarem, gera um problema para as abordagens estritamente descritivas da Sociolinguística tradicional.

Dessa forma, Street (2014) percebe a necessidade de oferecer, dialogando com a etnografia, complementos aos estudos da Sociolinguística, com foco específico sobre as práticas letradas. Desenvolvendo a “etnografia do letramento” para além dos usos particulares, o estudioso apodera-se do termo para se referir à observação atenta e detalhada das interações em sala de aula, que, por regra, transbordam para as vidas dos/as alunos/as fora da escola. Ainda assim, para o autor, a simples inclusão da etnografia nos estudos sociolinguísticos não garante uma solução mágica, mas, sim, o/a pesquisador/a deve ter clareza sobre o centro dominante que exerce hegemonia sobre a comunidade investigada.

Uma vez atento para esse processo de luta pelos significados nos textos, Street (2014) resiste a certas estratégias pedagógicas impostas e reflete sobre as práticas escolares, instaurando uma espécie de letramento cultural. Nesse âmbito, é necessário o/a pesquisador/a ter conhecimentos da tradição do campo estudado, incluindo manifestações populares históricas e imediatas daqueles que se inscrevem e reescrevem nas ações cotidianas.

Portanto, podemos tratar agora da ineficácia do modelo “autônomo”, que julga dar explicações técnicas, neutras e universais, mas que, de fato, costuma repetir o mesmo exemplo dos colonizadores e missionários. Ao contrário disso, buscamos relatos assumidamente ideológicos e politicamente sensíveis de práticas sociais situadas, defendendo o debate racional inserido no entendimento das ideologias de poder (STREET, 2014).

Antropologia Linguística

Desde que a pesquisa sociolinguística deixa de ser enviesada pela posição do observador sobre o ponto de vista nativo, as pesquisas culturais em línguas param de depender de padrões universais pré-estabelecidos e oferecem às ciências sociais formas de fazer pesquisa que repercutem até o conhecimento da Linguística, o que representa um avanço na discussão entre o que vinha a ser diferenças e desigualdades. Esse salto significa estudar os usos reais das economias das trocas simbólicas, culturalmente instituídas, ou seja, o estudo deve partir da cultura particular onde a linguagem opera.

A partir disso, a Antropologia Linguística começa a dar atenção a desigualdades linguageiras, à pesquisa reflexiva e ao poder da linguagem na pesquisa antropológica, a fim de fazer perguntas de importância sobre o aqui-agora de grupos silenciados da sociedade (BLOMMAERT, 2005). Por exemplo, quando o conceito de entextualização, elaborado por Bauman e Briggs (2008), desloca noções centradas no texto em si e no seu dito contexto “original” (dando maior atenção à dialética entre a performance realizada e seu contexto sociocultural, em que se são extraídos discursos das práticas), isso gera importantes interrogações de como aquele texto viaja, contextualiza-se e se descontextualiza, ou seja, carrega esses elementos de sua história de uso.

Nesse ponto, essa oposição, entre descontextualizado e contextualizado, é o que Bakhtin (2006) chamaria de enunciado monológico, ou dogmático, para o descontextualizado; e dialógico, para o contextualizado (SILVERSTEIN; URBAN, 1996). Sendo esse o caso, a viagem da entextualização não é tão natural, (claro que a viagem ocorre sempre, mas não sem tropeços e percalços) como a literatura pode sugerir, mas envolve avaliações de participantes, poder e autoridade, de tal forma que a entextualização tanto reflete quanto refrata relações sociais assimétricas.

Importante lembrar que a “antropologia da *performance* norte-americana surge, em parte, da Sociolinguística ou Etnografia da fala e da preocupação com o papel da linguagem na vida social”, sob a influência de Bauman e Briggs, a partir dos anos 70 (LANGDON, 2006, p. 5). Desde então, um trabalho muito sólido é feito pela Antropologia Linguística, na representação de Silverstein e seus amigos, na forma de preocupações que são familiares para aqueles da Pragmática e da ADC (BLOMMAERT, 2005).

Embora , tanto a Antropologia Linguística quanto a ADC nutram suas bases teórico-metodológicas de maneiras aproximadas, com vistas à Sociolinguística (BLOMMAERT, 2005), as áreas diferem no que diz respeito ao grau de envolvimento com os dados. Enquanto o pesquisador se envolve explicitamente na pesquisa em ADC, procurando desvelar formas de dominação, na Antropologia linguística procura-se apenas descrever fenômenos, analiticamente mais distante do objeto estudado. Por exemplo, enquanto a Antropologia linguística estuda a ideologia da linguagem, a ADC estuda a ideologia racista (VAN DIJK, 1992 *apud* BLOMMAERT, 2005).

Pragmática

A Pragmática estuda os contextos em que os/as usuários/as da linguagem se comunicam e como os efeitos de sentidos emergem a partir de determinadas relações sociais (MEY, 1993). Para essa área de estudos, entende-se que os diversos usos languageiros constroem diversas realidades, e estas, por sua vez, são resultados de rituais como formas de vida (WITTGENSTEIN, 2010). Desse modo, os fatos (eventos) da vida trazem padrões específicos “do campo”, que juntos constituem uma forma de vida (prática). Assim, apesar de os usos serem orquestrados pelas estruturas da sociedade, tais como a econômica, de forma que essas estruturas decidem quem terá acesso ao “poder de fala” e quem será silenciado, é possível performatizar na realidade, em busca de tensionar contextos de práticas sociais ritualizadas (BUTLER, 1997).

Para estudar essas *performances*, os/as pragmaticistas observam o que as pessoas realmente fazem com suas palavras, na perspectiva de

Austin (1990), muito além da análise de frases prototípicas. Observam, pois, que enunciados abstratos não dão conta dos jogos de linguagem que ocorrem nas conversas diárias.

As regras desses jogos são similares às regras que se criam para outras atividades sociais e afetivas. Desse ponto, surge o interesse da Pragmática pela Etnografia, que supre a curiosidade de como essas regras são produzidas, consumidas e distribuídas entre os praticantes locais, pois, como nos jogos, essas regras podem ser alteradas ou “descobertas”, a depender das novas necessidades das interações sociais.

Nesse modelo de linguagem, em que o significado de uma palavra é o seu uso (WITTGENSTEIN, 2010), os jogos podem conter, momentaneamente, certas semelhanças ou não, uma vez que eles não estão finalizados: são processos que se manifestam ativamente, não havendo, portanto, uma definição analítica desses “jogos de linguagem”, em termos de previsibilidade ou condições necessárias.

Como exemplo, podemos discutir, de modo simples, sobre a situação completa de um simples soluço. Via de regra, para a causa, pensamos em fatores físicos relacionados à digestão, que impactam na ação involuntária do diafragma e impulsionam o fechamento da glote. Costumamos tomar um copo de água ou prender a respiração, para resolver o problema. Contudo, quando um soluço intermitente acomete um chefe de estado, que há poucos dias respondeu “caguei” para a CPI (que investiga inúmeras suspeitas de corrupção ligadas ao seu gabinete e aos de seus familiares, além de procurar os culpados pelo negacionismo científico, que gerou mais de meio milhão de mortes pela Covid-19) surgem diversas traduções do item indexical “soluço”. Primeiro, ele não “cagou” fisicamente, causando o soluço; segundo, ele não “cagou” para a CPI, em sentido metafórico, visto que o sentimento de preocupação

também gera soluço; terceiro, como na eleição presidencial, a sua hospitalização serve para uma dupla via: livrar-se de debates e ser visto como um mártir, por seus seguidores. Com isso, observamos que os significados sociais atribuem valores particulares a determinadas práticas de linguagem.

Dessa forma, a Pragmática chega à conclusão de que precisamos nos aprofundar no etnográfico das fundações culturais. Assim, devemos buscar entender o que as pessoas realmente estão fazendo quando fazem sentido, pois elas criam ordens indexicais para moldar um conjunto total de produção de significados, e não apenas significam no sentido do dicionário: elas, notadamente, significam a partir de um senso identitário. Assim, percebe-se que, em certos casos, linguisticamente, nada muda, levando-nos a recorrer à indexicalidade - enquanto sentido social, implícito e pragmático - para entender essa mudança de valores (BLOMMAERT, 2020).

Enfim, Análise de Discurso crítica e etnografia

Até aqui, de forma geral, conseguimos arrematar que a linguagem é heterogênea e que a contextualização é fundamental para estabelecer a relação entre as ações da linguagem, as intenções locais e as condições de produção pelas quais a linguagem opera. Toda tentativa de explicação generalizante deve passar pelo filtro clínico da crítica, de encontro às nuances características do caso em que se está investigando, especialmente, no que diz respeito à linguagem, enquanto aparato que perpassa as estruturas, as práticas, os eventos na sociedade e guarda relações com o poder historicamente situado.

Dessa maneira, o foco da pesquisa não recai sobre conteúdos abstratos, feitos como modelos a serem seguidos, mas na realidade contextualizada em que a linguagem age diariamente. Assim, considerar os usuários e seus repertórios culturais é fundamental para saber o que determina os recursos pelos quais as pessoas podem ou não fazer com a linguagem, visto que elas são limitadas pelo alcance de seus repertórios. A partir disso, podemos seguir, enfim, à relação entre Análise de Discurso Crítica e Etnografia.

Começamos pelo conceito-chave na pesquisa em ADC de ideologia e, consequentemente, poder, em termos de hegemonia, para manifestar a necessidade de uma pesquisa que inclua um olhar sobre as maneiras pelas quais os textos são produzidos, distribuídos e consumidos no trabalho real das interações. Para Thompson, a ideologia é “o sentido a serviço do poder” (1995, p. 16). Através dela, formas simbólicas tornam-se um “espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1995, p. 79). Com isso, vemos que não é suficiente apenas desvelar uma política assimétrica e confrontá-la com uma política alternativa, como se vem fazendo (BLOMMAERT, 2005). Mais que isso, o/a pesquisador/a precisa verificar todos os processos formadores da prática social, desde a definição do seu cronograma de pesquisa, até a materialização das escolhas tomadas sobre a constituição do corpus e o retorno que se dá aos/às envolvidos/as.

Desde o pré-projeto de pesquisa em ADC, a etnografia deve estar inserida nas questões e hipóteses formuladas, uma vez que o próprio processo, que simula a coleta de material, já insere vozes de outras pessoas e enquadra uma possível reunião de documentos singulares,

para a construção do objeto de pesquisa (WODAK, 2014). Como já nos indicava Magalhães (2017), a metodologia etnográfico-discursiva é um processo reflexivo que não se limita à coleta de artefatos no local de pesquisa, mas entende que esses dados se relacionam com o ethos pesquisador e com as categorias usadas da literatura como lupa para análise. Como o foco dos estudos etnográfico-discursivos é a construção discursiva, o conhecimento contextualizado da prática social, da qual o discurso é um momento, torna-se imprescindível (RESENDE, 2008)

Pelo percurso que fizemos até então, compreende-se que a etnografia pode ser definida como o mergulho que um/a pesquisador/a faz com seu sujeito em um nível local, Tendo em vista que a pesquisa deve a pesquisa deve: 1) nascer das demandas sociais; 2) aproximar os saberes acadêmicos dos saberes populares; 3) e horizontalizar os envolvidos, através de metodologias participativas, cooperativas e colaborativas (ALENCAR, 2019). Tal empenho implica não apenas coletar dados, mas gerar um compromisso de vivência dentro do campo, ou seja, estar com gente, (inter)agir com as pessoas e participar de seus jogos de linguagem. Dito de outro modo, a pesquisa de campo exige que os/as acadêmicos/as se envolvam em contato cara a cara com os participantes, em vez de assumir uma abordagem vertical e distanciada.

Como Alencar (2019) indica, com o primeiro ponto, na pesquisa etnográfica, as perguntas e as respostas são descobertas na própria vivência social estudada. Nessa linha, a etnografia não busca traduzir o campo de pesquisa de acordo com os pressupostos do/a observador/a que faz a pesquisa, de forma vertical, mas as práticas que os participantes compartilham são interpretadas pelas suas próprias experiências.

Por exemplo, em suas pesquisas, Alencar (2019) constatou que o caráter aberto das entrevistas é importante, para permitir que os/as participantes discutam temas relevantes para eles/elas, e não unicamente para o/a pesquisador/a, sendo possível refazer todo o direcionamento da pesquisa. Consequentemente, ao contrário de muitos trabalhos em ADC, que realizam a interpretação de dados apenas ao final da pesquisa, a visada etnográfica é um processo cíclico que revisa teorias e hipóteses, na medida em que aprende com o seu campo de estudos e reflete sobre os passos dados até então.

Dessa forma, concluímos que a ADC, que busca ser etnográfica, deve reconstruir e compreender as singularidades dos campos que pretende estudar, mas não se esforçar para gerar resultados replicáveis. De forma detalhada, selecionamos algumas máximas, a partir de Wodak (2008, p. 196, tradução adaptada nossa), que resumem bem o que foi até aqui dito, Com a finalidade de que se estabeleçam aproximações entre a ADC e a etnografia:

Primeiro, a documentação do processo de pesquisa deve ser detalhada, com respeito aos pressupostos teóricos da pesquisa, assim como seus objetivos de pesquisa, os métodos de coleta, registro e análise de dados e as decisões tomadas nos processos de pesquisa, no que diz respeito à escolha de pesquisas locais e amostragem.

Segundo, os métodos e casos escolhidos devem ser adequados em relação ao campo/objeto e às questões solicitadas: o objeto define os métodos a serem usados, e não vice-versa.

Terceiro, a interpretação etnográfica e a construção da história devem ser fundamentadas nos próprios dados, ou seja, nas perspectivas e conceitos empregados no campo, e não derivar de modelos predefinidos.

Quarto, devem ser coletados dados que sejam adequados para realmente desafiar o conhecimento prévio (ou julgamentos) do pesquisador, ou seja, evitar ajustar os dados para ilustrar uma teoria. Assim, por exemplo, a amos-

tragem deve incluir casos extremos ou contrastantes para testar a distribuição de padrões no campo.

Quinto, uma boa pesquisa etnográfica depende da autorreflexão sistemática do pesquisador: isso pode incluir observar a si mesmo (por exemplo, usando um diário de trabalho de campo), explicitando as condições e interesses pessoais e refletindo sistematicamente sobre o desenvolvimento das regras para as pessoas que você observa e com quem trabalha.

Em resumo, quando a pesquisa se engaja com a linguagem do mundo dos participantes com os quais se trabalha, estes não são alvo de um olhar estritamente científico dito superior, mas são intercalados com a viabilidade de mudança social. Assim, concluímos que a reflexão crítica das formas como a pesquisa (inter)age com a prática constitui um elemento importante da pesquisa em ADC (WODAK, 2008).

Considerações finais

Este trabalho objetivou aproximar as teorias elencadas, a fim de fornecer elementos valiosos, às portas da pesquisa etnográfica em ADC. Assim, concluímos que as construções discursivas, em última análise, estão cercadas pela estrutura do sistema total. Em tempos de modernidade tardia, o princípio de contextualização na ADC, assim como na Sociolinguística, na Etnografia linguística e na Pragmática Cultural, arremata não uma sociedade singular, mas inclui as relações entre diferentes sociedades, e se interessa pelos repertórios que os usuários de linguagem utilizam para construir suas vozes.

Referências

- ALENCAR, Claudiana Nogueira de. “Tudo aqui é poesia”: a Pragmática Cultural como pesquisa participante com movimentos sociais e coletivos juvenis em territórios de violência urbana. *Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v. 31, p. 237-256, 2019.
- AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Artes Médicas, 1990.
- BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles. Poética e performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. Tradução de Vânia Cardoso e revisão de Luciana Hartmann. *Ilha: Revista de Antropologia*, p. 185-229, 2008.
- BLOMMAERT, Jan *et al.* *Discurso: Uma introdução crítica*. Cambridge University Press, 2005.
- BLOMMAERT, Jan. Context is / as critique. *Crítica da antropologia*, v. 21, n. 1, pág. 13-32, 2001.
- BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BUTLER, Judith. *Excitable speech: A Politics of the Performative*. Nova Iorque, 1997.
- DO BRASIL, Associação de Linguística Aplicada. *Daniel N. Silva entrevista Jan Blommaert*. YouTube, 07/01/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LPwxX6fDgh0&lc=UgzJwhTovZnvO7n23Jh4AaABAg>
- LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo, Editora Parábola, 2008[1972]. Tradução de Marcos Bagno *et al.*
- LANGDON, Esther Jean. Performance e sua diversidade como paradigma analítico: a contribuição da abordagem de Bauman e Briggs. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 8, n. 1, 2, p. 162-183, 2006.
- MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; DE MELO RESENDE, Viviane. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. SciELO-Editora UnB, 2017.
- MEY, Jacob L. *Pragmatics: An Introduction*. Oxford, Blackwell, 357 p. 1993.
- MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Editora: Melhoramentos Ltda. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portu->

gues/. Acesso em 05 jul. 2021.

RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. (Tese), Universidade de Brasília, 2008.

SILVA, Daniel do Nascimento. Pragmática, sociedade (e a alma), uma entrevista com Jacob Mey. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 30, p. 161-179, 2014.

SILVERSTEIN, Michael; URBAN, Greg (Ed.). *Natural histories of discourse*. University of Chicago Press, 1996.

STREET, Brian. V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. 240p.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Stanford University Press, 1995.

VAN DIJK, Teun A. Negando o racismo: o discurso da elite e o racismo. *Discurso e Sociedade*, v. 3, n. 1, pág. 87-118, 1992.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. John Wiley & Sons, 2010.

WODAK, Ruth *et al.* *Análise qualitativa do discurso nas ciências sociais*. Macmillan International Higher Education, 2008.

A necessidade da Pragmática no ensino das formas de tratamento nas aulas de PLE face ao espanhol

Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco

Yedda Alves de Oliveira Caggiano Blanco

Introdução

No ato da comunicação as pessoas dirigem-se umas às outras empregando formas de tratamento que apresentam diversas finalidades, como, por exemplo, de chamar a atenção do interlocutor, mostrar deferência social, marcar proximidade, expressar ironia etc., ou seja, é “um sistema de significação que abarca diversas modalidades de dirigir-se a uma pessoa. Trata-se de um código social que, quando se transgride, pode causar prejuízo no relacionamento entre os interlocutores” (SILVA, *et al.*, 2018, p. 5).

Nesse sentido, entendemos que as formas de tratamento podem adquirir diversos valores semântico-pragmáticos em relação ao seu contexto de uso conforme as estratégias comunicativas do falante de uma determinada língua. Por essa razão, tais particularidades devem estar presentes no ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira. São exatamente essas particularidades, relacionadas às questões de uso, que fazem que o/a aprendente adquira competência na língua-alvo. Ser linguisticamente competente, além de dominar as regras morfossintáticas

e semânticas regulares de cada língua, é também conhecer o conjunto de regras que regulam o comportamento adequado dos membros de um determinado meio social.

Em consequência, a linguagem, como meio de interação com outros indivíduos, não pode ser dissociada de suas características socioculturais e de seus efeitos pragmáticos. De fato, cada sociedade estabelece regras que incluem as formas de tratamento e que, portanto, sancionam os comportamentos comunicativos como adequados ou inadequados. Assim, a forma como tratamos o outro está inserida em um código social que, ao ser transgredido, pode causar prejuízos na relação entre os interlocutores.

Cientes dessas premissas, o presente capítulo objetiva apresentar teorias que tratam do entendimento das formas de tratamento e da questão da (des)cortesia; e, com base nos dados obtidos nos livros didáticos de PLE, analisar e comparar as estratégias pragmáticas desenvolvidas pelas formas de tratamento em português brasileiro e espanhol. Também, pretendemos oferecer aos professores de português como língua estrangeira alguns *insights* sobre as dificuldades pragmalinguísticas e sociopragmáticas que os aprendizes estrangeiros falantes de espanhol, no processo de aquisição/aprendizagem das formas de tratamento, podem ter por influência tanto dos aspectos morfossintáticos como dos padrões pragmáticos de sua língua materna ou, como Kasper (2005) aponta, pela transferência negativa.

Formas de tratamento (FT)

De acordo com Silva (2008), entendemos por formas de tratamento os sintagmas, as palavras ou morfemas a que o usuário de uma língua recorre para dirigir-se ou referir-se a outra(s) pessoa (s). Segundo o autor, as formas podem ser:

1. Formas pronominalizadas, palavras e expressões que equivalem a verdadeiros pronomes de tratamento, em português: informal: *você - tu* / formal: *o senhor – a senhora* / *você* e as formas plurais *vocês* / e *os senhores - as senhoras* / *vocês*;

2. Formas nominais, constituídas por nomes próprios, de parentesco, títulos de função, como *professor, doutor* etc.;

3. Formas vocativas, ou seja, palavras desvinculadas da estrutura argumentativa do enunciado e usadas para designar ou chamar a pessoa com quem se fala;

4. Outras formas referenciais, por exemplo, sintagmas, palavras ou morfemas usados como referência à pessoa com quem ou de quem se fala.

Pautada pelo uso de que o/a falante faz na interação, também devemos entender as formas de tratamento a partir da função que desempenham ao ser empregadas. Assim, temos:

1. Função de dêitico social, que se relaciona com a estratificação social, o poder relativo dos interlocutores na inter-relação e os fatores situacionais da interação, tais como: idade, sexo etc.

2. Função pragmática, que pode expressar cortesia _ ritualizada ou estratégica (BRIZ, 2005) _ ou descortesia e ironia.

Em decorrência, pragmaticamente, as FT denotam um uso marcado por parâmetros tanto contextuais quanto estratégicos, bem como pela identidade dos participantes. Assim, podemos dizer que “um certo

pronome “codifica” o gênero, o status ou poder” (VAN DIJK, 2012, p. 184) e, portanto, a escolha de uma determinada forma de dirigir-se ao outro pode constituir, entre outras, uma estratégia com finalidade de atenuar ou mitigar ações que poderiam ser ameaçadoras a imagem dos interlocutores. De acordo com Van Dijk (2012, p. 193):

se nos dirigimos a alguém dizendo ‘João’ ou ‘Sr. Lopes’, ou com ‘o senhor’ ou ‘tu’, então as formas de locução mudam, mas não muda o fato de que essas formas *se referem* deitivamente à (mesma) pessoa com quem estamos falando. A equivalência semântica, no caso, não é intencional (baseada no significado), mas extensional (baseada na referência). Expressões lexicalmente variáveis, que são referencialmente equivalentes, podem ter não só ‘significados’ semânticos (intencionais) diferentes (por exemplo: ‘o homem’ em oposição ‘o sr. Smith’), mas também funções ou significados pragmáticos diferentes, dadas as condições contextuais diferentes.

FT nas relações de cortesia, descortesia e atenuação pragmática

A cortesia, concebida como um “princípio de regulação social das interações” (SILVA, 2011, p. 280) ou como “princípio básico da dinâmica comunicativa” (ALBELDA; GARCÍA, 2018, p. 18), desenvolve-se como um jogo de aproximação social, no qual há uma negociação entre os agentes envolvidos na busca do estabelecimento de um acordo no ato da comunicação.

Conforme pondera Briz (2003), a cortesia pode ser ritualizada ou estratégica. A cortesia ritualizada está ligada aos bons modos e à urbanidade, aos costumes socialmente aceitos, por exemplo, as saudações, a abertura de certos atos comunicativos. Nela as formas são expressas mediante convencionalizações, determinadas pelo uso da comunidade de

fala. Por sua vez, a cortesia estratégica ocorre quando há uma finalidade retórico-argumentativa e social, que envolve a gestão da *face* (*facework*), cujo propósito é o de não quebrar ou restabelecer o equilíbrio das imagens dos interactantes.

A cortesia, segundo Brown e Levinson (1987 [1978]), realiza-se para mitigar a força dos atos de fala que sempre são capazes de ameaçar a imagem dos interlocutores, os *Face Threatening Acts* (FTA). Ainda, sobre as atividades linguísticas estratégicas para produzir cortesia, Brown e Levinson estabelecem os seguintes fatores sociológicos: relação de poder; distância social; grau de imposição do ato de fala - “que influenciam na determinação do nível de cortesia entre locutor e interlocutor” (SILVA, 2008, p. 181).

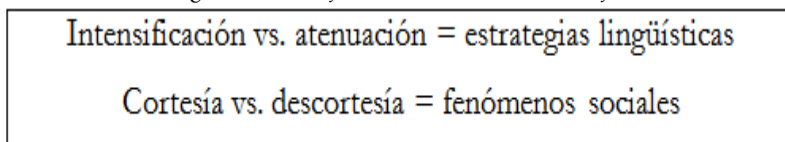
Por outro lado, de acordo com Kerbrat-Orecchioni (2004), além dos FTAs brownlevinsonianos, há outros que, longe de ameaçar, realçam a imagem, denominados por ela de *Face Flattering Acts* (FFA). Portanto, para a pesquisadora, há na interação os atos que valorizam a imagem¹. Trata-se da cortesia valorizadora (positiva), realizada por algum ato agradável e, em oposição, a cortesia atenuadora (negativa), mediante algum procedimento quando se apresenta alguma ameaça às faces dos interlocutores.

1 Nota-se que, a partir de Brown e Levinson, principalmente, por causa do pioneirismo, prestígio e ampla aceitação e difusão de sua teoria, cortesia (*politeness*) e atenuação praticamente viraram sinônimos, uma vez que, decorrente da visão pessimista dos atos de fala, a maior parte das táticas de cortesia (tanto positiva como negativa) propostas por eles, são, em sua maioria, táticas de atenuação. Dessa forma, temos que enfatizar que o conceito de cortesia não necessariamente forma um par com a atenuação, pois, como esclarece Kerbrat-Orecchioni (1992), nem todo ato comunicativo de cortesia é atenuador ou mitigador, dado que depende de fatores, como os socioculturais.

Albelda (2005) reafirma que os conceitos de atenuação e de cortesia não podem ser tratados de modo indistinto. A autora defende que a atenuação (e, também, a intensificação) são “funções discursivas próprias da linguagem” (ALBELDA, 2005, p. 581), ao passo que a cortesia (e a descortesia) devem ser entendidas como fenômenos sociais.

Essa distinção é muito importante, pois, embora a atenuação seja um dos principais dispositivos da cortesia, ela pode ser conseguida também por mecanismos de intensificação linguística, conforme aponta Albelda (2005) a seguir:

Figura 1 – Relações entre cortesia e atenuação



Fonte: Albelda (2005, p. 584).

BRIZ (2014, p. 93) esclarece que “cortesia e atenuação formam com frequência um casal, mas de conveniência; na interação, a não presença ou a menor presença desta estratégia linguística de atenuação não implica necessariamente menos cortesia ou descortesia”. Assim, a atenuação não pode ser confundida com cortesia, pois, enquanto a cortesia se relaciona ao trato social estabelecido entre as pessoas (seja para aproximação ou distanciamento), a atenuação refere-se, segundo Haverkate (1994), a uma subestratégia pela qual o falante minimiza a força ilocutória do enunciado, ou, como descreveremos adiante, a forma de dizer.

Opõe-se a este trabalho de imagem (cortesia), a descortesia que é um ataque volitivo, estratégico e intencional com a finalidade de ataque à imagem, segundo os preceitos de Culpeper (2011). Entretanto,

consideramos importante enfatizar que nem todo ato que não se enquadra dentro dos parâmetros do socialmente cortês supõe um ataque à imagem, um ato descortês, uma vez que tal oposição não deve ser entendida como um par dicotômico, mas como um continuum em cujos extremos encontram-se a cortesia e a descortesia, com diferentes gradações entre elas, razão pela qual existem atos de fala que não podem ser considerados cortesies nem descortesies, (KAUL DE MARLANGEON, 2017).

Por outro lado, é necessário observar que os ataques à imagem (entre eles, os insultos), muitas vezes são usados, principalmente pelos mais jovens, como um recurso de aproximação social na interação. Nesse sentido, Zimmermann (2005, p. 249) aponta “a importância teórica deste tipo de atos: mostram-nos que a cortesia não é uma constante social, mas sempre uma opção teórica entre várias possibilidades”. Em outras palavras, o insulto pode estar ligado a uma atividade de aproximação, de camaradagem, entre os participantes da interação, que faz com que eles estabeleçam relações de pertencimento ao mesmo grupo, criando, desta forma, uma identidade, uma tatuagem linguística que reforça os laços do grupo (BLANCO, 2016).

Embora a teoria de Brown e Levinson (1987) seja muito criticada pela pretensão universal de suas categorizações, para alguns etnocentristas, a preocupação pela cortesia é, como afirma Bravo (2005), universal. O que diferentes estudiosos na matéria apontam é que, na sua realização, ela sofre variações de cultura para cultura. Temos, assim, face a uma teoria que pretende explicar a cortesia universal com apenas 3 variáveis _ poder relativo, distância social e grau de imposição do ato de fala _, há muitos outros elementos próprios de cada cultura e um leque de muitíssimas formas estratégicas de realizá-la. Desse modo, uma mesma forma de

tratamento, por exemplo, “meu velho”, pode ser empregada como marca de aproximação social com a intenção comunicativa de prevenir um enunciado que possa afetar a imagem social do interlocutor, ou para reparar um ataque já proferido se colocada em posição final do enunciado; para expressar ironia; ou, ainda, para expressar descortesia por “sonegação deliberada de cortesia esperada” (KAUL DE MARLANGEON, 2005)² conforme as circunstâncias contextuais e as intenções comunicativas do falante. Por tal razão, as escolhas das formas de tratamento nos enunciados devem estar de acordo com o contexto sociocultural na qual se inserem, com as relações entre os participantes permitidas e/ou promovidas por esse contexto, e com as formas imperantes dentro deste contexto sociocultural.

Como resultado, o sociocultural perpassa tanto o entendimento do código linguístico quanto às atividades de imagem envolvidas no processo comunicativo e, nesse sentido, Bravo (2004, p. 8) elucida que:

O sociocultural centra-se nas relações de linguagem com a sociedade. Considera-se que o falante de uma língua é provido de recursos interpretativos que vêm de seu ambiente social e de suas experiências comunicativas anteriores, que ele compartilha parcialmente com outras pessoas (grupo) e parcialmente não compartilha com essas mesmas pessoas (indivíduo). Esses recursos são colocados em operação na interação e são projetados para os significados emergentes, criando novas alternativas; assim, a cortesia, considerada um fenômeno sociocultural, é confirmada, atualizada, modificada ou revertida na situação de diálogo real.

2 Quando, na situação comunicativa, socialmente é esperado o emprego de uma determinada forma de tratamento, como “professor, Doutor” etc. e o falante, para se impor ao ouvinte e demonstrar sua superioridade social, emprega formas diferentes com o intuito de ferir a sua imagem.

Em decorrência disso, quando os participantes se encontram em uma interação comunicativa, realizam uma ação concreta que pode ir além de uma frase produzida entre eles. No processo da interação, temos que observar certas condições contextuais, como: tempo, lugar, papéis dos interactantes, relações sociais, os objetivos da interação entre outros que integram o ato de fala _ o enunciador os tem em mente ainda antes de realizá-lo- e, portanto, condições imprescindíveis para o seu sentido e entendimento. Conforme afirma Koch (2012, p. 12), “a par daquilo que efetivamente é dito, há o modo como o que se diz é dito: a enunciação deixa no enunciado marcas que indicam (“mostram”) a que título o enunciado é proferido.”

Por tal motivo, além das circunstâncias contextuais e da intenção dos falantes, os enunciados dos sujeitos que se apropriam da língua, num determinado contexto de uso, produzem na sua realização determinado sentido, que carrega em si uma “voz” que não pode ser desassociada das diversas vozes enunciativas anteriores a ela e que se apresentam no ato da sua produção (DUCROT, 1987). Para ele, o sujeito produtor do enunciado não é visto como um mero produtor da fala, mas sim como um sujeito pertencente ao mundo: o “locutor-enquanto tal (constituído no nível do dizer) e o locutor-enquanto-ser-no-mundo (no nível do dito)”, (DUCROT, 1987, p. 188).

Portanto, ao se produzir um enunciado, reproduzem-se discursos marcados por fatos ideológicos, próprios da comunidade de fala onde se realizam, que constituem a formação e atuação do indivíduo na sociedade. E, assim, os contextos produzidos nos textos, (re)criam certas condições específicas nos quais se perpetuam falares e crenças³. Segundo Van Dijk

3 Por exemplo, alguns jovens relacionados a algumas comunidades de fala que tem a ver com

(2012, p. 34), o contexto é “um construto subjetivo dos participantes”, cuja construção se dá por meio de um modelo mental controlado por ele, o contexto, que ativa a memória individual e social, além de ser formador da identidade na construção do eu-mesmo e do ele-mesmo.

Formas de tratamento: espanhol e português brasileiro

Em geral, o tratamento que cada membro da sociedade recebe depende das divisões nela existentes, do papel que desempenha na interação e de suas características pessoais, tais como idade, gênero, posição familiar, hierarquia profissional, grau de intimidade etc. Nessa direção, cada um deve tratar o outro de acordo com as posições relativas que ambos ocupam na escala social e, portanto, considera-se descortês o fato de uma pessoa dirigir-se a um superior hierárquico com excessiva familiaridade, por exemplo, pode constituir descortesia por sonegação deliberada de cortesia esperada (KAUL DE MARLANGEON, 2005). Da mesma forma, é inadequado dirigir-se a um amigo íntimo de maneira formal; se tal fato ocorrer, pode ser um sinal evidente de desejo de distanciamento da relação amistosa ou de artificialidade no comportamento social que pode significar ironia.

Em suma, o uso das formas de tratamento retrata a expressão linguística da estrutura vigente em um determinado meio social e, portanto, o emprego das formas de tratamentos não depende, propriamente, do sistema linguístico e das estratégias discursivo-retóricas

o rock na sociedade argentina tratam-se amistosamente com a forma de tratamento “*vieja*” (no feminino), para demonstrar proximidade social. Esse uso fora desse contexto comunicativo pode ser considerado inadequado ou até descortês.

dos interactantes, mas também da maneira como a sociedade está organizada e das mudanças que nela se operam. Em decorrência disso, Silva (2008) explica que, no Brasil pós-ditadura militar, houve profundas mudanças na sociedade, especialmente em relação à liberalização de costumes, com suas evidentes mudanças nas formas de tratamento e, não raramente, nos costumes mais liberais que vêm caracterizando a sociedade brasileira dos últimos tempos.

No mesmo sentido, no estudo das formas de tratamento de Brown e Gilman (1960), o conceito da dinâmica de poder e solidariedade tem tido um papel fundamental na visão sociolinguística. O trabalho desses autores centra-se, fundamentalmente, na análise das inter-relações entre a estrutura linguística e as estruturas sociais, já que a sociedade está polarizada entre duas forças – poder e solidariedade –, que retratam relações que se estabelecem entre os interlocutores. Os autores concluem que, desde o final do século XIX, está-se produzindo uma mudança de direção rumo à supressão do eixo semântico de poder a favor do eixo semântico de solidariedade. Há uma diminuição da frequência de tratamento assimétrico e um aumento correspondente ao tratamento simétrico. Essa mudança linguística estaria associada às mudanças e aos valores adquiridos no século XX, como são as consequências de sociedades mais abertas e igualitárias que acarretam o aumento do uso de formas simétricas e, também, no âmbito da solidariedade informal, estendeu-se, pois, o número de relações consideradas suficientemente solidárias, como explicam Silva; Blanco; Blanco (2018).

Brown e Gilman (1960), ainda, ressaltam que, depois da Segunda Guerra Mundial, houve uma abertura maior nas estruturas sociais, o que possibilitou uma mobilidade mais acentuada nas hierarquias,

provocando renovação nos sistemas de tratamento. Dessa forma, nas línguas europeias, houve uma mudança do predomínio de relações assimétricas para um predomínio de relações simétricas. É possível pensar em uma solidariedade formal, marcada por relações recíprocas formais (em francês, *vous/vous*; em espanhol, *usted/usted*; no português do Brasil, *o senhor/o senhor*; no português de Portugal, uma série de formas, como *o senhor/o senhor*, *Vossa Excelência/Vossa Excelência* etc.) e em uma solidariedade informal, marcada por relações recíprocas informais (em francês, *tu/tu*; em espanhol, *tú/tú*; no português do Brasil, *você/você*; no português de Portugal, *tu/tu*). As sociedades fechadas do passado, pouco a pouco, transformaram-se nas sociedades abertas do presente. A força da expansão da solidariedade derrubou ou, pelo menos, está exercendo uma forte pressão sobre o poder. Com isso, a primazia do poder cede lugar à primazia da solidariedade.

Ressalte-se que, no português do Brasil, as mudanças são muito similares às ocorridas no espanhol. Assim, Robinson (1977) assinala que, quando se trata de formas de tratamento, as convenções já existem e as normas que governam o emprego diferenciado podem ser levadas para as diferentes relações entre papéis sociais. Nas relações em que estão envolvidos direitos e deveres que impliquem desequilíbrio de poder, as formas assimétricas de tratamento são mais suscetíveis de ocorrer. Na sociedade atual, tais relações manifestam-se nas diferenças de faixa etária (crianças e adultos) e de profissão (empregador/empregado), entre outras.

Talvez, por suas características econômicas e sociais, Espanha e Brasil apresentam características muito semelhantes no que se refere às formas de tratamento. Ainda que o código seja o mesmo, há diferenças mais profundas entre o sistema de tratamentos do português de Portugal

e do português do Brasil. Lindley Cintra (1972) escreveu um dos trabalhos mais importantes sobre as formas de tratamento no português de Portugal. Segundo o autor, uma das características marcantes se refere aos tratamentos do tipo nominal, muito frequentes em Portugal e pouco usados no Brasil. Além disso, os tratamentos do português de Portugal apresentam um sistema tríplice (ternário), enquanto os tratamentos no Brasil seguem um sistema dual, muito parecido com o espanhol.

O português de Portugal apresenta as seguintes formas:

- a. Formas próprias da intimidade: *tu*;
- b. Formas usadas no tratamento de igual para igual (ou de superior para inferior) e que não implicam intimidade: *você*;
- c. Formas de reverência, divididas em uma série variada de níveis, correspondentes a distâncias diversas entre os interlocutores: *o senhor, Vossa Excelência, o senhor Doutor, o senhor professor Doutor* etc.

O português do Brasil apresenta as seguintes formas:

- a. Tratamento próprio da intimidade: *você* (A forma *tu* está restrita a algumas regiões e a alguns bolsões linguísticos);
- b. Tratamento formal: *o senhor, a senhora*.

O espanhol ibérico, por sua vez, apresenta as seguintes formas:

- a. Tratamento próprio da intimidade: *tú* (A forma *vos* é equivalente a *tú* em muitas regiões de América);
- b. Tratamento formal: *usted*.

Especificamente falando do espanhol em comparação com o português do Brasil, embora, como afirma Almeida Filho (1995, p. 14), o português e o espanhol sejam as línguas românicas mais próximas, nas formas de tratamento existem diferenças morfosintáticas e semânticas significativas que dificultam o processo de aprendizagem/aquisição.

A principal delas refere-se a não equivalência semântica dos pronomes *você*, em português com seu homônimo espanhol *usted*. Como afirma Nair Floresta Andrade Neta,

Los brasileños suelen confundirse en el uso de la forma ‘Usted’ con valor formal puesto que la comparan con el *você* del portugués de uso informal (equivalente a ‘tú’ en la mayor parte del país). Quizás este error se debe al hecho de que la concordancia con *você* se hace en la tercera persona como con ‘usted’ en español. Es decir, utilizan ‘usted’ cuando su intención es utilizar el tratamiento informal o bien, utilizan el pronombre ‘tú’ pero hacen la concordancia verbal en tercera persona o viceversa (2012).

Apesar de que, como explica Lathrop (2012), o pronome de tratamento *usted* tenha uma procedência histórica muito semelhante a *você* do português, em espanhol emprega-se *usted* para definir distanciamento ou hierarquia social, enquanto, em português, acontece o contrário com a forma *você*.

Em decorrência desse fato há, em espanhol, duas formas verbais diferenciadas para definir a forma de tratamento: a segunda pessoa do singular (*tú*) para a informalidade, e a terceira do singular (*usted*) para a formalidade (Di TULLIO, 2007, p. 169). No português, só há a terceira do singular e, por tal motivo, a marca diferenciadora da distância social recai no próprio emprego dos pronomes de tratamento, *você* ou *o senhor/a*, que, por tal motivo, se fazem necessários para tal distinção (CUNHA, 1975, p. 291). Como consequência desse aspecto diferencial, ambas as

línguas, como explica González (1998, p. 247), apresentam uma distância assimétrica quanto ao emprego de formas pronominais plenas ou nulas: enquanto o português do Brasil é uma língua de sujeito pronominal predominantemente pleno, em que a presença do pronome de tratamento é exigido, no espanhol, por sua vez, é claramente uma língua de sujeitos pronominais predominantemente nulos, ou seja, que raramente explicita a forma de tratamento sem uma finalidade pragmática. Assim, em espanhol, por exemplo, para perguntar formalmente pelo nome do interlocutor uma possibilidade seria: *¿Cómo se llama?* enquanto que, em português, seu equivalente empregaria, necessariamente, o pronome de tratamento: *Como o senhor / a senhora se chama?*

Outro aspecto, decorrente do anterior, que diferencia ambas as línguas no modo de estruturar a sintaxe das formas de tratamento, reside no emprego dos pronomes oblíquos. Em princípio, as normas gramaticais dos pronomes oblíquos de terceira pessoa do português e do espanhol são quase idênticas (*o/a/lhe* e *lo/la/Le*, respectivamente) assim como o pronome reflexivo *se*. Contudo, neste ponto também as diferenças quanto ao uso se fazem presentes, como explica Fanjul

Enquanto no espanhol os pronomes átonos com função de objeto direto (*me*, *te*, *lo/la/ -s* nos *os*) ocorrem em qualquer registro de língua, **desde os mais formais até os mais informais** ou **ainda vulgares** e na fala de **todos** os setores sociais, **qualquer que seja seu grau de escolaridade**, no português brasileiro alguns dos equivalentes desses pronomes, sobretudo os de terceira pessoa (*o, a, os, as* e seus alomorfes), ocorrem apenas em enunciados com fortes requisitos de formalidade, predominantemente escritos, e o ‘acerto’ no seu uso parece requerer, mesmo para os brasileiros escolarizados, um tipo de especulação reflexiva mais próprias do emprego de estruturas de uma língua não materna (2014, p. 40-41, negrito do autor).

Dessa forma, em espanhol são corretas as seguintes possibilidades: *Lo/La espero / Lo/La ayudo*, porém são agramaticais os enunciados *#Espero usted / #Ayudo usted*. Em português, ambas as possibilidades são gramaticalmente corretas, embora as formas com os pronomes átonos de objeto direto (*Eu o/a ayudo e Eu a/o espero*), como explica Fanjul, são difíceis de serem empregadas no português do Brasil, preferindo-se seus equivalentes *Eu ayudo o senhor/a senhora e Eu espero o senhor/a senhora*.

Estabelece-se, assim, um breve panorama das dificuldades que as diferenças semânticas e morfossintáticas entre o português do Brasil e o espanhol, podem ocasionar aos estudantes brasileiros ou espanhóis têm que transpor ao estudar uma das línguas quanto à distinção das formas de tratamento. Por fim, é possível afirmar que estas dificuldades, não raramente, apresentam interferências no processo de aprendizagem/aquisição pela ação da língua materna na L2.

Interferência linguística

Normalmente, os aprendentes de língua estrangeira em sala de aulas têm pouco contato com contextos nos quais as questões da Pragmática sejam o cerne do desenvolvimento do ensino do tópico da unidade no material didático. Em consequência, além de haver uma compreensão parcializada do próprio texto, há um descompasso na forma como o/a aluno/a vai adquirindo o conhecimento formal da língua, o qual, portanto, produz uma lacuna que interfere tanto no processo de sua compreensão em uso real, quanto em seu emprego. Especificamente, sobre o processo de aquisição/aprendizagem, Kasper e Roever (2005, p.

317) afirmam que os estudantes “têm que aprender não apenas como fazer as coisas com as palavras da língua-alvo, mas também como as ações comunicativas e as “palavras” que as implementam são responsivas e moldam situações, atividades e relações sociais”.

Essas deficiências na explicitação dos diferentes aspectos contextuais acabam provocando interferências no processo de aprendizagem, que os alunos devem preencher, necessariamente, com elementos de seu repertório linguístico e cultural.

Como consequência,

quando tratamos de línguas próximas, como é o caso do espanhol em relação ao português, misturam-se elementos sintáticos ou semânticos de uma língua na produção da outra originando uma interlíngua: o conhecido ‘portunhol’. Mesmo falantes que tenham adquirido amplos conhecimentos da segunda língua muitas vezes, por aplicar automaticamente as pautas culturais da sua língua materna, produzem enunciados estranhos ou inadequados aos padrões da comunidade da língua aprendida (BLANCO, 2018, p. 237).

Nesse sentido, Van Patten, Bill; Benati, Alessandro G. (2010) apresentam três aspectos que influenciam no fenômeno da interferência linguística:

a) transferência do sistema linguístico da L1 para a L2, o que pode resultar em aspectos positivos ou negativos;

b) o uso de generalizações, ou seja, os/as aprendentes usam as poucas regras da L2 apreendidas em todas as estruturas e contextos, o que amiúde ocasiona empregos inadequados de formas linguísticas muitas vezes gramaticalmente bem constituídas;⁴

⁴ Esses erros pragmáticos são considerados como aspectos culturais ou até pessoais do aprendente-falante por parte dos membros da comunidade de fala alvo, principalmente quando

c) a simplificação, na qual os/as aprendentes usam a L2 de forma reduzida, quase infantilizada.

Como sabemos, o conhecimento da pragmática envolve diversos componentes extralinguísticos, como: características dos participantes, conhecimento de mundo, referência e dêixis, contexto verbal, intenção comunicativa (implicatura), atos de fala e (des)cortesia conversacional. E, se no processo de ensino o aprendente não tem a consciência desses elementos, sua produção na LE está comprometida e sujeita à produção de enunciados inadequados ou próprios de uma linguagem simplificada. Desse modo, o ensino da Pragmática deveria estar mais presente no decorrer do processo de aquisição/aprendizagem e nos materiais didáticos de LE, no nosso caso, de PLE.

Por tal razão, o *input* pragmático adquire uma preponderância constitutiva na aprendizagem e, portanto, necessita ser fornecido desde o início do processo. Dessa forma, Kasper e Roever (2005), ao citar os estudos de Schmidt (2001), afirmam que para um *input* ser adquirido, ele tem que ser percebido e compreendido (*Noticing e Understanding*). Indo nesse sentido, vários estudos, como os de Takahashi 2001, Martinez-Flor & Fukuya (2005), Alcón-Soler (2005) e de Gauci (2012), já foram realizados e demonstraram, embora com diferentes metodologias, que os aprendentes, quando expostos a um ensino voltado às questões de uso da língua, apresentavam uma competência pragmática maior do que aqueles que não receberam tal *input*.

Também salientamos que os estudos e apontamentos realizados por esses pesquisadores sinalizam para a complexidade do tema, principalmente se pensarmos em uma forma que possa medir o

são produzidos por aprendentes com avançada compreensão da gramática da estrutura formal da língua.

conhecimento pragmático adquirido (questionamento de Kasper e Schmidt (1996), “*how can approximation to target language norms be measured?*”); ou quais métodos poderiam constatar a produção de seu desenvolvimento (como nos estudos de Bardovi-Harlig (2013)). Mais ainda, como saber medir a dimensão das mudanças produzidas pela aquisição da pragmática no manejo das relações entre forma e função pelo/a aprendente? Nesse sentido, apesar da evidente complexidade que o tema comporta, vemos que as pesquisas salientam a eficácia do ensino pragmático e, nesse sentido, nos perguntamos: por que a pragmática é quase ausente nos materiais de PLE?

Uma resposta plausível é apontada por Nuzzo e Gauci (2012) ao afirmar que quando se trata da Pragmática, seu ensino é uma questão delicada e complexa, no tocante a uma referência à “regra”, pois os caminhos são tão diversos como os contextos que podem ser produzidos quando da realização dos atos de fala. Por tal motivo, elas observam a impossibilidade de se criar um manual de “ensino pragmático” como se fosse um livro de gramática ou de vocabulário. Por outro lado, apesar dessa constatação, Nuzzo e Gauci (2012, p. 78-79) apontam que é aceitável “identificar alguns padrões recorrentes nas situações mais comuns, bem como algumas ferramentas linguísticas nas quais há uma função pragmática prevaiente”, fato que viabiliza a produção de recursos didáticos para o ensino da L2 ou LE.

E é, justamente, a esses padrões recorrentes que talvez os materiais didáticos deveriam se ater a, pelo menos, conscientizar o/a aprendente sobre as diversas questões da produção de uso da linguagem, ou seja, o que Nuzzo e Gauci (2012) chamaram de uma “função pragmática prevaiente”.

FT nos manuais de Português Língua Estrangeira (PLE)

Os livros de PLE apresentam uma linguagem que revela uma realidade idealizada da língua alvo para que o aprendente tenha, no processo de aprendizagem, a possibilidade de vislumbrar, nas diversas situações comunicativas a que é exposto, um modelo de fala dialógica que o torne competente na produção linguística. “Contudo, essa realidade linguística proposta pelos manuais, na maioria das vezes, se encontra determinada pela norma de um “português padrão” em desmedro do “português falado”” (BLANCO, 2021, p. 84), apresentando uma visão “estilizada”, porém rígida e pobre, da língua ao prescindir das nuances e riquezas da fala espontânea.

Para observar como as FT se apresentam nos livros didáticos, analisamos 6 livros de PLE que possuem semelhanças, como: serem publicações com aceitabilidade no mercado comercial (obras com mais de três edições), volume único. Dessa forma, o levantamento dos dados foi feito com os seguintes livros: *Aprendendo Português do Brasil* (APB), *Bem-Vindo: a língua portuguesa no mundo da comunicação* (BV), *Fala Brasil - Português para estrangeiros* (FB), *Falar... Ler...Escrever... Português - Um curso para estrangeiros* (FLE), *Muito Prazer - Fale o português do Brasil* (MP), *Português língua estrangeira* (PLE) e *Português para Estrangeiros* (PPE). A partir dessas obras, selecionou-se os eixos temáticos comuns (restaurante, saúde, telefone, moradia e compras) para poder averiguar como os enunciados que fizeram uso das FT se apresentam.

Dos enunciados apurados foi possível esquematizar o uso das FT em:

a) Formas pronominalizadas convencionalizadas:

Quando os manuais apresentam a forma de tratamento formal *senhor/senhora* é, na maior parte das vezes, para marcar uma relação funcional e social de distanciamento, presente em eixos temáticos como “compras”, “restaurante”, “moradia” etc. - embora destacamos que nos LDs não ficam evidentes os contextos das relações sociais entre os interlocutores.

Nos exemplos listados, a forma de tratamento apresenta função dêitico-social, marcada por aspectos de hierarquia social, relação funcional entre os/as interlocutores/as, idade, sexo etc. E, também, função pragmática de expressar, no caso, cortesia por emprego de tratamento esperado. Exemplos:

LDEnunciados

FBSim, senhora. Temos vários modelos.

FBBom dia. A senhora tem algum livro sobre a Amazônia?

FBA senhora podia embrulhar para presente?

FLE A senhora já viu os novos modelos da máquina “Alvorada”?

BVA senhora põe um monte de roupa na máquina.

FLEDesculpe, senhor, mas a gorjeta não está incluída.

BVO que o senhor me sugere?

MPA mesa já está livre, senhor.

APBE o condomínio, o senhor sabe se é muito caro?

APBPois não. Estamos às suas ordens. O senhor pode passar aqui hoje, à tarde, para pegar as chaves.

FBO senhor tem algum apartamento de três quartos perto do Shopping?

b) Formas vocativas:

Oliveira *et alii* (2019) descrevem que, inicialmente, o vocativo, na gramática tradicional, é entendido como um elemento que invoca ou nomeia com certa ênfase um indivíduo ou coisa personificada. E, que teóricos como Câmara Jr. (1981), Luft (1983), Cegalla (1985), Cunha e Cintra (1985), Bechara (1999), e outros, consideram apenas uma possível função pragmática desempenhada pelos vocativos, que são caracterizados como expressões de chamamento. Todavia, Oliveira *et alii* (2019) apontam que, com os estudos mais recentes, como o de Nascimento (2000), o vocativo não pode ser considerado isolado do restante da oração.

Portanto, temos que considerar o vocativo nas funções pragmáticas, como cortesia, uma vez que pode ser empregado estrategicamente com a finalidade de atenuar ou compensar ações verbais rudes ou ameaçadoras de imagem do ouvinte, ou, ainda, servir para a expressão de descortesia, principalmente por sonegação de cortesia esperada (KAUL DE MARLANGEON, 2005).

Por esses motivos, percebe-se que o vocativo, na sua função pragmática, vai além do simples chamamento, pois pode expressar (des)cortesia dependendo do contexto de uso e das estratégias retóricas dos falantes. No *corpus*, encontramos :

-Cortesia + chamamento

LDEnunciados

FBMoça, tem um número maior? Essa ficou um pouco curta.

BVO que vai hoje, freguesa?

BVJá escolheu, dona?

APBFernando, por que não vamos almoçar juntos?

MPMaria, vamos almoçar no “Tio Rocco”?

MP[...] Maria, você quer um suco, um coquetel?

APBJúlio, acho que encontrei um apartamento bom para você.

-Cortesia + afeição (formas de tratamento expressas por meio de “apelidos” formados por diminutivos, aumentativos, formas apocopadas etc.)

LDEnunciados

MPOi, Sô. Tudo bem? (Sô = Solange)

MPOi, Serginho. (Serginho = Sérgio)

Quanto à função pragmática, há estrategicamente, o uso da forma carinhosa de tratamento, por exemplo: nome + diminutivo = “Carlinhos”; ou nome + aumentativo = “Carlão”, que estabelece, enquanto procedimento linguístico, aproximação com o interlocutor.

-Formas apelativas com finalidade enfática

LDEnunciados

APBDoutor, quinta-feira, quando saí do colégio

APBIh! doutor, injeção não!

FBGente, que tal experimentar um prato típico da região?

MPMeu Deus, que cara é essa, Dora?

A partir desse levantamento, observa-se que há um vasto uso das FT presentes nos livros didáticos de PLE. Todavia, embora os livros didáticos apresentem essa variedade de uso contida nos diálogos das unidades de ensino, verifica-se que praticamente não há uma explicitação ou esclarecimento situacional e/ou contextual que explique ou justifique o uso. Nesse sentido, informações importantes como a relação interacional entre os participantes são igualmente ausentes. Em consequência, ao negligenciar tais detalhamentos contextuais, os manuais didáticos podem levar os/as aprendentes de PLE, especialmente de língua espanhola como L1, por exemplo, a cometerem interferência linguística, principalmente no uso de *você* e *tu* no uso coloquial do português brasileiro, que é distinto de *tú* e *usted*, como vimos anteriormente, as diferenças morfossintáticas entre ambas as línguas e, em especial as variantes sociodialectais de língua espanhola quanto às formas de tratamento.

Considerações finais

Ao verificarmos como as formas de tratamento da língua portuguesa brasileira se apresentam de forma contrastiva com a língua espanhola, pode-se constatar a ocorrência de interferência linguística por parte dos/as aprendentes.

Primeiro, porque as formas de tratamento não são entendidas na sua dimensão pragmática, de uso. Nessas obras prevalecem uma forma mais convencional e ritualizada de abordar a linguagem e, de certa maneira, negam ou negligenciam as questões de uso. Depois, quando há enunciados nos quais aspectos de uso da língua deveriam ser esclarecidos

e distintos das formas convencionais, não são especificados, ficando, portanto, uma lacuna que deveria ser preenchida. Ou seja, os livros didáticos não apresentam, na maioria, os diálogos as relações contextuais mais detalhadas dos interlocutores ali representados que pudessem revelar as diversas possibilidades de uso das FT.

Tais aspectos nos ajudam a esclarecer como se apresentam em uso as formas de tratamento e possibilitam ser críticos quanto à convencionalidade expressa nos livros didáticos. Portanto, destacamos que:

- observar as diferenças que marcam o uso das formas de tratamento no português brasileiro e na língua espanhola;
- ater-se a questões de transferência de uso de uma língua para outra;
- conscientizar que o uso determina as questões socioculturais (tanto a cortesia quanto a descortesia) e que é um construto social determinado pela cultura na qual se insere.

Do exposto, reforçamos a importância de ter consciência dos aspectos contextuais no processo de ensino/aprendizagem que estejam relacionados com questões da competência pragmática tanto por parte do/a docente como do/a aprendente. Ao estar cientes de tais fenômenos, a aprendizagem se tornaria mais efetiva.

Referências

ALBELDA, Marta Marco. Discordancia entre atenuación/cortesía e intensificación / descortesía en conversaciones coloquiales. In: Blas, J. L.; Casanova, M.; Velando, M. (eds.). *Discurso y sociedad. contribuciones al estudio de la lengua en contexto social*. Servicio de publicaciones de la Universidad de Castellón, 2005, p. 581-590.

ALBELDA, Marta Marco; GARCÍA, María Jesús Barros. *La cortesía en la comunicación*. 2ª ed., Madrid: Arco/Libros-La Muralla, 2018.

ALCÓN-SOLER, Eva. Does Instruction Work for Learning Pragmatics in the EFL Context? In: *System*, 33, 2005, p. 417-435.

ALMEIDA FILHO, JOSÉ CARLOS PAES. Uma metodologia específica para o ensino de línguas próximas?. In: José C. P. de Almeida Filho (org). *Português para Estrangeiros: Interface com o Espanhol*, Campinas: Pontes, 1995.

BARDOVI-HARLIG, Kathleen. *Developing L2 pragmatics language learning*. V.63, nº SUPPL. I, 2013, p. 68-86.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BLANCO, Ramiro C. H. Atenuação pragmática e problemas de intercompreensão: um estudo intercultural entre universitários paulistanos e cordobeses. In: *ELUA*, Anexo iv, 2018, p. 231-249.

BLANCO, Ramiro. *Atenuação pragmática e problemas de intercompreensão: um estudo intercultural entre paulistanos e cordobeses*. 195f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-06062016-121646/pt-br.php>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BLANCO, Yedda A. O. C. *A relação entre imagem e atenuação pragmática na análise de livros didáticos de Português para estrangeiros (PLE)*. 305 f. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-23072021-155041/en.php>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRAVO, Diana. Tensión entre universalidad y relatividad en las teorías de la cortesía. In: BRAVO, D.; BRIZ, A. *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel, 2004, p. 15-37.

BRAVO, Diana. *Estudios de la (des)cortesía en español*. Buenos Aires: Dunken, 2005.

BRIZ, Antonio G. *La estrategia atenuadora en la conversación cotidiana española*. Actas del Primer Coloquio del Programa Edice. Universidad de Estocolmo, 2003.

- BRIZ, Antonio G. La atenuación lingüística. Esbozo de una propuesta teórico-metodológica para su análisis. In: Seara, I. R. *Cortesía: olhares e (re) invenções*. Lisboa: Chiado, 2014, p. 83-172.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: *Style in language*. Cambridge: MIT Press, 1960, p. 253-276.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness. Some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press. 1987[1978].
- CULPEPER, Jonathan. *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. New York: Cambridge University Press, 2011.
- CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, S.A., 1971.
- CUNHA, Celso / CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1986.
- DI TULLIO, A. *Manual de gramática del español*. 2ª ed. Buenos Aires: La Isla de la Luna, 2007.
- DUCROT, Oswald. *O Dizer e o Dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- FANJUL, A. P. Conhecendo assimetrias: a ocorrência de pronomes pessoais. In: FANJUL, A. P.; GONZÁLEZ, N. M. (Orgs.), *Espanhol e português brasileiro: estudos comparados*. São Paulo: Parábola, 2014, p. 29-51.
- FERNANDES, Glaucia; FERREIRA, Telma; RAMOS, Vera. *Muito Prazer: fale o português do Brasil*. 6ª Reimpressão. São Paulo: Disal, 2008.
- GAUCI, p. Teaching L2 pragmatics: from an empirical study to recommendations for pedagogical practice. In: GESUATO, S.; BIANCHI, F.; CHENG, W. (eds.), *Teaching, learning and investigating about pragmatics: principles, methods and practices*, Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, 2012, p. 109-132.
- GONZÁLEZ, Neide Maia. Pero ¿qué gramática es ésta? Los sujetos pronominales y los clíticos en la interlengua de brasileños adultos aprendices de español/LE. *Rilce. Revista de Filología Hispánica. Español como lengua extranjera: investigación y docencia*, v. 14, n. 2, p. 243-263, 1998.
- HAVERKATE, Henk. *La cortesía verbal*. Madrid: Gredos, 1994.

KASPER, G.; ROEVER, C. "Pragmatics in second language learning". In: HINKEL, E. (org.) *Handbook of research in second language teaching and learning*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2005, p. 317-334.

KASPER, G.; SCHMIDT, R. Developmental issues in interlanguage pragmatics. In: *Studies in second language acquisition*. 18, 1996, p. 149-169.

KAUL DE MARLANGEON, Silvia. Descortesia de fustigación por afiliación exacerbada o refractariedad (cap. 11). In: D. BRAVO (org.). *Estudios de la (des) cortesía en español. Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos*. Buenos Aires: Dunken, 2005.

KAUL DE MARLANGEON, Sílvia. Contribuições para o estudo da descortesia verbal. In: Cabral, Ana Lúcia; Seara, Isabel, Guaranha, Manoel (Orgs.), *Descortesia e cortesía: expressão de culturas*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 93-108.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. ¿Es universal la cortesía?. In: BRAVO, Diana; BRIZ, Antonio. *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 11ª. Ed. São Paulo: editora Contexto, 2012.

LAROCA, Maria; BARA, Nadime; PEREIRA, Sonia. *Aprendendo português do Brasil*. 4a. ed., Campinas: Pontes, 2003.

LATHROP, T (2012). *Forms of address in Don Quijote: tú, vos, vuestra merced*. Oral presentation in the Kentucky Foreign Language Conference, 2012.

LIMA, Emma E.; IUNES, Samira. *Falar, ler, escrever português: um curso para estrangeiros*. 3a. ed., São Paulo: EPU, 2018.

LINDLEY CINTRA, Luís Filipe. *Sobre formas de tratamento na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

MARCHANT, Mercedes. *Português para Estrangeiros - 2º Livro*. 29ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MARTÍNEZ-FLOR, A., FUKUYA, Y.J. The effects of instruction on learner's production of appropriate and accurate suggestions. In: *System* 33 (3), 2005.

- NASCIMENTO, A. F. *Análise prosódica do vocativo na fala de criança: uma abordagem fonética*. 2000. 75 f. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- NETA, Nair F. A. Aprender español es fácil porque hablo portugués. In: *Cuadernos Cervantes de la lengua española*, Año nº 6, Nº 29, 2012, 46-56. Disponível em: http://www.cuadernos cervantes.com/lc_portugues.html.
- NUZZO, Eleonora; GAUCI, p. Insegnare la pragmatica in italiano L2. *Recenti Ricerche nella prospettiva della teoria degli atti linguistici*. Roma: Carocci, 2012.
- OLIVEIRA, Fabiana Meireles; BLANCO, Yedda; SILVA, Luiz Antônio. O vocativo nas formas de tratamento: análise de fragmentos do romance Meu destino é pecar, de Nelson Rodrigues. In: *A Cor das Letras*, Revista Digital do Departamento de Letras e Artes da UEFS Feira de Santana, v. 20, n. 1, p. 143-154, janeiro-abril 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336200567_O_vocativo_nas_formas_de_tratamento_analise_de_fragmentos_do_romance_Meu_destino_e_pecar_de_Nelson_Rodrigues. Acesso em: 21 jun. 2021.
- PATROCÍNIO, Elizabeth Fontão; COUDRY, Pierre. *Fala Brasil: português para estrangeiros*. 18ª ed., Campinas, SP: Fontes, 2014.
- PONCE, M.; BURIM, S. e FLORISSI, S. *Bem-vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação*. 7ª. Ed. São Paulo: SBS, 2007.
- ROBINSON, W. P. *Linguagem e comportamento social*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- SCHMIDT, Richard. Attention. In: ROBINSON, p. (Ed.). *Cognition and Second Language Instruction*. New York: Cambridge University Press, p. 3–33, 2001.
- SILVA, Luiz Antônio. *Cortesia e formas de tratamento*. In: PRETI, D. Cortesia verbal. São Paulo: Humanitas, 2008, p. 157-191.
- SILVA, Luiz Antônio. Cortesia e atenuação nos atos diretivos dos documentadores do Projeto NURC/BR. In: Preti, D. (org.). *Variações na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2011.
- SILVA, Luiz A.; BLANCO, Ramiro; BLANCO, Yedda. *Formas de tratamento: português e espanhol em foco*. Mauritius: EAE, 2018.

TAKAHASHI, S. The role of input enhancement in developing pragmatic competence. In: ROSE, K.R., In: Rose, K.R., KASPER, G. (Eds.). *Pragmatics in Language Teaching*. Cambridge University Press, Cambridge, p. 171–199, 2001.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VANPATTEN, B; BENATI, A. G. *Key Terms in Second Language Acquisition*. London: Continuum, 2010.

ZIMMERMANN, K. Construcción de la identidad y anticortesía verbal. Estudio de conversaciones entre jóvenes masculinos. In: Diana Bravo (ed.), *Estudios de la (des)cortesía en español. Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos*, 245-271. Buenos Aires: Dunken, 2005.

Língua autêntica e língua de materiais didáticos de italiano LE: uma análise das aberturas telefônicas

Adriana Mendes Porcellato

Introdução

Mesmo com os avanços tecnológicos nas comunicações, que veem novas formas de interagir com os outros tanto nas redes sociais quanto nos aplicativos de mensagens, ainda realizamos, pelo menos em alguns momentos da nossa vida, ligações telefônicas. Esse tipo de interação é regido por regras específicas (SCHEGLOFF, 1993) e, muitas vezes, representa um desafio para aprendizes de uma LE (WONG, 2002), que têm poucas oportunidades para analisar e, principalmente, para praticar a língua nesse contexto.

Neste estudo, de caráter exploratório, lançou-se mão da Análise da Conversação para comparar as aberturas telefônicas de conversas autênticas extraídas do *Lessico dell'Italiano Parlato* (LIP) com as aberturas de conversas telefônicas de alguns livros didáticos de italiano como língua estrangeira em nível básico.

Diversas pesquisas têm apontado que a língua contida nos materiais didáticos é muitas vezes distante da língua autêntica, o que se deve principalmente ao fato de os autores frequentemente escreverem diálogos com base na própria intuição (GILLANI; PERNAS, 2012; GILMORE,

2004; NUZZO, 2013; WONG, 2002). Os estudos realizados têm demonstrado que há uma série de lacunas nos livros didáticos, que vão desde a ausência completa de certas sequências conversacionais, como os fechamentos de conversas (BARDOVI-HARLIG *et al.*, 1991), até a simplificação excessiva, como apontado por Wong (2002) em relação às aberturas telefônicas nos livros didáticos de inglês. Com efeito, diversos estudos têm mostrado que as sequências conversacionais são pouco naturais se comparadas com o que acontece nas conversas espontâneas (GILMORE, 2004; PAULETTO, 2020). Por fim, estudos mais voltados à análise de atos de fala específicos também apontaram discrepâncias entre a realização desses atos nos livros didáticos e em materiais mais próximos da conversa espontânea, como *role-plays* abertos¹ (PORCELLATO, 2020), filmes e séries (NUZZO, 2015 e 2016).

Considerando que o objetivo dos materiais didáticos de LE é tornar os aprendizes comunicativamente competentes (GILMORE, 2007), o que prevê que os alunos possuam, dentre outras, a competência interacional e acional de executar sequências de atos de fala na língua alvo (CELSE-MURCIA, 2007), se esperaria que esses materiais oferecessem aos aprendizes modelos adequados de interação comunicativa, o que, a julgar pelos resultados das pesquisas conduzidas até hoje, nem sempre acontece.

A partir da Análise da Conversação (SCHEGLOFF, 1968) e das metodologias utilizadas para a análise dos materiais didáticos (em especial, WONG, 2002; NUZZO, 2016; PAULETTO, 2020), nosso

¹ Os “*role-plays*” abertos são uma forma de coleta de dados linguísticos bastante utilizada no âmbito dos estudos pragmáticos. De acordo com Kasper (2008), consistem na gravação em áudio e/ou vídeo de uma interação em que duas ou mais pessoas “assumem” determinados papéis em um cenário específico. Normalmente, os informantes recebem algumas informações sobre o papel que precisam desempenhar, assim como sobre o contexto e o objetivo da interação.

trabalho pretende confrontar as aberturas telefônicas de livros de italiano LE (doravante ILE) com aberturas telefônicas autênticas, com o intuito de identificar se a sequência de atos de fala típica desse tipo de interação é adequadamente representada nos manuais didáticos. Esperamos também que nosso trabalho traga contribuições para a pesquisa sobre a pragmática nos livros didáticos de ILE, que ainda é escassa (cf. NUZZO, 2016; PAULETTO, 2020).

Em suma, nosso estudo se propõe a responder às seguintes perguntas de pesquisa:

1. Em que medida as aberturas telefônicas apresentadas nos materiais didáticos espelham aquelas da conversa espontânea?
2. Se, como indicam estudos conduzidos em outras línguas, houver diferenças entre as aberturas telefônicas autênticas e as dos livros didáticos, quais seriam suas implicações para o ensino e aprendizagem de ILE?

Referencial Teórico

Este trabalho se enquadra dentro da Pragmática Interlinguística, o campo de estudos que se dedica a questões relacionadas ao ensino, à aprendizagem e à aquisição das normas pragmáticas por parte de falantes não nativos (KASPER, GABRIELE; ROEVER, 2005; KASPER; BLUM-KULKA, 1993). A produção de materiais didáticos que reflitam a língua em uso é fundamental para que os aprendizes sejam expostos a um modelo mais realístico da língua alvo e, assim, possam perceber e adquirir essas normas.

Assim como outros estudos da pragmática interlinguística, este também se baseia na Teoria dos Atos de Fala, segundo a qual dizer é fazer (AUSTIN, 1962), ou seja, uma teoria que se concentra particularmente no valor ilocucionário dos enunciados. De acordo com os primeiros e principais expoentes dessa teoria, Austin (1962) e Searle (1969), as regras convencionais de um grupo de fala são fundamentais para a interpretação da força ilocucionária dos enunciados. Searle frisa a importância da convencionalidade quando diz que “falar uma língua significa engajar-se em uma forma de comportamento governada por regras”² (SEARLE, 1969, p. 47), ou convenções. Claramente, o aprendiz de LE precisará aprender essas convenções para comunicar com seus interlocutores nessa língua.

Aqui, a Teoria dos Atos de Fala será abordada por uma perspectiva interacionista (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005), divergindo da teoria “fundamentalmente atomista” e focada na taxonomia proposta por Austin e Searle. Segundo Kerbrat-Orecchioni, entre outros, os atos de fala, além de ter valor ilocucionário, possuem também força perlocucionária, fazendo com que os nossos interlocutores sejam levados a responder de alguma forma a nossos enunciados. Em outras palavras, pode-se dizer que a produção de um ato de fala vai determinar e desencadear os atos que seguem. Dessa forma, Kerbrat-Orecchioni defende que a Teoria dos Atos de Fala deve ser vista pela perspectiva interacionista, segundo a qual “na comunicação real os atos funcionam em contexto, no interior de uma sequência de atos que não são encadeados ao acaso” (2005, p. 69). Assim, dentro da estrutura complexa do discurso dialogado, atos de fala são a menor unidade e podem combinar-se para

2 Essa e as próximas traduções são de nossa autoria.

formar intervenções, as quais se combinam para formar trocas, que, por sua vez, se juntam para formar sequências. A maior unidade dentro dessa estrutura é a conversação, formada por uma combinação de sequências, ao passo que a troca é a menor unidade dialogada. A troca pode ser constituída por dois (ou mais) atos, um dos quais é considerado ato iniciativo (por exemplo, uma pergunta ou um pedido) que determina o que virá a seguir, ao passo que o outro é chamado de ato reativo (por exemplo, uma resposta ou uma recusa) e é determinado pelo ato que veio antes. A troca é constituída, portanto, por um par adjacente (conjunto do ato iniciativo e do reativo), um conceito fundamental da abordagem interacionista por ser determinante no sequenciamento dos turnos e, portanto, na construção da conversa.

Kasper (2006) percebe que a maneira como os alicerces da pragmática tradicional foram e têm sido tratados negligencia a ideia de que os atos de fala precisam ser inseridos numa sequência conversacional para serem estudados. Ao clamar por uma pragmática mais discursiva, a autora descreve como o conceito de ato de fala é visto de forma diferente na perspectiva da pragmática tradicional e na perspectiva interacional. Em sua visão, a pesquisa sobre atos de fala desde o início tem se concentrado no falante que, ao cumprir um ato para expressar suas intenções, sempre utilizará as formas mais acertadas para ser entendido. Na abordagem interacionista, por outro lado, é de primária importância entender onde um ato é situado dentro da estrutura sequencial da conversação e, por isso, os turnos que vêm antes e depois desse ato são fundamentais para entender o que ele significa dentro da conversa, e não somente na cabeça do falante. Em outras palavras, um pedido do falante A chega a ser um pedido somente a partir do momento em que o interlocutor B reconhece, de alguma maneira, o pedido em seu turno.

A perspectiva interacionista da Pragmática é fortemente influenciada pela Análise da Conversação (doravante AC). A AC começou a ser aplicada aos estudos linguísticos por Sacks *et al.* (2003), que a usaram para “desenvolver uma caracterização da organização da tomada de turno na conversa que teria as importantes características combinadas de ser livre de contexto e capaz de extraordinária sensibilidade ao contexto” (p. 13). Esses autores, então, percebiam que se, por um lado, determinada conversa só existe em determinado contexto, por outro, há na organização da conversa “algum aparato formal que [é] ele mesmo livre de contexto, de forma que ele [pode], em ocorrências locais de sua operação, ser sensível a vários parâmetros da realidade social em um contexto local e a eles exibir sua sensibilidade” (p. 14). Com isso em mente, os autores revelaram uma série de padrões e regras que regem a tomada de turno.

O objetivo da AC é mapear a sequência dos atos comunicativos, pois se sabe que aquilo que um interlocutor diz ou faz numa conversa depende do que foi dito ou feito no turno anterior e influencia, por sua vez, o que será dito e feito no turno a seguir. A conversa, portanto, é construída e sequenciada conjuntamente pelos interlocutores nela envolvidos. Assim como Searle (1969) tinha apontado acerca dos atos de fala, esse sequenciamento de turnos também acontece de uma forma relativamente convencional, pois é ditado por regras pragmáticas, entre as quais a realização de atos de fala. Um dos interesses da AC é, portanto, entender quais são os padrões sequenciais e como os interlocutores constroem essas sequências, tanto de um ponto de vista da conversação em geral, quanto nas conversações inseridas dentro de contextos específicos. A pragmática interacionista também tem como tarefa “completar a descrição dos atos de linguagem pela descrição e princípios que dão sustentação a sua

organização sequencial” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005, p. 73). Veremos agora, com a ajuda da AC e da pragmática interacionista, como se pode descrever a organização sequencial das aberturas telefônicas.

As aberturas telefônicas

Apesar dos avanços tecnológicos recentes terem nos permitido comunicar por mensagens instantâneas, tanto escritas quanto orais, as conversações telefônicas ainda fazem parte do nosso cotidiano. Por isso, é importante que um aluno de LE conheça as convenções que regem os turnos das conversas ao telefone e, principalmente, que perceba como se realizam as aberturas telefônicas, fundamentais para que o tópico da conversação seja alcançado respeitando as rotinas conversacionais esperadas. Schegloff (1968) aponta que, nesse contexto, é necessário certo alinhamento dos interlocutores e, por isso, as aberturas telefônicas são convencionalizadas e constituem o que Kerbrat-Orecchioni (2005) chama de “ato de rotina”, ou seja, uma sequência desencadeadora da conversação que possui principalmente função fática.

Como vimos, um dos principais objetivos da AC é justamente tentar entender como os turnos e as ações que eles veiculam se organizam dentro da conversação. Nas palavras de Pauletto “os turnos encarnam ações: essas não aparecem de forma caótica durante a conversa, mas em sequências”³ (2020, p. 31). Assim, Schegloff (1968, 1993), em suas análises das aberturas telefônicas, tentou identificar padrões e notou cinco movimentos, a saber:

3 “I turni di parola incarnano azioni: queste non si susseguono caoticamente durante la conversazione, ma in sequenze” (PAULETTO, 2020, p. 31)

1) *abertura do canal*, quando o telefone toca (ato iniciativo) e alguém atende (ato reativo);

2) *identificação/reconhecimento*, ou seja, quando as pessoas se identificam (por exemplo, falando seu nome ou perguntando o nome do outro) e se reconhecem;

3) *troca de cumprimentos*, quando as pessoas se cumprimentam usando expressões como “Oi”, “Bom dia”;

4) *demonstrações de interesse* ou “*como vai*”⁴, quando as pessoas indagam sobre como o interlocutor está;

5) *entrada no mérito do telefonema*, o momento em que a sequência inicial de abertura telefônica termina para que os interlocutores comecem a abordar o primeiro tópico da conversação.

Comparando as aberturas telefônicas com aberturas de encontros presenciais em italiano, Bercelli e Pallotti (2002) percebem que há semelhanças e diferenças. Entre as semelhanças, os autores apontam o “trabalho de abertura do canal”, as saudações iniciais e as demonstrações de interesse antes de entrar no mérito da conversa. Os autores também identificam duas principais diferenças: em primeiro lugar, a identificação, importante nas conversas telefônicas, especialmente entre pessoas menos íntimas, e desnecessária em boa parte dos encontros presenciais, já que as pessoas muitas vezes se reconhecem ao se ver⁵; em segundo lugar, a quantidade de recursos comunicativos à disposição dos interlocutores, que, nos encontros presenciais, são muito mais variados, com os interlocutores comunicando por meio de expressões faciais, sorrisos,

4 Traduzido do inglês “How are you?” (SCHLEGOFF, 1968)

5 Cabe apontar que, hoje em dia, com o uso cada vez mais difundido dos telefones celulares, a identificação nas conversas telefônicas não é mais tão necessária. No entanto, nas conversações telefônicas analisadas aqui veremos que, de fato, as identificações acontecem com frequência, provavelmente por serem conversações que envolvem pelo menos um telefone fixo.

ações e movimentos do corpo. Especialmente devido à restrição de recursos comunicativos, reduzidos ao canal vocal, as interações telefônicas costumam ser particularmente convencionalizadas, sendo organizadas em “sequências menos variáveis, menos articuladas em fluxos comunicativos paralelos”⁶ (BERCELLI; PALLOTTI, 2002, p. 181), ou seja, sem poder contar com a complementação de gestos e expressões faciais.

Em sua análise de interações ao telefone em italiano, Bercelli e Pallotti (2002) percebem uma importante função das aberturas: a de sinalizar contextualmente a relação entre os interlocutores. De fato, segundo os autores, apesar de as aberturas telefônicas serem particularmente convencionalizadas, elas adquirem nuances específicas de acordo com o contexto em que acontecem. Por exemplo, nas ligações entre pessoas íntimas, o movimento de identificação apontado por Schegloff (1993) é, em muitos casos, desnecessário, pois os interlocutores se reconhecem já pela voz. Em outros casos, a identificação acontece por meio de enunciados como “*Ciao, sono io*” (Oi, sou eu) que, de um ponto de vista lógico, poderia parecer pouco informativo mas, dentro de um contexto específico de intimidade entre os interlocutores, é plausível e até comum. Já nas ligações de serviço, é mais comum que a empresa se identifique, ao passo que o cliente, após uma saudação, já pode entrar no mérito da conversa sem demonstrar interesse por meio de perguntas como “Como vai?”. Bercelli e Pallotti também viram que as aberturas telefônicas entre pessoas íntimas se diferenciam daquelas de serviço na distribuição dos turnos: se nas conversas íntimas há turnos mais curtos em que se realiza uma ação, como o uso de “*Pronto?*” (Alô?) para abrir o canal, os atendentes de empresas frequentemente atendem com uma fórmula (por

6 “sequenze meno variabili, meno articolate in flussi comunicativi paralleli” (BERCELLI; PALLOTTI; 2002, p. 181)

exemplo, “*Empresa X, bom dia*”) em que abrem o canal, se identificam e cumprimentam em um único turno. Segundo Kerbrat-Orecchioni (2005) e Traverso (1996), essa fusão da sequência de atos é típica dos atos de rotina, como a abertura telefônica, não só em contexto de encontros de serviço. Traverso (1996) aponta que, nas sequências de abertura e fechamento, os atos não se sucedem formando trocas completas “mas se encadeiam, um surgindo então como reação ao outro [e, por isso,] muitas vezes é impossível isolar cumprimentos propriamente ditos do conjunto dos outros atos rituais que se desenrolam nessas duas sequências” (TRAVERSO, 1996, p. 88).

Por fim, voltando às análises de Bercelli e Pallotti (2002), os autores também analisam as ligações dos espectadores e ouvintes a programas de TV e de rádio e percebem que há diferenças de acordo com o teor do programa e o público-alvo. Assim, programas da MTV, destinados a um público mais jovem, tendem a emular as aberturas telefônicas que acontecem entre íntimos, diferentemente de programas destinados a outros públicos. Dessa forma, apesar da rotinização típica das conversas ao telefone, é necessário considerar que o contexto em que elas acontecem influencia a maneira como são realizadas.

A (in)autenticidade da língua dos materiais didáticos

Como mencionado na introdução, os materiais didáticos têm sido muitas vezes criticados por não oferecerem aos alunos um modelo de língua adequado e que realmente corresponda à língua em uso. Isso se deve ao fato que, muitas vezes, os diálogos encontrados nesses materiais tendem a ser construídos com base na intuição dos autores e sem considerar os avanços na área da linguística (cf. WONG, 2002; NUZZO, 2016).

Na literatura, encontram-se diversos estudos que analisaram a língua apresentada nos livros didáticos de línguas estrangeiras no intuito de perceber o quão adequados esses materiais seriam para o ensino da competência comunicativa, incluindo-se aqui a competência pragmática e a competência interacional (cf. Mhereb, 2020). Um dos primeiros estudos desse tipo foi o de Bardovi-Harlig *et al.* (1991), que investigaram os fechamentos de conversas nos livros didáticos, percebendo que frequentemente as conversas não possuem conclusão e, quando a conclusão é contemplada, não espelha o que acontece na língua em uso, não levando em consideração sequências de pré-fechamento. Já Wong (2002) avaliou as aberturas de conversas telefônicas de livros didáticos de inglês LE, comparando-as com os estudos de Schegloff (1968) sobre as aberturas telefônicas em conversas autênticas. Em seu trabalho, a autora analisou os diálogos dos livros didáticos no intuito de reconhecer neles a sequência de trocas que Schegloff já tinha observado nas conversas autênticas. Os resultados demonstraram que em praticamente nenhum caso as aberturas telefônicas dos livros didáticos continham todas as trocas típicas da conversa autêntica. Gilmore (2004) dedicou suas análises aos diálogos em encontros de serviço de livros didáticos de inglês publicados até o final dos anos 1990, comparando-os com interações de serviço autênticas. Seus resultados também apontaram que os diálogos dos livros didáticos se distanciam das conversas naturais por não apresentarem características típicas da fala espontânea, como hesitações, pausas, repetições, etc. No mesmo trabalho, Gilmore repetiu a análise com livros mais recentes (dos anos 2000) e notou algumas melhorias, demonstrando que os livros didáticos mais atuais tentam oferecer uma representação mais fiel da língua espontânea. Kakiuchi (2005) se dedicou a confrontar os cumprimentos em livros de inglês publicados no Japão e em conversas

autênticas e notou que as expressões mais comuns nos livros não eram tão utilizadas na linguagem espontânea e, vice-versa, as expressões mais comuns da língua autêntica estavam pouco presentes nos livros. O mesmo resultados foi encontrado em um estudo mais recente de Bardovi-Harlig *et al.* (2015), que se concentrou nas rotinas pragmáticas utilizadas para discordar em discussões acadêmicas. Na comparação, surgiu que a língua dos livros didáticos se diferenciava sensivelmente da língua coletada no corpus MICASE (*Michigan Corpus of Academic Spoken English*). Ao procurarmos estudos mais recentes que tratam questões pragmáticas nos livros didáticos de ILE, nos deparamos com os estudos de Nuzzo (2013; 2015; 2016), em que a representação de diferentes atos de fala nos materiais didáticos foi comparada com os mesmos atos levantados em séries de televisão, gravações de fala espontânea e no LIP (*Lessico dell'Italiano Parlato*). Os resultados mostraram que os materiais didáticos apresentam escassez de modificadores, não representando, portanto, a maneira como a língua é realmente usada. Esse mesmo resultado foi encontrado por Porcellato (2020), que concentrou sua análise no ato de fala do pedido e confrontou os pedidos dos livros didáticos com aqueles realizados por italianos nativos em *role-plays* (SANTORO, 2012). Gillani e Pernas (2012, 2013) consideram que os diálogos dos livros didáticos são muitas vezes simplificados para facilitar a compreensão do aluno, mas não é sempre assim. Em suas análises, perceberam que há um *continuum* que vai do material mais inautêntico (normalmente baseado em textos escritos e depois lidos por atores) ao material mais autêntico (normalmente improvisado por autores a partir de uma situação, numa espécie de *role-play*). Por fim, destacamos o estudo de Pauletto (2020), que, lançando mão da AC, propõe uma metodologia para avaliar o grau de autenticidade dos materiais em áudio para o ensino de ILE. Sua análise

de diálogos de diferentes livros comprova os resultados de Gillani e Pernas (2012) e comprova a existência de um *continuum* que vai do material mais inautêntico ao mais autêntico. Interessante notar que, diferentemente do que apontam as análises de Gilmore (2004) nos livros de inglês LE, os materiais recentes de ILE tendem a ser mais inautênticos, apresentando pausas excessivas entre as tomadas de turno e desconsiderando as regras que regem a interação. Contrariamente ao que se esperaria, os materiais mais autênticos foram os publicados nos anos 1990-2000, o que indica que, nesse aspecto, não parece haver uma maior preocupação dos autores de livros de ILE em representar de forma mais fiel a língua espontânea..

Metodologia

Este estudo, de caráter exploratório, parte da análise de um *corpus* reduzido. Os dados, ou seja, as aberturas telefônicas autênticas e dos livros didáticos, foram coletados, respectivamente, no LIP (*Lessico dell'Italiano Parlato*)⁷ e em quatro livros didáticos de italiano de nível A1 e A2 do QECR (Conselho da Europa, 2001), como será especificado a seguir.

As conversas telefônicas autênticas

Primeiramente, foram coletadas as transcrições das aberturas telefônicas autênticas disponíveis no LIP, um *corpus* de italiano falado acessível online. É importante frisar aqui que o LIP só disponibiliza transcrições de conversas autênticas, que foram transcritas seguindo

⁷ Disponível online: <http://badip.uni-graz.at/it/>.

regras estabelecidas⁸, não havendo a possibilidade de acessar o áudio das conversas. As conversas foram gravadas no início dos anos 1990 em quatro cidades italianas: Florença, Milão, Nápoles e Roma. Por esse motivo, trata-se de conversas em sua maioria realizadas por meio de aparelhos telefônicos fixos, já que na época os aparelhos celulares ainda não eram tão difundidos.

Escolhemos aleatoriamente cinco aberturas telefônicas de cada cidade. No entanto, como vimos, o contexto em que as conversas telefônicas acontecem podem, de fato, influenciar sua realização (BERCELLI; PALLOTTI, 2002). Por isso, ao coletar as conversas, seguimos uma série de critérios que nos levaram a excluir os seguintes tipos de conversas:

- i) mensagens gravadas em secretárias eletrônicas;
- ii) conversas gravadas em programas de rádio e televisão;
- iii) conversas em que a pessoa desejada não podia atender o telefone;
- iv) conversas de serviço (por exemplo, ligações para médicos, secretárias, oficinas, etc.).

Devido a essas restrições, conseguimos coletar somente quatro conversas de Nápoles, por isso, coletamos seis de Roma, de forma a obter um total de 20 conversas bastante distribuídas pelo território italiano (cf. Quadro 1).

⁸ Ver Anexo A para lista de símbolos utilizados nas transcrições do LIP.

Quadro 1 – Corpus retirado do LIP

Cidade	Número de conversas
Florença	5
Milão	5
Nápoles	4
Roma	6
Total	20

Fonte: A autora

As conversas telefônicas nos livros didáticos

Para a coleta das aberturas telefônicas nos manuais, selecionamos quatro livros didáticos de italiano LE de nível A1 e A2. Como critério para seleção, escolhemos os títulos mais vendidos de duas editoras de materiais didáticos, *Nuovo Progetto Italiano 1* (NPI1) para a editora Edilingua e *Espresso 1* (ESP1) e *Espresso 2* (ESP2) para a editora Alma. Selecionamos também o livro *Linea Diretta 1a* (NLD1) porque nesse material os diálogos são gravados em situações mais espontâneas, com atores que improvisam uma conversa com base em instruções e sem seguir um *script* (cf. PAULETTO, 2020).

Nos livros selecionados, procuramos ocorrências de conversações telefônicas gravadas e/ou escritas, descartando as conversas telefônicas de serviço (por exemplo, ligações para o teatro, o restaurante ou o hotel). Foram, então, doze conversas telefônica que constituíram nosso *corpus* de livros didáticos.

A análise das conversas telefônicas

Para analisar as transcrições das conversas telefônicas do LIP e dos livros didáticos, utilizamos a AC e, mais especificamente, nos baseamos nos estudos de Schegloff (1968) e Bercelli e Pallotti (2002) sobre a estrutura das conversas telefônicas em inglês e italiano e de Wong (2002) sobre a estrutura das conversas nos manuais didáticos. Para cada conversa, identificamos as ocorrências das cinco trocas que costumam fazer parte da sequência de abertura de um telefonema (chamada/resposta, identificação/reconhecimento, troca de cumprimentos, demonstrações de interesse, entrada no mérito do telefonema) para entendermos com qual frequência cada tipo de troca aparece e quais expressões são normalmente utilizadas. No final, comparamos as conversas autênticas com as conversas dos materiais didáticos para identificar as semelhanças e diferenças.

Resultados

Aqui apresentaremos os resultados das nossas análises, antes nos concentrando nas conversas autênticas retiradas do LIP para depois passarmos àquelas coletadas nos livros didáticos.

As conversas telefônicas retiradas do LIP

Pelos dados levantados, descobrimos que as trocas que Schegloff (1968) tinha identificado nas conversas telefônicas em inglês também aparecem frequentemente e na mesma ordem nas aberturas telefônicas em italiano, como pode ser visto no Exemplo 1 retirado do LIP.

Exemplo 1 – Conversa MI2⁹

01	D: pronto *	<i>Alô *</i>	Abertura do canal: Chamamento e resposta
02	B: pronto Anna	<i>Alô Anna</i>	Identificação e reconhecimento
03	D: ciao	<i>Oi</i>	Troca de saudações
04	B: salve	<i>Olá</i>	
05	D: come va *	<i>Tudo bem *</i>	Demonstração de interesse (2 sequências)
06	B: bene e tu *	<i>Tudo e você *</i>	
07	D: eh insomma insomma	<i>Eh mais ou menos</i>	
08	B: insomma insomma *	<i>Mais um menos *</i>	
09	D: insomma insomma	<i>Mais ou menos</i>	
10	B: *	<i>*</i>	
11	D: tu come va *	<i>E vc tudo bem?</i>	Entrar no mérito
12	B: io abbastanza bene # senti	<i>Tudo ok # Aqui</i>	
13	D: dimmi	<i>Pode falar</i>	

Contudo, assim como apontado por Bercelli e Paollotti (2002), nem todas as conversas extraídas do LIP seguiram exatamente o mesmo formato. Apresentaremos aqui algumas características interessantes de diferentes trocas.

Na troca de chamada/resposta, que indica a abertura do canal, o toque de telefone, por não fazer parte da gravação, não é reportado. Isso acaba desconstruindo o par adjacente, já que, se não há o chamado, não

⁹ Cada conversa retirada do LIP foi identificada com uma sigla que corresponde às duas letras iniciais da cidade (MI corresponde a Milão) e um número de 1 a 6.

haveria motivo de responder. Na troca de chamada/resposta, a pessoa que atende o telefone normalmente diz *pronto?* (alô?). Em dois casos, no entanto, as pessoas atenderam o telefone com *sì?* (sim?), e Wong (2002) sugere que, em inglês, esse tipo de resposta é mais comum nos casos em que as pessoas já estejam aguardando um telefonema. Isso, contudo, não significa que o telefonema que essas pessoas irão receber será realmente o telefonema que elas estavam aguardando, como podemos ver no exemplo 2, abaixo, onde A demora até o quinto turno para reconhecer a pessoa que ligou. Podemos concluir que, pelos exemplos analisados, *pronto?* parece ser a maneira mais comum de atender o telefone em italiano, mas *sì?* também pode ser usado.

Exemplo 2 – MI5

01 A: sì"	01 A: <i>sim</i>
02 B: pronto	02 B: <i>alô</i>
03 A: sì"	03 A: <i>sim</i>
04 B: ciao	04 B: <i>oi</i>
05 A: ah ciao come va *	05 A: <i>ah oi tudo bem *</i>

Na troca de identificação/reconhecimento, notamos que há duas maneiras de proceder: as pessoas podem se autoidentificar, dizendo quem elas são, ou podem deixar que o interlocutor as reconheça pela voz (como no exemplo 2, acima). Como já vimos em Bercelli e Pallotti (2002), o reconhecimento pela voz acontece quando os interlocutores se conhecem e são mais íntimos, ao passo que relacionamentos mais distantes ou talvez ligações em que haja ruído ou interferência exigem que o interlocutor se identifique. Nos exemplos do LIP, foram encontrados tanto o reconhecimento pela voz quanto a autoidentificação, mas as proporções nos mostram que o primeiro parece ser ligeiramente mais frequente,

com 60% das ocorrências (cfr. BERCELLI; PALLOTTI, 2002). Sobre as autoidentificações, notamos que elas podem acontecer pela própria iniciativa da pessoa que telefona (três casos no corpus), ou em resposta a uma pergunta que exija a identificação (cinco casos no corpus), como podemos ver no exemplo 3. Isso mostra que a autoidentificação, além de ser menos frequente, normalmente é iniciada pela pessoa que atende o telefone.

Exemplo 3 - RO5

01 A: pronto	01 A: <i>alô</i>
02 B: ciao Bruna	02 B: <i>oi Bruna</i>
03 A: chi e” *	03 A: <i>quem é *</i>
04 B: so” Mimi”	04 B: <i>é Mimi</i>

Na troca dos cumprimentos (por exemplo, Oi, Bom dia, etc.), notamos a amalgamação da sequência de atos, uma característica que Traverso (1996) e Kerbrat-Orecchioni (2005) consideram típica das aberturas e fechamentos de conversas. Com efeito, no corpus do LIP, é frequente que os cumprimentos se confundam com as identificações, tornando difícil a demarcação das fronteiras entre as duas trocas. Isso pode ser percebido no exemplo 2, acima, onde a pessoa reconhece e cumprimenta o interlocutor praticamente ao mesmo tempo, dizendo “*ah, ciao*” (ah, oi). Apesar de se amalgamarem às identificações, no nosso levantamento, os cumprimentos aparecem em todos os diálogos, com uma única exceção, na qual o telefonema é urgente e serve para comunicar a hospitalização de um conhecido ou familiar (exemplo 4).

Exemplo 4 - NA2

01 A: pronto *	01 A: <i>alô *</i>
02 B: si”	02 B: <i>sim</i>
03 A: XYZ allora ti devo dire “na cosa il ri- covero e” stato effettuato	03A: <i>XYZ então preciso te falar um negócio a intenação foi realizada</i>
04 B: si”	04 B: <i>sim</i>
05 A: ci sentiamo piu” tardi	05 A: <i>nos falamos mais tarde</i>

A troca de demonstração de interesse pode se estender durante diversos turnos, como vimos no exemplo 1 acima. Pelos dados levantados, as demonstrações de interesse são muito frequentes, tendo ocorrido em três quartos dos diálogos. Nessa parte da interação telefônica, ambas as pessoas podem demonstrar interesse usando expressões tipo *come va?* (tudo bem?) ou respondendo, *bene, grazie, e te?* (bem, obrigado, e você?), mas em quase a metade dos casos é só uma pessoa que vai demonstrar interesse, o que indica que a reciprocidade não parece ser necessária. Nos diálogos do nosso *corpus* notamos também que as demonstrações de interesse não aparecem em casos de conversações urgentes (exemplo 4), em casos de maior intimidade, mas também nos casos em que, no lugar de demonstrar interesse na saúde do outro, a pessoa que liga decide se desculpar por incomodar, normalmente usando expressões como *scusa se ti disturbo* (desculpa incomodar) ou *ti disturbo?* (estou te incomodando?). Tanto a estratégia de demonstrar interesse como aquela de pedir desculpas pelo incômodo são importantes porque levam diretamente à entrada no mérito do telefonema, como podemos notar no exemplo 1 e também no exemplo 5:

Exemplo 5 - RO6

01 C: pronto	01 C: <i>alô</i>
02 B: pronto Paola	02 B: <i>alô Paola</i>
03 C: si”	03 C: <i>sim</i>
04 B: sono Marina	04 B: <i>é Marina</i>
05 C: ciao Mari”	05 C: <i>oi Mari”</i>
06 B: ah ciao scusa se ti disturbo	06 B: <i>ah oi desculpa incomodar</i>
07 C: no \$	07 C: <i>não \$</i>
08 B: * senti ti volevo dire che...	08 B: <i>* aqui queria te falar que...</i>

A entrada no mérito da conversa telefônica sempre apareceu no nosso corpus, como era de se esperar. Normalmente, se entra no mérito depois de demonstrar interesse ou pedir desculpas para o interlocutor, a não ser que seja um caso de urgência (exemplo 4). Percebemos, também, que há expressões muito utilizadas para entrar no mérito: a pessoa que liga costuma usar *senti, ascolta, allora*, (aqui, escuta, então) ao passo que a outra pessoa, para pedir ou incentivar que se entre no mérito usa as expressões *dimmi* ou *dimmi tutto* (fala, fala tudo) (ver exemplo 1) (cfr. BERCELLI; PALLOTTI, 2002).

As aberturas telefônicas nos livros didáticos de ILE

Procederemos agora com a apresentação dos resultados obtidos nas análises dos livros didáticos. Aqui também apresentaremos uma troca da sequência de abertura de cada vez.

Na troca de chamada/resposta, assim como vimos no LIP, nos diálogos escritos dos manuais nunca aparece a chamada, truncando

assim o par adjacente. Contudo, dois dos livros analisados contemplam a chamada no áudio dos diálogos, deixando a troca completa. Quanto à resposta, em todos os diálogos as pessoas atendem o telefone dizendo *pronto* (alô) e a possibilidade de usar *sì* (sim) não é contemplada.

Quanto às identificações/reconhecimentos, notamos que na maioria dos casos as pessoas que ligam se autoidentificam (exemplo 6). Somente em um diálogo do livro LD1, no qual as interações são criadas por atores de forma mais espontânea por meio de um *role-play* improvisado, a pessoa que atende pede a identificação da pessoa que telefona, a qual, em seguida, se autoidentifica (exemplo 7). Em nenhum caso, mesmo em conversas entre amigos e parentes, é contemplado o reconhecimento pela voz, que, no entanto, é frequente nas conversas autênticas (cfr. BERCELLI; PALLOTTI, 2002).

Exemplo 6 – ESP2

01 A: Pronto?	01 A: Alô?
02 B: Ciao Piera, sono Flavia, come stai?	02 B: Oi Piera, aqui é Flavia, como vai?
03 A: Benissimo, sai, sono appena tornata dal bosco...	03 A: Muito bem, sabe, acabei de voltar do bosque...

Fonte: Ziglio e Rizzo (2008)

Exemplo 7 - LD

01 A: Pronto.	01 A: Alô.
02 B: Giovanna?	02 B: Giovanna?
03 A: Chi parla?	03 A: Quem fala?
04 B: Sono Roberto.	04 B: Aqui é Roberto.
05 A: Ah ciao! Dove sei?	05 A: Ah oi! Onde você está?

Fonte: Conforti e Cusimano (2005)

Comparada com o que vimos nos exemplos do LIP, a troca de cumprimentos nos livros didáticos é ainda mais amalgamada às identificações, tanto que as identificações e os cumprimentos costumam acontecer no mesmo turno, transformando as duas trocas em uma só (exemplo 6). Apesar de isso ser particularmente frequente em atos de rotina (TRAVERSO, 1996; KERBRAT-ORECCHIONI, 2005), notamos, todavia, certa discrepância em relação às conversas autênticas, onde essas trocas se fundiam somente em alguns casos.

As demonstrações de interesse (“como vai?”) também são contempladas em praticamente todos os diálogos (com uma única exceção), e exercem, assim como nos diálogos autênticos, a importante função de levar os interlocutores a entrarem no mérito do telefonema. O que notamos é que as demonstrações de interesse, em alguns diálogos, são amalgamadas às identificações e aos cumprimentos, com as três trocas sendo concentradas algumas vezes em um único turno (exemplos 6 e 8).

Exemplo 8 - NPI

01 Rosa: Pronto?	<i>01 Rosa: Alô?</i>
02 Monica: Ciao Rosa, sono Monica. Come va?	<i>02 Monica: Oi Rosa, aqui é Monica. Tudo bem?</i>
03 Rosa: Buongiorno, Monica, bene...e tu?	<i>03 Rosa: Bom dia, Monica, tudo bem...e você?</i>
04 Monica: Senti, ho bisogno del tuo aiuto.	<i>04 Monica: Aqui, preciso da sua ajuda.</i>
05 Rosa: Che c'è?	<i>05 Rosa: O que foi?</i>

Fonte: Marin e Magnelli (2009)

Finalmente, ao entrarem no mérito do telefonema, notamos que nos diálogos dos livros também há as mesmas expressões convencionalizadas que encontramos no LIP, como *sentí*, *allora*, *sai*, (cfr. os exemplos 6 e

8). O que se diferencia das conversas autênticas, no entanto, é a resposta do interlocutor, que não costuma incentivar a entrada no mérito com expressões como *dimmi* (fala), mas se limita a ouvir o outro. Uma exceção é o diálogo do exemplo 8, onde o interlocutor responde *Che c'è?* (O que foi?), incentivando o outro a explicitar o motivo da ligação.

Comparando as aberturas telefônicas autênticas com as dos livros didáticos

No estudo de Wong (2002), no qual nos baseamos, a autora notou que a maioria dos diálogos dos livros didáticos não contemplava diversas trocas da sequência de abertura telefônica, se distanciando muito da língua natural. Pela nossa análise, contudo, isso não transpareceu. Em quase todos os diálogos dos livros notamos que as trocas das interações autênticas são geralmente contempladas e que as expressões rituais que se utilizam nas interações do LIP costumam aparecer também nos diálogos dos livros didáticos. Apesar de essa aparente semelhança, há algumas questões que chamaram a nossa atenção.

Em primeiro lugar, a chamada (o toque de telefone) foi desconsiderada tanto nas transcrições do LIP como nas transcrições dos diálogos nos livros. Para respeitar o par adjacente, seria importante incluir o toque de telefone. Imaginamos que a transcrição do LIP ignorou o chamado por ele não aparecer nas gravações, mas sua inclusão contribuiria à construção dessa troca. Interessante notar que, pelo menos nos áudios de alguns livros didáticos, o toque de telefone é incluído, conferindo mais autenticidade à troca de abertura do canal.

Em segundo lugar, na troca de identificação/reconhecimento, percebemos que nos diálogos autênticos as pessoas tendem a se reconhecer muito mais pela voz do que por meio da autoidentificação, o que corrobora as análises de Bercelli e Pallotti (2002) das interações telefônicas entre pessoas íntimas. Nos livros didáticos, contudo, em todos os diálogos os interlocutores se identificam, o que não espelha o que acontece na língua autêntica. Entendemos que a autoidentificação e as formas linguísticas em que ela acontece devam ser contempladas nos materiais, mas também a heteroidentificação (ou seja, a identificação do outro) deveria ser apresentada aos aprendizes, se o objetivo é torná-los competentes para atender a um telefonema. Esse resultado vai ao encontro do que foi apontado em diversas análises de livros didáticos: os diálogos escritos com base na intuição dos autores não apresentam um retrato fiel da língua em uso. Interessante considerar que o único diálogo em que há heteroidentificação aparece justamente no livro didático em que os diálogos são improvisados por atores por meio de *role-plays* e que foi publicado nos anos 1990. Esse resultado parece suportar a tese de Gillani e Pernas (2012, 2013) e de Pauletto (2020) de que há um *continuum* de autenticidade nos livros didáticos e que, apesar dos avanços nos estudos linguísticos, os materiais mais recentes não são necessariamente os que apresentam um retrato mais fiel da língua natural.

Finalmente, a diferença maior que notamos entre o corpus autêntico e os livros didáticos foi a divisão dos turnos. Como vimos, a AC nasceu exatamente do interesse de identificar as regras que regem os turnos e Sacks *et al.* (2003 [1973]), em seu trabalho pioneiro, destacam que há regras e convenções para ceder e tomar o turno numa conversação. Vimos também que, em atos de rotina, como a abertura de conversações telefônicas, a

fusão entre as trocas é frequente (TRAVERSO, 1996; KERBRAT-ORECCHIONI, 2005) e, de fato, pôde ser observada nas conversações autênticas, em que a troca das identificações/reconhecimentos se fundiu, em alguns casos, com a troca dos cumprimentos. Mesmo com essa fusão, na maioria das interações autênticas, os atos de fala se dividem em diversos turnos e ambos os interlocutores participam da construção de cada troca. Já nos livros didáticos, a distinção entre as trocas se torna mais difícil, pois frequentemente diversos atos linguísticos acontecem no mesmo turno. Vimos que há casos em que as identificações/reconhecimentos, os cumprimentos e as demonstrações de interesse acontecem todas no mesmo turno, não havendo aquela troca entre interlocutores típica da conversa natural. Com efeito, se olharmos para o número de turnos nas conversas dos livros didáticos, percebemos que é sensivelmente menor que o das conversas autênticas: se confrontarmos os exemplos 2 e 8, ambos contendo a sequência completa de abertura, notamos que o exemplo extraído do LIP se constitui de oito turnos, ao passo que no diálogo extraído dos livros didáticos, os turnos são somente cinco. Essa discrepância reflete os resultados encontrados por Gilmore (2004) nos livros didáticos de inglês e por Gillani e Pernas (2012 e 2013) nos livros de ILE. As análises corroboram também o estudo de Pauletto (2020), que apontou que a troca de turnos dos diálogos de livros de ILE publicados recentemente não refletem o que acontece na língua em uso.

O fato de as aberturas telefônicas apresentadas nos manuais não representarem adequadamente o que acontece na conversa espontânea, especialmente quanto à troca de identificação/reconhecimento e à troca de turnos, demonstra certa falta de atenção desses materiais em relação a esses aspectos. Se, como professores, queremos que nossos alunos

adquiram uma maior competência comunicativa e interacional, lhes oferecer modelos que não serão encontrados na “vida real” pode ser contraproducente, pois pode alimentar uma visão da LE que se afasta da realidade. As conversações telefônicas, por se apoiarem quase que exclusivamente no canal vocal (cfr. BERCELLI; PALLOTTI, 2002), já representam um grande desafio para os aprendizes; portanto, representá-las de forma inautêntica só aumenta a discrepância entre a língua estudada na sala de aula e a língua usada fora dela.

Considerações finais

Conduzimos este estudo com a finalidade de comparar as aberturas telefônicas apresentadas nos materiais didáticos de italiano LE com aquelas autênticas do LIP. Partimos da hipótese, baseada em estudos anteriores (WONG, 2002; NUZZO, 2016; GILLANI e PERNAS, 2013; PAULETTO, 2020), de que haveria diferenças significativas entre a língua autêntica e aquela usada nos materiais didáticos. No entanto, respondendo à nossa primeira pergunta de pesquisa, percebemos que, diferentemente dos resultados encontrados por Wong (2002), as aberturas telefônicas dos materiais didáticos seguem a sequência de atos de falas típica das aberturas telefônicas autênticas. Isso, no entanto, não significa que as interações telefônicas encontradas nos livros didáticos espelhem o uso autêntico da língua. Examinando essa questão por uma perspectiva interacionista (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005), segundo a qual as conversas são construídas de forma coparticipativa pelos interlocutores, um diálogo em que a divisão de turnos não corresponde àquela da

conversa autêntica se distancia do uso real da língua, deixando, portanto, de ser um modelo a ser seguido.

Respondendo à nossa segunda pergunta de pesquisa, a exposição dos alunos às conversas inautênticas da maioria dos livros didáticos pode, de fato, ajudá-los a se apropriarem de formas linguísticas importantes nesse contexto (por exemplo, o uso de *pronto*, e as formas de autoidentificação) e de atos importantes nessa sequência convencionalizada (como os cumprimentos e as demonstrações de interesse), mas, por outro lado, não ajudará os aprendizes a entender como acontece a sequência de turnos, podendo alimentar uma visão da LE que não corresponde à língua natural e, assim, levá-los a se expressar de forma pouco natural.

Queremos frisar que este estudo tem caráter exploratório e se baseia em um *corpus* reduzido, portanto não pode nos levar a conclusões definitivas sobre as aberturas telefônicas autênticas e dos livros didáticos. Acreditamos que seria interessante realizar essa análise com um *corpus* maior de conversas autênticas e de materiais didáticos, incluindo também livros de níveis mais avançados. Além disso, é importante contemplar conversas telefônicas mais atuais e que levem em consideração outros meios de interação, como a videochamada e a videoconferência. Essa proposta de atualização, no entanto, não invalida a realização de análises como aquelas aqui apresentadas, pois, os resultados deste trabalho e de outros similares podem contribuir para que os autores e as editoras dos livros didáticos atentem para aspectos importantes da competência interacional em materiais futuros.

Referências

- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. London: Oxford University Press, 1962.
- BARDOVI-HARLIG, K.; MAHAN-TAYLOR, R.; MORGAN, M. J.; REYNOLDS, D. W. Developing pragmatic awareness: Closing the conversation. *ELT Journal*, v. 45, p. 4–15, 1991.
- BARDOVI-HARLIG, K.; MOSSMAN, S.; VELLENGA, H. E. The effect of instruction on pragmatic routines in academic discussion. *Language Teaching Research*, v. 19, n. 3, p. 324–350, 2015.
- BERCELLI, F.; PALLOTTI, G. Conversazioni telefoniche. In: BAZZANELLA, C. (Org.). *Le forme del dialogo*. Milano: Guerini, 2002. p. 177–193.
- CONFORTI, C.; CUSIMANO, L. Nuovo Linea Diretta 1a: Corso di italiano per principianti. Perugia: Guerra Edizioni, 2005.
- CONSELHO DA EUROPA (Org.). *Common European Framework of Reference for Languages: learning, teaching, assessment*. 10. ed. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2001.
- DE MAURO, T.; MANCINI, M.; VEDOVELLI, M.; VOGHERA, M. *Lessico di frequenza dell'italiano parlato*. Milano: ETAS libri, 1993. Disponível em: <http://badip.uni-graz.at/it/>. Acesso em 31 mar. 2020.
- GILLANI, E.; PERNAS, p. Input orale e competenza dialogica: le scelte dei manuali di italiano LS. *Studi italiani di linguistica teorica e applicata*, v. 42, n. 1, p. 61–99, 2013.
- GILLANI, E.; PERNAS, p. La trasmissione del parlato nei libri di testo di italiano LS: dall'oralità madrelingua all'input orale. In: "DAL MANOSCRITTO AL WEB: CANALI E MODALITÀ DI TRASMISSIONE DELL'ITALIANO. TECNICHE, MATERIALI E USI NELLA STORIA DELLA LINGUA", giugno 2012, Helsinki. *Anais...* Helsinki: Società Internazionale di Linguistica e Filologia Italiana, giugno 2012. p. 461–469.
- GILMORE, A. A comparison of textbook and authentic interactions. *ELT Journal*, v. 58, n. October, p. 363–374, 2004.

KAKIUCHI, Y. Greetings in English: Naturalistic speech versus textbook speech. In: TATSUKI, DONNA (Org.). . *Pragmatics in Language Learning, Theory, and Practice*. Tokio: The Japanese Association for Language Teaching, Pragmatics Special Interest Group, 2005. p. 61–85.

KASPER, G. Speech acts in interaction: towards discursive pragmatics. In: BARDOVI-HARLIG, Kathleen; FÉLIX BRASDEFER, J. César; OSMAR, Alwiya S. (Eds.), *Pragmatics and language learning*. Honolulu: University of Hawaii at Manoa, National Foreign Language Resource Center, 2006. p. 281-314.

KASPER, G. Data collection in pragmatics. In: H. SPENCER-OATEY (Ed.), *Culturally speaking*. New York: Continuum, 2a ed., 2008. p.316–341.

KASPER, G.; BLUM-KULKA, S. (Org.). *Interlanguage Pragmatics*. New York: Oxford University Press, 1993.

KASPER, G.; ROEVER, C. Pragmatics in Second Language Learning. In: HINKEL, ELI (Org.). *Handbook of research in second language teaching and learning*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2005. p. 317–334.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Os Atos de Linguagem no Discurso: Teoria e funcionamento*. Tradução Fernando Alfonso De Almeida; Irene Ernest Dias. Niterói: Editora da Universidade Fluminense, 2005.

MARIN, T.; MAGNELLI, S. *Nuovo Progetto Italiano 1*. Roma: Edilingua, 2009.

MHEREB, A. L. A. *A avaliação da competência comunicativa: uma análise das certificações de proficiência em italiano e português brasileiro*. 2020. 172 f. Dissertação de Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Italianas. – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/D.8.2020.tde-29072020-180546>>.

NUZZO, E. Comparing Textbooks and TV Series as Sources of Pragmatic Input for Learners of Italian as a Second Language: The Case of Compliments and Invitations. In: GESUATO, SARA; BIANCHI, FRANCESCA; CHENG, WINNIE (Org.). *Teaching, learning and investigating pragmatics: principles, methods and practices*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2015. p. 85–108.

NUZZO, E. Fonti di input per l'insegnamento della pragmatica in italiano L2: riflessioni a partire dal confronto tra manuali didattici, serie televisive e parlato spontaneo. In: SANTORO, ELISABETTA; VEDDER, INEKE (Org.). *Pragmatica e Interculturalità in Italiano Lingua Seconda*. Firenze: Franco Cesati Editore, 2016. p. 15–27.

NUZZO, E. La pragmatica nei manuali di italiano L2: una prima indagine sull'atto linguistico del ringraziare. *Revista de Italianística*, v. XXVI, p. 5–29, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-8281.v2i26p5-29>.

PAULETTO, Franco. L'analisi della conversazione per valutare l'autenticità dei materiali audio per l'insegnamento dell'italiano L2: una proposta metodologica. *EuroAmerican Journal of Applied Linguistics and Languages*, v. 7, n. 2, p. 28–50, 30 out. 2020. DOI: <http://doi.org/10.21283/2376905X.12.216>.

PORCELLATO, Adriana Mendes. *A competência (meta)pragmática em italiano L2/LE: da análise do ato de fala do pedido em livros didáticos à elaboração e experimentação de propostas para o ensino*. 2020. Doutorado em Língua e Literatura Italiana – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2020.tde-19062020-191055>. Acesso em: 9 dez. 2020.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Veredas*, v. 7, n. 1 e 2, p. 9–73, dez. 2003.

SANTORO, Elisabetta. A constituição de um corpus de italiano falado para o estudo de pedidos e pedidos de desculpas: considerações sobre a validade interna e externa dos dados. In: MELLO, H.; PETTORINO, M.; RASO, T. (Org.). *Proceedings of the VII GSCP International Conference: Speech and Corpora*. Firenze: Firenze University press, 2012. p. 103–107.

SCHEGLOFF, E. A. Sequencing in Conversational Openings. *American Anthropologist*, v. 70, n. 6, p. 1075–1095, 1968.

SCHEGLOFF, E. A. Telephone conversation. In: ASHER, R. E.; SIMPSON, J. M. Y. (Org.). *The Encyclopedia of Language and Linguistics*. [S.l.]: Pergamon Press, 1993. p. 9–4547.

SCHEGLOFF, E. A. Reflections on Quantification in the Study of Conversation. *Research on Language & Social Interaction*, v. 26, n. 1, p. 99–128, 1993. DOI: https://doi.org/10.1207/s15327973rlsi2601_5.

SEARLE, J. *Speech Acts*. Reprint ed. Oxford: Cambridge University Press, 1969.

TRAVERSO, V. *La Conversation familière*. Lyon: PUL, 1996.

WONG, J. Applying conversation analysis in applied linguistics: Evaluating dialogue in English as a second language textbooks. *IRAL - International Review of Applied Linguistics in Language Teaching*, v. 401, p. 37–60, 2002.

ZIGLIO, L.; RIZZO, G. *Espresso 1: Corso di italiano 1*, Firenze: Alma Edizioni, 2011.

ZIGLIO, L.; RIZZO, G. *Espresso 2: Corso di italiano 2*, Firenze: Alma Edizioni, 2008.

Anexo A – Símbolos e notações usadas nas transcrições do LIP

# = pausa	ciao_ = vogal final longa
\$ = palavra ininteligível	[SILENZIO] = comentário
% = palavras ininteligíveis	extralinguístico
sta<te> = palavras reconstruídas	<F>, <f> = símbolo fonético
-pe- = palavra que não pôde ser reconstruída	* = âncora para tag

Fonte: LIP, 1993.

Aquisição de línguas adicionais e teoria da relevância: um estudo possível

Marina Xavier Ferreira

Elena Godoy

Introdução

Como o ensino é um âmbito da comunicação, vários estudiosos buscaram compreender como ela influenciava o ato de ensinar e de aprender. Nesse contexto, a aquisição da língua também se tornou campo de estudos e centenas de teorias foram postuladas, buscando-se defini-la, a fim de mostrar como ela ocorre e quais as suas características e particularidades. As abordagens sugeridas dividiram a aquisição de línguas em concepções sociais ou cognitivas, sem um entendimento em comum, o que torna as teorias existentes inconsistentes, pois não levam em conta que tudo que aprendemos tem sua natureza social e cognitiva. Adquirimos conhecimento por meio de processamentos cognitivos assim como pela interação e socialização; conseqüentemente, a aquisição de línguas adicionais não é diferente. Por isso, há a necessidade que uma perspectiva trate destes dois âmbitos, mas de uma forma séria, com princípios científicos e sem paradigmas incompatíveis.

Neste trabalho, elaboramos uma premissa que nos auxiliou a conjecturar nossa hipótese de pesquisa de que a relevância (SPERBER; WILSON, 2001) é uma propriedade cognitiva que desempenha um

papel fundamental na aquisição de línguas adicionais, por ser um elemento que seleciona a entrada de dados (*input*), auxilia o *input* durante o processamento cognitivo e, posteriormente, determina se a implicatura do processamento será internalizada (ou seja, se as suposições encontradas se juntarão com o contexto mental do indivíduo, fazendo parte, então, de sua memória enciclopédica), identificando relevância, sentido e significado para o indivíduo e produzindo uma ampliação no ambiente cognitivo deste.

Nosso objetivo neste capítulo é conjecturar as características necessárias para os fenômenos da aquisição de línguas adicionais, coadunando-os aos aspectos pragmáticos, principalmente a propriedade cognitiva relevância, que acreditamos ser indispensável para que a aquisição ocorra.

A relevância de Sperber e Wilson

A Teoria da Relevância (doravante TR), desenvolvida por Sperber e Wilson (2001) tem base nos estudos de Grice. Em 1975, Grice propôs uma teoria que auxiliasse no entendimento da comunicação humana, criando, na nomenclatura do autor, um princípio de cooperação para que a comunicação fosse mais rápida e prática, evitando mal entendidos. Dentro do princípio postulado por Grice (1982), existem as máximas conversacionais, que guiariam os falantes. Sperber e Wilson (2001) acreditavam, no entanto, que a máxima da relação compreendia todas as demais e que era muito mais do que uma máxima, mas sim um princípio da conversação, uma propriedade cognitiva que rege os enunciados dos seres humanos em todas as suas interações.

Na visão da TR, é necessário que as novas informações (*inputs*) sejam relevantes. Se assim não o fosse, teríamos que processar um número infinito de informações, que recebemos a cada instante. Em nosso ambiente cognitivo, temos disponível um armazém de estruturas necessárias para que haja a compreensão dos conteúdos apreendidos. Alguns exemplos são: a memória dedutiva, a memória conceitual, as diferentes computações lógicas possíveis para realização de inferências, entre outras informações idiossincráticas necessárias para que ocorra esse processamento. Para tanto, são necessários alguns componentes que permitam esse tipo de processamento, como os que veremos em seguida.

De acordo com Sperber e Wilson (2001, p. 45) “um contexto é uma construção psicológica formada por um subconjunto das suposições que o ouvinte tem do mundo.” Assim, essas suposições são formadas e reformuladas a cada entrada de dados (input), ou seja, a cada momento em que o indivíduo tem acesso a informações novas, ele acrescenta suposições sobre o mundo, ampliando os contextos possíveis para cada situação.

É importante ressaltar que, durante a interpretação dos enunciados e de seu processamento, o contexto utilizado é formado pelas informações já existentes no arcabouço mental deste indivíduo, mais as informações que acabam de ser acrescentadas para a interpretação desse enunciado.

Não obstante, esse conjunto de suposições, resultado do processamento anterior, gerará um efeito contextual através da modificação ou reorganização dessas suposições. Esse efeito contextual está relacionado com a implicatura obtida no processamento e, quanto maior for o efeito contextual, maior será o grau de relevância que o input processado obterá. Dessa maneira, um efeito contextual pode fortalecer as suposições já existentes, contradizê-las ou combinar-se com

elas, concebendo implicações contextuais, uma síntese das informações novas com as antigas, gerando como resultado uma interação entre os conhecimentos novos e antigos (SPERBER; WILSON, 2001).

Ainda, há um outro princípio que rege o processamento de dados, bem como a própria comunicação. O princípio da relevância é elaborado pelos autores em níveis de produtividade, ou seja, de custo-benefício. Quanto maior for o esforço mental para processar um input (consumo de energia), menor será o efeito cognitivo que se obterá no final do processamento. Assim, para que se obtenha um grau maior de relevância, presume-se que seja necessário um esforço cognitivo baixo para a obtenção de um efeito alto. No entanto, ainda que o esforço de processamento seja alto, se for gerado um efeito cognitivo final elevado, haverá relevância.

Nesse sentido, o equilíbrio cognitivo necessário para que se permaneça elevado o grau de relevância também é necessário para a comunicação. Isto posto, se a relevância é uma propriedade cognitiva dirigida em graus, é necessário que o grau de relevância sempre permaneça alto para que a comunicação siga sempre sendo relevante. Logo, se no início da conversação a informação comunicada for relevante e ela seguir sendo assim, podemos dizer que a comunicação está obtendo sucesso. Diferentemente, se no início ela parecer relevante, mas, com o passar do tempo ela for desnecessária e sem interesse (não traz nenhum melhoramento para o ambiente cognitivo do ouvinte) ou de difícil compreensão (causará um desequilíbrio no princípio que rege o grau de relevância, ou seja, terá um esforço cognitivo muito grande em relação ao efeito contextual adquirido no final do processamento), dificilmente o ouvinte manterá a atenção na conversação.

Um modo de se evitar esse “desgaste” mental ao processar informações que não são interessantes para o indivíduo é o que Sperber e Wilson (2001) chamam de presunção de relevância. A presunção de relevância é uma “garantia” que o falante demonstra ao ouvinte que o que ele vai dizer é relevante o bastante para ser processado. Neste caso, é necessário que o falante dê a entender que o que ele tem a comunicar é relevante. Assim, para que o ouvinte constate que essa informação vale a pena ser processada, o falante pode valer-se de estratégias que indicarão ao ouvinte a possível relevância da informação nova a ser recebida.

Os autores da TR propõem, portanto, um tipo de comunicação que contemple todos esses componentes necessários para o processamento do input. Ela é chamada de comunicação ostensiva-inferencial, em que o falante irá produzir enunciados de forma ostensiva (para que pareçam ao ouvinte que são relevantes o bastante para serem processados – ostensão – a partir de uma presunção de relevância emitida juntamente ao enunciado proferido), ao passo que o ouvinte poderá captar um certo grau de relevância na informação (expectativa de relevância) que lhe permita fazer inferências da informação recebida.

Segundo Sperber e Wilson (2001), um estímulo ostensivo é usado para conseguir efeitos contextuais, bem como para tornar mais manifesta a intenção informativa. É um pedido de atenção indireto ou direto do falante, para que o ouvinte preste mais atenção em seu enunciado. O objetivo é que esses estímulos ostensivos, como chamam Sperber e Wilson (2001), despertem expectativas no ouvinte, de que a intenção informativa demonstrada é relevante o suficiente para ser processada e gerará um grande efeito contextual.

Aquisição de línguas adicionais

A aquisição de línguas tem sido tema de estudo desde a existência humana. Com o advento da globalização, a necessidade de se aprender um novo idioma fez-se mais crescente, passando, então, a aumentar o volume dos estudos sobre aquisição de línguas adicionais e bilinguismo.

A iniciativa de se estudar um idioma tem crescido muito e não há um motivo único para se explicar esse interesse. Logo, a importância de se ensinar com eficiência outra língua passou a ter mais importância também, iniciando os estudos com crianças bem pequenas e desenvolvendo metodologias cada vez mais voltadas ao efetivo aprendizado dos estudantes. A educação bilíngue se torna uma realidade nas escolas e muitos alunos buscam realizar suas graduações ou especializações fora do país. Nesta seção, nosso objetivo é revisitar algumas teorias de aquisição de línguas com o propósito de apontar que, ainda que sejam muitas as pesquisas na área, não se têm uma consistência teórica que consiga representar esta atividade tão presente em nossas vidas.

Consideramos que a cada teoria da aquisição de segunda língua que foi postulada, promoveu-se um crescimento na área, pois, uma teoria, ainda que controversa, acaba por completar a anterior, acrescentando aspectos importantes a esse conjunto de conceitos sobre o tema. Por conseguinte, defendemos que nenhuma das teorias apresentadas consegue abranger todas as necessidades existentes do fenômeno da aquisição de línguas e seus contextos possíveis, bem como as individualidades dos estudantes.

Para tanto, trouxemos um quadro que nos permite ilustrar estas diferenças.

Quadro 1: as particularidades das teorias de aquisição de segunda língua

TEORIAS DE AQUISIÇÃO DE SEGUNDA LÍNGUA									
	Fruto de associações	Inatismo	Aspectos individuais	Input	Interferência da L1	Interação social	Cultura	Output	Feedback
Teoria Behaviorista-estrutural	X		X	X				X	
Hipótese da Gramática Universal		X		X	X				
Hipótese do Monitor		X	X	X		X			
Hipótese da Interação	X			X		X		X	X
Teoria da Aculturação			X			X	X		X
Hipótese do output				X		X		X	X
Teoria Sociocultural			X			X	X		
Teoria do Conexionismo	X		X	X				X	
Teoria da Complexidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: FERREIRA; GODOY, 2022, p. 81.

Um dos pontos principais que identificamos nas teorias listadas é o de que as críticas sempre se dão pelos modelos teóricos estarem ora voltados para o aspecto cognitivo, ora voltados para o aspecto social, ora debruçados em vieses mais estruturalistas e gramáticos, ora para aspectos da interação e do uso da língua(gem). Ao nosso ver, esse fenômeno permeia todos os âmbitos citados, pela interação indivíduo-sociedade. Não há como aprender uma língua sem a estrutura, ao passo que não há como aprender estrutura sem interação e socialização. O indivíduo é formado por características cognitivas e sociais. O lado social completa o lado cognitivo, que se desenvolve permitindo a socialização.

Na perspectiva de Damásio (2012) o *design* dos circuitos cerebrais evolui à medida que o indivíduo interage socialmente com o mundo e com a relação entre os circuitos biorreguladores inatos e as atividades sociais.

Devido a diferentes experiências causarem a variação da potência sináptica dentro e através de muitos sistemas neurais, a experiência modela o *design* dos circuitos. Além disso, em alguns sistemas, mais do que em outros, as potências sinápticas podem alterar-se ao longo do período de vida do indivíduo para refletir as diferentes experiências do organismo e, como resultado, o design dos circuitos cerebrais continua também a alterar-se. Os circuitos não são apenas receptivos aos resultados da primeira experiência, mas repetidamente flexíveis e suscetíveis de serem modificados por experiências contínuas. Alguns circuitos são remodelados vezes sem conta ao longo do tempo de vida do indivíduo, de acordo com as alterações que o organismo sofre. Outros permanecem predominantemente estáveis e formam a “coluna vertebral” das noções que construímos sobre o mundo interior e exterior (DAMÁSIO, 2012, p. 115).

Portanto, a interação social determina os agentes biológicos dos indivíduos, assim como estes determinam as relações sociais dos mesmos. Assim, é de suma importância levar em consideração os dois lados do indivíduo, que permitem que nós evoluamos e nos aprimoremos cada vez mais.

Nessa direção, consideramos, assim como Chomsky que ao aprendermos uma língua adicional, já temos pré-disposta a estrutura inata existente que deve ser preenchida de forma semelhante ao que fizemos para aprender nossa língua materna. Essas estruturas são uma condição para que haja o desenvolvimento da língua adicional. Quando aprendemos nossa língua materna, já temos uma estrutura inata que nos auxilia a articular os elementos ou o parâmetro da língua materna com habilidade.

A comunicação humana faz parte do nosso processo de desenvolvimento filogenético e ontogenético e isso não seria possível se não houvesse essa estrutura inata que nos permitisse a comunicação desde nosso nascimento (ou até antes). Como somos seres sociais e nascemos biologicamente para nos comunicar, esse processo inicial de aquisição da língua materna não nos exige um grande esforço, pois a comunidade de prática em que estamos inseridos nos ensinará, a partir de códigos e convenções, a desenvolver as habilidades linguísticas para a comunicação. Se estivermos inseridos em uma comunidade que utiliza mais línguas, também seremos capazes de nos desenvolver linguisticamente em cada uma delas, dependendo, portanto, dos inputs recebidos do nosso entorno.

Por sua vez, tanto pela abordagem relevantistas, como pelas teorias revisitadas acima, sabemos que os aprendizes de língua, independente do ambiente no qual estejam inseridos, recebem inputs sobre a língua a ser aprendida, sendo estes essenciais para que o aprendiz seja exposto ao idioma, tendo contato com diversos textos orais e escritos. Assim, pode-se afirmar que os inputs são o conjunto de entrada de dados recebidos via entradas sensoriais, que permite a comunicação do indivíduo com o mundo. Sem o input, não há como aprender uma língua.

Partindo dos pressupostos de uma visão pragmática relevantista propomos que a aquisição de um idioma ocorre quando o input é recebido pelos canais sensoriais, é decodificado em uma fórmula lógica e passa por uma espécie de filtro de relevância (que é a expectativa de relevância). Se este input possuir uma expectativa de relevância, vai acontecer o processamento. Se não possuir ele será descartado. Quando o input vai a processamento na memória dedutiva, ele entra em contato com os conhecimentos do indivíduo por meio de um contexto pré-

estabelecido que funciona como um pano de fundo para a computação das informações. Havendo efeitos contextuais, ele se conecta com esse contexto acessível disponível. Havendo relevância, sentido no mundo e significado para o aprendiz, esta implicatura é coadunada com os conhecimentos enciclopédicos do mesmo, remodelando, ampliando, fortalecendo ou contradizendo seus conhecimentos de mundo, suas crenças e emoções, ou seja, tudo que está relacionado ao ambiente cognitivo do indivíduo.

Na perspectiva relevantista, o *output* é o resultado do processamento do input, isto é, é o fruto do conjunto de conexões neuronais, as sinapses e o uso da língua(gem). Assim, em nossa perspectiva, o processamento inferencial do input é realizado pelas conexões neuronais, sendo disparadas/ativadas as sinapses, que por sua vez implicam em uma tomada de decisão, o que chamamos de atitude mental ou atitude proposicional. O *output* é essa tomada de decisões do indivíduo sobre o processamento. Chamamos output, portanto, de atitude proposicional mental que o indivíduo toma a partir do processamento do input, suas relações emotivas, seu armazenamento na Memória Enciclopédica e as relações possíveis com suas crenças, vivências, os aspectos socioculturais e a construção do enunciado a ser proferido. Esta atitude proposicional do estudante é a resposta ao estímulo linguístico recebido, pois, quando estamos em meio a uma conversação, devemos interagir, seja de forma oral ou escrita, ao estímulo que nos foi enunciado.

É certo que o esforço cognitivo realizado durante o processamento inferencial é muito maior do que o recebimento de inputs, mas de acordo com o que veremos adiante, mesmo que haja um esforço cognitivo grande para realizar o processamento, há algo que impulsiona e gera relevância

e efeitos resultantes do processamento deste *input*, isto é, caso essa nova informação possuir um efeito forte para se coadunar com as demais. Se houver relevância e os efeitos contextuais forem suficientes, o aprendiz poderá, por meio da atitude proposicional, confirmar suas hipóteses sobre a língua, reformulá-las ou rechaçá-las, interagindo com a língua e, por meio das interações sociais, readequar seus parâmetros para novos processamentos, com novos contextos e efeitos contextuais, remodelando e adaptando seu ambiente cognitivo por meio dos processamentos cognitivos e da interação com os demais. Tal perspectiva vai ao encontro do que propõe a hipótese da interação e da aculturação.

O aprendiz deve ser conduzido à aprendizagem de conhecimentos próximos aos que ele já tem, que ele já conhece e que estejam facilmente disponíveis para reformulação por meio de novos *inputs* que reestruturarão seus conhecimentos. Nessa direção, somente haverá a contextualização dos conhecimentos novos com os antigos se existirem contextos disponíveis que possam coadunar-se com os novos. Se não houver um conhecimento prévio sobre o assunto discutido, será muito difícil que o estudante assimile esse conteúdo e o adquira. Provavelmente ele irá ser descartado, pois não conseguiu somar-se aos conhecimentos do aprendiz.

Também consideramos que a afetividade, o nervosismo e as alterações emocionais podem afetar na aquisição de um conhecimento. Não há como desconsiderar os aspectos afetivos da aprendizagem, pois eles são determinantes tanto no recebimento do input, quanto no seu processamento.

A interação é essencial para que o aprendiz possa ter experiências de uso da língua na comunicação com o outro. Se o aprendiz não interage

socialmente utilizando a língua alvo, ele não exercitará o que aprendeu, uma vez que não terá uma socialização na língua. Sabemos que é diferente a socialização dentro da sala de aula, com os colegas e o professor, da socialização com falantes nativos, mas acreditamos que, ao estudante aprender uma estrutura, uma regra ou um vocabulário, mesmo com seus colegas, ao interagirem, um corrigindo o outro, a aprendizagem flui, pois ao ensinarmos algo, aprendemos e reestruturamos nossos conhecimentos. É neste ponto que tornamos o conhecimento consciente. É quando ensinamos ou explicamos algum tema que conseguimos organizá-lo de forma a adquirir melhor a língua-alvo, pois novas perspectivas de aprendizagem podem reforçar, ajustar e confirmar conhecimentos que já temos, aprimorando nossa visão sobre o tema e sobre o mundo.

Outro ponto importante em questão é a identidade dos estudantes e de sua autonomia, dificuldades e formas de aprendizagem. Por mais que os aprendizes estejam em contato com o mesmo conteúdo, com o mesmo professor, eles terão seus ritmos e formas de aprendizagem diferentes. Isso se dá pelas individualidades dos mesmos, pois não aprendemos da mesma forma, fato que leva à necessidade de o professor buscar diferentes abordagens que contemplem as individualidades dos seus alunos.

Portanto, cada teoria da aquisição traz uma perspectiva importante para a aprendizagem, o que nos permitiu integrar estas características, formulando um novo conceito para a aquisição de línguas adicionais. Em nossa visão, a aquisição é um fenômeno cognitivo e social, que abarca tanto as características cognitivas, sociais, históricas e pessoais dos indivíduos. Identificamos que o aprendiz ao entrar em contato com uma nova língua interage socialmente e, ao mesmo tempo, vai remodelando

seu ambiente cognitivo, ou seja, seus conhecimentos, crenças, emoções e representações do mundo. Isso permite que ele possa receber novos inputs, processá-los e, se a informação nova recebida pelo input tiver relação com os contextos disponíveis desse indivíduo, ela gerará efeito contextuais e a contextualização da informação nova, remodelando as representações contextuais do mesmo. Além disso, se houver um grau de relevância alto para o indivíduo, bem como se houver um significado no mundo deste indivíduo sobre a informação recebida, ele a armazenará em sua memória enciclopédica, modificando, por sua vez, as suas representações, emoções, crenças e, permitindo que este indivíduo produza uma atitude proposicional, ou seja, uma atitude em relação ao input recebido.

Acreditamos que todo esse processo é o que permite que a aquisição/contextualização dos inputs aconteça, fornecendo meios para que a interação continue. A existência da interação social é imprescindível para que esse processo ocorra, sendo a aquisição formada por um ciclo interminável entre a interação social e os efeitos que essa interação pode produzir cognitivamente no indivíduo. Esse ciclo é dependente das muitas questões da interação social, como a aculturação, a interação, as abordagens necessárias para a realização dos inputs (no caso do aprendizado ocorrer em sala de aula), além de ser dependente também de várias questões idiossincráticas do aprendiz, como sua língua materna, as relações possíveis entre a língua materna e a língua adicional, suas emoções (estados emocionais ao aprender uma língua adicional e ao interagir com falantes de outra língua) e afetividades, suas crenças (e como elas interagem com as crenças da cultura adicional), valores e conhecimentos de mundo e das estruturas da língua adicional.

Logo, a aquisição dependerá dos fatores sociais e cognitivos; por parte do professor, de conhecimento das regras da língua e de aspectos sociais, bem como de teorias que lhe auxiliem no processo de ensino-aprendizagem, as quais guiarão o aluno para que ele aprenda os conhecimentos estruturais, sociais, culturais e pragmáticos da língua. Mas, cada aprendiz terá um desempenho diferente, conhecimentos diferentes, crenças, emoções, motivações diferentes. Por isso, podemos dizer que cada aprendiz terá mais facilidade com certas competências e menos com outras. Com isso, cada um terá maneiras diferentes de adquirir a língua e usá-la.

Aquisição, relevância e língua adicional

Nesta seção, juntaremos os conceitos elencados durante o texto para apresentar nossa proposta para a aquisição de línguas adicionais em um viés sociocultural e pragmático. Baseamo-nos na Teoria da Relevância, bem como em outros estudos da pragmática que têm aprimorado as perspectivas da comunicação com suas teorias.

A aquisição de conteúdos novos consiste no armazenamento de informações em nossa memória enciclopédica. No entanto, este processo não é tão simples como poderia parecer. Como vimos acima, existe uma propriedade que seleciona quais inputs recebidos poderão ir a processamento e, se forem interessantes ao aprimoramento cognitivo do indivíduo, poderão ser armazenados na memória enciclopédica. Esta propriedade chama-se relevância. A relevância divide-se em duas partes: a informativa e a emotiva. Logo, há uma influência dos fatores emocionais e idiossincráticos neste processamento.

Quando o professor emite inputs linguísticos aos estudantes, ele espera que todos estes inputs sejam adquiridos, ou pelo menos boa parte deles. Os alunos, por sua vez, tendem a processar inputs relevantes para seu aprimoramento cognitivo, como exposto pela TR. Os inputs emitidos pelo professor serão recebidos via receptores sensoriais e serão decodificados em formas lógicas. Após o input possuir um formato acessível para sua leitura mental, ele passará pela memória de curta duração e será analisado de acordo com a atenção seletiva, uma espécie de filtro de relevância que é caracterizado por Sperber e Wilson (2001) como expectativa de relevância. Neste passo, o input será observado, para ver se haverá uma possível relevância em seu processamento, se seu conteúdo é relevante para esse indivíduo, se existe um conhecimento do conteúdo emitido pelo professor. Assim, se houver uma expectativa de relevância esse input será levado a processamento, mas, se não houver essa pista de que o esforço gasto para o processamento valerá a pena, esse input será descartado.

Levado a processamento na memória dedutiva/operacional, o input passará por processos inferenciais na tentativa de compreensão do que o professor (ou o colega, ou outras pessoas, vídeo, seja qual for o input em questão) quis dizer com seu enunciado. Para tanto, serão consultados os interesses pelo assunto, a Memória Enciclopédica, para saber se há algum contexto disponível que sirva como pano de fundo para esse processamento cognitivo, as crenças e as emoções. Com base em todas estas especificidades, é que o input será processado. Logo, ele dependerá da relação que o estudante tem com a língua adicional, seus colegas, com o professor e com os conteúdos em questão. Após o processamento, teremos a implicatura deste input, que é a mescla do

input com as informações enciclopédicas sobre o conteúdo deste input que está armazenado na Memória Enciclopédica. Dessa implicatura será gerada uma imagem mental, chamada por Santos e Godoy (2021) de holograma semântico.

Um holograma semântico é uma imagem mental da implicatura, ou seja, uma representação conceitual desta implicatura, que será verificada na Memória Enciclopédica para ver se há sentido no “mundo” deste indivíduo. Desta imagem mental, será avaliada também a vigilância epistêmica, que segundo Sperber *et alli* (2010), é um raciocínio que avalia o quão confiável é a pessoa com a qual interagimos, ou seja, que identificará a verdade dos enunciados para esse indivíduo. Neste ponto, o holograma (input) será direcionado novamente à memória dedutiva e, sendo este conteúdo do interesse e desejo do indivíduo, será novamente levado a processamento, aumentando o esforço cognitivo realizado. Passando novamente pela Vigilância epistêmica, o holograma será avaliado pela relevância, que está ligada intimamente aos desejos do indivíduo. Ela pode estar ligada aos desejos intelectuais, disparando um grau de relevância informativa a respeito do holograma. Havendo relevância informativa, e esta, sendo potencializada, serão gerados também efeitos informativos sobre o holograma. Aqui, presume-se que o estudante identificou a intenção comunicativa do professor.

Conseguido o efeito informativo e atingida a relevância ótima, haverá uma implicação contextual do holograma para o estudante, tomando este, consciência do significado da implicatura do holograma, ou seja, havendo significado do input emitido pelo professor para o aluno, este significado irá para a memória enciclopédica e será armazenado juntamente com as demais representações conceituais do mundo que este aluno possui. Aqui, teremos a aquisição do input emitido pelo professor.

No entanto, neste estágio, o processamento do input somente cessará pela perspectiva inferencial informativa. Em relação ao processamento emotivo, de acordo com Santos e Godoy (2021) ao mesmo tempo que a forma lógica chega à Memória Enciclopédica, ela também chega às Estruturas Límbicas, que sempre estão preparadas para liberar reações neuroquímicas referentes ao conteúdo emotivo do input. Assim, as estruturas límbicas ativam o “desejo emocional” (desejo humano pela busca do prazer) sobre a forma lógica. Esse desejo emocional irá comandar a avaliação positiva ou negativa da interpretação, ou seja, a Relevância Emotiva. Isso se relaciona com os estados afetivo-emotivos referentes ao contexto situacional (professor, colegas, colégio, faculdade, escola de idiomas) e suas memórias emotivas sobre este contexto. Juntamente com a Relevância Informativa, a Relevância Emotiva irá potencializar o efeito emotivo positivo ou negativo, de acordo com o input recebido.

Estes estados emocionais sobre o input serão armazenados na Memória Emocional, que está interligada com a Memória Enciclopédica. Após estes dois processamentos concomitantes, o holograma (input) passará pelas crenças deste estudante, por princípios socioculturais e valores, bem como pelas intenções deste. Neste ponto dizemos que o conteúdo cognitivo armazenado terá uma remodelação das crenças e das características socioculturais, ampliando a parte social mental do indivíduo, que poderá interferir na tomada de decisões posterior. Por fim, existirá essa tomada de decisão sobre o input recebido, chamado output ou atitude proposicional mental, que está ligada à polidez linguística e normas linguísticas referentes à estruturação dos enunciados na língua adicional, bem como às crenças e propriedades socioculturais em que o indivíduo está inserido. Assim, esta estruturação estará diretamente

relacionada ao conhecimento já adquirido da língua, bem como o acabado de ser processado.

A partir da tomada de decisão e da atitude proposicional mental realizadas pelo estudante, este output fará parte da comunicação no âmbito da aprendizagem da língua adicional, gerando, por sua vez, a emissão de novos inputs pelos interlocutores presentes no contexto, que poderá gerar novas entradas de dados e um novo procedimento como o descrito acima.

Desta forma, verificamos que a aquisição pode ser explicada e evidenciada pelos conceitos pragmáticos, tanto em sua faceta cognitiva, como na social. Em um primeiro momento o conhecimento enunciado pelo professor passa por um processo cognitivo complexo que depende de fatores como conhecimento prévio, interesses e desejos. Logo, ele vai a um estágio mental que é estruturado pela socialização, pela interação e pelos valores e crenças que os alunos têm. O professor, por meio de atos ostensivos busca gerar em seus aprendizes uma presunção de relevância, ao passo que o estudante irá atender aos estímulos ostensivos, por suas características heurísticas, inatas ou desenvolvidas através de sua experiência, cujo objetivo será o da escolha de fenômenos relevantes.

Logo, comprovamos que a aquisição de línguas adicionais na perspectiva pragmática é verossímil, pois leva em conta todas as características necessárias neste processo, as elencadas pelas teorias da aquisição, sejam elas no âmbito social ou cognitivo. Esta proposta sugere uma retroalimentação e sustentação do que é relevante para os estudantes e se baseia em teorias consistentes, diferentes de outras propostas de aquisição que não possuem uma metodologia e base sólidas. Também, por meio da Teoria da Relevância, conseguimos ilustrar como funciona

o processo de aquisição de língua adicional, com detalhes que são estruturados por teorias pragmáticas com vertentes na Psicologia, na Sociologia, na Antropologia e outras ciências.

Considerações finais

Esta pesquisa teve por objetivo identificar a relevância como uma propriedade cognitiva inerente para a aquisição de línguas adicionais, buscando reafirmar o papel da pragmática nos estudos de aquisição de línguas e propor uma nova abordagem para o tema, que é tão discutido, mas bastante incompleto até o momento, como pudemos evidenciar.

Nossa pesquisa não é conclusiva, mas obtivemos resultados satisfatórios que nos levam a propor alguns pressupostos teóricos importantes em relação às teorias de aquisição de línguas adicionais. Com base em teorias sérias e atuais, elaboramos nossa proposta para otimizar os processos de ensino-aprendizagem de língua adicional. Elencamos as teorias de aquisição mais conhecidas e mais conceituadas. Baseados nessas teorias, propusemos nossa perspectiva referente à aquisição, a qual nos permitiu apresentar nossa proposta de estudo para a aquisição pragmática de línguas adicionais.

Por meio destas retomadas teóricas, trouxemos uma nova perspectiva ao ensino de línguas adicionais, buscando coadunar os aspectos sociais e cognitivos formando uma estrutura completa para nosso estudo. Pudemos evidenciar que esta proposta é sólida e que as teorias pragmáticas conseguem auxiliar na aquisição, bem como a relevância é uma propriedade da aquisição de línguas adicionais e interfere diretamente se acontecerá ou não essa aquisição.

Nosso texto trouxe apenas uma introdução a essa perspectiva que tem tanto a acrescentar no âmbito do ensino-aprendizagem de línguas adicionais. Muitas são as possibilidades para estudos futuros, desde a ampliação desta hipótese, como sua aplicação futura.

Referências

ADÃO, A. N. A ligação entre memória, emoção e aprendizagem. (*Anais XI Congresso Nacional de Educação*). Curitiba: PUCPR, 2013. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9302_6965.pdf. Acesso em: 28 ago. 2017.

BROWN, p. ; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language use*. New York: Cambridge, 1987.

CONSEJO DE EUROPA. *Marco común europeo de referencia para las lenguas: aprendizaje, enseñanza, evaluación*. 2ª ed. Madrid: MECD y Anaya, 2002. p. 106. Disponível em: <http://cvc.cervantes.es/obref/marco>. Acesso em 03 de dezembro de 2015.

DAMÁSIO, A. R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012/1994.

ELLIS, R. The Associative-Cognitive CREED. In.: VanPATTEN, B.; WILLIAMS, J. (orgs). *Theories in second language acquisition: an introduction*. Mahwah/Nova Jersey/Londres: Lawrence Erlbaum, p. 77-95, 2007.

ELMAN, J. L. Origins of Language: A Conspiracy Theory. In: MacWHINNEY, B (org.). *The Emergence of Language*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.

ESCANDELL-VIDAL, V. Towards a cognitive approach to politeness. In. Katarzyna Jaszczolt and Ken Turner (eds). *Contrastive Semantics and Pragmatics, Vol. 2: Discourse Strategies*. Oxford: Pergamon, p. 621–650, 1996.

FERREIRA, M. X.; GODOY, E. A aquisição de línguas adicionais na perspectiva pragmática. In: Meniconi, F. C.; Makiyama, S.; Pitombeira, C. V. *Estudos linguísticos aplicados: interlocuções na contemporaneidade*. Tutóia – MA: Diálogos, 2022, p. 74-97.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: Marcelo Dascal (org). *Fundamentos metodológicos da linguística – pragmática: problemas, críticas, perspectivas da linguística-bibliografia*. Campinas: Unicamp, 1982. (Original de 1975).

GRICE, H. P. On Communicative Competence. In.: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (orgs.). *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin, 1972.

IRAGUI, Jasone C. El concepto de competencia comunicativa. In: SÁNCHEZ LOBATO, J., I. Santos Gargallo. *Vademécum para la formación de profesores*. Madrid: SGEL, p. 449 – 461, 2005.

KÁDÁR, D. Z.; HAUGH, M. *Understanding Politeness*. New York: Cambridge, 2013.

KRASHEN, S. D. Comprehensible output. In.: *System*. v. 26., p. 175-182, 1998.

KRASHEN, S. D. *Principles and Practice in Second Language Acquisition*. 1982. Disponível em: <<http://www.sdkrashen.com/content/books/principlesandpracticepdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

LARSEN-FREEMAN, D. A Complexity Theory Approach to Second Language Development/Acquisition. In: TKIN-SON, D. (org.). *Alternative Approaches to Second Language Acquisition*. Oxford: Routledge, p. 48-72, 2011.

LARSEN-FREEMAN, D. A. *Chaos/Complexity Scienc and Second Language Acquisition*. Applied Linguistics, v. 18, n. 2, p. 141-165, 1997.

LARSEN-FREEMAN, D.; LONG, M. *An Introduction to Second Language Acquisition Research*. London: Longman, 1991.

LARSEN-FREEMAN, D.; CAMERON, L. *Complex Systems and Applied Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

ORDÓÑEZ, S. G. La subcompetencia pragmática. In: SÁNCHEZ LOBATO, J., I. Santos Gargallo. *Vademécum para la formación de profesores*. Madrid: SGEL, 2005. p.533 – 551.

ORTEGA, L. *Understanding Second Language Acquisition*. London: Hodder Education, 2009.

PAIVA, V. L. M de O e. *Aquisição de segunda língua*. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SANTOS, S. GODOY, E. Arquitetura do processamento cognitivo: efeito racional e efeito emocional. *Memorare*, v. 7, série 2, p. 44-58, 2021.

SOUZA, R. A. de. *Segunda Língua: aquisição e conhecimento*. 1ªed. São Paulo: Parábola, 2021.

SPANGLISH. Direção de James L. Brooks. Hollywood: Columbia Pictures, 2004, 131 min.

SPERBER, D; WILSON, D. *Relevância: comunicação e Cognição*. Trad. Helen Santos Alves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. (Original em 1986).

VIDAL, M. V. E. Aportaciones de la pragmática. In: SÁNCHEZ LOBATO, J., I. Santos Gargallo. *Vademécum para la formación de profesores*. Madrid: SGEL, p. 179 –193, 2005.

VIGOTSKI, L. S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes. 1987.

WENGER, E. *Communities of practice: Learning, meaning, and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. (Tradução José Carlos Bruni) São Paulo: Nova Cultural, coleção Os Pensadores, 1953/1996.

Em defesa de uma abordagem sócio-pragmática de aquisição de linguagem

Renato Caruso Vieira

Introdução

Nos estudos linguísticos, a Pragmática é o domínio que concede posição mais destacada à atividade de interpretação de intenções comunicativas alheias. Já em um dos trabalhos seminais do que hoje conhecemos por pragmática, Grice (1957, p. 384) afirma que, se A pretendeu significar algo através de x , então “A enunciou x com a intenção de induzir uma crença por meio do reconhecimento desta intenção”. Ou seja, não apenas o reconhecimento da intenção expressa pelo falante de comunicar é necessário para a captura da atenção da audiência, mas também a própria compreensão do conteúdo expresso depende da percepção, pela audiência, de que o estímulo foi emitido com o propósito de ser reconhecido como portador desse conteúdo.

Em desenvolvimento posterior da pragmática, a Teoria da Relevância (SPERBER & WILSON, 1995) propõe que enunciados sejam compostos por intenção informativa (o significado a ser transmitido) combinada com intenção comunicativa (o ato de tornar manifesta a transmissão de um significado a uma audiência), de modo que a comunicação de um enunciado só se completa quando a intenção informativa do falante é inferida através da apreensão de sua intenção comunicativa.

Para a Teoria da Relevância, a camada propriamente semântica das palavras e sentenças dos enunciados — ou seja, os sentidos diretamente codificados nos signos e nas estruturas linguísticas — é sempre ou quase sempre conceitualmente subdeterminada, de modo que “expressões linguísticas servem não para *codificar* o que o falante quis dizer, mas para *indicar*. Aquilo que o falante quis dizer é inferido do significado linguístico das palavras e expressões usadas considerado juntamente com o contexto” (NOVECK & SPERBER, 2007, p. 7). O esforço de recuperação inferencial da intenção informativa do falante (aquilo que ele “quis dizer”) é automaticamente ativado mediante o reconhecimento da intenção comunicativa do falante (manifestação de que há uma intenção informativa a ser inferida).

Precisamente o contato que a pragmática media entre a formalidade do código linguístico e a interação sócio-comunicativa dos falantes respalda a presunção, por muitos linguistas, de que maior tempo de exposição das crianças às comunidades de fala seja requerido para a aquisição da pragmática. Vejamos (CEKAITE, 2012, p. 1):

Em contraste com o desenvolvimento infantil de gramática e sintaxe, que tem sido mostrado, de forma consistente, como largamente concluído aos 5 anos de idade, o sofisticado domínio, pelas crianças, de habilidades conversacionais variadas é um processo de longo prazo. Habilidades pragmáticas básicas emergem em uma idade bastante precoce, mas são refinadas e desenvolvidas no decorrer da pré-adolescência e adolescência (...)

De fato, fenômenos pragmáticos de mais sinuosa correspondência entre o sentido tencionado pelo enunciado e o codificado nele não são percebidos por crianças mais novas — como as ironias, cuja adequada interpretação não amadurece antes dos 5 ou 6 anos (ZUFFEREY, 2015)

— enquanto nuances expressivas sutis, como aplicação de determinadas normas de polidez conversacional ou de marcadores conjuntivos (e.g. “por exemplo” e “de qualquer forma”) ou de atitude (e.g. “realmente” e “talvez”), podem atingir frequência adulta de uso apenas na pré-adolescência ou adolescência (SCOTT, 1984).

Entretanto, sinais de atividades metarrepresentacionais de leitura de intenções são reportados, por exemplo, em estudos de aquisição lexical: o aprendizado de novos verbos por crianças de 2 anos parte da associação deles com gestos intencionais e nunca acidentais (Tomasello & Barton, 1994); nessa mesma idade, crianças conseguem inferir de demonstrações de surpresa ou entusiasmo de adultos, que palavras novas estão sendo usadas para nomear objetos até então desconhecidos por eles (AKHTAR, CARPENTER & TOMASELLO, 1996); e também conseguem se guiar por pistas da linguagem corporal de adultos para promover separação conceitual de eventos que se distinguem apenas por traços de intencionalidade (e.g. andar na ponta dos pés e andar na ponta dos pés para seguir alguém) (POULIN-DUBOIS & FORBES, 2002).

Ainda, inferência de significados não explícitos é praticada por crianças e esperada por elas de seus ouvintes, em casos, por exemplo, de implicaturas simples — como pedidos indiretos por meio de sentenças declarativas e interrogativas — produzidas por crianças de cerca de 2 anos e meio (PAPAFRAGOU, 2002).

Sendo verdade que enunciados linguísticos consistem de estímulos significativos capazes apenas de apontar direcionamentos interpretativos do conteúdo que o emissor pretende transmitir e que tal intenção informativa não pode ser apropriadamente alcançada sem a percepção da intenção comunicativa que a acompanha, podemos assumir que a

sensibilidade pragmática, como condição para captura de significados comunicados, deva englobar as dimensões semânticas e gramaticais da aquisição da linguagem, emergindo antes delas e atingindo maturidade plena — para fenômenos pragmáticos complexos e pormenores expressivos socialmente convencionados — depois delas.

Csibra (2010), remetendo aos vieses de preferência que recém-nascidos já demonstram por sinais que tipicamente acompanham a interação comunicativa intencionalmente voltada por um emissor a uma audiência — contato visual, responsividade contingente e exageros expressivos de fala direcionada a crianças (*motherese*) — sugere que “a resposta inicial de crianças a sinais de intenção comunicativa pode ser interpretada como uma disposição para criar condições ótimas para o recebimento de manifestações do emissor acerca do conteúdo da intenção informativa correspondente” (CSIBRA, 2010, p. 154). Ou seja, a capacidade de identificação de conteúdos informativos transmitidos por comunicação se desenvolveria sobre uma pré-existente competência de reconhecimento de intenções de transmitir conteúdos.

Propensões por análises de aquisição de linguagem que releguem à pragmática importância secundária não se derivam apenas da constatação do desenvolvimento tardio de ajustes pragmáticos à conveniência social mas, também, da robusta influência exercida nos estudos linguísticos em geral, e nos de aquisição de linguagem em particular, pela Teoria Gerativista.

Chomsky e outros gerativistas, em sua abordagem formalista/computacional do tema, propuseram a existência de um Dispositivo de Aquisição de Linguagem (DAL) com autonomia completa ou quase completa na captura e manipulação de *input* linguístico para

preenchimento de lacunas pré-existentes na estrutura de uma Gramática Universal.

Assim, tal módulo cognitivo responsável pela aquisição de linguagem funcionaria como um dispositivo de processamento de informações que realizaria um conjunto limitado e previsível de operações sobre símbolos formais a fim de fornecer um *output* para um dado *input*, de maneira que a conversão do *input* linguístico em gramática (o *output*) não envolveria a identificação de propriedades sociais, comunicativas ou intencionais da fala. O modelo linguístico de Chomsky não apenas não assimila o tema da intencionalidade mas, ainda, o rejeita: “fenômenos intencionais se relacionam a pessoas e ao que elas fazem do ponto de vista dos interesses humanos e pensamentos que não são fruto de reflexão, e, por isso, não se enquadram (vistos assim) na teoria naturalista, que procura deixar esses fatores de lado” (CHOMSKY, 2000, p. 22).

Dentre os modelos alternativos ao gerativista, destacamos aquele que, ao menos em sua fundamentação medular, mais espontaneamente se adéqua à abordagem sócio-pragmática de aquisição de linguagem que esboçamos até aqui: a Teoria Baseada em Uso de Tomasello. Segundo Tomasello (2008), dois conjuntos de habilidades cognitivas seriam igualmente indispensáveis para o desenvolvimento linguístico infantil: a “leitura de intenções”, responsável pela maneira “como crianças aprendem pares forma-função convencionais, incluindo tudo desde palavras até construções complexas” (TOMASELLO, 2008, p. 70) e a “descoberta de padrões”, que é “o que é crianças precisam fazer para ir produtivamente além de enunciados individuais que ouvem pessoas usando ao redor delas para criar esquemas ou construções linguísticos abstratos” (Ibidem, p. 86).

Em seguida, apresentaremos argumentos que evidenciam a importância central desempenhada pela pragmática, em seu aspecto sócio-comunicativo de inferência de intenções, na aquisição de linguagem. Iniciaremos pelo relato seguinte, por meio do qual o próprio Tomasello (Ibidem, p. 71) sugere serem os mecanismos linguísticos de inferência de significados em contexto extensões de atividades da mesma ordem já praticadas em comunicação pré-verbal:

Por exemplo, se uma menina de 18 meses está engajada em limpeza de brinquedos com um adulto, e o adulto aponta para um brinquedo do outro lado da sala, ela vai buscá-lo e limpá-lo também — assumindo que o gesto de apontamento do adulto seja relevante para a atividade compartilhada. Mas se outra pessoa entra na sala e aponta para o exato mesmo brinquedo da exata mesma maneira em um momento comparável, apesar de a criança estar engajada na limpeza (com o primeiro adulto), ela não interpreta esse gesto de apontamento como relevante para sua própria atividade egocentricamente e, então, ela não limpa o brinquedo mas, ao invés disso, compartilha atenção voltada a ele declarativamente ou o dá ao novo adulto.

Seleção de estímulos

Tradicionalmente, estudos em psicolinguística assumem as operações de *parsing*¹ como primeiro filtro cognitivo do *input* para seu tratamento linguístico, uma barreira inicial que distribui aos mecanismos de aprendizagem de língua (sendo o DAL, previamente mencionado, o mais popular) dados em formato propriamente linguístico e, portanto, reconhecíveis por eles como material de manipulação e organização. Seria esse o conjunto de “procedimentos para mapeamento da onda sonora da

1 Segmentação do fluxo da fala em porções gramaticalmente inteligíveis.

fala ouvida em uma representação linguística” (Trueswell & Gleitman, 2007, p. 8).

Entretanto, parece-nos que esse raciocínio deva ser suspenso para apreciação mais cuidadosa: se aos primeiros contatos com comunicação verbal as crianças a percebem como ondas sonoras a serem analisadas por atividades de *parsing*, como seria possível, em uma etapa anterior do processo, que essas crianças já fossem capazes de selecionar, dentre todas as ondas sonoras capturadas auditivamente, quais são língua e quais não são? Como pode ser que, antes da própria conversão das ondas sonoras em representação linguística, já dispusessem de representação linguística capaz de distinguir ondas sonoras verbais de não verbais?

Ainda que estudos em aquisição de fonologia tenham produzido abundantes evidências da capacidade de crianças ainda muito novas (8 meses, segundo Aslin, Saffran & Newport (1998)) de segmentar fluxos de fala, reconhecendo padrões de sílabas e palavras, nenhuma suspeita esses estudos manifestam de correlação entre tal tratamento analítico dos estímulos acústicos e seu reconhecimento, pelas crianças, como língua ou, mais precisamente, como *input* dos mecanismos de sistematização gramatical. Essas são evidências que mais sugerem o inatismo da preferência por determinados padrões sonoros (e a provável consequência de termos, como espécie, adotado esses padrões vocais de sílabas e palavras para expressar as línguas) do que as estratégias cognitivas infantis de seleção, dentre todos os estímulos recebidos, do material para construção da competência linguística.

A suspeita de que essa prática de segmentação sonora pelas crianças possa estar imbuída de consciência linguística é afastada, de modo ainda mais contundente, por experimentos cujos resultados indicam que

primatas não humanos como os saguis “são capazes de computar as mesmas consideravelmente complexas regularidades estatísticas em fluxos fluentes e rápidos de fala humana sintetizada que foram demonstradas, por métodos similares, em crianças humanas” (HAUSER, NEWPORT & ASLIN, 2001, p. 61-61) e, principalmente, que “aprendizado estatístico de sequências auditivas rápidas por crianças não é específica para estímulos linguísticos, mas representa um mecanismo mais geral que pode ser empregado em diferentes domínios” (JOHNSON *et al.*, 1998, p. 484), que replicou com sequências melódicas experimentos tradicionalmente realizados com sequências de palavras).

Sendo assim, se é verdade que o sistema [*parsing* + DAL] atua como simples processador de dados cego a condições humanas ou contextuais de outras ordens, por que não constrói, acidentalmente, uma gramática de latidos de cachorro, de melodias musicais ou de passos no corredor? Ou como é sequer alertado de que os estímulos linguísticos devem ser sonoros para crianças ouvintes e visuais para crianças surdas e, neste último caso, que determinados gestos corporais vistos devem contar como elementos para formação de uma gramática e, outros — como coçar-se, pentear-se ou espreguiçar-se — não?

Nossa resposta, já vislumbrada na seção anterior, é a de que, se enunciados verbais se qualificam como dados de entrada para o maquinário cognitivo de sistematização gramatical, ao contrário de latidos de cachorro ou melodias musicais, é porque a constituição humana orienta nosso comportamento, desde cedo, ao reconhecimento de intenções comunicativas.

Se é verdade que as crianças não depreendem a propriedade de serem linguísticos dos estímulos em si mas da intenção comunicativa humana

que comportam, poderíamos prever que virtualmente quaisquer estímulos não linguísticos (incluindo, desta vez, mesmo latidos, notas musicais, etc.), eventualmente percebidos por crianças como emitidos por pessoas com propósito comunicativo, seriam alvo de concentrado esforço cognitivo de decodificação, seja através de sistematização conceitual tão simples quanto a exigida para interpretação de apontamentos de objetos, seja através da complexa formação de uma gramática.

Essa é uma previsão corroborada pelos resultados de Ferguson & Waxman (2016), que separaram crianças de 6 meses em dois grupos e expuseram, cada um, a um sinal sonoro não linguístico (sequência tonal) em uma das seguintes condições: na primeira, o sinal sonoro substituíu a fala de um dos dois atores engajados em uma conversação com rica interação social (contato visual, sorrisos e acenos) e, na segunda, o mesmo sinal sonoro era tocado sem que pudesse ser vinculado à ação comunicativa dos atores. Em seguida, os sujeitos eram submetidos a uma tarefa de categorização de objetos, na qual imagens de diferentes dinossauros eram pareadas com um mesmo sinal sonoro antes de serem apresentadas duas novas imagens que de nenhum estímulo sonoro eram acompanhadas: outro dinossauro (portanto, membro da categoria à qual o padrão sonoro foi associado) e um peixe (membro de uma nova categoria, à qual o padrão sonoro não foi associado). Apenas as crianças anteriormente expostas à primeira condição experimental (em que sinais sonoros simulavam a fala de um dos atores na interação comunicativa) mostraram preferência significativa — testada por tempo de fixação de olhar — pelo peixe, demonstrando terem efetivado uma categorização “lexical” (associada ao sinal sonoro) para os dinossauros.

Seu trabalho, acreditam Ferguson & Waxman (2016, p. 5), contribui para o entendimento da relação entre aquisição de linguagem e cognição porque “oferece as primeiras evidências de que crianças de tão pouca idade quanto 6 meses são bem-sucedidas em elevar sons novos e, de outra forma inertes, a um *status* comunicativo”, além de mostrar que “uma vez que o novo sinal tenha sido identificado como comunicativo, ele pode se submeter a categorização de objeto”.

Ainda, metodologia similar foi empregada por Ferguson & Lew-Williams (2014) para demonstrar que apenas o grupo de crianças, desta vez, de 7 meses previamente exposto à condição comunicativa foi capaz de abstrair regras combinatórias estruturais — e, portanto, de tipo “sintático” — de sequências tonais que variavam entre AAB, ABA e ABB.

Concluimos notando que, considerando-se a ingenuidade cognitiva de uma criança em estágio inicial de aquisição de linguagem e o modo repentino como passa a ter acesso aos estímulos do mundo, o discernimento entre o que usar como *input* para aprendizado linguístico e o que descartar para esse fim nem se aproxima de ser tarefa trivial. Dificilmente um modelo explicativo de tal feito deixaria de se apoiar em aparatos inatos sócio-pragmáticos de sensibilidade a sinais de intenção comunicativa.

O código e a finalidade comunicativa

As seguintes impressões de Dabrowska (2015, p. 3) são introdução pertinente para nossa exposição:

A habilidade de ler e compartilhar intenções, incluindo as intenções comunicativas — i.e., teoria da mente no sentido amplo — é importante para as línguas por dois motivos. Primeiro, ela permite que aqueles aprendendo uma língua entendam pra que serve uma língua: um animal que não entenda que outros indivíduos tenham crenças e intenções diferentes das suas veria pouca utilidade para a língua. Segundo, ela fornece a quem está aprendendo a língua uma ferramenta vital para o aprendizado. Para se aprender uma língua, é preciso que se adquira um conjunto de convenções forma-significado; e para adquirir isso, é preciso ser capaz de adivinhar pelo menos alguns dos significados transportados pelos enunciados ouvidos.

Os significados da língua, como sugere Dabrowska, não se confundem com a própria língua e, tampouco, são criados por ela, mas, por meio de tais “convenções forma-significado” são, meramente, transportados. É da própria natureza dos códigos o seu papel simbólico, representacional.

Entretanto, o código linguístico não se limita ao cumprimento de uma incumbência representacional mas, sim, metarrepresentacional: um enunciado P formalmente decodificado não dispara uma busca mental pela correspondência de P no mundo mas, antes, uma busca por aquilo que o falante quis dizer com P. Do mesmo modo como a criança lembrada por Tomasello (2008, p. 71) interpreta do apontamento da bola não uma estéril representação mental dela, mas a representação da representação (metarrepresentação) do que o adulto esperava que ela inferisse do gesto nos determinados contextos (seja “estou chamando sua atenção para a bola para que você a traga para nós a limparmos” ou “estou chamando sua atenção para a bola para compartilharmos nossa atenção”), também a comunicação verbal não é instrumento de injeção, na mente do ouvinte, de figuras ou paisagens que se desvinculam do agente tão logo sejam proferidas e, portanto, não pode ser adquirida como tal. Para ainda

mais didáticas evidências de como a língua não pode ser entendida por uma criança como a decodificação do “que se diz” mas, sim, como meio inferencial do “que se quer dizer”, podemos recorrer às representações linguísticas, perfeitamente interpretáveis por falantes de qualquer língua, de quimeras e impossibilidades empíricas de qualquer ordem ou, ainda, de abstrações pertinentes a sentimentos e demais objetos intangíveis de discurso.

Esse é um raciocínio que nos remete, agora, ao primeiro dos motivos da importância da “habilidade de ler e compartilhar intenções” citados por Dabrowska: parece-nos que a aquisição de uma língua dependa da percepção de sua finalidade comunicativa, de modo que o esforço cognitivo contínuo que crianças dedicam à sistematização gramatical por anos se justifique pela ímpeto de remover o obstáculo imposto pela ignorância do código à compreensão do conteúdo transmitido. Ou seja, sendo sensível às intenções comunicativas, a criança desenvolve a presunção de que intenções informativas correspondam a elas, intenções estas cuja inferência adequada requer domínio do código linguístico.

Ao darmos centralidade à função comunicativas das línguas, confrontamos, mais uma vez, a perspectiva teórica gerativistas, para a qual (BOLHUIS *et al.*, 2014, p. 1):

A faculdade da linguagem é frequentemente igualada a ‘comunicação’ — um traço que é compartilhado por todas as espécies animais e possivelmente também por plantas. Em nossa visão, para os propósitos de entendimento científico, língua deve ser entendida como um sistema cognitivo computacional particular, implementado neuralmente, que não pode ser igualado com a excessivamente expansiva noção de ‘linguagem como comunicação1’”.

Leitura de intenções e autismo

Baron-Cohen (2004), autoridade em estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), formulou a teoria conhecida como Empatia-Sistematização e definiu os conceitos desta forma: a empatia, segundo o autor (BARON-COHEN, 2004, p. 42),

tem dois elementos principais. O primeiro é o componente cognitivo: a compreensão dos sentimentos do outro e a capacidade de perceber sua perspectiva. (...) Mais recentemente, estudiosos referiram-se a este aspecto da empatia em termos de ‘teoria da mente’ ou ‘leitura mental’.”

[...]

O segundo elemento da empatia é o componente afetivo: a resposta emocional apropriada ao estado emocional de outra pessoa.

A empatia da qual, na Teoria Empatia-Sistematização, carecem os autistas é, delimitadamente, a cognitiva: a capacidade humana da qual temos tratado por leitura ou inferência de intenções.

Já a sistematização (Ibidem, p. 79)

envolve, em primeiro lugar, a análise dos aspectos variáveis do sistema, seguida de uma observação atenta e detalhada dos efeitos acarretados pelas variações (‘sistematicamente’). A repetição dessas observações leva à descoberta das regras ‘dados de entrada - operação - resultado’ que governam o comportamento do sistema.

E, ainda (Ibidem, p. 80),

Em relação à sistematização, um aspecto-chave é que o sistema que o seu cérebro esteja tentando entender seja finito, determinista e legítimo. Uma vez identificadas as regras e métodos do sistema, é possível prever com certeza seu funcionamento. Isso vale também para sistemas mais complexos,

com parâmetros mais numerosos ou regras mais elaboradas. Mas as regras são específicas.

Ou seja, enquanto que a “empatia” da teoria de Baron-Cohen coincide com a habilidade humana de leitura de intenções, a “sistematização” equivale às operações cognitivas que, em nossa análise de aquisição de linguagem, temos considerado formalistas/computacionais. E, ainda mais proveitosas para a investigação que pretendemos oferecer, são a compatibilidade do “comportamento de sistema” descrito na citação acima (“dados de entrada - operação - resultado”) com o comportamento de um módulo como o DAL (*input* linguístico - processamento sobre as restrições da GU - gramática (*output*)), e do sistema descrito no segundo trecho da citação com as línguas humanas, sobretudo com a perspectiva gerativista delas (“Uma vez identificadas as regras e métodos do sistema, é possível prever com certeza seu funcionamento”).

Baron-Cohen concebeu o Quociente de Empatia (QE) e o Quociente de Sistematização (QS), pontuações nas quais são convertidas respostas assinaladas em formulários contendo afirmações sobre o comportamento dos sujeitos que eles mesmos devem graduar de acordo com sua identificação com elas.

A metodologia foi empregada em diversos estudos (e.g. BARON-COHEN & WHEELWRIGHT, 2004; BARON-COHEN *et al.*, 2003), sempre produzindo dados que demonstram os elevados QS e baixos QE de portadores do TEA quando comparados aos dos indivíduos neurotípicos.

O déficit de cognição social encontrado em autistas é frequentemente associado às dificuldades com a esfera pragmática da linguagem que

caracterizam a atividade comunicativa dessa população: “tomadas inapropriadas do turno conversacional, prosódia anormal, inabilidade de adequação à configuração comunicativa (e.g., indelicadezas, perguntas embaraçosas, fala pedante), e dificuldade em diferenciar informações novas de velhas” (PIJNACKER *et al.*, 2009, p. 608), além da bem documentada dificuldade na compreensão de linguagem não literal, como algumas metáforas e ironias (TANTAM, 1991; HAPPÉ, 1993).

Entretanto, sendo verdadeira a tese que elege a capacidade humana sócio-pragmática de inferência de intenções comunicativas como força motriz e alicerce da aquisição de linguagem, então a deficiência em empatia cognitiva que caracteriza os autistas deve lhes proporcionar desvantagem no desenvolvimento linguístico como um todo e não, isoladamente, no amadurecimento da pragmática. E, por outro lado, caso estejamos errando e a formação da competência linguística se deva essencialmente a mecanismos computacionais ou sistematizadores, então é a especialização em sistematização e descoberta de padrões dos autistas que deve garantir a esses indivíduos eficiência na aquisição de linguagem superior à observada em crianças de neurodesenvolvimento típico (BARON-COHEN, 2004, p. 162):

O autismo é também uma condição onde se encontram talentos pouco usuais. Essas crianças prestam atenção minuciosa a detalhes, e podem ser as primeiras a notar algo que tenha passado despercebido a todos. Conseguem estabelecer diferenças entre os objetos que, às pessoas comuns, pareceriam sem importância ou impossíveis de perceber. Podem, por exemplo, reparar nos fios de seu cobertor, desenvolvendo por eles uma preferência especial, embora para as outras pessoas os cobertores pareçam todos iguais. Os autistas preferem informações padronizadas; daí a facilidade em descobrir similaridades em seqüências de números que a outros pareceriam desconexas, nos veios das folhas ou nas mudanças do tempo.

Estudos sobre o tema são unânimes em apontar dificuldades de desenvolvimento linguístico-comunicativo enfrentadas por essa população, de modo que elas configuram um importante critério de diagnóstico do transtorno, segundo, por exemplo, o DSM-5.

Sabe-se que grande parte dos portadores do TEA (de 25% a 50%²) nem sequer chega a desenvolver comunicação verbal plenamente funcional — são os chamados autistas não verbais. E, dentre os que desenvolvem, atrasos podem ser identificados em virtualmente todos os níveis do amadurecimento linguístico, desde o balbúcio (PATTEN *et al.*, 2014).

Mesmo entre os autistas altamente funcionais, que se distinguem pelo menor comprometimento das funções sociais e linguísticas, o processo de aquisição de linguagem não se encaminha sem substanciais adversidades, e mesmo adultos podem ter desempenho em testes de compreensão e expressão linguísticas equivalente ao de crianças neurotípicas (HOWLIN, 2003).

Crianças portadoras do TEA, como as francesas de idades entre 3;9 e 9;2 estudadas por Foudon, Reboul & Manificat (2007), apresentam menor MLU³ e léxico que crianças com desenvolvimento típico, além de cometerem erros como confundir agente e paciente de orações, objetos de orações coordenadas e o significado de preposições.

Ainda, há evidências de dificuldades enfrentadas por crianças autistas com os princípios A e B da Teoria de Ligação, que regulam, respectivamente, o comportamento de anáforas e de pronomes (PEROVIC, MODYANOVA & WEXLER, 2013).

2 Patten *et al.*, 2013.

3 *Mean length of utterance*, frequentemente usado como medida de produtividade linguística em estudos de aquisição de linguagem.

Portanto, ainda que não seja plausível desprezar o papel de operações computacionais/sistematizadoras no processo de aquisição de linguagem, os indícios seguem apontando para a impossibilidade de exclusão dos aspectos sócio-pragmáticos dos modelos interessados em representar fielmente o desenvolvimento linguístico infantil.

Imersão contextual

Se estivermos certos e a aquisição de linguagem acontecer graças, sobretudo, a mecanismos sócio-pragmáticos de leitura de intenções, não podemos assumir que interações virtuais, como as transmitidas pela televisão, representem estímulo suficientemente qualificado. Ou seja, a imersão contextual da criança no momento da enunciação e sua captura dos sinais comunicativos verbais e não verbais disponíveis em conjunto, de modo contínuo e coerente, devem ter valor dificilmente reproduzido em veículos midiáticos. Caso, entretanto, um módulo como o DAL goze de autonomia plena ou quase plena na captura e manipulação do *input* linguístico, sendo insensível a aspectos sócio-pragmáticos das interações comunicativas, nada além da exposição das crianças ao som da fala, ainda que reproduzido em gravação, deveria ser necessário para a aquisição de linguagem.

Kuhl, Tsao & Kiu (2003) expuseram um grupo de crianças norte-americanas de 9 meses de idade ao mandarim por meio da participação delas em brincadeiras e leituras de histórias conduzidas por falantes nativos da língua, enquanto um segundo grupo foi exposto a gravações transmitidas pela televisão das mesmas atividades, em quantidade idêntica de sessões. Após submetidos a teste de reconhecimento do mandarim —

por meio de contrastes fonéticos do mandarim inexistentes no inglês —, os participantes que tiveram contato com a língua por estarem inseridos em interações reais demonstraram desempenho equivalente ao de crianças chinesas da mesma idade, enquanto que os expostos às gravações das atividades tiveram desempenho indistinguível ao do grupo de controle formado por crianças norte-americanas que nenhum contato tiveram com a língua estrangeira.

Ainda que interações entre terceiros em contextos nos quais crianças estejam inseridas não possam ser negligenciadas como fonte de material para a aquisição de linguagem, Romeo *et al.* (2018) nos lembram da importância primordial que interações com a própria criança assumem no processo e, em particular, uma medida marcadamente comunicativa/social dessas interações: a quantidade de alternâncias de turnos conversacionais.

Crianças membros de famílias com menores status socioeconômicos podem apresentar atrasos na aquisição de linguagem (FERNALD, MARCHMAN & WEISLEDER, 2014). Romeo *et al.* (2018) colocaram à prova sua hipótese que justifica as dificuldades linguísticas enfrentadas com crianças mais pobres através do menor estímulo verbal recebido por elas. Para isso, selecionaram crianças entre 4 e 6 anos de idade, de status socioeconômicos diversos, para terem seu *input* em interações linguísticas com adultos monitorado e serem submetidas a escaneamento cerebral por ressonância magnética funcional enquanto ouviam histórias. Descobriram, com isso, uma associação entre maior ativação da área de Broca (uma das regiões cerebrais responsáveis pela fala) das crianças durante o exame e o dinamismo da alternância de turnos conversacionais com os adultos ocorrida durante o monitoramento do *input*. Concluem os autores que (ROMEO *et al.*, 2018, p. 706)

quanto mais turnos conversacionais a criança experimentou, maior a ativação na área de Broca durante o processamento de linguagem, independentemente do status socioeconômico da criança, habilidade cognitiva, ou simples número de palavras dos adultos ou enunciados das crianças.

A exposição de crianças à televisão parece não apenas não influenciar positivamente a aquisição de linguagem como, também, ter impacto negativo nela. Byeon & Hong (2015) compararam os hábitos cotidianos de 1778 crianças coreanas de 2 anos de idade para descobrir que 2 horas diárias assistindo à televisão correspondem a um risco de atraso linguístico 2.7 vezes maior do que menos de 1 hora; que 3 horas correspondem a um risco 3 vezes maior, e que o risco continua crescente com o aumento das horas diárias da atividade. Frente ao estudo anterior aqui apresentado, podemos supor que não seja a exposição à televisão, em si mesma, causa de atraso no desenvolvimento linguístico das crianças mas, sim, o tempo de interações reais do qual a criança é privada enquanto se ocupa de outras atividades.

Vemos, com isso, que a imersão contextual das crianças nos momentos de enunciação parece ser condição para que a aquisição de linguagem aconteça, assim como interações de adultos com as próprias crianças são mais potencializadoras do amadurecimento linguístico quanto mais as engajem na função social/comunicativa das línguas por meio de alternância de turnos conversacionais. Essas são conclusões, mais uma vez, afinadas com a defesa que temos feito da sensibilidade sócio-pragmática como peça central no processo de aquisição de linguagem.

Considerações finais

A superdesenvolvida capacidade humana de leitura de intenções, precocemente manifesta em cada indivíduo da espécie, parece representar o apogeu evolutivo do comportamento social cujos rudimentos primitivos podem ser rastreados em outras espécies, sobretudo em outros primatas (CALL & TOMASELLO, 2008).

Cientes da histórica resistência de Chomsky em considerar temas relativos à intencionalidade em seu modelo e da consequente tradição dos aquisicionistas gerativistas em estabelecer inegociável preferência — senão exclusividade — investigativa pelos processos computacionais que formam as estruturas das línguas, anunciamos nosso reconhecimento da autoridade dos gerativistas nos estudos sobre estes processos, circunscrevendo nossa divergência com Chomsky à sua recusa em assumir a função comunicativa das línguas como, ao menos, parte da explicação de seu funcionamento e de sua aquisição.

Apoiados em considerações lógicas, bem como em resultados obtidos por experimentos linguísticos e psicológicos, registramos nossa defesa da hipótese de que a abordagem pragmático-inferencial da comunicação humana elaborada por Grice e continuada, por exemplo, pela Teoria da Relevância, pode ser, com sucesso, expandida para análises do desenvolvimento linguístico infantil. Assim, enxergando a interpretação das porções codificadas/literais dos enunciados como pista parcial para inferência da intenção informativa dos falantes, acreditamos que uma competência de reconhecimento das intenções comunicativas que veiculam seu conteúdo informativo seja condição cognitiva necessária para compreensão das funções e significados dos componentes linguísticos.

O caminho investigativo que percorremos formou nossa convicção de que nenhuma teoria que se proponha a explicar a habilidade unicamente humana de aquisição de linguagem deva negligenciar o papel de funções sócio-pragmáticas no processo, e, em especial, a proficiência, também unicamente humana, em leitura de intenções.

Referências

- AKHTAR, N., CARPENTER, M. & TOMASELLO, M. 1996. The role of discourse novelty in early word learning. *Child Development* 67(2): 635-645.
- ASLIN, R., SAFFRAN, J., & NEWPORT, E. 1998. Computation of conditional probability statistics by 8-month-old infants. *Psychological science*, v. 9, n. 4.
- BARON-COHEN, S. 2004. *Diferença essencial: a verdade sobre o cérebro de homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- BARON-COHEN, S., RICHLER, J., BISARYA, D., GURUNATHAN, N. & WHEELWRIGHT, S. 2003 The systemizing quotient: An investigation of adults with Asperger syndrome or high functioning autism, and normal sex differences. In: Frith U, Hill E, editors. *Autism: Mind and brain*. Oxford: Oxford University Press, pp. 161–186
- BOLHUIS, J., TATTERSALL, I., CHOMKSY, N. & BERWICK, R. 2014. How could language have evolved?. *PLOS Biology*, Volume 12, issue 8.
- BARON-COHEN, S. & WHEELWRIGHT, S. 2004. The empathy quotient: an investigation of adults with Asperger Syndrome or high functioning autism, and normal sex differences. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, Vol. 32, Nº 2.
- BYEON, H. & HONG, S. 2015. Relationship between television viewing and language delay in toddlers: evidence from a Korea national cross-sectional survey. *PLoS One*, v. 10, n. 3.

- CALL, J. & TOMASELLO, M. 2008. Does the chimpanzee have a theory of mind? 30 years later. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 12, n. 5.
- CEKAITE, A. 2012. Child pragmatic development. *The encyclopedia of applied linguistics*. Wiley online library: John Wiley and Sons, Inc.
- CHOMSKY, N. 2000. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge, C.U.P.
- CSIBRA, G. 2010. Recognizing Communicative Intentions in Infancy. *Mind & Language*, vol. 25, nº 2, p. 141-168.
- DABROWSKA, E. 2015. What exactly is Universal Grammar, and has anyone seen it?. *Frontiers in Psychology*, 6: 852.
- FERNALD, A., MARCHMAN, V. & WEISLEDER, A. 2013. SES differences in language processing skill and vocabulary are evident at 18 months. *Development Science* 16(2), p. 234-248.
- FERGUSON, B. & LEW-WILLIAMS, C. 2014. Communicative signals promote abstract rule learning by 7-month-old infants. *Proceedings of the Annual Meeting of the Cognitive Science Society*, 36.
- FERGUSON, B. & WAXMAN, S. 2016. What the [bleep]? Six-month-olds link novel communicative signals to meaning. *Cognition* 146: 185-189.
- FOUDON, N.; REBOUL, A. & MANIFICAT, S. 2007. Language Acquisition in Autistic Children: A Longitudinal Study. *CamLing.*, p. 72-79.
- GRICE, p. 1957. Meaning. *The Philosophical Review*, 66(3), p. 377-388.
- HAPPÉ, F. 1993. Communicative competence and theory of mind in autism: a test of relevance theory. *Cognition* 48(2).
- HAUSER, M., NEWPORT, E. & ASLIN, R. 2001. Segmentation of the speech stream in non-human primate: statistical learning in cotton-top tamarins. *Cognition* 78.
- HOWLIN, p. 2003. Outcome in high-functioning adults with autism with and without early language delays: implications for the differentiation between autism and Asperger syndrome. *Journal of Autism and Developmental Disorders* 33. 1:3-13.

- JOHNSON, E., SAFFRAN, J., ASLIN, R. & NEWPORT, E. 1998. Statistical learning of non-linguistic stimuli by 8-month olds. *Infant behavior and development* 21.
- KUHL, p. TSAO, F. & LIU, H. 2003. Foreign-language experience in infancy: effects of short-term exposure and social interaction on phonetic learning. *Proceeding of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 100, n. 15, p. 9096-9101.
- NOVECK, I. & SPERBER, D. 2007. The why and how of experimental pragmatics: The case of “scalar inferences”. In *Advances in Pragmatics*, ed. Noel Roberts. Palgrave.
- PAPAFRAGOU, A. 2002. Mindreading and verbal communication. *Mind and Language*, v. 17, n. 1-2, p. 55-67.
- PATTEN, E., AUSDERAU, K. K., WATSON, L. R. & BARANEK, G. T. 2013. Sensory Response Patterns in Nonverbal Children with ASD. *Autism Research and Treatment*, p. 1-9.
- PATTEN, E., BELARDI, K., BARANEK, G., WATSON, L. LABBAN, J. & OLLER, D. 2014. Vocal patterns in infants with autism spectrum disorder: canonical babbling status and vocalization frequency. *Journal of autism and developmental disorders* 44(10), p. 2413-2428.
- PEROVIC, A., MODYANOVA, N. & WEXLER, K. 2013. Comparison of Grammar in Neurodevelopmental Disorders: The Case of Binding in Williams Syndrome and Autism With and Without Language Impairment. *Language acquisition*, Vol 28(2), p. 133-154.
- PIJNACKER, J., HAGOORT, p. , BUITELAAR, J., TEUNISSE, J. & GEURTS, B. 2009. Pragmatic inferences in high-functioning adults with autism and Asperger syndrome. *Journal of Autism and Development Disorders* 39(4).
- POULIN-DUBOIS, D. & FORBES, J. 2002. Toddlers’ attention to intentions-in-action in learning novel action words. *Developmental Psychobiology* 38(1), p. 104-114.
- ROMEO, R., LEONARD, J., ROBINSON, S., WEST, M., MACKEY, A., ROWE, M. & GABRIELI, J. 2018. Beyond the 30-million-word gap: children’s conversational exposure is associated with language-related brain function. *Psychological Science* 29(4).

SCOTT, C. 1984. Adverbial connectivity in conversations of children 6 to 12. *Journal of Child Language*, 11, 423-452.

SPERBER, D. & WILSON, D. 1995. *Relevance: Communication and Cognition*. Wiley-Blackwell.

TANTAM, D. 1991. Asperger's syndrome in adulthood. In Frith, U. (Ed.) *Autism and Asperger syndrome*, p. 147-183. Cambridge, UK: University Press.

TOMASELLO, M. 2008. The usage-based theory of language acquisition. In *The Cambridge Handbook of Child Language*, Ed. Bavin, E. Cambridge University Press.

TOMASELLO, M. & BARTON, M. 1994. Learning words in nonostensive contexts. *Developmental Psychobiology*, v. 30, n. 5, p. 639-650.

TRUESWELL, J. & GLEITMAN, L. 2007. Learning to parse and its implications for language acquisition. In G. Gaskell (ed.) *Oxford Handbook of Psycholinguistics*. Oxford: Oxford Univ. Press.

ZUFFEREY, S. 2015. *Acquiring Pragmatics, Social and cognitive perspectives*. Routledge: New York.

Pragmática na avaliação clínica da linguagem

Ana Carolina Gomes da Silva

Felipe Venâncio Barbosa

Introdução

Ao pensarmos na Pragmática enquanto área de estudo da Linguística, é possível lembrarmos inicialmente de textos humorísticos, expressões idiomáticas e nos usos específicos que uma palavra adquire a depender do contexto em que é empregada. Esses usos podem ser explicados e lembrados como forma de anedota acerca da complexidade de uma língua para seus próprios falantes, ou em comparação com outras línguas estrangeiras, por exemplo.

Mas pensar em como a função pragmática da linguagem se insere em contextos clínicos pode não ser tão claro em um primeiro momento. Se pensarmos na pragmática da língua - a partir de uma experiência pessoal ou a partir da imagem de um falante hipotético- podemos não perceber que, por diversos motivos, algumas pessoas não conseguem utilizar e/ou compreender o papel do contexto na língua e como isso pode afetar, de forma significativa, sua comunicação com outros falantes e sua expressão ante o mundo que a cerca.

Um falante hipotético ideal se comunica de maneira típica e de acordo com as normas sociais e contextuais da sociedade em que se encontra inserido. Sendo assim, esse falante ideal ou mesmo um falante típico não

encontraria problemas em utilizar e compreender expressões idiomáticas, efeitos de humor e alterações de sentido em palavras específicas a depender da mudança de contexto (SEARLE, 1965; GALLAGHER, 1977).

Sendo a pragmática uma função sofisticada da linguagem, depende de um conjunto integrado de funções cognitivas e do bom funcionamento da Teoria da Mente de falantes e de interlocutores (KORMAN; VOIKLIS; MALLE, 2014; HAGOORT & LEVINSON, 2014).

A Teoria da Mente consiste em uma emulação do pensar e do sentir de uma pessoa com a qual alguém esteja interagindo, isto é, a partir das próprias percepções e conhecimentos sobre um determinado assunto, a pessoa que percebe simula mentalmente o que outras pessoas pensam acerca da pessoa percebida e qual o próximo ato dessa pessoa (KORMAN; VOIKLIS; MALLE, 2014).

A operação de Teoria da Mente pode ocorrer quando, por exemplo, uma amiga diz à outra amiga: “Você acha que eu agi errado nessa situação?”. A partir do momento em que emite essa frase, a falante já simula, com base no que sabe de si, no que sabe da amiga, no que sabe da situação que pode já ter sido descrita em detalhes ou não e a partir da avaliação do próprio comportamento, que poderá receber uma resposta positiva ou negativa, validadora ou não de sua interlocutora¹.

Se um falante possui algum tipo de transtorno psiquiátrico, ou se sofreu trauma craniano, AVC ou possui doenças neurodegenerativas, por exemplo, algumas ou o conjunto dessas funções podem estar prejudicadas de maneira mais ou menos severa e isso pode se refletir no uso que esse falante faz da língua no seu dia a dia. (KUHLE & DAMASIO, 2013; MOTA *et al.*, 2012).

¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre Teoria da Mente e cognição social ver Korman, Voiklis & Malle (2014).

Os problemas de saúde que podem afetar direta ou indiretamente a faculdade da linguagem são diversos e ocorrem por diferentes motivos, entretanto, é possível citar alguns tipos de problemas e suas consequências para o portador.

Um dos problemas mais conhecidos, que afetam a linguagem, é chamado de afasia. A afasia pode se manifestar como consequência de um AVC, de um trauma craniano, ou mais raramente, como um transtorno degenerativo, como a Afasia Progressiva Primária (MESULAM, 2013; KUHL & DAMASIO, 2013; MURRAY & CLARK, 2006).

As afasias podem se manifestar de diferentes maneiras a depender das características das lesões do(a) portador(a). Pessoas com afasia podem ter dificuldade de nomeação, dificuldade de compreender sentenças, dificuldade de produzir sentenças, fala telegráfica ou verborragia, dificuldade de compreender e de produzir sentenças passivas, repetição constante de uma única expressão ou palavra para se comunicar, entre outras dificuldades (MURRAY & CLARK, 2006; AHLSÉN, 2006).

Em relação a dificuldades causadas por outros tipos de problemas neurológicos, como demências ou Esclerose Lateral Amiotrófica, os problemas podem ser de ordem pragmática, como a dificuldade em perceber efeitos de humor como em Bambini *et al.* (2016), problemas com fluência verbal, processamento gramatical, entre outras dificuldades de ordem linguística e cognitiva (BAMBINI *et al.*, 2016).

Transtornos psiquiátricos como esquizofrenia podem levar à elaboração de um discurso que apresenta o tópico central apenas uma vez e não o referencia mais, posteriormente (MOTA *et al.*, 2012). Com relação ao Transtorno do Espectro Autista, as dificuldades pragmáticas principais se centram na capacidade de interagir com outras pessoas (FERNANDES, 1996).

A avaliação de linguagem, com enfoque pragmático, considera os usos comunicativos e dialógicos da linguagem realizados pela pessoa que está sendo avaliada, para compreender quais são os pontos fortes e fracos do(a) examinando(a) a fim de traçar estratégias de atuação a partir disso (MANNING & MARTÍN, 1992).

As avaliações feitas com objetivo de rastrear dificuldades e traçar estratégias terapêuticas são realizadas apenas por profissionais habilitados legalmente para esse tipo de tarefa no Brasil (BRASIL, 1981). Em nosso trabalho, buscamos explicar algumas das diferentes formas de análise pragmática em avaliações de linguagem, especialmente as formas abordadas em Silva (2018), que envolvem avaliação da dimensão dialógico - comunicativa.

É importante destacar que, para a avaliação clínica, existe uma separação no entendimento do que é um problema linguístico e do que é um problema pragmático. A dimensão linguística na clínica relaciona-se, em maior escala, tanto a problemas de estrutura, quanto a problemas físicos de compreensão e produção (GERBER & GURLAND, 1989) .

Sendo assim, um déficit ou dificuldade linguística pode ser entendido como problema para formar frases, nomear objetos, compreender o significado literal de uma frase que acaba de ser emitida, problemas para pronunciar palavras, entre outros(AHLSSEN, 2006; MANSUR *et al.*, 2005).

Um problema pragmático pode ser entendido como dificuldade de comunicação com outros interlocutores, dificuldade de compreender sentidos figurativos em textos orais e escritos, dificuldades em compreender efeitos de humor, dificuldades em recontar histórias (CUMMINGS, 2009).

Avaliação de linguagem com enfoque pragmático

A avaliação de habilidades discursivas e pragmáticas é considerada como essencial no momento de se avaliar a função da linguagem de pacientes com traumas cranianos, lesões de hemisfério direito e demências, além das afasias, segundo Murray & Clark (2006).

As autoras consideram importante a avaliação dos níveis discursivo e pragmático nesses pacientes porque, em alguns casos, como no de lesões de hemisfério direito e no de traumas cranianos, as avaliações estruturadas podem falhar em identificar aspectos importantes dessa dimensão da linguagem (MURRAY & CLARK, 2006).

Em outros casos, como os das demências, dificuldades pragmáticas podem indicar um estágio inicial de algumas formas da doença. No caso da afasia, as autoras destacam que mesmo apresentando mais pontos fortes nessa área, ainda assim podem ocorrer déficits discursivos e dificuldades pragmáticas. Além disso, devido à complexidade dessas áreas da linguagem, é necessário considerar os aspectos linguístico, emocional e cognitivo para estabelecer um panorama adequado acerca da presença dessas dificuldades (MURRAY & CLARK, 2006).

Manning e Martín (1992) definem que o objetivo principal das baterias tradicionais de afasia, como a Bateria Boston - BDAE (GOODGLASS *et al.*, 1982), por exemplo, é o de realizar um diagnóstico a partir das provas realizadas pelo paciente. Dessa maneira, as tarefas que um afásico realiza durante a aplicação desse tipo de bateria não refletem, obrigatoriamente, tarefas da vida diária do(a) paciente, pois não foram elaboradas para incorporar esse tipo de tarefa.

O maior problema de abordagens que separam habilidades para avaliá-las individualmente, é que podem mostrar resultados distantes das dificuldades que o(a) paciente pode enfrentar em seu cotidiano em decorrência da lesão. Um dos exemplos apontados pelas autoras é que um(a) paciente que obtenha bons resultados em tarefas de baterias estruturadas pode, na realidade, ter problemas recorrentes em sua vida diária que não são refletidos no teste (MANNING & MARTÍN, 1992).

Dessa maneira, Manning e Martín (1992) defendem a necessidade de que sejam também elaboradas e aplicadas avaliações que contem com situações da vida diária, não apenas para que os profissionais de saúde que atendam ao paciente possam delimitar quais são as dificuldades enfrentadas em seu cotidiano, como também auxiliar na elaboração de estratégias terapêuticas para esse indivíduo.

Holland e Hinckley (2002) também defendem a necessidade e a utilidade da aplicação de baterias de testes estruturados, mas que exista, sempre que possível, uma avaliação complementar das funções pragmáticas, pois baterias de testes não costumam avaliar apropriadamente essa dimensão da linguagem.

Nas seções a seguir, trataremos de alguns dos tipos existentes de avaliação de linguagem com enfoque pragmático, descrevendo quais as habilidades examinadas em cada um deles. Iniciaremos com as abordagens exploradas em Holland e Hinckley (2002), que são observação direta, análise do discurso e análise da conversação. Em seguida, exploraremos outros tipos de abordagens de avaliação com enfoque pragmático.

É necessário pontuar que os métodos abordados aqui são fruto de um recorte, explanados em maior detalhe em Silva (2018), não sendo essa, portanto, uma análise exaustiva do tema.

Observação Direta

Para realizar uma avaliação de Observação Direta, Holland e Hinckley (2002) estabelecem que é necessário ter atenção a três contextos distintos que compõem a comunicação real entre falantes. São eles: contexto linguístico, paralinguístico e extralinguístico.

Dentro do contexto linguístico estão contidos a coesão, o tópico, o ponto principal da comunicação e o tema. Já no contexto paralinguístico, estão contidos a prosódia, a entonação e o processamento emocional. No contexto extralinguístico, estão localizados o cenário onde a comunicação acontece, e as características do interlocutor com o qual o falante se comunica (HOLLAND & HINCKLEY, 2002).

O ponto central desse tipo de avaliação é permitir que a pessoa examinada se engaje em situações que são parte de seu cotidiano, e que um avaliador externo observe como essa pessoa irá se comunicar, quais seus pontos fortes e dificuldades.

Sendo assim, é possível que o observador já estabeleça um ponto específico da comunicação que deseja avaliar com mais cuidado, ou então, que realize uma avaliação geral da performance comunicativa da pessoa examinada (HOLLAND & HINCKLEY, 2002).

Análise do Discurso

Provas envolvendo análise do discurso permitem que sejam avaliadas as capacidades comunicativas de uma pessoa a partir de diferentes amostras, em que se modifiquem características em um ou mais dos três contextos

comunicativos (linguístico, paralinguístico e extralinguístico)(HOLLAND & HINCKLEY, 2002).

Tarefas como a descrição de uma cena em um desenho são um exemplo de análise do discurso que está presente inclusive em baterias tradicionais de testes, entretanto, como explicam Holland e Hinckley (2002), por se caracterizarem como monólogos, trazem menos dados do que poderiam sobre como a pessoa avaliada se sai em situações do dia a dia.

Contar lembranças pessoais, histórias de ninar para os netos, ou mesmo descrever como executar uma receita ou uma determinada tarefa para um interlocutor, são provas mais próximas da realidade de uso da língua, e, por isso, podem trazer mais elementos de análise para o(a) avaliador(a) (HOLLAND & HINCKLEY, 2002).

Discurso procedural, habilidades narrativas, conversacionais, elementos verbais e não verbais são parte de testes que avaliam essa dimensão das funções pragmáticas (HOLLAND & HINCKLEY, 2002).

Análise da Conversação

Conversação é um processo dialógico que envolve dois ou mais parceiros com o objetivo em comum de cocriar o sentido da conversa. Quando se trata de conversações entre pacientes com afasia e parceiros não afásicos, Holland e Hinckley (2002) pontuam que a maior parte das responsabilidades pela evolução da conversação recai sobre o(s) parceiro(s) não afásico(s).

Sendo a conversação um processo com responsabilidades compartilhadas e com constantes trocas de turno, reparações, e subsequentes transações de informações, a conexão social entre parceiros

conversacionais torna-se uma parte integrante e crucial desse processo (HOLLAND & HINCKLEY, 2002).

Holland e Hinckley (2002) destacam que a conversação é possivelmente uma das ferramentas mais reveladoras sobre as habilidades pragmáticas de um afásico. Esse destaque se dá porque a conversação pode ocorrer não apenas entre afásicos com dificuldades leves ou moderadas e parceiros não afásicos, mas também entre afásicos com dificuldades severas e parceiros não afásicos.

Essa troca e cocriação de sentido é possível entre parceiros com diferentes níveis de fluência conversacional por ser um processo de compartilhamento e coparticipação. As autoras pontuam ainda, que essa é uma forma de avaliação refinada das estratégias e dos comportamentos naturalmente adotados por afásicos durante sua comunicação com outras pessoas (HOLLAND & HINCKLEY, 2002).

Protocolo de Avaliação de Habilidades Linguístico - Pragmáticas - APPLS (SILVA, 2018; GERBER & GURLAND, 1989)

O Protocolo de Avaliação de Habilidades Linguístico - Pragmáticas - APPLS (SILVA, 2018; GERBER & GURLAND, 1989)², é uma ferramenta de avaliação com enfoque pragmático, descrita por Holland e Hinckley (2002) como parte de uma avaliação de Análise do Discurso. Entretanto, é possível compreendê-la também como uma ferramenta de avaliação pertencente à Análise da Conversação, que investiga e permite descrever quebras, identificação e reparação de quebras durante uma

² *Assessment Protocol of Pragmatic - Linguistic Skills* (GERBER & GURLAND, 1989) no original.

situação interacional entre dois parceiros (SILVA, 2018; GERBER & GURLAND, 1989).

Partindo de uma situação interacional dialógica, interrupções ocorridas no fluxo conversacional podem ser caracterizadas com quebras conversacionais, isto é, todas as vezes em que uma conversação é interrompida porque um dos parceiros não foi compreendido ou não pôde continuar a cocriar o sentido da interação, existe uma quebra em curso (SILVA, 2018; GERBER & GURLAND, 1989).

A partir da identificação dessa quebra, um dos parceiros conversacionais pode sinalizar de alguma forma que houve uma ruptura na interação e solicitar de maneira direta ou indireta que o outro parceiro repare essa ruptura, para que o fluxo da conversação seja restaurado, sendo o tópico conversacional restaurado também ou não (SILVA, 2018; GERBER & GURLAND, 1989).

A partir do momento em que existe uma sinalização de quebra conversacional, o parceiro que originou a quebra pode traçar e aplicar estratégias para reparar essa ruptura. Essas estratégias de reparação podem ser bem-sucedidas ou não, retomando um tópico anterior à quebra ou não (SILVA, 2018; GERBER & GURLAND, 1989).

É necessário destacar que o APPLS (GERBER & GURLAND, 1989) é um instrumento de avaliação em forma de protocolo, ou seja, não existem provas e pontuações previamente estabelecidas para avaliação de linguagem (SILVA, 2018). Também é necessário pontuar que o protocolo divide as quebras tanto em linguísticas, como pragmáticas (GERBER & GURLAND, 1989).

Gerber & Gurland (1989) elaboraram e aplicaram o protocolo APPLS em um paciente afásico e um parceiro não afásico originalmente,

com o objetivo de avaliar pontos fortes e dificuldades no discurso do paciente, em língua inglesa e nos Estados Unidos.

Em relação a estudos em Português Brasileiro sobre o APPLS (GERBER & GURLAND, 1989) temos o de Barbosa (2001) e o de Silva (2018). O estudo de Barbosa (2001) envolvia a aplicação do protocolo com dois pacientes, sendo um deles com afasia de Broca leve³ e o outro paciente apresentando um quadro demencial (SILVA, 2018).

Tanto os estudos de Gerber & Gurland (1989) quanto o de Barbosa (2001) podem ser entendidos como estudos de caso, refletindo assim, resultados específicos das pessoas avaliadas nesses estudos (SILVA, 2018).

O trabalho de Silva (2018), diferentemente de Barbosa (2001), avaliou parceiros conversacionais não afásicos e de diferentes faixas etárias, com o objetivo de compreender o funcionamento do protocolo em uma amostra da população brasileira e descrever seu perfil linguístico com relação aos parâmetros do protocolo.

A maior parte dos estudos descritos aqui avaliou a afasia e / ou falantes não afásicos, mas a avaliação de linguagem com enfoque nas funções pragmáticas pode e é utilizada em avaliações com pacientes portadores de transtornos diferentes que podem apresentar também prejuízos linguístico - pragmáticos, como veremos a seguir.

3 Segundo Ahlsén (2006), a afasia de Broca se caracteriza pelo agramatismo dos portadores, que apresentam uma fala telegráfica, constituída de frases ou estruturas simples e esparsas, podem omitir traços morfológicos e palavras funcionais como conjunções e artigos, sendo assim, seu discurso é não fluente, além disso, a localização mais frequente das lesões nesse tipo de afasia é na área de Broca. O termo “leve” refere-se à severidade do quadro da paciente, que no estudo de Barbosa (2001) era leve.

Outras abordagens

Além de avaliações que envolvem interações entre dois ou mais parceiros conversacionais, observação direta das habilidades de um paciente na vida real ou análise do discurso de um afásico, também é possível acessar e avaliar os pontos fortes e dificuldades pragmáticas de um indivíduo de maneiras mais especializadas e isoladas, como nos estudos de Lima (2010), Medeiros *et al.* (2016) e Bambini *et al.* (2016).

No estudo de Lima (2010), as funções pragmáticas foram avaliadas com relação ao acesso lexical. Dada uma amostra de seis pacientes com afasia e anomia (dificuldades de nomeação), a pesquisadora apresentou figuras de animais e, em seguida, solicitou tanto que os participantes nomeassem os animais mostrados, quanto que os descrevessem, sem um contexto específico. Nessa tarefa, a dificuldade de nomeação dos participantes se mostrou clara, pois não houve êxito em sua execução.

Numa segunda parte do estudo, a pesquisadora citou formas cristalizadas da língua (com sentido não literal) que envolviam nomes de animais e, ainda que precisassem de algum auxílio para explicar o significado das frases, na maior parte dos casos, os participantes conseguiram compreender que as frases tinham conotações negativas e / ou pejorativas (LIMA, 2010; SILVA, 2018).

Medeiros *et al.* (2016) também trabalharam com participantes com afasia (neste caso, afásicos fluentes) que possuíam anomia e leves dificuldades de compreensão. Neste estudo, foram comparados pacientes afásicos e participantes não afásicos. Além disso, também foram aplicados testes de rastreio cognitivo e testes estruturados de avaliação de linguagem, além das tarefas pragmáticas.

As tarefas de avaliação pragmática do referido estudo se concentraram em análise do discurso, por meio de narração de histórias, descrição de cena, descrição de procedimentos e argumentação oral a partir da apresentação prévia de uma informação (MEDEIROS *et al.*, 2016).

Sendo assim, em Medeiros *et al.* (2016), temos uma avaliação tradicional e outra complementar das habilidades linguístico-pragmáticas, tal como preconizam Holland & Hinckley (2002) sobre como avaliações de linguagem deveriam ser feitas para apresentarem resultados e panoramas mais completos acerca das dificuldades e pontos fortes de pacientes com transtornos de linguagem.

No estudo de Bambini *et al.* (2016), foram avaliados 33 pacientes com Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) sem quadro demencial, além de um grupo controle para comparação. Diferentemente da afasia, a ELA não afeta especificamente e apenas as habilidades linguístico-pragmáticas. Por ser uma doença de neurônio motor, afeta os movimentos de seu portador, e pode afetar funções linguísticas, pragmáticas e cognitivas (BAMBINI *et al.*, 2016).

Neste estudo, as habilidades pragmáticas dos pacientes foram avaliadas através de um instrumento específico denominado pelos autores de “*APACS, Assessment of Pragmatic Abilities and Cognitive Substrates*” (BAMBINI *et al.*, 2016). O instrumento, elaborado e aplicado em falantes de italiano, combina os domínios discursivo e de significado não literal de vocabulário (BAMBINI *et al.*, 2016).

Foram aplicadas seis tarefas no total: a primeira das tarefas consistia em uma entrevista semiestruturada sobre tópicos familiares ao paciente, já a segunda tarefa, consistia em avaliar a capacidade de produzir descrições informativas e compartilhamento de informações sobre questões de vida diária; ao passo que a terceira tarefa consistia em avaliar a capacidade de compreensão de textos narrativos (BAMBINI *et al.*, 2016).

As tarefas quatro e seis avaliavam inferência de sentido figurativo de duas formas distintas. Em uma delas, a inferência era feita a partir de múltipla escolha de alternativas e na outra a partir de explicações verbais. A quinta tarefa consistia em avaliar a capacidade de compreensão de efeitos de humor a partir de múltipla escolha de alternativas também (BAMBINI *et al.*, 2016).

Os três estudos descritos acima utilizaram métodos de avaliação diferentes e, em alguns casos, bastante diferentes entre si, para avaliar funções pragmáticas em pessoas com algum tipo de problema neurológico, fosse diretamente ligado à faculdade da linguagem como as afasias, ou não. Isso nos indica a importância e a gama de possibilidades de avaliação de linguagem com a qual a área de Pragmática pode contribuir não apenas nos estudos linguísticos, como na prática clínica também.

Considerações finais

Buscamos apresentar neste capítulo algumas das contribuições da Pragmática para a área de avaliação clínica de linguagem. Longe de esgotar o tema, que é vasto, pudemos observar que não apenas para os Estudos Linguísticos é útil entender qual o uso real que um falante faz de sua língua em cada contexto, mas também o é para áreas da saúde, na medida em que impacta de forma direta a comunicação diária dos falantes.

Como destacam Holland & Hinckley (2002) e como concluiu Silva (2018), a avaliação de linguagem com enfoque pragmático não substitui e não dispensa métodos de avaliação tradicionais, mas é uma importante ferramenta de avaliação complementar.

Os dados extraídos de avaliações desse tipo permitem aos avaliadores compreender, de maneira holística, o funcionamento da faculdade da linguagem nas pessoas que estiverem examinando, podendo decidir quais estratégias adotar, se forem terapêuticas.

Esse tipo de avaliação possibilita ainda, saber quais aspectos da linguagem humana podem ser prejudicados por transtornos de linguagem, se os objetivos da avaliação forem relacionados à pesquisa científica.

Conhecer as dimensões da linguagem, que são afetadas por lesões cerebrais e / ou transtornos psiquiátricos ou neurológicos, nos permite compreender, cada vez mais, como a faculdade da linguagem funciona, como se distribui e é acessada no cérebro humano sempre que necessário.

Sendo assim, consideramos de fundamental importância a realização de estudos no campo da neurolinguística e da pragmática clínica também em áreas de Estudos Linguísticos, com foco na pesquisa acadêmica e na construção do conhecimento sobre Linguística.

Referências

- AHLSÉN, Elisabeth. *Introduction to neurolinguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2006.
- BAMBINI, Valentina *et al.* Communication and pragmatic breakdowns in amyotrophic lateral sclerosis patients. *Brain and Language*, v. 153, p. 1-12, 2016.
- BARBOSA, Felipe Venâncio. *A manifestação das alterações no processamento da linguagem na avaliação do perfil das habilidades linguístico pragmáticas na Afasia de Broca Leve - Estudo de caso*. 2001. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Fonoaudiologia, Ambulatório de Neurolinguística, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Não publicado.
- BRASIL. Lei no 6.965, de 9 de dezembro de 1981. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo, e determina outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6965.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.
- CUMMINGS, Louise. *Clinical Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press. 2009.
- FERNANDES, F. D. M. *Autismo infantil: repensando o enfoque fonoaudiológico-aspectos funcionais da comunicação*. São Paulo: Lovise, 1996.
- GALLAGHER, T. M. Revision behaviors in the speech of normal children developing language. *Journal of Speech and Hearing Research*, v. 20, n. 2, p. 303-318, 1977.
- GERBER, Sima; GURLAND, Gail B. Applied pragmatics in the assessment of aphasia. In: *Seminars in Speech and Language*, v. 10, n. 4, p. 263-281, 1989.
- GOODGLASS, Harold *et al.* *Échelle d'évaluation de l'aphasie: adaptation française du Boston diagnostic aphasia examination de H. Goodglass et E. Kaplan*. Éditions scientifiques et psychologiques, 1982.
- HAGOORT, Peter; LEVINSON, Stephen C. Neuropragmatics. In: *The cognitive neurosciences*. MIT Press, p. 667-674, 2014.
- HOLLAND, A. L., HINCKLEY, J. J. Assessment and treatment of pragmatic aspects of communication in aphasia. *The handbook of adult language disorders*, New York: Psychology Press, p. 413-427, 2002.

KORMAN, Joanna; VOIKLIS, John; MALLE, Bertram F. The social life of cognition. *Cognition*, v. 135, p. 30-35, 2015.

KUHL, p. K., DAMASIO, A. R. Language. In KANDEL, Eric *et al.* (Org.). *Principles of neural science*. 5th. ed. [s.l.]: McGraw Hill, p. 1353–1371, 2013.

LIMA, Bruna Seixas. *Afasia e linguagem figurada: o acesso lexical dentro de contextos metafóricos*. 2010. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi: 10.11606/D.8.2011.tde-15062011-090428. Acesso em: 15 ago. 2021.

MANNING, Lilianne.; MARTÍN, Pilar. Pruebas de la vida diaria en la evaluación de la afasia: el CADL. In: *Introducción a la neuropsicología clásica y cognitiva del lenguaje*. Madrid: Trotta, p. 335-362, 1992.

MANSUR, L. L. *et al.* A study of the abilities in oral language comprehension of the Boston Diagnostic Aphasia Examination-Portuguese version: a reference guide for the Brazilian population. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, v. 38, p. 277-292, 2005.

MEDEIROS, J. S. F. de *et al.* Análise do discurso de indivíduos afásicos fluentes e com leve dificuldade de compreensão oral. *Revista CEFAC*, v. 18, p. 704-720, 2016.

MESULAM, Marsel. Primary progressive aphasia: a dementia of the language network. *Dementia & neuropsychologia*, v. 7, p. 2-9, 2013.

MOTA, N. B. *et al.* Speech graphs provide a quantitative measure of thought disorder in psychosis. *PloS ONE*, v. 7, n. 4, p. e34928, 2012.

MURRAY, L. L., CLARK, H. M. Assessment of Function: Quantifying and Qualifying Linguistic Disorders. In: MURRAY, L. L., CLARK, H. M. (Org.), *Neurogenic Disorders of Language: Theory Driven Clinical Practice*, New York: Thomson Delmar Learning, p. 123–176, 2006.

SEARLE, J. R. What is a speech act?. *Perspectives in the philosophy of language: a concise anthology*, v. 2000, Toronto: Broadview Press, p. 253-268, 1965.

SILVA, Ana Carolina Gomes da. *Aplicação de um protocolo de avaliação de linguagem de base pragmática em falantes de português brasileiro: base teórica, procedimentos e fatores de influência*. 2018. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi: 10.11606/D.8.2018.tde-13082018-165755. Acesso em: 10 ago. 2021.

Sobre as organizadoras

ANA PAULA ALBARELLI. É doutora em Letras (2020), na área de Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Mestra em Letras (2013) pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), Bacharela em Letras com habilitação em Português e Alemão (2007) pela Universidade de São Paulo (USP). Possui licenciatura em Letras pela Universidade de São Paulo (FEUSP-USP). É professora de Língua Portuguesa do ensino Fundamental II e Médio (SME) e atua como conteudista e elaboradora de material didático de Língua Portuguesa. Apresenta experiência na área de Letras, com ênfase nos seguintes âmbitos: Análise da Conversação, Descortesia Verbal, Pragmática, Sociolinguística Interacional, Retórica e Teorias da Argumentação, Oralidade e ensino de Língua Portuguesa.

KATIUSCIA CRISTINA SANTANA. É doutora em Letras pela Universidade de São Paulo na área de Filologia e Língua Portuguesa. Mestra em Letras pela Universidade de São Paulo (2013), bacharel em Letras com habilitação em Português e em Francês pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Possui Licenciatura em Letras Português e em Francês pela Faculdade de Educação da USP. Atua principalmente nos seguintes temas: Análise de conversação, Sociolinguística Interacional, Pragmática, Análise Crítica do Discurso e Ensino/Aprendizagem de Língua Portuguesa e de Língua Francesa. Fez vários cursos complementares, entre eles com os professores Dominique Maingueneau, Patrick Charaudeau e Gunther Kress.

Sobre as autoras e autores

ADRIANA MENDES. Porcellato possui doutorado pelo Programa de Língua, Literatura e Cultura Italianas da Universidade de São Paulo em convênio com o Programa de Doutorado em Linguística da Università di Roma La Sapienza. Em seus estudos, investigou o papel da pragmática e da cultura no ensino de línguas estrangeiras (italiano e inglês), com foco na análise e desenvolvimento de material didático. É membro do Grupo de Pesquisa em Pragmática (inter)linguística, cross-cultural e intercultural da USP. Em 2021, atuou como professora substituta de italiano junto à Universidade Federal da Bahia (UFBA).

ANA CAROLINA GOMES DA SILVA. Graduada em Letras - Português e Espanhol e mestre em Semiótica e Linguística Geral pela FFLCH/USP. Atualmente cursa Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela FATEC São Caetano do Sul e atua na área de Tecnologia da Informação.

ÂNDERSON RODRIGUES MARINS. É doutorando em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, Doutorando em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e autor de Conjunções causais e explicativas do português em perspectiva semântico-argumentativa (Pontes Editores, 2021) e Linguística e Gramática: fatos do sistema (Editora Autografia, 2017). E-mail: profandermarins@hotmail.com.

CLAUDIA MARIA CHIARION. Professora da rede Municipal de São José dos Campos – SP. Formada em Letras Português e Espanhol pela Universidade do Vale do Paraíba. Pós-graduada em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa pela Facinter, Pedagoga pela Universidade de Araras, Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté e Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Columbia del Paraguay –reconhecido pela UCP – Universidade Católica de Petrópolis – RJ.

ELENA GODOY. Fiz a minha graduação em Letras Espanhol/Inglês pela Universidade Pedagógica de São Petersburgo (1976), Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Paraná (1988), Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1992) e Pós-Doutorado (2007) também na Universidade Estadual de Campinas. Sou professora Associada da Universidade Federal do Paraná, atuo na Pós-Graduação em Letras. O meu interesse atual se concentra principalmente nos seguintes temas: pragmática, comunicação humana, linguagem e cognição, linguagem e cultura, geopolíticas linguísticas e ensino de línguas estrangeiras com ênfase no espanhol. Sou Líder do Grupo de Pesquisa Linguagem, Comunicação e Cognição/UFPR/CNPq, que reúne pesquisadores e alunos de várias universidades, e tem como sua característica principal a interdisciplinaridade, que compreende a linguagem e outras áreas de atividade humana.

FABIANA MEIRELES DE OLIVEIRA. Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa pela USP na área de Linguística Textual e Teorias do Discurso, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva. Possui mestrado em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Especialização em mídias na Educação. Especialização em Língua Portuguesa e Graduação em Letras e Administração. Atualmente é professora de linguagem, trabalho e tecnologia nos cursos técnicos de Administração e Logística. Professora

de Fundamentos da Comunicação Integrada, Comunicação e Expressão e Comunicação em-presarial na Faculdade Campos Elíseos nos cursos de Administração e Ciências Contábeis no ensino a distância e presencial. Já ministrou aulas nos cursos de pós -graduação da Faculdade Campos Elíseos e FMU. Participou de bancas de avaliação de TCC e de concurso público no Centro Paula Souza. Já apresentou palestras para professores, coordenadores e diretores no estado de São Paulo e interior. Foi avaliadora dos exames aplicados pela CEs-pe/UNB. Comenta provas discursivas de vários concursos pela editora Rideel. Tem experiência na área de Letras, Linguística, Análise da Conversação, Diálogo literário, Descortesia, Análise do discurso, além de atuar na área de negócios.

FÁBIO BARBOSA DE LIMA. É doutor (2019) e mestre (2012) em Letras - Língua Espanhola pela Universidade de São Paulo. É integrante do Grupo de Pesquisa em Pragmática (inter)linguística, cross-cultural e intercultural (CNPq), que reúne pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras. Foi presidente da Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo (APEESP) no biênio 2014-2016. Foi professor de espanhol na Fatec Ipiranga entre 2011 e 2013 e desde 2014 é professor de espanhol na FATEC Itaquaquecetuba e, atualmente, coordena a Área de Políticas Linguísticas da Assessoria de Relações Internacionais do Centro Paula Souza.

FELIPE VENÂNCIO BARBOSA. Possui graduação em Fonoaudiologia pela FMUSP, especialização em Ativação de Processos de Mudança no Ensino Superior de Profissionais da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz e doutorado em Ciências da Reabilitação - Comunicação Humana pela FMUSP. Atualmente é docente da FFLCH/USP, atuando na área de Língua de Sinais Brasileira.

FRANCISCO DJEFREY SIMPLICIO PEREIRA. Mestrando em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA-Uece). Especialista em Ensino de Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Possui licenciatura em Letras - Português pela mesma instituição. Atuou como Professor da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) e da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc/CE). Foi bolsista de Iniciação Científica - CNPq, coordenado pelo Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira. Atualmente participa do grupo de pesquisa Pragmática Cultural, Linguagem e Interdisciplinaridade da Universidade Estadual do Ceará, é revisor da revista *Entrepalavras* e bolsista CAPES. Tem interesse nas áreas de Linguística Aplicada, Análise de Discurso Crítica, Gêneros, Sexualidades e Pragmática.

FRANKLIN ROOSEVELT MARTINS DE CASTRO. Professor na Universidade do Estado do Amazonas. Doutorando em Linguística pela UNICAMP. Licenciado em Letras e em Filosofia. Atua na linha de pesquisa: linguagem, sociedade e identidades. Discute sobre as temáticas LGBTQ, povos indígenas, povos de terreiro e educação a partir da Sociolinguística e da Análise do Discurso. Contato: fmcastro@uea.edu.br

IVEUTA DE ABREU LOPES. É professora adjunta da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Letras, na área Linguística, Universidade Federal de Pernambuco (2004); mestre em Linguística, Universidade de Brasília (1989); graduada em Letras, Universidade Federal do Piauí (1984); Estágio de Pós-doutorado realizado na Universidade de Brasília (2010-2011). Atua na graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras (mestrado e doutorado) da UFPI. Desenvolveu atividades de docência nos ensinos fundamental e médio das redes pública e privada do Estado do Piauí e na Universidade Estadual do Piauí, onde

atuou na Graduação em Letras e nos Programas de Pós-Graduação em Letras - Programas de Mestrado acadêmico e profissional (PROFLETRAS. Integra o grupo de pesquisa Linguagem, Escola e Sociedade (Grupo LES) e é Membro da Comissão de Alfabetização e Letramento da Abralin.

JOÃO BENVINDO DE MOURA. Possui doutorado e pós-doutorado em Linguística pela UFMG. Mestre e especialista em Linguística pela UFPI com graduação em Letras-Português pela mesma instituição. Docente da graduação e pós-graduação em Letras da UFPI. Editor da revista Form@re. Fundador e atual coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD/UFPI/CNPq. Membro do GT sobre Argumentação, da ANPOLL.

KAMUNJIN TANGUELE. É graduada, mestra e doutoranda em Linguística pela USP, mas é também atriz profissional há mais de 30 anos. Como atriz e diretora, sempre teve curiosidade em descobrir questões relacionadas à enunciação do ator em cena: “por que este ator tem uma fala tão mentirosa assim?”, curiosidade esta, que a levou a ser linguista também. Desde então, a autora tem seus estudos voltados para a percepção e produção de atos de fala, sendo John Searle e os processamentos linguísticos os principais condutores teóricos de sua pesquisa.

LARA LUIZA DE OLIVEIRA SANTOS. É mestra em Letras, na área de Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL-UFPI); graduada em Letras-Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa pela mesma universidade. Tem experiência em Letras, com ênfase na área de Linguística, mais precisamente em Linguística Textual. É membro do grupo de pesquisa em Projeções em pesquisas e práticas de leitura e escrita (PROLETRAS), grupo de pesquisa voltado para as práticas multiletradas, com ênfase nos

estudos sobre produção textual, leitura, teoria e prática. Atualmente, é professora de Literatura e Gramática na rede privada de ensino. Além disso, está cursando especialização lato sensu em Literatura e Ensino na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

LUIZ ANTÔNIO DA SILVA. Possui graduação em Letras pela Universidade de São Paulo (1975), mestrado em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (1990) e doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo (1997). Atualmente é professor assistente doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Análise da Conversação, atuando principalmente nos seguintes temas: interação, conversação, discurso, preservação da face e cortesia.

MARCUS ANTONIO DE SOUSA FILHO. É mestrando em Letras, na área de Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL-UFPI); é especialista em Gestão Educacional e Português Jurídico, pela Universidade Cândido Mendes (UCAM); graduado em Letras-Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Piauí. Tem experiência em Letras, com ênfase na área de Linguística, mais precisamente em Linguística Textual. Integra os grupos de pesquisa em Projeções em pesquisas e práticas de leitura e escrita (PROLETRAS) e Linguagem, Escola e Sociedade (LES), na UFPI. Atualmente, é professor de Análise Textual e Redação na rede privada de ensino.

MARINA XAVIER FERREIRA. Doutora em Letras - Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em Letras - Estudos Linguísticos pela UFPR e Licenciada em Letras Português/Espanhol pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora Colaboradora no Curso de Letras da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tem experiência na área de Linguística e Língua Espanhola, atuando principalmente nos seguintes temas: teorias pragmáticas, mecanismos linguísticos, processos inferenciais no ensino-aprendizagem de Língua Espanhola, línguas estrangeiras modernas e estudos gramaticais e linguísticos. Participa do grupo de pesquisa Linguagem, Cognição e Comunicação (UFPR/CNPq).

MAX SILVA DA ROCHA. Doutorando em Linguística pelo PPGEL/UFPI. Mestre em Linguística pela UFAL. Especialista em Linguística Aplicada pela UCAM. Licenciado em Letras pela UNEAL. Professor colaborador de Linguística da UNEAL. Sócio efetivo da ABRALIN e do GELNE. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD/UFPI/CNPq e vice-líder do Grupo de Estudos em Ensino e Aprendizagem de Língua – GEEAL/UNEAL/CNPq.

PATRÍCIA RODRIGUES TOMAZ. Advogada e mediadora extrajudicial de conflitos. Mestre em Linguística pela UFPI. Especialista em direito e processo civil (2015), especialista em mediação de conflitos (2018), ambas pela Estácio Teresina. Graduanda em Letras-Português pela Estácio Teresina. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso – NEPAD/UFPI/CNPq.

RAÍSSA MARTINS BRITO. É mestra em Letras, na área de Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL-UFPI); graduada em Letras - Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Já foi revisora de conteúdos na empresa Inamara Arruda Idiomas, desenvolvendo consultoria de textos divulgados em Instagram, Blog e Telegram. Atualmente, é professora de Leitura e Produção de Texto no Instituto Dom Barreto (IDB), professora substituta na área de Linguística na Universidade Federal do Piauí e participa do grupo de pesquisa em Projeções em pesquisas e práticas de leitura e escrita (PROLETRAS), grupo de pesquisa voltado para as práticas multiletradas, com ênfase nos estudos sobre produção textual, leitura, teoria e prática. É fundadora da página do Instagram: @professoraraissamartins, página em que divulga dicas de Português. Ademais, está cursando especialização lato sensu em Literatura e Ensino na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

RAMIRO CARLOS HUMBERTO CAGGIANO BLANCO. Doutor em Letras pela USP/FFLCH. Bolsista CNPq, Mestre em Letras (Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. É especialista em Ensino de Espanhol para Brasileiros, pela PUC - SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Especialista em Educação, imagens e meios de comunicação pela FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales) Argentina. Autor do livro “Gramática de la lengua española: usos, conceptos y ejercicios” da editorial Scipione. Coautor do livro “Prefiero Español” da editorial Santillana. Criador do site dedicado ao ensino de espanhol “Conexión Español”. Também é autor das atividades de áudio do livro “Listo” (ed. Santillana) e de atividades para o livro “Aula Amigos” da editorial SM.. E-mail: ramirocaggiano@usp.br/<https://orcid.org/0000-0001-7267-629>.

RENATO CARUSO VIEIRA. É bacharel em Letras/Linguística pela USP, mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da USP e, atualmente, pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação de Letras da UFRGS. Em suas pesquisas de mestrado e doutorado, atuou na área de aquisição de linguagem. No doutorado, deu foco à aquisição de pragmática e, no pós-doutorado, voltou-se ao fenômeno das implicaturas em abordagem de pragmática teórica. Seus temas de maior interesse são desenvolvimento de cognição social, Teoria da Relevância e implicatura escalar.

SANNY KELLEN ANJOS CAVALCANTE CANUTO. Graduada em Letras pela Universidade do Amazonas e Especialista em Linguística Aplicada na Educação pela Faculdade Única de Ipatinga. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso. Mantém interesse em pesquisas que versem sobre relações étnico-raciais, identidade de minorias, pragmática, análise dialógica do discurso e ideologia. Conta-to: sannykellen2728@gmail.com.

YEDDA ALVES DE OLIVEIRA CAGGIANO BLANCO. Doutora em de Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP no programa de Filologia e Língua Portuguesa. Tem como foco de estudo, a análise da atenuação pragmática nos livros didáticos de português para estrangeiros (PLE). Participa dos grupos de pesquisa “Pragmática (Inter) linguística,cross-cultural e intercultural” (USP) e do grupo “Es.Por.Atenuação/Brasil” (Universidad de Valencia/USP). E-mail: yeddablanca@usp.br/. <https://orcid.org/0000-0003-4256-0703>.

Índice remissivo

A

ADC 262, 263, 266, 267, 270, 272, 273

Aprendizagem 276, 277, 289, 291, 292, 293, 295, 300, 308, 348, 349, 351, 355, 356, 357, 365, 408

Ato locucionário 62, 130, 131, 132

Ato perlocucionário 49, 57, 130, 192

Atos de fala 10, 14, 48, 49, 50, 51, 52, 91, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 139, 141, 144, 151, 153, 155, 156, 162, 165, 189, 190, 191, 192, 194, 203, 204, 208, 218, 219, 226, 246, 251, 280, 282, 293, 294, 307, 308, 309, 310, 311, 317, 331, 406

C

Cortesia 5, 8, 9, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 51, 52, 63, 69, 189, 194, 205, 221, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 293, 296, 297, 300, 303, 407

D

Descortesia 5, 9, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 39, 45, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 278, 279, 281, 282, 283, 285, 297, 300, 303

Discurso 6, 10, 11, 20, 46, 50, 51, 53, 59, 60, 62, 63, 70, 78, 83, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 134, 137, 146, 163, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 188, 190, 191, 195, 197, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 226, 227, 238, 250, 260, 262, 263, 271, 274, 275, 301, 303, 309, 371, 386, 389, 390, 391, 394, 395, 396, 400, 404, 410

E

Ensino 7, 174, 276, 291, 293, 294, 299, 300, 301, 308, 316, 317, 336, 338, 351, 356, 357, 401, 402, 403, 404, 407, 408, 409

Enunciado 8, 21, 22, 50, 59, 100, 102, 111, 114, 124, 126, 128, 130, 132, 137, 142, 144, 159, 166, 167, 172, 173, 175, 176, 179, 183, 192, 194, 197, 205, 210, 215, 217, 218, 222, 224, 231, 236, 237, 238, 240, 243, 244, 245, 252, 255, 256, 258, 264, 266, 278, 281, 283, 284, 340, 342, 347, 352, 355, 360, 361, 370

Ethos 10, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 211, 260, 271

F

Fustigação 5, 45, 48, 53, 54, 57, 58, 59, 61, 202, 207, 209, 210, 216, 217, 218

I

Ideologia 63, 106, 181, 183, 184, 185, 186, 216, 261, 267, 270, 410

Impolidez 15, 16, 17

Interação 8, 10, 11, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 31, 33, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 64, 65, 67, 68, 71, 73, 74, 90, 91, 92, 94, 102, 103, 131, 143, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 169, 170, 171, 172, 173, 186, 188, 191, 192, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 218, 219, 263, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 306, 307, 308, 318, 325, 333, 338, 341, 344, 345, 348, 350, 355, 361, 363, 368, 393, 407

Interactantes 15, 18, 20, 50, 55, 153, 154, 155, 158, 188, 189, 194, 195, 205, 280, 284, 286

L

Linguagem 7, 8, 12, 13, 17, 19, 48, 52, 54, 55, 64, 65, 94, 96, 108, 109, 116, 118, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 136, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 153, 163, 164, 165, 171, 172, 174, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 219, 222, 227, 233, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 277, 281, 283, 293,

294, 295, 299, 303, 311, 317, 360, 362, 363, 364, 365, 369, 371, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 380, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 403, 405, 410

Locutor 18, 23, 25, 26, 36, 48, 49, 50, 100, 164, 167, 171, 173, 175, 194, 199, 219, 224, 235, 238, 242, 250, 251, 255, 257, 280, 284

Logos 93, 95, 97, 98, 99, 110, 116, 117, 211

P

Pathos 93, 95, 97, 98, 99, 114, 116, 117, 120, 211

PLE 7, 12, 276, 277, 293, 294, 295, 299, 301, 410

Polidez 15, 16, 17, 18, 27, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 79, 80, 83, 88, 90, 91, 354, 362

Pragmática 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 18, 27, 46, 62, 65, 121, 122, 124, 126, 127, 131, 144, 148, 156, 160, 161, 164, 165, 187, 189, 191, 197, 199, 200, 201, 219, 261, 262, 263, 266, 267, 268, 269, 273, 274, 275, 276, 291, 293, 294, 301, 303, 308, 311, 360, 384, 397, 401, 402, 404, 405, 410

R

Retórica 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 110, 117, 118, 119, 179, 202, 211, 213, 221

S

Sociolinguística 18, 147, 263, 264, 266, 267, 273, 401

T

Teatro 6, 10, 148, 156, 161, 162

Teoria da Relevância 164, 165, 187, 339, 351, 355, 360, 361, 379, 410

